

UNICAMP

HISTÓRIA — I.F.C.E. Este exemplar corresponde
à orientação de seu título
e aprovada pela Comissão
Julgadora

17/02/90

W. Stella Bresciani

Dissertação de Mestrado

"ESPAÇO URBANO E POLITICA
SAO PAULO NO SECULO XIX"

Ana Edite Ribeiro Montóia

Orientadora: Prof. Dra. Maria Stella Bresciani

1990

UNICAMP
BIBLIOTECA GERAL

"Há coisas que precisam ser ditas, ao menos ligeiramente. Penso em Jean Arp, quero algo como suas esculturas repousando sobre bases imperceptíveis. Tocar ligeiramente o solo é uma forma de bem tocá-lo e de valorizá-lo. Imaginemos minha escultura formada de dois braços ou volumes. O primeiro é rápido e fino (...) O segundo ponto, o braço mais volumoso da minha escultura: a enorme diversidade (...) Mas nesta cidade, em meio a teses e exposições, eu queria mesmo era conversar".

Jacy A. de Seixas (carta de 1987)

Para

Juliana e Ana Carolina

INDICE

INTRODUÇÃO

- CAPÍTULO I - IMPRESSOES: AS SOMBRAS DA CIDADE
- 2 Imagens opacas: um exercício de reconhecimento
 - 26 O jesuitismo e as imaginações entorpecidas
 - 35 Alvares de Azevedo: os "blue devils" da cidade
- CAPÍTULO II - IMPRESSOES: AS LUZES DA CIDADE
- 48 A Academia de Direito
 - 56 A cidade como objeto de poesia
 - 65 Paisagem e personagem: o centro da cidade
- CAPÍTULO III - A INVENÇÃO DA CIDADE: IMPRESSOES MOVIMENTADAS
- 82 A consciência da cidade: medalha de duas faces
 - 93 A narração do movimento e a história do começo
- CAPÍTULO IV - HISTÓRIA DA IDENTIDADE
- 106 Os códigos metafóricos da história
 - 122 O cidadão da República
- CAPÍTULO V - A NARRATIVA POLÍTICA DA CIDADE
- 144 A cidade: uma "crônica de pedra"
 - 155 O registro da cidade e a narrativa da história
 - 173 Pobreza e doença: os duplos do relato policial
- CAPÍTULO VI - CIDADANIA PARA HOMENS POBRES
- 187 Uma pedagogia para homens simples
 - 217 A figuração da pobreza
 - 229 Os espaços da civilidade

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

"Le soir je sortais seul, au milieu de la ville enchantée où je me trouvais au milieu de quartiers nouveaux comme un personnage des 'Mille et une Nuits'. Il était bien rare que je ne découvrisse pas au hasard de mes promenades quelque place inconnue et spacieuse dont aucun guide, aucun voyageur ne m'avait parlé. Je m'étais engagé dans un réseau de petites ruelles, de calli (...) l'extrême proximité des maisons faisait de chaque croisée le cadre où rêvassait une cuisinière qui regardait par lui, d'une jeune fille qui, assise, se faisait peigner les cheveux par une vieille femme à figure, devinée dans l'ombre, de sorcière, - faisait comme une exposition de cent tableaux hollandais juxtaposés, de chaque pauvre maison silencieuse et toute proche à cause de l'extrême étroitesse de ces calli. Comprimées les unes contre les autres, ces calli divisaient en tout sens, de leurs rainures, le morceau de Venise découpé entre un canal et la lagune, comme s'il avait cristallisé suivant ces formes innombrables, tenues et minutieuses. Tout à coup, au bout d'une de ces petites rues, il semble que dans la matière cristallisée se soit produite une distension. Un vaste et somptueux campo à qui je n'eusse assurément pas, dans ce réseau de petites rues, pu deviner cette importance, ni même trouver une place, s'étendait devant moi, entouré de charmants palais, pâle de clair de lune. C'était un de ces ensembles architecturaux vers lesquels dans une autre ville les rues se dirigent, vous conduisent et le désignent. Ici, il semblait exprès caché dans un entrecroisement de ruelles, comme ces palais des contes orientaux où on mène la nuit un personnage qui, ramené avant le jour chez lui, ne doit pas pouvoir retrouver la demeure magique où il finit par croire qu'il n'est allé qu'en rêve".

Marcel PROUST, A la recherche du temps perdu.

INTRODUÇÃO

A descrição do passeio proustiano por Veneza, uma "cidade encantada" aos olhos do romancista, revela a experiência mágica do observador na solidão dos sonhos, que duvida de sua própria capacidade imaginativa ao se deparar com as surpresas que a cidade esconde.

Ao tentar reconstituir as imagens produzidas sobre e na cidade de São Paulo no século XIX, o resultado é intrigante. Reiteram-se as "impressões" de uma cidade sombria ao mesmo tempo em que se reafirmam as "impressões" de uma cidade iluminada. Por um lado, acentua-se seu ar arcaico, sua aproximação à natureza - isto é, conta-se uma história da ausência, São Paulo, uma anti-história -, busca-se a explicação na origem jesuítica. Por outro, aponta-se o artifício esclarecedor, verificado nos edifícios, nas ruas, nas vitrines, na Faculdade de Direito, no espaço reservado à circulação, ao desassossego, ao movimento, isto é, ao estabelecimento de uma esfera particularmente delineada como o exercício de uma sociabilidade que, por definição, é pública.

Nem uma, nem outra imagem da cidade de São Paulo é compreensível internamente. Se permanecermos na visibilidade ou se penetramos a rede intrincada de cada uma destas representações, teremos, na melhor e na mais delicada desmontagem, uma série de fragmentos auto-referentes e circulares.

Ao contrário, a descrição - o registro - da cidade parece constituir um texto articulado e ordenado. Há algo "informando" estas imagens.

O tema que envolve a pesquisa é o de localizar esta "informação" no campo das representações políticas que constituíram uma espécie de gênese da organização da vida pública durante o século XIX no Brasil. Aí, a figura do "cidadão da República" adquire o peso e a

força conferidos por uma história política universalizante e genérica articulada sobre as imagens da cidade, espaço do mundo social, relato de experiências particulares.

Os documentos pesquisados me obrigaram a retroceder, cronologicamente, do plano inicial. As décadas anteriores à 1890 - data privilegiada da historiografia, marco definidor da "modernização" brasileira traduzida pela introdução de imigrantes e pela formação do mercado de trabalho capitalista - são expressivas para a compreensão da problemática da modernidade já nos meados do século XIX também no Brasil, e não no seu final.

Justamente porque entendi que a modernidade é o "lusco-fusco" das imagens, podemos nos deixar seduzir pela imaginação de cronistas e poetas, sem correr o risco de "desajuizarmos" o nosso objeto. Mas o tema devia ser problematizado: qual o estatuto da imagem na formulação do pensamento político moderno?

As fontes são, de fato, inesgotáveis e constituem um instigante campo de análise: periódicos, memórias de estudantes, relatos de viajantes, fotografias, literatura, documentos da administração pública, a própria historiografia.

Altamente evocativas, estas fontes produziram imagens eloquentes, instituíram um "reconhecimento" da cidade já nas décadas de 60 e 70 do século passado que qualificavam como "moderna" a constituição do espaço urbano em São Paulo. Produziam a impressão, no pesquisador, que formulavam imagens da cidade ao mesmo tempo que organizavam nova antropologia e, sobre esta, uma moral e uma política. Ao registrar, numa narrativa especificamente descritiva da "vida na cidade", imagens transfiguradas do urbano, concebiam um projeto político que atribuiu aos homens a capacidade de transformação do vivido e inves

tiu na cidade o local privilegiado sobre o qual, pacientemente, deveria se construir a nova sociedade criada à imagem da técnica, controle do tempo e ordenação do espaço.

Há um fio que percorre a ordenação da pesquisa: ao "informar" as imagens pela linguagem da política, o caminho não é preferencial. Falo da eloquência da imagem porque é significativa a sua presença no vocabulário ordenador do mundo político. É exatamente esta migração imagética quem conduz as representações cristalizadas acerca da "sociedade brasileira", do "progresso", da "cidadania".

A grosso modo, organizei minha redação a partir da forma preferencial da narrativa moderna: a capacidade de utilização de metáforas de forte apelo imagético, isto é, uma narrativa ficcional sobre a cidade. A escrita era uma tentativa de "provocar" as imagens sobre a cidade de São Paulo no leitor. O texto que comentasse as imagens produzidas sobre a cidade de São Paulo devia ser errático, "impressionista".

Pretendi que a linguagem desmontasse uma continuidade totalizadora, sobretudo cronológica, que a escrita revelasse a "impureza" das impressões. Não mais "l'oeil trompé" mas "l'oeil vivant", na expressão de J. STAROBINSKI (1), capaz de emprestar ao conceito o peso eloquente das imagens. Neste sentido, os "esclarecimentos" constitutivos da política deviam ser também rastreados para que pudesse entender sua legitimação.

Depois do olhar como exercício de reconhecimento da cidade, as primeiras impressões me levavam à 2ª problemática histórica: o domínio imperioso da palavra na política moderna. Trabalho, então, a

(1) Jean STAROBINSKI, L'oeil vivant, Paris, Gallimard, 1961.

constituição de uma identidade que se deseja homogênea. Enfatizo uma determinada representação da história tomando-a como uma "idéia-imgem". Se a modernidade é, antes de tudo uma "sensibilidade" finamente requerida pelo privilégio do olhar translúcido, estetização do mundo social, ela se encaminha para o tema da política com a mesma desenvoltura com que as imagens transformam-se em conceitos.

A fascinação do século XIX pelo olhar capaz de estabelecer relações, possivelmente origina a transmigração das metáforas para os campos do conhecimento das ciências humanas.

Não poderia interromper aí o texto. Retomando o que eu pretendia já ter esmiuçado - as imagens e as representações da cidade - deveria me aproximar do tema mais geral do poder entendido como tensão entre a forma ética da política e sua figuração administrativa e técnica. Tratava-se de estabelecer, portanto, uma relação necessária entre a construção da racionalidade moderna e a invenção da cidade.

A história da identidade, isto é, o reconhecimento de um sujeito a um só tempo profético e histórico, remete as "imagens inventivas" da cidade ao campo da violência: inverte e projeta o desigual e o diferenciado para a identificação absoluta, para o império da ordem, que não prescindê de uma fala espetacular nem da permanência das imagens.

Onde me situo, nesta especialização cada vez mais emaranha da da história? No campo de uma "história das mentalidades", de uma "história das idéias", de uma "genealogia", de uma "história política"? Optei por chamar de uma "geografia das idéias" aquilo que enfatizava mi nha preocupação com a constituição do espaço urbano de dentro de uma discussão do tempo da história.

Os capítulos podem ser divididos em duas partes, que apresentam à leitura:

A 1ª Parte está organizada sobre 3 capítulos. Três planos, três panoramas de leitura da cidade de São Paulo. As datas avançam e retrocedem, servem de referência, ilustração ou recortes do mesmo material. Tampouco as fontes são esgotadas, no tratamento dado à pesquisa. Álbuns de fotografias, relatos de viajantes, artigos de imprensa, historiografia, literatura aparecem sem hierarquia como fontes documentais e como texto constitutivo da própria invenção da cidade:

"... penso que o historiador não deve enganar-se a si próprio. O que ele enuncia, quando escreve a história, é o seu próprio sonho. Há, sem dúvida, uma enorme diferença entre a história e o romance, na medida em que a ficção histórica está forçosamente ligada a algo que foi verdadeiramente vivido, mas, no fundo, a forma de abordagem não é muito díferente. O historiador conta uma história que ele forja recorrendo a um certo número de informações concretas" (2).

A leitura da constituição do espaço urbano não supõe um tempo linear, nem a cronologia ou a estatística ainda se converteram em paradigmas da "explicação" histórica. Localiza-se, mais genericamente, na segunda metade do século XIX; conta a história do nascimento da cidade de São Paulo e de seus fundamentos.

Portanto, não rejeita, apesar da ineficácia das datas, a temporalidade histórica. Ao contrário, enfatiza a construção de uma temporalidade dúplice e pretende demonstrar como a cidade existe ora como objeto, ora como sujeito das narrações contemporâneas.

(2) G. DUBY, "O historiador, hoje" in História e Nova História, Lisboa, Ed. Teorema, 1986, p. 11.

Organizar a cidade como uma narrativa capaz de construir um espaço determinado como urbano, permitiu localizar as manifestações desta historicidade, à medida mesmo em que eu impunha "cortes" ao material. Um texto tenso e movimentado que pretendi forjar "como algo que foi verdadeiramente vivido" como a história da cidade de São Paulo.

Depois da noite do corte.

No 1º Capítulo, o movimento das sombras referido ao tempo de "antes", recolhe uma imagem significativa para a história da cidade: a melancolia, construção romântica da origem jesuítica, do "spleen" literário, das representações escurecidas. Produção mesmo de uma expressiva narração pictórica. Reconhecida como antiquada e viciosa, por que submetida ao entorpecimento doentio, projetada para o reino da noite, a cidade de São Paulo mal se deixa entrever, presa pela memória de uma cidade estéril e desértica.

Depois da luz do dia.

No 2º Capítulo, as luzes se irradiam e se propagam a partir de um ponto privilegiado, a Faculdade de Direito e os habitantes expostos ao olhar das ruas de vitrines exibidoras. A cidade como objeto de poesia transforma-se em paisagem e o centro, uma personagem, colorida e animada.

A formação da cidade: movimento articulado.

O 3º Capítulo, movimentando sem repouso as imagens de um caleidoscópio, conta a história da instalação da modernidade. A invenção da cidade requer o movimento das impressões. Por este caminho, a elaboração de uma consciência da cidade articulada pelos comentadores como uma "medalha de duas faces". Daí que seja preciso, ao narrar o movimento, repor uma infinitamente repetida história do começo. Produção também de uma identidade: a estratégia estetizante possui uma intenção inventiva, cria a cidade. Tal narrativa, construída pelo con

fronto de imagens múltiplas e cambiantes, privilegiamento do olhar, e que não prescinde do uso de metáforas tornadas comuns no pensamento político, exige cautela: ao leitor da cidade, não compete apenas olhá-la, é preciso re-fazer a construção das imagens, a contrario.

Construir o urbano requer a política, produto da razão humana, artificio, instauradora da ordem em contraposição ao caos e ao movimento, discussão de seus postulados éticos e jurídicos, aposta na sua força administrativa, exatamente no período em que a formação de um mercado de trabalho livre obrigou à unidade temática do progresso e da modernidade estabelecidos sobre um tecido ramificado de relações e de práticas na constituição do urbano. Encaminha o nascimento do cidadão como artífice e sujeito da cidade. Identidade do único, homogênea, imperiosa.

Na 2ª Parte, remeto a pesquisa para a constituição de uma sensibilidade urbana embutida na formulação do campo conceitual da política moderna no Brasil.

Parti do tratamento de fontes documentais variadas: entre aquelas produzidas pelo Estado, recorri aos Relatórios dos Presidentes da Província de São Paulo, Atas da Câmara Municipal, ao Registro Geral da Câmara, aos Relatórios de Chefes de Polícia e aos Relatórios sobre a Instrução Pública. Além deles, os jornais contemporâneos, panfletos de diversas tendências políticas, opúsculos de vulgarização e os boletins oficiais permitiram detalhar a ação da administração pública localizada em polos particulares e diferenciados

Os capítulos organizaram-se sobre três temas.

O Capítulo 4 toma o cidadão da República como o sujeito da profecia política moderna ao longo do século XIX brasileiro. Histori

camente ancorada sobre os pressupostos do Iluminismo do século XVIII e as concepções positivistas da ciência social, a política recorre a uma "idéia-imagem" extremamente forte e vivida universalmente como o nascimento de um tempo original: o do cidadão. Constitui-se uma história da identidade que, subtraindo as diferenças, aposta no homogêneo, no mesmo, no igual. História única, portanto. Insisti nos paralelos com a história universal mais do que nas especificidades nacionais da elaboração metódica dos temas da política moderna no Brasil. Quis ressaltar dos campos metafóricos plenos de idéias tais como "humanidade em marcha", o "progresso" e a "linguagem límpida dos princípios", o quadro da constituição do cidadão. Daí ele nasceu. Da ética à administração, a política transforma-se na segunda metade do século XIX apoiando-se nos estudos positivistas do estado social tanto quanto no pensamento moralizante e educativo proposto pelos ideais da Revolução Francesa.

No Capítulo 5, insisti em que no século XIX, o tema da cidadania remetia com força à necessidade da instrumentalização dos conhecimentos políticos.

Gerenciar a coisa pública supunha experimentar a alteridade social: não se tratava, como para as utopias, de reconhecer nas "viagens imaginárias" um outro mundo, construído por oposição ao mundo civilizado, mas de viver a desordem instalada por uma pobreza admitida plural. A "algaravia de línguas desconhecidas" introduzidas pela imigração e, além disso, a permanência em uma cidade incompletamente construída, obrigou ao reconhecimento da segregação e da exclusão, preterindo-se a integração. Circundar os bairros, circunscrever os doentes, nomear os delinquentes, os "fora do trabalho", reprimir a vagabundagem, definir a criminalidade são atributos que concernem aos administradores, tanto quanto à definição de uma nação, sacudida e atormentada pela antinomia entre o "nacional" e o "estrangeiro".

Uma dupla temporalidade instalava-se: a inscrição no tempo da história apoiava-se sobre a formulação de uma "questão social" no Brasil compreendida ora como uma "questão urbana", ora como uma "questão de polícia".

Cidadania, política e espaço público
 O Capítulo 6 identifica as personagens na cidade, a partir da própria experiência do social, uma representação sublime da pobreza que a afasta do espaço político justamente pela "naturalização" da sua história, rude e bárbara.

Excluir os homens pobres e incompletamente moralizados da política é uma construção astuta e perversa, constituída ao longo do século XIX: exigiu a constituição de um espaço social cada vez mais incluyente e publicizado. Assenta-se sobre uma tríade o princípio da inclusão para homens naturalmente excluídos da participação política: a regeneração pelo trabalho, o desenvolvimento da instrução religiosa e o exercício das virtudes cívicas. A armadura da exclusão fundamenta-se na domesticação e na integração em espaços públicos destituídos da fala política. A cidade é este palco e campo de experiências da civilidade, nutrida dos argumentos que as imagens dela produzida evocam.

Por fim, a Conclusão, construída como "notas" compostas ao fim da "viagem", mais sugere problemáticas que as resolve. Pertinente, acredito, porque aponta para possíveis desdobramentos do tema ao leitor interessado.

A quem se agradece por uma viagem ao desconhecido? Mais ainda, se o mundo percorrido é o espaço das cidades no século XIX, para doxal convivência, no pesquisador, de maravilhamento e temor pelos percursos e descaminhos da política moderna?

Aqueles que, em meio a aventura prazerosa, em ocasiões em que os percalços amedrontaram ou a solidão imperiosa da escrita era desanimadora, me descortinaram paisagens. Porque assim considero a realização da pesquisa: recantos e horizontes que levam para mais longe, viagem interminável da curiosidade intrigada entre livros e documentos.

Contei com o auxílio financeiro da CAPES enquanto cumpria os créditos de mestrado, da FAPESP para desenvolver a pesquisa e com uma bolsa de incentivo acadêmico da UNICAMP para a redação final. Sem eles, teriam sido maiores as dívidas contraídas.

Os que me ensinaram o gosto por esta aventura metódica, me exigiram rigor nos preparativos, me acalentaram nos tempos turbulentos ou favoreceram a tranquilidade necessária, não são responsáveis pelos resultados. Agradeço-lhes terem cristalizado em mim belas imagens do trabalho intelectual. Os erros são todos meus, espero que não grandes o suficiente para desapontá-los.

Stella Martins Bresciani, antes de todos, pela orientação. Agradeço-lhe os caminhos por onde soube orientar as possibilidades teóricas da pesquisa. Suas observações acuradas, suas leituras cuidadosas e as reuniões entre cada capítulo, me instigaram sempre a ir mais além. Ensinou-me a justa medida entre a sensibilidade histórica e o rigor conceitual.

Maria Sylvia Carvalho Franco, cuja leitura do projeto de pesquisa e de alguns relatórios revelou uma exigência rara, generosa

e enriquecedora. Seus cursos, que segui na UNICAMP e na USP, me "formaram" irremediavelmente, me equiparam teoricamente e me deslumbraram pela erudição.

Francisco Foot Hardman, que se dispôs à leitura dos originais, paciente e humorado ao me apontar as incorreções, atento a me indicar novas bibliografias, rigoroso ao me sugerir modificações.

Roberto Romano, Jeanne-Marie Gagnebin e Gabriel Cohn, quando da oportunidade de frequentar seus cursos, pelas leituras indicadas, pela riqueza das aulas, pelo que tornaram a viagem "preparada", e bela.

Miriam Bahia Lopes e Marcia Capelari Naxara, colegas de pós-graduação, pelas conversas e pelo apoio no desenrolar da pesquisa, pelas estadias em Campinas, pelas viagens São Paulo-UNICAMP. A Marcia, ela bem o sabe, pela amizade. Celia Marinho de Azevedo e Josué Pereira da Silva, pela crítica permanente, pelos comentários instigantes, pela solidariedade.

Sandra Almeida e Maria Lucia da Silveira, além do apoio "estratégico" em épocas de relatórios, tiveram um respeito paciente e encorajador. Iram Jácome Rodrigues, Leila Blass e Lucia Bruno, colegas na FEA/PUC, tornaram meu trabalho como professora de Sociologia mais rico e interessante.

A Ana Cláudia de Oliveira, pela datilografia.

Maria Helena Fernandes e Mauro Fernandes, pelo tempo em que fui "cuidada", carinhosamente. Claudio Carrera Maretti, amigo. Roberto de Souza, pelos espaços visitados.

A Francisco Montoia, pela tolerância com que enfrentou as diferenças. A Eleonora Ribeiro Montoia, pelo incentivo e pela revisão dos originais. A ambos, porque favoreceram, há muito tempo, meu trabalho e, não menos importante, porque muitas vezes em detrimento de suas necessidades, subsidiaram minhas correrias e atropelos familiares.

Antonio Luis de Lima, pelas viagens ao centro da cidade por cafés, livrarias e cinemas. Pelo aprendizado do tempo.

Juliana Montoia de Lima e Ana Carolina Montoia de Lima, ternas companheiras de todo o percurso. Porque souberam contornar os humores típicos e construíram para mim um porto seguro, compartilhando roteiros nem sempre tranquilos.

Jacy Alves de Seixas, por toda a travessia, cúmplice desde sempre dos projetos, dos textos e das viagens criativas. Para sempre.

Fernando Kolleritz, leitor solidário e exigente. Dirigiu-me perguntas-chave. Devo-lhe respostas inteiras e o sonho de todas as "viagens imaginárias".

I

IMPRESSÕES: AS SOMBRAS DA CIDADE

1. Imagens opacas: um exercício de reconhecimento

1860 - Cidade de São Paulo. 46.000 habitantes distribuem-se irregularmente pelas várzeas e morros em casas intercaladas por terrenos de pastagens e plantações.

"A cidade de São Paulo é monótona, e nos seus dias de festa, em vez do riso jovial e franco, é taciturna e reservada como uma beata que vai à missa das almas com o rosto escondido na mantilha e as contas do rosário a aparecerem por baixo das rendas de um mantelete de seda..."

1866 - 30.000 habitantes atravessam ruas enlameadas pela chuva, atropelados por charretes e carroças que transportam alimentos. Alguns frequentam os saraus da Marquesa de Santos, outros concentram suas cantorias noturnas no Beco da Cachaça ou na rua de São Bento, bem ao lado das ladainhas que damas retraídas entoam, desfiando o terço. A Rua do Comercio,

"por onde rodavam continuamente, com seus cantos melancólicos, carros de boi, carregados de feixes de lenha, ia até o Morro de Sant'Anna, com típico arruado de casas baixas, de teto largo, com um sabor primitivamente colonial" (1).

1875 - Os 3.000 escravos moradores da cidade ainda são vistos pelas vendas, "amontoados" e interditos:

"Ainda serão proibidos os ajuntamentos de escravos pelas vendas? Pois, se ainda vigora essa coisa, aqui pela rua do Comercio, não se usa mais" (2).

(1) Para 1866, a informação é de Angelo AGOSTINI, retratista a óleo e fotógrafo citado em Raimundo de MENEZES, Histórias da História de São Paulo, SP, Ed. Melhoramentos, 1954. Para 1860, de E. ZALUAR, Peregrinação pela província de São Paulo (1860/1861), RJ, Typographia Perseverança, 1870.

(2) A Província de São Paulo, 27/2/1875.

1885 - 35.000 habitantes da "poética cidade de São Paulo" enfrentam ruas irregulares e intransitáveis, cheias de imundícies, sem esgoto e sem água potável, em casas desprovidas de plano estético. A rua de São Bento, "estreita e não muito arejada" é, no entanto, "a mais importante da cidade" (3).

1900 - Na virada do século maravilhoso, a cidade de 250.000 habitantes inclui a presença insensata da algaravia de línguas desconhecidas que convivem sob o signo da desigualdade:

"na cidade velha ha a maior desigualdade nas edificações e nos ornamentos. As casas são umas altas e outras baixas, não obedecendo a um plano estético, as ruas sinuosas, estreitas e quasi todas em ladeira, os largos muito estreitos e irregulares" (4).

Os números são incertos. A demografia e a estatística não são os indicadores precisos e coerentes da "alma da cidade" (5).

Até a segunda metade do século XIX, São Paulo ainda precisa quem lhe descreva, quem lhe empreste um texto que sirva de reconhecimento. As imagens escolhidas oferecem o contorno de uma cidade taciturna e expressionista. A opacidade depende mais do jogo da presença/ausência de luz do que da escolha das cores. Os matizes são antes pontos desfocados do objeto, que não se apresenta majestoso, mas sutil. Ainda assim, esclarecedor.

Mas, trata-se de fragmentos: os textos são recortes dolorosos em busca de identidade, denúncias angustiadas de ausência de civilidade, passeio necessário pelos desafios da cidade adversa e "ar

(3) Carl von KOSERITZ, Imagens do Brasil, Biblioteca Histórica Brasileira, vol. XIII, Livraria Martins Editora, 1941.

(4) A. MOREIRA PINTO, A cidade de São Paulo em 1900, Col. Paulística, vol.14, 2ª edição fac-similada, 1979, p. 24.

(5) A expressão é de R. MORSE, De comunidade à metrópole: biografia de São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

caica". Descrição repetitiva, a monotonia rude espalhada em construções toscas e ruas sem simetria: a cidade ainda se divisa serpenteada, cortada sem acuidade, imagem da desordenação geográfica, afastada das virtualidades da geometria e do cálculo.

Os álbuns de fotografias atestam - como linguagem do registro visual - edifícios, logradouros, ruas e becos: Rua do Rosário, Seminário de Educandas, Paredão do Piques, Rua da Cruz Preta, Chácara Tabatinguera, Rua da Boa Morte, Rio Tietê, Palácio do Governo, Ilha dos Amores, Largo do Capim. Reconhecer as citações e referências obriga o observador do presente a um exercício meticuloso de anotações, sobreposições de mapas e indicadores: nomes desaparecidos da memória da cidade, paisagem oculta por outros álbuns, outras lembranças, outros olhares. Mas, o desenho permanece, reiterando a visibilidade acurada da documentação, insistindo na rudeza das construções de tipo que acolhiam tropeiros em viagem, de passagem por São Paulo.

Nenhum movimento no registro. A estabilidade de casinhas, sobrados, largos e "edifícios públicos", bondes sobre trilhos flagrados no momento do repouso, ou em fila, para a foto. Às vezes, senhoras de sombrinha à porta do Theatro São José, perfilam-se elegantes, paralisadas no instantâneo. Nos quiosques, charretes aguardam prováveis passageiros, talvez para a Escola de Commercio ou para o Jardim da Luz. Perto do Hotel Palm, a fachada do "Banho das Sereias", ponto de encontro dos notáveis. Em frente, mulas aguardam sob lampiões que sejam tocadas para mais longe (para a várzea, ao final da Ladeira do Carmo?).

Sobrados, praças, becos, fachadas, pórticos, entalhes - retratados com fidelidade - paralisam a construção como um segundo artifício: o documento (6).

(6) José Waeth RODRIGUES, Documentário Arquitetônico, SP, EDUSP/Martins Editora, 1975, 2ª edição.

Somente a paciência cuidadosa do fotógrafo articula a paisagem numa "narração" movimentada. Linguagem do registro, esta articulação da paisagem converte-se em registro histórico: foi preciso a cronologia para que este detalhista do particular orientasse sua leitura sob a ótica da transformação: um Album Comparativo da Cidade de São Paulo - 1862 e 1887 (7).

A habilidade do fotógrafo parece reduzir-se, contradita à sua técnica, a paralisar o acontecimento: nenhum traço lhe imprime animação, o gosto pelo documento petrifica a imagem, esmaece o contorno, "desumaniza" a paisagem. Mas a astúcia das datas lhe resgata o interesse: o "punctum", de que fala Roland BARTHES, espécie de atração determinada pelo foco, o olhar submetido à organização proposta pelo fotógrafo (8). Os álbuns revelam-se a visitaçãõ fragmentada da cidade, um texto deve se sobrepor à imagem, decifrando-a.

A Rua do Imperador é a atual Mal. Deodoro, a Rua do Rosário a 15 de Novembro, o Largo do Bexiga tornou-se Riachuelo. A memória coleciona anedotas, registra as citações, elucida a lembrança em baralhada. Recurso decisivo: a cronologia, a medida do tempo.

Tempo de "antes", sobretudo. No espaço, no lapso, de 25 anos precisamos da ordenação que aproxime duas imagens da cidade flagrada do mesmo ângulo e, no entanto, dissociadas pelo tempo.

(7) Militão Augusto de AZEVEDO, Album Comparativo da cidade de São Paulo (1862-1887), Pref. do Município de São Paulo, Deptº do Patrimônio Histórico, 1981. No AESP, há uma publicação do século XIX, s/d. Além de Militão, o mais conhecido dos fotógrafos da cidade de São Paulo, outros a registraram durante o século XIX: Manuel José BASTOS (1852), Mariano da Cunha TOLEDO (1856), CARNEIRO & CASPAR e Francisco Teodoro PASSIG (1873), Carlos HOENEN e Alberto HENSCHEL (1875), Marc FERREZ (1880), Guilherme GAENSLY e José VOLLSACK (1890). Tive acesso apenas às fotos de Militão, Marc FERREZ e G. GAENSLY, além de dois outros álbuns de autoria desconhecida. Anoto a incidência destes outros nomes, mencionados em obras de referência geral sobre o assunto ou em anúncios de jornais de época.

(8) Roland BARTHES, A Camara Clara (nota sobre a fotografia), RJ, Nova Fronteira, 1984.

História narrada pela diferença expressa em fragmentos do espaço da cidade. O (re)conhecimento das imagens é um exercício exasperado e melancólico. A descrição insiste na monotonia, as fotos buscam - comparando - a animação.

Desejo de movimento que retoma, ciclicamente, a imagem da aldeia, da vila: ausência de circulação ou circulação que volta-se sobre si mesma, eterno retorno às origens.

São Paulo observada em dois tempos: a projeção de espaços sobrepostos da mesma imagem é o artifício decisivo que afugenta os fantasmas da velha aldeia. De resto, se a fotografia imobiliza o tempo fazendo parecer fascinantemente "real" o cortejo de imagens cortadas e recortadas do objeto fotografado sob o ângulo do particular, a narração que se depreende dela não é menos paralisante (9).

O que faz a fotografia? Olhar mecânico que "imita" a natureza, abolindo a temporalidade arquitetada pelo homem? (10)

- (9) A respeito da fotografia, veja-se o interessante livro de Susan SONTAG, Ensaio sobre a fotografia, RJ, Arbor, 1983, 2ª edição, em especial o capítulo "Objetos Melancólicos". Para a fotografia no Brasil, Boris KOSSOY, Origens e expansão da fotografia no Brasil: século XIX, RJ, Funarte, 1980. Consultar também o álbum fotográfico de Guilherme GAENSLY, org. por Boris KOSSOY, Kosmos Editora, 1989; O Retrato Brasileiro (fotografias da coleção Francisco Rodrigues 1840-1920), Rio de Janeiro, FUNARTE/Fundação Joaquim Nabuco, 1983; Gilberto FERREZ, A fotografia no Brasil: 1840-1900, 2ª edição, RJ, FUNARTE, 1985 e Arlindo MACHADO, A ilusão especular: introdução à fotografia, SP, Brasiliense, 1984, Primeiros Vãos.
- (10) Utilizo a concepção de imitação, distinta da cópia, como artifício capaz de introduzir a regularidade estética no movimento permanente da natureza. A busca de simetria e do equilíbrio das partes que compõem o todo - enfim, a obra de arte - refaz a própria natureza no plano do humano, privilegiamento dos sentidos na ordenação clara das coisas. Esta unidade finalmente requerida, que produz o todo belo e harmônico, é fonte também da imaginação criadora, desde que respeitadas as regras da simplicidade e da clareza. A natureza então, vista como mestra da imaginação, pode ser re-criada: obra de arte. Se a equidade entre os elementos não for respeitada, o artifício converte-se em monstruosidade, fragmentação das partes, ausência de normalidade, perversão mórbida, fan
- (Continua...)

Fantasia que inverte, iludindo, as formas do mundo sensível, reunidas e sobrepostas para a produção de um novo objeto?

Fantasmagoria ou monstruosidade, segundo o caso. O próprio objeto, desfocado:

"(...) o mesmo acontece naquele movimento que se observa nas partes internas do homem, quando ele vê, sonha, etc..., pois após a desaparecimento do objeto, ou quando os olhos estão fechados, conservamos ainda a imagem da coisa vista, embora mais obscura do que quando a vemos. E é a isto que os latinos chamam imaginação, por causa da imagem criada pela visão, e aplicam o mesmo termo, ainda que indevidamente, a todos os outros sentidos. Mas os gregos chamam-lhe fantasia, que significa aparência, e é tão adequado a um sentido como a outro. A imaginação nada mais é portanto senão uma sensação diminuída, e encontra-se nos homens, tal como em muitos outros seres vivos, quer estejam adormecidos, quer estejam despertos" (11).

Passagem da sensibilidade à descrição, da descrição à ordenação: o documento, enfim, fossilizado, paisagem desnaturalizada da

(... continuação da nota 10)

tasmagoria: "Supposez qu'un peintre ait l'idée d'ajuster à une tête d'homme un cou de cheval et de recouvrir ensuite de plumes multicolores le reste du corps, composé d'éléments hétérogènes; si bien qu'un beau buste de femme se terminerait en une laide queue de poisson. A ce spectacle, pourriez-vous, mes amis, ne pas éclater de rire? Croyez-moi, chers Pisons, un tel tableau donnera tout à fait l'image d'un livre dans lequel seraient représentées, semblables à des rêves de malade, des figures sans réalité, où les pieds ne s'accorderaient pas avec la tête, où il n'y aurait pas d'unité. - Mais, direz-vous, peintres et poètes ont toujours eu le droit de tout oser. - Je le sais; c'est un droit que nous réclamons pour nous et accordons aux autres. Il ne va pourtant pas jusqu'à permettre l'alliance de la douceur et de la brutalité, l'association des serpents et des oiseaux, des tigres et des moutons", Horácio, Art Poétique, Paris, Hachette, 1968.

- (11) Thomas HOBBS, Leviatã, SP, Abril Cultural, mar.1974, (1ª edição), p. 15. Uso HOBBS aqui apenas para distinguir os termos fantasia e imaginação. O objeto desfocado pela ação da imaginação remete o olhar ao órgão que vê e imagina. Uma imagem, portanto, criada pela visão, que não se confunde com ilusão, in versão do "real". Serve mesmo, para introduzir a fotografia, espécie de "parálisis" ao mesmo tempo que "imaginação" do olhar.

cidade. Imagem criada pela visão, cujo movimento é impedido pela foto, que re-produz (como um ciclo da natureza) uma nova imagem, em repouso.

Fotografia: imagem da imagem, criada pela visão. Fantasia, imaginação, produção da memória documentada (12). Procuramos uma legenda para a foto:

"... as ruas são estreitas, tortuosas, ligadas em todas as direções e interrompidas por uma quantidade de praças pequenas e irregulares, como por exemplo, as da Sé e 7 de Setembro, a praça Municipal, o Largo do Rosário e mesmo o Largo de São Bento. Há becos que não têm mais de 20 ou 30 passos de comprimento, pois casas ou igrejas levantadas no meio de uma rua a dividem em dois becos. Em resumo, o caráter de todas as velhas cidades, o qual nos faz pensar nos tempos em que não havia câmaras municipais com engenheiros e outros empregados no gênero" (13).

Ao "tempo" longínquo se referia o memorialista. A lógica do negativo, da ausência, marca o comentário. Sem dúvida, havia a câmara municipal. Havia não só engenheiros, mas mesmo fiscais que se ocupavam em fazer valer os preceitos adotados quanto à delimitação dos usos do espaço da cidade:

(12) Recorro à HOBBS, novamente: "Pois tal como à distância no espaço os objetos para que olhamos nos aparecem minúsculos e indistintos em seus pormenores e as vozes se tornam fracas e inarticuladas, assim também, depois de uma grande distância de tempo, a nossa imaginação do passado é fraca e perdemos, por exemplo, muitos pormenores das cidades que vimos, das ruas, e muitas circunstâncias das ações. Esta sensação diminuída, quando queremos exprimir a própria coisa (isto é, a própria ilusão), denomina-se imaginação, como já disse anteriormente; mas quando queremos exprimir a diminuição e significar que a sensação é evanescente, antiga e passada, denomina-se memória. Assim a imaginação e a memória são uma e a mesma coisa, que, por razões várias, tem nomes diferentes", HOBBS, op. cit., p. 16.

(13) Carl von KOSERITZ, op. cit..

"que a Camara ordene aos Fiscaes q. cumprãõ restric tãnte. A Postura que diz respeito a Cabras e cães que vagãõ pelas ruas d'esta Cidade" (14).

A longa digressão de um parecer, em 1860, propõe a apresen tação, por engenheiro, de uma planta e plano de construção das casas, traçando as praças e ruas que deve ter a cidade, sua "direcção e di mensões". Sua preocupação é que "no decurso dos annos se consiga o aformoseamento da Cidade". Acomodar "empregados publicos, estudantes, artífices e commerciantes que não querem a residencia a longa distan cia do centro", implicava, no entender do relator, em emprestar à ci dade a aparência com que fosse possível reconhecer os sinais de civi lidade:

"Nem me consta que haja em pais algum Cidade dig na de ser tomada por modelo onde se deixe raso um vasto terreno no meio da povoação para logradouro de animaes" (15).

A imaginação de cronistas e viajantes produz uma impressão no leitor: São Paulo parece circular sobre si mesma, acanhada como um burgo ou rude como uma aldeia. Representações do tempo de "antes" conduzido infinitamente, como se fosse impossível reconhecer os sig nos de qualquer elemento que ultrapassasse a sonolência e a beatitu de com que se deparavam os comentadores. Mas o tom com que se descre veu a cidade não era complacente. Não se desejava um modelo, já em 1860? É verdade que "no decurso dos anos" a aparência de vilarejo in teriorano e rural persiste, a julgar pelas sugestões da administra ção:

"art. 1º: Hé expressamente prohibido cabras sol tas pelas ruas da cidade.

art. 2º: Todas as veses que forem encontrados es ses animaes pelas ruas serão levados para um lu

(14) Atas da Camara da Cidade de São Paulo, expediente da sessão de 12/4/1860.

(15) Atas da Camara da Cidade de São Paulo, parecer da sessão de 19/7/1860.

gar onde serão postos em asta publica para o seu producto ser aplicado aos melhoramentos da cidade.

art. 32: Igualmente é prohibido a criação de galinhas pelas ruas" (16).

Sem dúvida, o contraste entre cidade e campo está presente na preocupação dos comentadores. Associações ao nível das idéias e das atitudes emocionais, da literatura e da própria historiografia, cristalizaram-se conceitualmente, desde há muito tempo, em torno da oposição entre o campo (vida natural, nostalgia de relações e laços afetivos para sempre perdidos, atraso, limitação da capacidade humana, "pureza", etc...) e a cidade (artificialismo, movimento, magnificência, circulação de homens, objetos e idéias, progresso, etc...) (17).

Quando administradores e viajantes reclamam da aparência "primitiva" de São Paulo, é evidente a referência: o arcaísmo não está vinculado à persistência da vida campestre, mas à ausência dos paradigmas definidores da urbanidade como sinais de uma cidade civilizada.

São Paulo será vislumbrada por esta ausência reiterada de uma visibilidade identificadora: será descrita como sombria e melancólica, desta espécie de melancolia que a projeta num mundo sem tempo, circular e presa dos "fantasmas da cidade antiga" (18).

(16) Atas da Camara da Cidade de São Paulo, sugestão de postura da sessão de 22/10/1871.

(17) Raymond WILLIAMS, O campo e a cidade (na história e na literatura), SP, Cia. das Letras, 1989. Quando se extingue uma forma de vida campestre? pergunta o autor. Quando, na Inglaterra, foi destruído um ritmo de vida especificamente rural? A questão é um problema de perspectiva, de análise precisa de cada movimento retrospectivo, de capacidade crítica, para WILLIAMS: "Até onde nos levará esta escada rolante? Uma resposta óbvia: ao Éden", p. 25.

(18) Título do livro de Miguel MILANO, Os fantasmas da São Paulo antiga (estudo histórico-literário da cidade de São Paulo), SP, Editora Saraiva, 1949. Para o tema da "sonolência" na história e sua relação com uma Teoria da História social, a referência obrigatória é HEGEL. Fora dos limites deste trabalho, reme
(Continua...)

Qual a impressão destes comentadores a respeito da cidade de São Paulo?

Sua população, como sua geografia, é desordenada, submetida à natureza hostil e sem atrativos. Atrofiada pela ignorância, reclusa e grave, parece esterilizada pelos seus próprios referenciais: privacidade, valores antiquados, criatura arruinada, impenetrável e opaca.

Cidade das trevas e das sombras, cidade retraída. Os atributos que a definem são, por essência, doentios: a melancolia, a esterilidade, a impressão fantasmagórica. Influência do meio, ausência de história? Procuremos os sinais que inspiraram as definições.

Não há água encanada na cidade. São Paulo possuía em 1876, uma torneira para cada 719 habitantes - 6 chafarizes de 4 torneiras. O abastecimento se dava, sobretudo, pela livre utilização das vertentes, rios e ribeirinhos da cidade, distribuído por carroceiros de porta em porta. A proposta de um contrato de abastecimento prevê o encanamento à habitação do comprador ao preço máximo de 1 e 1/2 real o litro (19).

"as águas dos nossos poucos chafarizes não são de boa qualidade; pelo comodo e pela facilidade de obtenção, uma grande parte da população usa das águas de cisternas, que são inferiores àquelas, socorrendo-se, ainda, mesmo no tempo em que os chafarizes mais abundão, às do Rio Tamanduatehi, tão saturadas de imundicies" (20).

(... continuação da nota 18)

to à análise do tema em Paulo E. ARANTES, Hegel: a ordem do tempo, SP, Polis, 1981; Nelson Gonçalves GOMES (org.), Hegel: um seminário na Universidade de Brasília, Ed. UnB, 1981 e Roberto ROMANO, Corpo e Cristal: Marx romântico, Rio de Janeiro, Guanabara, 1985.

(19) Segundo os itens do contrato apresentado pelo Presidente da Província em Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo, em 2 de fevereiro de 1876.

(20) Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província no dia 2 de fevereiro de 1870.

"As raríssimas vertentes dos arrabaldes desapparecem, os poços particulares escasseão o costume do fornecimento; os chafarizes, aqueles nossos chafarizes dos tempos normaes, miseros e mesquinhos, esses agora inuteis, seccos e irritantes phantasmas que unicamente servem para aggravar o desespero publico. Não ha agua para beber, os chafarizes são mythos..." (21).

"Phantasmas" e "mythos": fenômenos atribuídos, na crônica jornalística, à imaginação, destituídos de qualquer existência empírica, isto é, visível, ilusão provocada por formas secas e inúteis, invertidas as suas funções, relegadas à providência divina, como na terra prometida. Reino da necessidade absoluta, a única credibilidade retorna à própria natureza, considerada pródiga e complacente:

"Vamos ter mais agua em São Paulo, do que tiveram os israelitas manãs no deserto. O mes aquoso aproxima-se, e a caixa vae receber porção d'agua sufficiente para innundar a Capital, se tanto fôr preciso. Viva a fartura!" (22).

O fornecimento de água - ou sua ausência - parece constituir, aos olhos dos comentadores e administradores da cidade, uma espécie de atributo formativo e civilizador. Sem este, mergulho na anti-história, por excelência submissão aos desígnios naturais insondáveis e, nem sempre, benevolentes. Submissão ao acaso, sobretudo. Tempo do mito, retorno cíclico sem que nenhum artifício venha lhe introduzir nova ordenação. Paisagem anunciada pelo contorno geográfico, ausente do tempo da história, imersa na mítica natureza harmônica, a cidade não pode ser reconhecida senão através da negação dos elementos vitais de construção de uma segunda natureza. A ausência de abastecimento de água denuncia uma cidade insalubre e doente:

(21) A Província de São Paulo, 31/12/1875.

(22) O Cabrião, nº 5, 28/10/1866.

"É indispensável attender-se para o asseio da cidade: é esse um dos meios de evitar o aparecimento de enfermidades, que annualmente fazem notavel ceifa de preciosas vidas" (23).

"Falta-lhe até o abastecimento de agua potavel, uma das condições essenciaes da salubridade" (24).

Memória produzida pelas imagens negativas. São Paulo visitada como o espaço da improdutividade, ausências, secreta. São Paulo inscrita numa anti-história, percebida como espaço da natureza, recusa do artifício, ausente qualquer polimento que permita o exercício da civilidade. Uma oposição também construída pelos comentadores, que ao denunciarem seu caráter doentio, reiteram as representações de uma cidade reclusa e imersa na natureza.

Mais uma ausência se impõe: as personagens - excluídas das descrições - são pura virtualidade da composição da imagem da cidade. As primeiras impressões dos comentadores de São Paulo remetem a duas imagens expressivas desta representação "naturalizada": lembranças de uma "cidade desértica" e de uma "cidade estéril", ambas referentes ao campo da doença, da falta, do descolorido. Os habitantes (des) aparecem - pela negação - despossuídos de qualquer racionalidade, sem que os artifícios e a "regularidade" das casas possam inscrever-lhes na história.

Lembrança de uma cidade desértica

"Não há regularidade na edificação de suas casas" (25).

(23) Relatório da Repartição de Policia da Provincia de São Paulo, encaminhado ao Presidente da Província no ano de 1871.

(24) Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, em 2 de fevereiro de 1872.

(25) Idem, ibidem.

A memória de viajantes e administradores insiste no caráter ingênuo da cidade "triste e quasi desanimada". O que define, para estes comentadores, o aspecto "primitivo" da cidade de São Paulo?

As memórias buscam a descrição: são viajantes de passagem por São Paulo, ocupados em anotar, metodicamente, o que vêem. Alguns em viagens oficiais, como o suíço J.J.TSCHUDI, especialista em batráquios, cuja Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo é orientada para o estudo dos problemas da imigração suíça no Brasil. Anota tudo o que vê, com o gosto de quem coleciona as informações, como bom cultor das ciências naturais do século XIX...

Ou o missionário Daniel P. KIDDER, no Rio desde 1837 e ocupado em distribuir bíblias e registrar suas Reminiscências de Viagens e Permanências nas províncias do sul do Brasil entre 1837 e 1840.

Robert AVÉ-LALLEMANT, médico na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, na metade do século, publica em Leipzig em 1859 as memórias de suas Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, preocupado com a situação de alemães imigrados para o Brasil, submetidos ao sistema de parceria, e pouco secundados pelo governo brasileiro no que se refere ao acesso à pequena propriedade. Sua passagem pela cidade é rápida, mas suficiente para observar os atos "vândalos" praticados pela população:

"E dá na vista e deve ser considerada como um regresso à tatuagem e à grosseria dos índios que a mocidade acadêmica de São Paulo tenha coberto de más inscrições uma Vênus saindo do banho (no Passeio Público)" (26).

(26) Robert AVÉ-LALLEMANT, Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858), Ed. Itatiaia/EDUSP, Col. Reconquista do Brasil (nova série), v. 18, 1981, p.333. Para a análise da figuração do narrador-viajante na prosa de ficção brasileira, consultar Flora SUSSEKIND, O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem, SP, Cia.das Letras, 1990.

Carl von KOSERITZ, a descrição mais completa entre viajantes de passagem por São Paulo no século XIX, anota em 1883, depois de 33 anos no país, as Imagens do Brasil recolhidas como impressões e descrições "da vida e de vários acontecimentos", mas comentadas com referências estatísticas - "base para qualquer argumentação". Talvez um dos mais edulcorados e complacentes comentadores da cidade, KOSERITZ observa-a como um pintor do bucólico descrevendo sua paisagem:

"Estamos na poética cidade de São Paulo... Quando chegamos ainda brilhavam os bicos de gás" (27).

Além dos viajantes estrangeiros, Pessanha PÓVOA em 1870, Emílio ZALUAR no mesmo ano, Eduardo PRADO em 1895, Alfredo Moreira PINTO em 1900, Firmo de Albuquerque DINIZ (Junius) em 1882 e C. Caldeira BRANDT em 1890, entre outros, publicam suas notas, lembranças acadêmicas, peregrinações, memórias e descrições comparativas sobre São Paulo. O olhar e as impressões sobre o aspecto da cidade mantêm o mesmo distanciamento necessário aos fotógrafos ou aos estrangeiros. Duas ordenações são possíveis: ou se introduzem as datas comparativas ou se descrevem os aspectos e os costumes por oposição a dois paradigmas, Rio de Janeiro e Paris (28).

São Paulo era, pela descrição dos seus comentadores, uma triste e silenciosa cidade, mergulhada num sono letárgico e presa de antigos hábitos herdados da colonização portuguesa e bandeirante, alma refletida em sua arquitetura de taipa (29).

(27) Carl von KOSERITZ, op. cit..

(28) Alfredo Moreira PINTO, op. cit., descreve São Paulo em 1900, comparando-a à sua visita anterior de 1870. KOSERITZ, op. cit., vem do Rio e Caldeira BRANDT, vindo de Ouro Preto, afirma: "aquilo é uma Paris em ponto pequeno", Memórias d'um estudante (1885-1906).

(29) A respeito da arquitetura paulista no século XIX, consultar: Carlos A.C. LEMOS, Alvenaria Burguesa, SP, Nobel, 1985; São Paulo, sua arquitetura: colônia e império, 2ª edição, Cia. Editora Nacional, 1979.

"A construção ainda não se afastou da arquitetura pesada, monótona, quasi tosca, que a mãe-pátria nos ensinou" (30).

"Alguns edifícios são de pedra, entretanto, o material geralmente empregado na construção de casas é a terra que, depois de levemente molhada po de constituir sólida parede (...) Prestam-se (...) para receber um bom acabamento tanto interno co mo externo e são, em geral, cobertas com amplos telhados que as protegem contra a chuva.

(...) As casas da cidade são, geralmente de dois pavimentos, dotadas de sacadas que às vezes le vam rótulas (...)

(...) A brancura dos prédios contrasta admiravelmente com seus telhados vermelhos (...) Em São Paulo, a cor da pintura das casas varia em al guns casos entre o amarelo palha e o rosa pálido" (31).

O observador paciente descreve também o arranjo interno das moradias paulistas:

"área interna que serve para arejar os dormitórios, sistema esse tanto mais indispensável quanto é hábito generalizado manterem fechadas com pesadas folhas, as janelas que dão para a rua (...) o an dar inferior serve às vezes para casas de comér cio, outras vezes para cocheira ou estábulo (...) no andar superior, a sala de visitas e a de jan tar, entre as quais existem, invariavelmente, al covas que servem de dormitórios (...)

(...) na sala de visitas, sofá, com assento de pa lhinha e três ou quatro cadeiras dispostas em alas rigorosamente paralelas (...) Quando há visitas, as senhoras sentam-se no sofá e os cavalheiros nas cadeiras" (32).

(30) Firmo de Albuquerque DINIZ, Notas de Viagem, SP, Coleção Paulística, vol. V, 1978; 1ª edição: 1882.

(31) Daniel P. KIDDER, Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Sul do Brasil, Itatiaia/EDUSP, Col. Reconquista do Brasil (nova série), v.15, 1980, p. 207.

(32) Idem, ibidem, p. 208. Para o estudo dos interiores, ver: W. BENJAMIN, Sens Uni que, precedé de Enfance Berlinoise, Paris, ed. Les Lettres Nouvelles, 1978.

Uma cidade irregular, de ruas estreitas e intransitáveis, espalhadas numa configuração geográfica adversa, insubmissa à intervenção arquitetural, tristonha e sem movimento, restrita e repetitiva, melancólica e grave, carente de festas e diversões públicas, voltada para o interior das casas e das famílias, onde rótulas interditem o olhar curioso, monótona e inteiramente absorvida por um passado colonial, rude, presa a uma herança bandeirante valorosa mas infensa às transformações, uma cidade não muito arejada e higiênica, sem água e sem luz.

As ruas silenciosas, pequenas e tortuosas não favorecem a circulação ou o passeio. Abertas ao acaso das necessidades, ausente o traço calculado e geométrico que facilite o alinhamento, as ruas não definem o uso do espaço da cidade com civilidade e gosto. O critério do embelezamento, sem dúvida e insistentemente, é o contraponto para a reforma da monotonia e da desigualdade. Uma outra perspectiva estará em pauta quando se tratar da técnica construtiva como exemplo da intervenção calculada. Mas, voltemos às primeiras impressões:

"Suas ruas são acanhadas e construídas sem um traçado geral. Os passeios são estreitos e a pavimentação é feita com uma rocha ferruginosa que muito se assemelha à pedra arenosa vermelha" (33)

Imagem da apatia, ausência de humor, severidade impressa também na aparência da população, demograficamente irrelevante e voltada para si mesma:

"Num círculo pouco numeroso, encontramos algumas personagens de destaque na vida da cidade, e divertimo-nos o quanto é possível alguém divertir-se nas severas e cerimoniosas reuniões brasileiras"(34).

(33) Idem, *ibidem*, p. 206.

(34) J.J.TSCHUDI, *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, Ed.Itatiaia/EDUSP, Col. Reconquista do Brasil, nova série, v. 14, 1980, p. 127.

Em 1900, mesmo a sede do governo, construída em 1880, parece submetido a um primitivismo rude:

"o palacio do governo é um edificio antigo, baixo, sem simetria na sua fachada e debaixo do ponto de vista architectonico uma verdadeira monstruosidade (...) grande, sem regularidade nas suas divisões internas, com salas umas grandes e outras pequenas, espalhadas sem ordem nem symetria (...)" (35).

Um comentador em 1932 referindo-se ao passado da cidade paulista, observa:

"tem-se a impressão de que se é espreitado por toda parte; entretanto, as ruas de São Paulo são quasi desertas" (36).

As ruas são intransitáveis. Referindo-se à Rua de Santo Amaro, o cronista anota:

"rua quiçá dos diabos, que nunca daquele santo. Tortuosa, grimpante, esburacada, triste: sorte de ruela romanesca, propícia a delombamentos e derriços" (37).

A sujeira, produto da inércia administrativa, traduz o estado deplorável das ruas desalinhas, desertas, cheias de imundície, enlameadas, para onde habitantes desacostumados à ordem pública prolongam o espaço de suas vidas privadas, parecendo desconhecer, solememente, os preceitos primários de urbanidade. Por mais que os atos administrativos ou a fiscalização procedam à regularização e controle da sujeira e dos miasmas insalubres, são frequentes as reclama

(35) A. Moreira PINTO, op.cit., p. 68-9.

(36) Edmundo AMARAL, Rotulas e mantilhas (evocações do passado paulista), ilustrações de Belmonte, RJ, Cia. Brasileira Editora, 1932.

(37) Valentim MAGALHÃES, citado em Ernani da S. BRUNO, Histórias e Tradições da Cidade de São Paulo, 3 vols., SP, Ed. HUCITEC/Secr. Municipal de Cultura, 1984, 3ª edição, v. 3, p. 978-9.

ções nas Atas da Camara ou mesmo nos relatórios de presidente da província a respeito da desobediência reiterada destes princípios:

M. Benedita "é multada em 6\$rs. por conservar agoa immunda no cano de sua casa" (38)

José Maragliano é "multado por deitar lixo nas ruas" (39).

A Camara preocupa-se "em fazer multar aquelles moradores que por desleixo deixão suas frentes com matto crescido, como se vê em parte da rua de S. José, Alegre, Sta. Iphigênia e outras muitas, acontecendo que os esgotos e calçadas de algumas d'ellas achão-se cobertas de matto com mais de meia braça de alto, tornando-se indecente e prejudicial na estação chuvosa" (40).

"É preceito municipal que as testadas das casas sejam conservadas em estado de asseio, pelos respectivos moradores; entretanto, diariamente observa-se que o lixo do interior das casas é removido para as ruas e praças. Há ruas bem frequentadas, que estão transformadas em esterqueiros!" (41).

Além da irregularidade, "menos ha um systema de esgoto que obste constantes exhalações miasmaticas" (42).

A preocupação do Estado quanto aos usos do espaço público não se restringe, obviamente, ao século XIX. Há pouca demarcação entre o espaço público e o espaço privado na experiência dos moradores na cidade. Estabelece-se uma espécie de relação mimética entre os mo

(38) Atas da Camara da Cidade de São Paulo, expediente de 10/08/1861.

(39) Idem, ibidem, expediente de 25/09/1861.

(40) Idem, ibidem, proposta de postura de 10/02/1870.

(41) Relatório da Repartição de Polícia encaminhado ao presidente da Provincia de São Paulo, 1871.

(42) Relatório presidencial apresentado à Assembléia Legislativa, em 1872.

radores e a administração, no sentido da ausência de "civilidade", espaço público submetido às arbitrariedades do uso doméstico e privado da cidade (43). A administração da cidade, encarregada desta ordenação, é criticada pela sua ausência e passividade:

"Foi num dos dias da semana passada, mencionado em todos os calendarios; era pouco mais de meio dia, tinha chuído, e a Camara Municipal fôra apanhada com a bocca na botija, porque as ruas ostentavam, com orgulho monarchico, volumosos tapetes de excelente lama" (44).

As referências são ainda a ausência, a apatia, imagens produzidas pela negação. São Paulo percebida como uma cidade paralisada. Paisagem repetida infinitamente, como a descrição de uma cidade "natural".

. Memória de uma cidade estéril

O Largo do Rosario convertia-se "no espaço noturno da bruxaria dos escravos" (45).

No álbum de fotografias, a rua do Rosario, beco sinuoso e de terra, abriga casinhas de um só pavimento, em taipa, e os poucos homens flagrados pelo instantâneo aparecem diminuídos e desfocados (46). Nesta rua, perto do Beco da Cachaça, localiza-se a Igreja do Rosario, irmandade de pretos livres depois transferida para o Largo

(43) Veja-se, na pesquisa de Janice Theodoro da SILVA, São Paulo (1554-1880): discurso ideológico e organização espacial, SP, Ed. Moderna, 1984, a distinção operada entre o público e o privado já em período muito anterior da história paulista.

(44) O Polichinelo, nº 33, 6/11/1876.

(45) Paulo Cursino de MOURA, São Paulo de outrora (evocações da metrópole), Itatiaia/EDUSP, Col. Reconquista do Brasil (nova série), v.25, 1980, p. 76.

(46) São Paulo antigo: 1860, álbum de fotos, sem data de publicação, AESP.

do Paissandu. As casas eram provavelmente as quitandas e residências de ex-escravos que mercadejavam com doces, geléias e empadas.

São Paulo podia apenas ser vislumbrada pelos comentadores. Cidade sombria, é difícil perceber-lhe o interior, além do contorno. Pinceladas esmaecidas e soturnas da cidade pouco iluminada. A escuridão parece penetrar toda descrição. Não há luz suficiente para revelar a alma da cidade. Melhor, taciturna e reservada, envolta em névoas permanentes por culpa da sua localização, São Paulo é pura impressão descolorida. As casas são escuras, as ruas demasiado estreitas para fazer penetrar a luz, os habitantes recolhidos e circunspetos se apresentam sombreados e distantes nas fotos, os tons escolhidos para descrevê-la são cinzentos. Nenhuma luminosidade que arranque do torpor em que está imersa. Representação dos fantasmas noturnos - mortos redivivos, ladainhas de escravos, sombras esgueiradas para dentro das casas, olhares furtivos por detrás das rótulas - iludindo a percepção.

Configuração de uma tristeza permanente que amolda as coisas e os espíritos. Imersão num estado de letargia que inibe o movimento, cidade taciturna habitada por homens rudes, pálidos e vitimados pelo isolamento. A monotonia se estende como marca e como desequilíbrio das funções, retardamento e enfraquecimento dos sentidos e da inteligência. A melancolia,

"nos povos, como nos indivíduos, é a sequência de um quadro de psicopatia: abatimento físico e moral, fadiga, insensibilidade, abulia, tristeza (...)

O fato é que há povos alegres e povos tristes"(47).

(47) Paulo PRADO, Retrato do Brasil (ensaio sobre a tristeza brasileira), 7ª edição in Província & Nação, RJ, Livraria José Olympio Editora, 1972, Col. Documentos Brasileiros, v. 152, p. 196. A repercussão desse texto, escrito em 1928 e na 4ª edição em 1931, é elucidativa. Dos maiores repositórios de imagens tornadas dominantes a respeito do "caráter" brasileiro, fonte inesgotável (Continua...)

A cidade é escura. A iluminação à gás só se estende nas últimas décadas do século. Os primeiros bicos de gás são de 1872 e restritos a algumas ruas. Antes deles, os acendedores de lampiões são vistos nos fins do dia, personagem ainda assim rarefeita em muitas das ruas da cidade. Mais frequentes, os guardas urbanos encarregados de policiar a cidade, ridicularizados pela população e pela imprensa, vislumbrados como "morcegos" ou "assombrações", fantasmagorias ocultas pelas sombras. Em 1883, apenas as ruas da Imperatriz, de São Bento e o Largo do Rosario eram iluminadas pelo novo sistema (48). Os combustores à querosene, trêmulos e pálidos, ainda se encarregavam de proteger os solitários transeuntes.

Imaginamos Macario, personagem de Alvares de Azevedo, conduzido por Satan, aproximando-se da cidade:

"Daqui a cinco minutos podemos estar à vista da cidade. Há de vê-la desenhando no céu suas torres escuras e seus casebres tão pretos de noite como de dia, iluminada mas sombria como uma essa de enterro" (49).

(... continuação da nota 47)

vel de idéia tornada lugar-comum. A tristeza, produto da luxúria e da cobiça, desregramento de homens submetidos às paixões mais vis e próximas da bestialidade indolente, marca de raças, de clima, de hábitos, informa a constiuição de imagens fortíssimas e recorrentes na política. Colaborador de Monteiro LOBATO, na Revista do Brasil, discípulo e admirador de Capistrano de ABREU, Paulo PRADO - nascido em São Paulo em 1869, onde matriculou-se na Faculdade de Direito em 1884, em 1887 fundador da Sociedade Promotora de Imigração, um "morador da Av. Higienópolis" e anfitrião de Le Corbusier em 1929, amigo de Warchavchik e espécie de patrocinador da Semana de Arte Moderna - talvez representante, à frente de muitos outros, a formulação mais contundente a propósito da impressão sombria que lhe causa a cidade de São Paulo. Debilidade de caráter, inibição do comportamento, reclusão interesseira, fenômeno de psicopatologia, enfim. Fantasia capaz de reunir, numa "vista panorâmica", as impressões dispersas em outros comentadores e produzir no leitor esta espécie de memória "iludida" pelas próprias representações.

(48) Ernani da S. BRUNO, op.cit., p. 1020.

(49) Alvares de AZEVEDO, Macario, RJ, Ed. Fco. Alves, 1987, 2ª edição (1ª edição: 1855).

Definitiva submissão às sombras, ausência do artifício iluminador, ironia da natureza, mergulho nos desígnios insondáveis da noite, a própria lua personalizada na charge do jornal humorístico, reclamando a intervenção administrativa:

"Sr. Cabrião, peço-lhe que declare ao público: que pelo meu contracto com o governo, não sou obrigada à allumiar a cidade em noutes de chuva. Quem quizer luz em taes noutes, contracte-a com o em presario de illuminação à kerosene" (50).

Retoma-se a imagem privilegiada da descrição, o impasse da constituição da própria cidade: mantida numa espécie de "estado de natureza", onde se busca o movimento? Reconhecida como antiquada e viciosa, porque submetida ao entorpecimento doentio, projetada para o reino da noite, a cidade de São Paulo mal se deixa entrever, presa da memória de uma cidade melancólica.

"Apesar da majestosa natureza que a circula, da elevação em que se acha collocada e do ameno clima que a bafeja, a cidade de São Paulo é triste, monótona e quasi desanimada" (51).

Aridez, esterilidade, melancolia: penetramos, enfim um pathos. A cidade só é reconhecida através de um exercício descritivo, de uma coleção fragmentada de espaços esvaziados e descoloridos. Repetimos à exaustão as imagens mórbidas da "origem".

A melancolia, monstruosidade da combinação desequilibrada de partes fragmentadas, composta de elementos heterogêneos e reunidos irregularmente (52), estado mórbido do espírito, abulia crônica, ausência de vontade e ímpeto, descreve e orienta as impressões de comentadores da cidade de São Paulo. Refletida no traçado das ruas e

(50) O Cabrião, nº 17, 27/1/1867.

(51) A.E. ZALUAR, op. cit.

(52) Vide nota 10, cap. 1.

das construções, impressa no caráter grave e taciturno dos habitantes, nem por isso impede a identificação da cidade: espaço desértico, ausente a intervenção equilibrada e regular. A justaposição desordenada de elementos arcaicos e desconexos conduz ao espaço ermo, inóspito e desarmonioso.

Para a antiga medicina grega - o 'corpus' hipocrático - lei go e dessacralizado - o equilíbrio proporcionado pela mistura adequada dos "humores" (sangue, flegma, bilis preta e bilis amarela) produz a saúde do corpo, enquanto os excessos, a ausência de proporção e de unidade interna conduz à doença. A arte médica-técnica e saber sobre o corpo doente e o espírito transtornado - procurando as causas das doenças no intuito de estabelecer os modos de ser da saúde, postulados intrínsecos ao próprio conhecimento médico, abandonando o princípio determinante de um elemento da natureza do homem (o ar), estabelece a existência dos quatro humores e das quatro qualidades - virtudes ou potências - da qual dependem estes fluidos (frio, quente, húmido e seco), presentes na natureza e no corpo humano.

A saúde consiste numa espécie de equilíbrio entre os elementos opostos e a doença, no fato de que um dos elementos estabelece o domínio sobre seu oposto. Para ela, concorre também o exame das qualidades inerentes aos alimentos, que podem modificar as características dos fluidos humanos (53).

De há muito que o saber médico e as descrições das doenças humanas encontram ressonância no campo da estética e da política(54).

(53) *De l'ancienne médecine*, (XIII-XVI), Textes et traduction. Devo este texto à Jeanne-Marie GAGNEBIN, em curso ministrado em 1986 do Deptº Filosofia do IFCH da UNICAMP: "Linguagem, Mito e Ação".

(54) Pode acompanhar, com proveito, as reflexões de M. Sylvia Carvalho FRANCO, nos cursos ministrados na UNICAMP, Deptº História, e na USP, nos anos de 1983, 1984 e 1985, a propósito dos fundamentos do liberalismo e das incursões da política pelo saber médico. Em especial, as referências de estudo da melancolia no renascimento, imagens e artifícios das elaborações da política moderna, me foram extremamente valiosas para a compreensão de uma imagem dominante na configuração de São Paulo como uma cidade sombria.

A melancolia, justamente a predominância desequilibrada de um elemento, constitui-se como uma doença do corpo humano, uma patologia observada como tristeza contínua, indiferença, indolência, ausência de tonicidade, de energia, de movimento. Debilidade de caráter, na expressão de Paulo PRADO. Alheamento ao mundo externo, recolhimento claustrofóbico, reclusão.

Aqui, retomemos a imagem da melancolia para a cidade:

As descrições desconhecem a nuance, não estabelecem contrastes que possam ser operados pela justaposição de cores matizadas pela luz. As representações sobre São Paulo não são impressionistas: a melancolia pode expressar-se pela ausência de cor, ausência de personagens, opção privilegiada pela gravura ou pela fotografia. O equilíbrio da saúde necessita a mistura, recorre ao múltiplo, aos contrários. Reproduz-se. Mas a imagem de uma cidade estéril recusa o movimento, assim como recusa a cor.

As descrições opõem natureza e história, ao privilegiarem a imagem da melancolia. A ausência do tempo histórico - elemento que trama o movimento das coisas - projeta a cidade para o inerte mundo das sombras. Imerosa na natureza, ausente o tempo da história, recorre-se ao reconhecimento do tempo de antes. Viajantes contam o que vêem, comentadores não se cansam de denunciar a fixidez e a paralisação, a temporalidade requerida é dupla: cronologia - artifício movimentador - ou vasculhar incessante da origem - ponto fixo que faz mover o tempo.

Explicitemos duas destas representações, como forças imaginárias contudentes: o jesuitismo e o romantismo literário.

Deixemos que as sombras cubram a cidade. Exercício de sensibilidade como (re)conhecimento? Astúcia da memória, capaz de penetrar o invisível?

2. O jesuitismo e as imaginações entorpecidas

Primeira identificação no interior das sombras: descrição da origem, localização da doença, dos componentes da formação da cidade. Comentadores penetram o significado de construções rudes e toscas remetendo a um arcaísmo jesuítico. O aspecto e a descrição da cidade - cinzenta e sem atrativos - são originados por esta herança:

"Tudo, nessa praça, parece monacalmente velho e impressão semelhante me deu São Paulo. Ali cheira a Temis e a velho jesuitismo" (55).

A descrição é a marca da narrativa. Mesmo quando apontado a permanência do rude e da simplicidade austera, o registro desta linguagem se transforma. A introjeção da fé jesuítica, calcada no indivíduo ardoroso, para dentro de si, significa, para os comentadores, a mesma forma arcaica que define a cidade. No entanto, remetida à origem, à causa e à descrição do edifício, o jesuitismo como marca da formação retira a cidade de sua "naturalização". Desconhecida a história, é certo, mas remetida ao momento anterior de sua "fundação". Da anti-história penetramos a pré-história, tempo original da criação. Por isso, se apegará aos detalhes arquitetônicos, às identificações sombrias e opacas cunhadas pela religiosidade desarrazoada. Sensibilidade percebida como tradicional e rude, sem polimentos, impressa nas construções pesadas e sem atrativos. Cidade irregular, distante a consciência estética da devoção moderna, formas desprovidas de expressão ou de significado.

A igreja não se oferece aos homens como criação artística, como ilustração de sua religiosidade, não se mostra como ornamento, deleite estético. Ao contrário: recolhe-se à rudeza e à simplicidade,

(55) R. AVÉ-LALLEMANT, op. cit.. Sobre a Companhia de Jesus no Brasil, a obra de consulta mais completa é a de Serafim LEITE, História da Companhia de Jesus no Brasil (9 vols.), RJ, Instituto Nacional do Livro, 1949.

símbolos da devoção austera, manifestação do sacrifício mundano aos designios divinos:

"São Paulo é rica em igrejas e conventos, alguns sem nenhum gosto arquitetônico. A catedral é uma destas construções carecentes de importância, mas se tornaria muito mais interessante se lhe adicionassem uma segunda torre. Os conventos são grandes edifícios cujo aspecto lembra quartéis, construídos com surpreendente irregularidade; as janelas, por exemplo, não se encontram todas no mesmo nível, nem são de altura igual" (56).

Nenhuma propensão para o luxo, nenhum relato onírico que profanize o sagrado, nenhuma arte que mostre a onipotente presença divina, nenhuma narração pictórica do sagrado e do intemporal: a pintura não é mencionada como adorno nem como relato religioso. A imagem dos conventos remete aos quartéis, talvez as fortalezas contra forças malignas, proteção que não seduz o profano mas o afasta, protegendo-se:

"A cidade de Deus é o refúgio, o lugar de segurança, onde as milícias celestes mantêm guarnição vitoriosa. Fortaleza inconquistável: as forças malignas, os fermentos de corrupção que ela anula, contra ela não podem prevalecer. A sua silhueta é portanto a de um castelo, dessas torres de pedra que os barões tinham edificado no fim do século XI nas torres do Loire e do Sena. Maciça, quadrada como elas, vigorosamente implantada, a frente da igreja coloca-se em posição dominante. Como a cruzada, assumindo a vocação militar da sociedade feudal, impele esta pelos caminhos da salvação. A coorte dos reis de Judá, de quem Jesus herdou a soberania terrestre, acolhe o povo fiel no limiar dumã cidadela" (57).

(56) J.J. TSCHUDI, op. cit..

(57) Georges DUBY, O Tempo das catedrais - a arte e a sociedade (980-1420), Lisboa, Editorial Estampa, 1979, p. 285.

É a imagem da fachada da igreja de Saint-Denis, uma abadia de modelo gótico, que G. DUBY está descrevendo. Mas a referência, para além da arquitetura, é instrutiva: formava o oratório privado da comunidade fechada, ao contrário da catedral, ligada ao renascimento das cidades no século XI, resultado de uma arte urbana, foco da irradiação do poder religioso, um santuário da cidade, iluminadora (p. 286).

As igrejas de São Paulo não possuem o vigor construtivo dos mosteiros franceses ou alemães - a taipa é o material desgastável e passageiro com que se edifica - mas constituem esta espécie de fortaleza introspectiva, vocação jesuítica e missionária convertida numa metáfora militar: todo o esforço estético se concentra no espaço interno, junção austera e disciplinada entre o temporal e o intemporal.

Pobreza e simplicidade: manifestação da miséria humana frente à presença divina. A ideia podia remeter à ética religiosa moderna da frugalidade e da probidade, matizando o caráter arcaico que os comentadores imputam ao jesuitismo. No entanto, associando estes pares, é a ausência de um caráter moderno originada da prática jesuítica que os autores reiteram. O sacrifício não busca a representação estética, rejeita a propensão para o luxo, resigna-se ao mistério e aos fantasmas, comportamento primitivo e submetido pelo medo supersticioso das forças que regem a vida e a morte (58).

Ofício da catequese: quartéis da reclusão religiosa, cidade da cruz, emblema de proteção contra todos os ídolos.

Mas o domínio da introspecção e do recolhimento jesuítico contradiz sua própria essência: uma finalidade exterior, uma pedagogia reformadora, a catequese. Se a Igreja-edifício arquitetônico não precisa da visibilidade, rejeita a iluminação, se as construções de

(58) A referência ainda é G.DUBY, op.cit., "O Mosteiro, 980-1130", p. 11-95.

taipa, jesuíticas, demonstram sua dimensão arcaica e pouco refinada, a obra missionária da Companhia de Jesus, projeto reformista-conservador, volta-se para o exterior, imprime suas sombras sobre toda a cidade:

"(...) e a causa está nos jesuitas que imprimiam seu jeito rude ao povo como aos edifícios, e o que é ainda mais, à natureza e ao próprio ambiente que as rodeava" (59).

As mesmas imagens melancólicas conduzem a percepção dos comentaristas frente à influência jesuítica que parece envolver a cidade em uma sombra espessa e viciosa. A descrição negativa, marcada pela ausência de movimento, pelo tradicionalismo, pelo recolhimento, pela irregularidade e arcaísmo arquitetônico, concebe a influência jesuítica como submissão à natureza rude e inculta. Submissão de efeito circular: produz, ao mesmo tempo, uma natureza recriada como arcaica, representação da sociedade viciosa e doentia. A cidade é concebida como uma sombra, nebulosa, e as sombras indicam o seu recolhimento. A cidade convertida na imagem da igreja. E para além da representação estética - marcada pela invisibilidade do templo religioso, assimétrico e irregular - a imagem privilegiada da igreja missionária: a recriação profética da natureza inculta e bárbara (60).

Natureza dos homens: artifício pedagógico que remete ao domínio do privado, introspecção taciturna impressa na alma rude e primitiva. A catequese produz uma segunda natureza, obra civilizatória, rejeição das aparências falíveis e insensatas. A ética identificada como missão sobre a barbárie, derrubada de ídolos pelo poder da cruz.

(59) E. ZALUAR, op. cit..

(60) O Tempo das Catedrais identifica três momentos da concepção da estética na Idade Média: o mosteiro, a catedral e o palácio. O momento plenamente moderno da arquitetura religiosa faz de Paris e do estilo gótico o foco e o modelo da irradiação artística de uma concepção iluminadora - "Deus é luz" - e na
(Continua...)

A igreja recolhe-se às sombras, no entanto. Reclusa, investe sua cruzada em nome da fé e do domínio da Cidade de Deus sobre a cidade dos homens; apazigua a cólera divina sobre a heresia pagã e a soberba humana: afasta as superstições primitivas e seus ídolos bárbaros, mas também rejeita a arrogância de construções diabólicas e ilusionistas.

A missão jesuítica é persuasiva: investe contra a "barbárie" de cantorias de escravos, faz do espaço da cidade a manifestação profana da atividade religiosa erigindo por todas as ruas conventos, igrejas e mosteiros de construção tosca porém multiplicada. São Paulo está repleta de igrejas e a ladainha repetitiva das missas, das encomendas das almas, das festas religiosas, procissões e "passos" é a repetição da mesma técnica formativa: torna pública a obra da catequese, investe nas suas representações, identifica a cidade como uma beata enrodilhada na mantilha (61):

"A catedral diocesana é bastante ampla, e, por ocasião de nossa visita, cerca de 20 clérigos cantavam a missa. Era grande a assistência, com acentuada predominância de mulheres (...). Em outra igreja de muito menores dimensões, havia também grande número de fiéis, e ainda aí tivemos ocasião de notar a mesma solenidade observada em todos os atos religiosos a que tivemos ocasião de assistir no Brasil.

(... continuação da nota 60)

jestosa da construção religiosa. Antes disso, a mobilidade das populações européias não impede uma profunda unidade em todos os níveis da cultura. Para G.DUBY, os missionários que saíam a implantar a cruz e difundir o Evangelho civilizador reuniam a mesma fé, os mesmos ritos, a mesma linguagem: "(...) pouco a pouco, no novo mundo, o governo da obra de arte fugia aos soberanos. Foram os monges que dele se apropriaram, porque os movimentadores da cultura faziam deles os mediadores essenciais entre o homem e o sagrado. Desta transferência derivam a maior parte dos traços de que se reveste então a arte do Ocidente" (G.DUBY, op. cit., p. 19).

- (61) As festas religiosas prolongam-se até o século XX: as festas da N.Sra. da Penha e as de Sta. Cruz do Pocinho, proibidas respectivamente em 1903 e 1908, são as últimas remanescentes de uma série: 1869, última procissão da Irmandade de S. Benedito; 1870, da Ordem Terceira do Carmo; 1872, de S. Jorge; 1878, o fim dos "passos" de algumas procissões. (Ernani da Silva BRUNO, op. cit., v.3)

A 25 de janeiro festejaram a conversão de São Paulo, padroeiro da cidade e da província (...) Os atos principais eram: missa, procissão e exposição de relíquias (...).

Às 5 horas da tarde a procissão saiu da catedral e desfilou pelas ruas principais ao som de um constante repicar de sinos. Toda a cidade estava a postos para assistir ao desfile do cortejo e as janelas e sacadas regorgitavam de espectadores, enquanto das casas das famílias ricas, pendiam finos damascos em honra ao padroeiro da cidade. Duas irmandades, uma de pretos, outra de brancos, marchavam em alas (...)

As imagens eram em muito menor número que de costume. De fato só havia três: a primeira representando a Virgem Maria com o menino Jesus; a segunda, São Pedro com as chaves e a terceira São Paulo. Fechando o séquito marchava o Bispo, assistido, de ambos os lados por antigos sacerdotes cujos vistosos paramentos eram pouco inferiores aos do Bispo. Um turíbulo queimando incenso, precedia o venerando diocesano já curvado sob o peso dos anos (...) Nas mãos levava um pequeno crucifixo contendo a hóstia à qual ele parecia orar devotamente. Em último lugar ia uma banda militar e cerca de cem simulacros de soldados em uniforme da "Guarda Nacional" (62).

A igreja - ou o jesuitismo - rejeita o poder temporal de obras arquitetônicas majestosas, recolhe-se à simplicidade da taipa mas expõe a sua autoridade na frequência das procissões, impõe para o mundo exterior os símbolos da catequese vitoriosa: os paramentos, as imagens dos santos e a cruz. Para a ética religiosa, a obra missionária é satisfeita quando sobrepõe ao mundo natural concebido como rude e primitivo as marcas da exteriorização da fé: introspecção, recato, solenidade. Obra pedagógica, portanto, introdução do artifício na natureza dos homens, a ordenação profética dos princípios constitutivos da própria razão religiosa. A fé, ou o governo da Igreja,

(62) Daniel P. KIDDER, op. cit., 209-212.

ancorados em propriedades essenciais como a antiguidade, a imutabilidade, a irreformabilidade, a perpetuidade, produz uma ordem admirável, uma harmonia em todas as partes do universo. "Dans aucune autre société on n'observe un pareil ordre, si beau, si exact et sans interruption" (63). A criação repousa numa natureza humana incerta e imperfeita, submetida às paixões. A pedagogia religiosa pretende-se dúplice: catequiza e civiliza, orienta a fé e elabora uma segunda natureza.

Recriação viciosa, no entanto, para os comentadores. Esta religiosidade indolente e desarrazada, projeta a cidade de São Paulo num artifício cujo resultado é o reino nefasto das sombras. Recolhida como uma beata, privatizada a vida urbana para dentro dos muros das igrejas, imersa na ladainha repetitiva e devota, a cidade é apresentada como um simulacro da própria ordem religiosa. A autoridade visível da igreja torna-se quimérica, desenraizada, pura ilusão: espectros da origem jesuítica impressos na "alma" da cidade.

As representações sobre a cidade de São Paulo no século XIX evidenciam a identificação de uma cidade arcaica, quando insistem na herança viciosa trazida pelos jesuítas. As descrições remetem à origem, espaço imaginário da criação. O arcaísmo - marca da própria formação da cidade - produz um conhecimento opaco e impenetrável de seus habitantes. Os registros de nascimentos e óbitos, a concessão de datas de terra, o controle das almas submetidas à administração jesuítica obscurecem a identificação, nebulizam a paisagem, negam a organização da cidade. Em 1860, um ofício encaminhado à Câmara Municipal tenta modificar a postura de 1832 que impede o sepultamento dos fiéis no próprio recinto da igreja:

(63) Carta de Albert BURGH - convertido ao catolicismo - à SPINOZA: "Toute votre philosophie qu'est-elle donc sinon une pure illusion et une chimère?" Lettre LXVII, Florence, 1675, in Oeuvres IV, Flammarion, Paris, p. 317-328.

"o direito de conceder às Ordens Terceiras do Carmo, a de S. Francisco e à Irmandade de S. Benedicto a faculdade de ter jazigos para sepulturas dos irmãos respectivos, importando isso a revogação de uma postura que creou o Cemiterio Municipal, e que prohibio o enterramento no recinto das Igrejas" (64).

Submissão da própria natureza à autoridade missionária e jesuítica... Reino das sombras e da imaginação perversa, ilusionista. Tempo das inversões:

Macario (a Satan): "Esta cidade deveria ter o teu nome.

Satan: Tem o de um santo: é quase o mesmo.(...) A cidade colocada na montanha, envolta de várzeas relvasas, tem ladeiras íngremes e ruas péssimas. É raro o minuto em que não se esbarra a gente com um burro ou com um padre" (65).

Natureza intocada, vícios recorrentes - "contavam-se cousas pouco edificantes quanto à moral dos monges" (66) - o obstáculo en contra-se na mediação necessária ali onde as sombras obscurecem a identificação. A cidade de aparência melancólica ilude o observador, dissimula sua constituição, provoca uma combinação grave e triste.

Para os comentadores e viajantes do século XIX, trata-se de buscar na descrição as origens do mal. O artifício ordenatório projeta para as imagens jesuíticas o momento da criação da cidade, ele esclarece a origem, revela, enfim, as sombras. Para a ordenação, há dois movimentos possíveis: ou a instalação de uma temporalidade dupla - o tempo de "antes" e o tempo do "novo" - ou a pura negação do tempo - uma origem circular à maneira monótona das contas de um rosário.

(64) ATAS da Camara da Cidade de São Paulo, sessão de 8/5/1860.

(65) Alvares de AZEVEDO, op. cit., p. 88.

(66) J. J. TSCHUDI, op. cit..

Santo ou diabo, dá no mesmo: a cidade se naturaliza, isenta de animação, recolhida à rudeza e ao obscurantismo. Vício deformador, ou imersão na natureza, anomia ou bestialidade, a idéia de um ethos religioso constitutivo da cidade de São Paulo faz da origem o tempo da identificação da cidade sombria.

A memória evoca esta sensibilidade nebulosa: a imaginação distanciada e a evanescência das sensações fortalecem-se através do reconhecimento metafórico do passado revisitado. A profecia jesuítica cumpre-se no instante exato em que as metáforas identificam a secularização da sensibilidade religiosa. Temos a impressão de penetrar - pela aproximação do sagrado e do profano - as sombras da cidade. Reeducação da sensibilidade fotográfica cativada pela narrativa de um "objeto melancólico", reconhecimento pedagógico da imagem:

"E dobram os sinos na friagem da tarde.

A cidade devota embrulha-se na névoa como uma velhinha em sua mantilha. Os sobradões de beirões longos têm um recolhimento religioso. Batem os sinos e a cidade põe-se a rezar..." (67).

(67) Edmundo AMARAL, op. cit..

3. Álvares de Azevedo: os "blue devils" da cidade

Quem vê, nas sombras?

Para os românticos, o poeta, único a reconhecer, nas trevas, as evidências autênticas de todos os mistérios. Sensibilidade profética por excelência, a revelação da noite como fonte inesgotável de todo o conhecimento.

O 'spleen' converte-se em chave da estética literária romântica, espécie de humor provocado pela solidão, pelo abandono, pela melancolia, pelo tédio. Sentimento contraditório da percepção do mundo: por um lado, mal-estar e desencantamento; por outro, visões fantásticas produzidas pelo isolamento e pela angústia. Dúvida do próprio engenho poético ou dúvida da sua capacidade inventiva. Melancolia, aparições fantasmáticas, imersão pretendida nas sombras, o poeta espreita gestos e ações como num jogo, capaz de revelar desejos secretos, possuidor de uma lembrança ancestral e documentada.

Vivenciar o 'mal do século', o profeta, o leitor para além do próprio leitor, missão do poeta-único capaz de interpretar a natureza humana -, de discernir entre os horrores, o charme e o encantamento produzidos pelo mundo empalidecido e sombrio.

Algumas das imagens privilegiadas referidas à cidade de São Paulo no século XIX nutriram-se desta estética e compuseram um repertório cultural fartamente identificado com o ideário romântico, neste período. Neste sentido, cabe ler em Álvares de Azevedo, autor de densidade psicológica considerável, a construção de uma sensibilidade literária identificada pelo 'spleen', percepção romântica da subjetividade poética distante do mundo, cultor da melancolia e das trevas (68):

(68) Este ítem busca apenas identificar os elementos que produzem uma impressão
(Continua...)

"Tudo morre, meu Deus! No mundo exausto Bastardas gerações vagam descritas" (69).

Movimento poético preparatório do Romantismo. Sentimento que identifica o desejo fáustico das transformações e a percepção da perenidade. Desconfiança da aposta otimista que incita o pensamento, que a natureza rejeita como vã. A desarmonia da repetição, do mesmo, do igual. Tudo se transforma em escombros, desenvolvido o gosto pela ruína, pela morte, pelo esquecimento. Tudo convida ao encantamento, também. Tempo de charmes e horrores, para Baudelaire. Mas a referência é também A. de Musset, Goethe e Byron. Se os ritmos da natureza - os ritmos vitais - estão em descompasso com os ritmos do pensamento, - singularidade humana -, a morte é a saída para o desequilíbrio, uma intoxicação prazerosa, o ultrapassamento do tédio angustiado. Uma morte desejada interiormente, um sono voluntário, o gosto pelo macabro - elementos, enfim, que recomponham a harmonia perdida, que reconduzam à essência, que ultrapassem o volátil das relações mundanas e das relações urbanas. São Paulo parece representar para o poeta este estado da alma, espaço do esfacelamento da própria vida, a ausência do vício, esquiva à mínima emoção, um "monstro delicado" que entorpece as imaginações.

"Nunca vi um lugar tão insípido como hoje está São Paulo. Nunca vi coisa tão tediosa e mais inspiradora de 'spleen'... a vida aqui é um bocejar infinito... Não há passeios que entretenham, nem bailes, nem sociedades, parece isto uma cidade de mortos... Nem uma cara bonita em janela, só rugosas caretas desdentadas e o silêncio das ruas é quebrado pelo ruído das bestas sapateando no la

(... continuação da nota 68)

sombria da cidade de São Paulo encontrados em A. de AZEVEDO. Muito menos, portanto, que um estudo literário, do Autor, ou do romantismo. Uma versão modificada deste texto foi apresentada no IX Encontro de História, org. pela ANPUH - Núcleo S.P., de 5 a 9 de setembro de 1988, como Comunicação coordenada (Imagem urbana na Literatura).

(69) "Gloria Moribunda" in A. de AZEVEDO. Poemas Malditos, RJ, Ed. Fco. Alves, 2ª edição, 1987.

drilho... Esse silêncio convida mais ao sono que ao estudo, enlouquece e entorpece as imaginações" (70).

A cidade - como o poeta - deve se cobrir de máscaras. O cotidiano prosaico, a aparência vislumbrada em ruas estreitas, becos imundos, nas relações mundanas e imediatas do poeta estimulam o sono interior, a passagem profunda para a densidade, revelam o outro lado da sombra. Os fantasmas são o produto do olhar nebulizado do poeta, único a conferir refinada sensibilidade e fantasia a um mundo por inteiro hostil e banalizado. Das trevas pode a poesia contornar a cidade, imprimir-lhe um aspecto - o fantasmal e noturno, parte que lhe constitui, percepção única de viajantes solitários.

"E além, lá ao longe, se levantava a cidade negra; e os lampiões, abalados pela ventania, pareciam esses meteoros que se levantam dos paludes e que as tradições do norte da Europa julgaram espíritos destinados a distrair os viandantes" (71).

São Paulo vislumbrada da noite é pura impressão que ilude e inverte as formas, mudando-lhes os significados: lampiões que não iluminam e não ser produzindo fantasmas nos espíritos antigos.

Em Álvares de AZEVEDO a luz dos artifícios não ilumina. Nem tampouco a natureza sugere mais do que ilusões fantasmagóricas. Ul

(70) "Cartas", 1848. Álvares de AZEVEDO nasce em São Paulo em 1831, para onde retorna depois de 13 anos vivendo no Rio de Janeiro. Estuda no Curso Anexo à Faculdade de Direito e domina o francês, o inglês e o latim. Em 1848 volta a São Paulo, aos 17 anos, para fazer sua matrícula na Faculdade de Direito da capital, onde permanece até 1851, morando com Bernardo Guimarães e Aureliano Lessa na Chácara dos Ingleses. Em 1853, é publicado postumamente o 12º volume de sua obra: "Lira dos Vinte Anos", pela Tipografia Americana, RJ. Os biografos indicam a leitura de Guizot, Rousseau, Kant, Hegel - talvez o primeiro leitor brasileiro - que conhecia em traduções francesas ou inglesas. São frequentes as citações de Shakespeare, Dante, Byron, Shelley, Lamartine, Hugo, em sua obra. Morre em 1852, antes de completar 21 anos. Cf. "Apresentação" de Rildon ROCHA aos volumes publicados pela Ed. Fco. Alves, 1982.

(71) Cartas, Álvares de AZEVEDO, 1848.

trapassar a aparência produzida pelas imagens é penetrar no estado interior ao mesmo tempo envenenado pelo prosaico e sublimado na poesia pelo reflexo do ideal. O real, a vida, não podem colorir a cidade. Descarnaria. "Não dá ao mundo objetivo cores tão azuladas como o nome britânico de blue devils" (72).

Como tece Alvares de AZEVEDO a trama tensionada de sua individualidade? Recorrendo à citação de Musset ("Les plus desesperés sont les chants les plus beaux") o poeta constrói a manifestação do mais íntimo, a magia do sentimento desesperado, o ideal contraposto, no entanto, às manifestações sensíveis de arte que imita a vida. Dialética da vida e do pensamento, nas palavras de Antônio CÂNDIDO (73), a recusa romântica da razão, a percepção do sublime no sofrimento, no desespero, na melancolia interior. Uma alternativa condenada a que o

(72) Prefácio de Alvares de AZEVEDO aos Poemas Malditos, Fco. Alves, RJ, 2ª ed., 1987, pg. 63.

(73) Antônio CÂNDIDO - Formação da Literatura Brasileira: Momentos decisivos. Itatiaia/EDUSP, 5ª ed., 1975, Vol. 2, pg. 31. Além deste estudo de Antônio CÂNDIDO, "Álvares de Azevedo ou Ariel e Calibã", outros dois textos deste autor são de excepcional valia para a compreensão da riqueza poética, em seu texto de Alvares de AZEVEDO: "Os primeiros baudelairianos" in A educação pelo verso e outros ensaios, SP, Ática, 1987 e "Cavalcada ambígua" in Na sala de aula: caderno de análise literária, SP, Ática, 1989, 3ª edição. Há um texto de João de Azevedo CARONE, "Álvares de Azevedo, um poeta urbano" publicado in Remate de Melhores, Revista do Departamento de Teoria Literária, IEL, UNICAMP, nº 7, 1987 que, lido tardiamente, me levou a acreditar que eu estava na pista certa: "Retirado o texto da psicologia individual, no entanto, ele se abre para a possibilidade de algumas generalizações. Uma delas é que o poema trata do homem urbano tal como este se mostra submetido à interiorização da atividade pessoal, ao desligamento progressivo da vida pública e ao trato dos objetos caseiros como veículos de identificação. Um passo adiante, não são alheias a este conjunto a relevância da fantasia compensatória no cotidiano empobrecido, nem a capacidade de verbalizá-la, que especializa o poeta; acresce o tom melancólico em que ele o faz e a ironia com que lida com os próprios sentimentos. (...) a conclusão a que se chega é que "Idéias Íntimas" são um poema que alcança eficazmente a sensibilidade contemporânea mais de um século depois de produzido; e que Álvares de AZEVEDO talvez seja o primeiro poeta urbano realmente moderno da literatura brasileira" (p. 5). Agradeço a F. Foot Hardman a indicação. Um artigo publicado no Folhetim em abril 1988 de Paulo FRANCHETTI analisa em Álvares de Azevedo, a estratégia do sono como aparta
(Continua...)

romantismo se expõe - a primazia do sujeito e do eu, ou a que se resolve nos símbolos das trevas, dos vapores, das névoas, da noite. A variada influência em Álvares de AZEVEDO remete para um campo de formulação bastante vasto: o decantado Byron, mas também Shakespeare, Novalis, Dumas, Corneille, Goethe, V. Hugo. Obrigaria a estudo mais acurado e paciente. Melhor acompanhar nas suas figuras - dissolutas ou angelicais, prosaicas ou espetaculares, virgens lânguidas ou mulheres prostituídas - algumas metáforas recorrentes da sombra, do diabólico e do desmedido. Sobra ainda, para redimir este romântico, a tentativa de reunir fragmentos de uma consciência perturbada, dilacerada mesmo, entre o convulso e o harmônico, entre o humano - a natureza - e a construção poética. "Goethe, depois do Werther criou o Fausto (...) Nos mesmos lábios onde suspirava a monodia amorosa, vem a sátira que morde". "O poeta é homem (...) - isto é, antes e depois de ser um ente idealista, é um ente que tem corpo". A poesia é uma "terra fantástica", "verdadeira medalha de duas faces". "Cuidado leitor, ao voltar esta página!" (74). Penetramos, a partir daí, na atividade espetacular da imaginação, escravos da ilusão e do misterioso.

"A ciência é falsa e esquivada". "Esse mundo é um logro - tudo é ilusão". A "filosofia é uma cripta escura onde se esbarra na treva. As idéias do homem o fascinam, mas não o esclarecem" debate Macário com Satan (75).

(... continuação da nota 73)

mento dos mundos físico e espiritual, um refúgio do poeta, recurso amparado pelas figuras femininas em seus poemas. Ainda cabe assinalar o estudo de Márcio de ANDRADE, "Amor e Medo" in Aspectos da Literatura Brasileira, SP, Martins, 1972, 4ª edição.

(74) Prefácio de Álvares de AZEVEDO aos Poemas Malditos, op. cit..

(75) Álvares de AZEVEDO, Macário, Ed. Francisco Alves, RJ, 2ª edição, 1987.

Para o pensamento romântico, só o poeta reconhece o estatuto da ilusão, do esquecimento, imbuído deste estado melancólico propício ao desequilíbrio doentio e lúgubre. Só a natureza produz a verdadeira harmonia, afirma Penseroso - personagem conflitante em diálogo com Macario. "O mundo é uma harmonia que se desfaz. Se desfaz numa saudade que se desfaz no esquecimento". "É uma propensão singular a do homem pelas ruínas". "A harmonia é maldita, cheia de veneno e de morte", responde Macario.

Penseroso morre, passando de pensativo a sombrio, de melancólico a triste. Suicida-se quando "saíram os primeiros raios do dia. O orvalho reluzia nas folhas das árvores do caminho". Macario cede a Satan "vendo uma sala fumacenta. À roda da mesa estão sentados cinco homens ébrios... Dormem ali mulheres desgrenhadas, umas lívidas, ou tras vermelhas... Que noite!" - "Que vida!" - responde Satan. O vinho é como o ópio, o Letes do esquecimento". Um - Penseroso, se desfaz na luz, o outro - Macario, penetra novamente as trevas.

O vinho, o charuto, a fumaça, o ópio, permitem a passagem para o invulgar, para o sobressalto diabólico das paixões. Nos sonhos, o poeta desenvolve sua imaginação, isto é, desfaz as imagens do labirinto das ruas, a aspereza do logro, das visões imediatas, recria o tédio como fonte de inspiração. Impossível não lembrar Baudelaire e o monstro nomeado:

"C'est l'Ennui - l'oeil chargé d'un pleur involontaire, [Il rêve d'échafauds en fumant son houka.]
[Tu le connais, lecteur, ce monstre délicat,] - Hy
pocrite lecteur, - mon semblable, - mon frère!(76)

A literatura romântica, nesta tensão habitada por anjos e demônios, neste diálogo alucinante com a natureza insondável do pró

(76) C. BAUDELAIRE, As Flores do Mal, Nova Fronteira, 1985, tradução de Ivan Junqueira, edição bilingüe.

prio homem sinonimizada em Álvares de Azevedo, - às vezes rocha, às vezes nervo, às vezes lodo, às vezes pó, às vezes fogo, - pela visibilidade de imagens azuladas - as metáforas de sua própria fantasmagoria, - constitui uma intrincada trama da subjetividade. O olhar no poeta é carregado de negatividade. A alma escuta, observa, vê, atenta. Os sons são discerníveis e harmônicos, iluminados, clarificados. Em Álvares de AZEVEDO os olhos só produzem alucinações: são tristes, perdidos, distantes, turvos. Quando ardentes, se escurecem. As descrições do que vê são redundantes: sombras, sonhos, a fada aérea, a lua pálida, nuvens, trevas, sono e morte. Poesia romântica, o espelho da alma.

Mantém, permanente, a linguagem da solidão e do isolamento. ("Meu quarto, mundo em caos"). A profundidade da alma, o próprio su jeito, permanece oculto nas trevas, na noite, nas sombras. O que é visível não guarda segredos, não tem solidez - "este mundo é monótono a fazer morrer de sono". Só o poeta, subjetividade completa, interpreta o mundo, atravessa as imagens, produz as inversões necessárias. Do opaco e do doloroso - materiais da poesia romântica e até da simbolista - se constrói a angústia, mediatização entre o poeta e o mundo. A literatura torna-se missão, na expressão de Antônio CÂNDIDO, re-vê o mundo, sacraliza-o (77).

A tensão está instalada - o homem de letras, o poeta, o profeta, "único capaz de interpretar a vida" (78) depara-se, contraditoriamente, com a matéria da sua imitação idealizada: o vulgar, a "turba embrutecida no plagiar e na cópia (...) É a miséria das misé

(77) Alcir LENUARO, Sacralização da Política, Papyrus/UNICAMP, 1986, desvenda a maneira pela qual as armas do convencimento e da persuasão política - "sacralizando o corpo do trabalhador" - estabelecem o culto de certos símbolos e imagens que, em larga medida, apóiam-se em metáforas orgânicas. Não é disto que trato aqui, mas valeu-me a expressão.

(78) Roberto ROMANO, "A fantasmagoria orgânica" in Corpo e Cristal, citado, pg.114.

rias". Mantém com ela uma dupla relação: fonte de suas imaginações e do seu ultrapassamento, escraviza-a (à natureza de homens embrutecidos), na configuração do Belo, harmoniza-a divinizando-a. A própria harmonia (que a mulher, a virgem etérea, por exemplo, encarna em Álvares de AZEVEDO)-, o ignorante a destrói, só retirando sons ásperos, que ressoam e, portanto, não educam, não penetram os "corações frios", as almas descuradas. A "plebe, corrupta e vil, só aplaude o manto do Tartufo", próxima das palavras fáceis e da razão seca e árida:

"O mundo tem razão, sisudo pensa,
E a turba tem um cérebro sublime!
De que vale um poeta -um pobre louco
Que leva os dias a sonhar - insano
Amante de utopias e virtudes
E, num tempo sem Deus, ainda crente?" (79)

Poesia, no entanto, redentora. "Palavras sonoras e vãs só retiram uma escala de sons e harmonias que àquelas almas loucas parecem idéias e lhes despertam ilusões como à lua às sombras" (80).

Imbuído do ideário romântico, no entanto é afastando-se dele que Álvares de AZEVEDO constrói uma literatura próxima aos modernos. A recusa de um romantismo de tipo nacionalista, ingênuo e campestre obriga o poeta a cultivar a alma e a redenção do sujeito, materiais preparatórios, talvez, do romantismo profético e missionário.

"O canto dos passarinhos, o luar sonolento, as noites límpidas" - entramos no reino do vulgar e do comum. "Amo as mulheres e odeio o romantismo", introduz Macario nas primeiras páginas.

Pela literatura, o romantismo prepara a dignificação do indivíduo cultivado (herança das Luzes que rejeita), mas também a impe

(79) Álvares de AZEVEDO, "Um cadáver de poeta" in Poemas Malditos, citado.

(80) Álvares de AZEVEDO, Macario, citado (grifos meus).

riosidade do dogma. A liberdade do particular, o cultivo da subjeti
vidade, o individualismo refinado transformam-se na propensão místi
ca, na doutrina, no princípio da totalidade, no Corpo (81).

Não é ao pensamento político romântico e conservador que nos remetem os poemas e peças em questão. No entanto, a "modernidade" literária de Álvares de AZEVEDO pode ser percebida também como a ins
talação do sujeito em um campo das formulações românticas que estabelecem uma espécie de "tirania da identidade". Diluída na totalidade percebida como a destruição do sujeito, é à intimidade que se reco
lhe o poeta. As transformações exteriores lhes aparecem como produto de sua própria mente, angustiada e propensa ao refúgio, sem trégua que lhe permita a estabilidade:

"Na minha mente
Fermenta um mundo novo que desperta"

O humor sarcástico, em Álvares de AZEVEDO, a veia satírica, permitem uma leitura matizada. O otimismo é insano quando se trata do dilaceramento da própria matéria-prima poética, do proselitismo da função literária. Ao "spleen" cultivado se sobrepõe a ironia deso
lada:

"Deixem-se de visões, queimem-se os versos.
O mundo não avança por cantigas.
Creiam do povilêu os trovadores
Que um poeta não val meia princesa.

Um poema contudo, bem escrito,
Bem limado e bem cheio de tetéias,
Nas horas do café lido fumando,
Ou no campo, na sombra do arvoredado,
Quando se quer dormir e não há sono,
Tem o mesmo valor que a dormideira" (82).

(81) Ver: Paul BENICHO, Le temps des prophètes: doctrines de l'âge romantique, Gallimard, Paris, 1977.

(82) Álvares de AZEVEDO, "Um cadáver de poeta" in Poemas Malditos, citado.

Perda da dignidade poética, diluída em conquistas prosaicas ou em discussões ilusórias, fragmentada no movimento das criações da técnica, dissolvida a inspiração, imposta a lógica de mercadores. Incita Penseroso:

"Esperanças! e esse descrido não palpita de entusiasmo no rodar do carro do século, nos alaridos do progresso, nas hosanas do industrialismo laurífero? Não sente ele que tudo se move - que o século se emancipa - e a cruzada do futuro se recruta?

- "Falais na indústria, no progresso? As máquinas são muito úteis, concordo. Fazem-se mais palácios hoje, vendem-se mais pinturas e mármore - mas a arte - degenerou em ofício - e o gênio suicidou-se" (83).

A poesia morre quando sujeita ao engenho e distante das névoas noturnas e profundas da subjetividade. Permanecer no prosaico, no quotidiano, é experimentar mais "mosquitos e sezões do que inspiração".

O contraste deve imperar por tudo. Do lodo provém a delicadeza, do anjo produziu-se o demônio, da mesmice o tédio, da cidade a doença, da sombra a luz, da languidez a devassidão, da imagem a fantasmagoria. Assim é São Paulo descrita por Satan a Macario:

"- Daqui a cinco minutos podemos estar à vista da cidade. (...)

Macario: - Tenho ânsia de chegar lá. É bonita?

Satan: Ah! É divertida!

Macario: Por acaso também há mulheres ali?

Satan: Mulheres, padres, soldados e estudantes. As mulheres são mulheres, os padres são soldados, os soldados são padres e os estudantes são estudantes: para falar mais claro: as mulheres são lascivas, os padres dissolutos, os soldados ébrios, os estudantes vadios. (...)

(83) Álvares de AZEVEDO, Macario, citado.

Satan: (...) Demais, essa terra é devassa como uma cidade, insípida como uma vila e pobre como uma aldeia. Se não estás reduzido a dar-te ao pagode, a suicidar-te de spleen, ou a alumiar-te a rolo, não entres lá. É a monotonia do tédio. Até as calçadas!

Macario: Que têm?

Satan: São intransitáveis. Parecem encastoadas as tais pedras. As calçadas do inferno são mil vezes melhores. (...)

Macario: Mas, como dizias, as mulheres...

Satan: (...) são bonitas. Demais, são beatas como uma bisavó; e sabem a arte moderna de entremear uma Ave-Maria com um namoro; (...)

Macario: Que boa terra! É o Paraíso de Mafoma!

Satan: Mas as moças poucas vezes têm bons dentes. A cidade colocada na montanha, envolta de várzeas relvosas, tem ladeiras íngremes e ruas péssimas. É raro o minuto em que não se esbarra a gente com um burro ou com um padre. (...)

Macario: Tem-se-me contado muito bonitas histórias. Dizem na minha terra que aí, à noite, as moças procuram os mancebos, que lhes batem à porta, e na rua os puxam pelo capote. Deve ser delicioso! Quanto a mim, quadra-me essa vida excelentemente, nem mais nem menos que um Sultão escolherei entre essas belezas vagabundas a mais bela. Aplicarei contudo o ecletismo ao amor. Hoje uma, amanhã outra: experimentarei todas as taças. A mais doce embriaguez é a que resulta da mistura dos vinhos.

Satan: A única que tu ganharás será nojenta. Aquelas mulheres são repulsivas. O rosto é macio, os olhos lânguidos, o seio moreno... Mas o corpo é imundo. Tem uma lepra que ocultam num sorriso. Bo farinheiras de infâmia dão em troca do gozo o veneno da sífilis. Antes amar uma lazarenta!" (84).

Eis-nos frente a uma cidade povoada: mulheres, padres, soldados e estudantes. O movimento e a circulação parecem introduzir-se na descrição de personagens. Trata-se do mesmo registro da fotografia: o que nos "esclarece" o poeta ainda é nebuloso. Os habitantes

(84) Álvares de AZEVEDO, Macario, citado, pgs. 88-92.

dissolutos configuram não uma descrição ou compreensão da vida urbana de São Paulo mas, ausente um espaço de sociabilidade reconhecido como "civilizado", vislumbramos, ainda na noite, uma cidade viçiosa, recolhida, envolta de várzeas, colocada na montanha, propensa às paixões e aos instintos, carente de civilidade. Um Paraíso de Mafoma.

Da cidade diabólica de Álvares de AZEVEDO às descrições já impregnadas de cientificismo da segunda metade do século XIX, embutidas numa teoria das sociedades e da incursão sistematizada de disciplinas por um mesmo campo conceitual, muito mudou na cidade de São Paulo. Representá-la passou a ser um exercício meticuloso aos contemporâneos - de desmontagem delicada - que produziu tanto imagens multifacetadas, dissonantes e coloridas - ainda que também fantasmagóricas - quanto a necessidade imperiosa de erigi-la em domínio do único, do todo, sob uma igualização que pressupunha a conversão do homem em órgão, mutilado e dependente do coletivo. As trevas se dissipam para o caso de São Paulo. Mas não o tom azulado, os demônios inspiradores, nem mesmo o sublime, deslocado agora para os artefatos produzidos pela mão humana.

Uma cidadania é requerida, a reforma é promovida. O "spleen" ilumina-se. Disseminar luzes, retirar da sombra, publicizar o espetáculo? Ou constranger os vícios, destiná-los aos subterrâneos, impor com violência o desenraizamento?

Como em Álvares de AZEVEDO, a cidade manifesta-se e é representada como uma fantasmagoria, ainda quando homens dispersos e flutuantes a povoam com a aridez de suas línguas e hábitos variados. As imagens continuam a ser ilusórias, espectrais.

O tom azulado impresso no procedimento ilusório das imagens exteriores sobre o olho interno do poeta, no caso de Álvares de AZEVEDO, não impede que o colorido se esmaça, que o azul se converta em sombra. Transformação dos sinais aparentes em essencialidade interna, remetida ao reino da noite e do diabólico, colecionador iconoclasta e destrutivo de símbolos da melancolia, crispamento do olhar, sepultamento da cidade, luto escurecido e sombrio das cores (85).

Outras metáforas se combinam, nos fins do século XIX, para o caso de São Paulo. Mas aquelas identificadas em Álvares de AZEVEDO ainda produzem ressonâncias. Que se assemelham em muita ao nome romântico de "blue devils".

(85) Ver: "Figures de la mélancolie", nº 13 da revista L'écrit du temps, Paris, Les éditions de minuit, 1987. Entre os artigos, todos valiosos para o tema, cito trecho de memórias de Jean-Dominique REY, "Les villes crispées", sobre sua infância em Paris e a transformação dos objetos exteriores - a casa, a rua - em fantasmagorias sombrias, reveladas pela noite, escurecidas pelo es tranhamento e pelo medo:

"Nous habitons la dernière maison du village. Cette route s'enfonçait dans la nuit et la solitude, ne conduisant à aucun autre rameau, longeait le cime tière, un simple mur et une grille toujours ouverte et prête à grincer sous l'assaut du vent. Après quoi, la route tournait, montait, et finissait par se dissoudre entre la pierraille et les champs. Elle était bordée de poteaux télégraphiques, quatre ou cinq lignes de fils mal tendus entre lesquels l'air sifflait d'étranges rengaines déchirées, des convulsions de tziganes que la nuit amplifiait. Je restai à écouter ces plaintes, ces souffles d'un autre monde, ces voix zombis portées d'un gouffre à l'autre, celles des rôdeurs ja mais vus qui dansaient une ronde infernale et, peu à peu, cernaient la nuit" (p. 52).

II

IMPRESSOES: AS LUZES DA CIDADE

1. A Academia de Direito

Uma cidade imprevisível - uma ficção - marcada pelas ten
sões das metrópoles modernas, São Paulo é representada como o reino
do diabólico e do monstruoso. Mas o enigma pode se converter no caos,
 remeter às origens sombrias se a barbárie permanecer ou elucidar-se
 pela ação reformadora e expansionista de acadêmicos ilustrados:

"A mocidade acadêmica imprime à povoação, durante
 a sua residencia n'ella, uma especie de vida fic
 ticia, que, apenas interrompida, a faz recahir,
 por assim dizer, no seu estado de habitual somno
 lencia. A antiga cidade dos jesuitas deve ser con
 siderada, pois, debaixo de dois pontos de vista
 diversos: A capital da provincia e a Faculdade de
 Direito, o burguez e o estudante, a sombra e a
 luz, o estacionarismo e a acção, a desconfiança
 de uns e a expansão de outros, e, para concluir,
 uma certa monotonia da rotina personificada na po
 pulação permanente, e as audaciosas tentativas de
 progresso encarnadas na população transitoria e
 fluctuante.

(...)

Os habitantes da cidade e os cursistas da acade
 mia são dous corpos que se não combinam, se não
 produzindo um precipitado monstruoso. Fôrma uma
 mistura (...) mas nunca poderão realizar uma ver
 dadeira combinação (...) Tirem a Academia de São
 Paulo, e esse grande centro morrerá inanido" (1).

Para São Paulo, representada como a velha cidade envolta
 pela neblina, distantes as referências simbólicas recolhidas como ale
 gorias da metrópole moderna, de onde provém o esclarecimento que per
 mite identificar o desconhecido?

(1) A. E. ZALUAR, op. cit.

Pois trata-se, obviamente, de uma tentativa de esclarecimento. À maneira romântica, das trevas emerge a luz: no convento de São Francisco instala-se a Faculdade de Direito, do mundo religioso construído em taipa, ergue-se a Biblioteca, um "salão espaçoso, cheio de estantes de velhos livros".

A cidade descobre-se irradiando o conhecimento enciclopédico, entre os 8 e 9000 volumes localizados na grande biblioteca "arejada e inundada de luz" onde a "literatura contemporânea era representada quase que unicamente por obras de escritores franceses" (2).

"Tudo partia da Academia de Direito. Ligada está ela ao Brasil pelo parentesco da afinidade, mas presa a São Paulo, à velha cidade das repúblicas e dos estudantes, da garoa e das serenatas, pelo umbigo da maternidade" (3).

Há uma espécie de ponto privilegiado para localizar esta imagem persistente e duradoura do nascimento da própria cidade. Especialização bem delineada entre todas as torres de igrejas arcaicas, a Academia de Direito introduz uma temporalidade nova em meios aos novos habitantes da cidade. Identificados pelo refinamento e pela civilidade, os estudantes podem converter-se na primeira personagem cultivada como "urbana" e inventiva:

"A maior parte d'elles habitam, divididos em grupos mais ou menos numerosos, constituindo um certo nucleo de famílias, em casas ou aposentos a que dão o nome de repúblicas.

(...)

Além das commodidades indispensaveis a uma existência modesta, grande parte dos estudantes adornam as suas confortaveis habitações com muitos objec

(2) J. J. TSCHUDI, op. cit., p. 208.

(3) Paulo Cursino de MOURA, op. cit.

tos de luxo e de gosto, não lhes faltando quasi nenhum dos regalos que tornam a vida amena e aprazível" (4).

As "repúblicas" localizavam-se próximas à Faculdade, no Largo da Memoria ou na rua da Liberdade e entre os estudantes "reina animada atividade, e o campo predileto são as belas letras e a publicação de artigos políticos" (5).

Com efeito, o número de "sociedades científicas" ou "literárias", revistas e periódicos, cultivados em torno da Academia até os anos 70 do século XIX denota o gosto pela retórica e pelos ensaios literários entre os estudantes: "Sociedade Ensaio Filosófico Paulistano", "Revista Mensal", "Sociedade Epicuréia", "Ensaio Acadêmico", "Anais", "Imprensa Acadêmica", "O Tymbira", "A Legenda", "A Lei", "O Cruzeiro do Sul" (6).

"Appareceram quando a situação o exigia. Ilustrados e inteligentes, não eram - ainda - estadistas nem políticos; mas estudantes de todos os annos que conhecem a Historia-patria, os homens e os acontecimentos (...) Vieram a tempo" (7).

A imagem é contundente: São Paulo, de fato, é identificada como a cidade dos estudantes mas, sobretudo, como local de desenvolvimento das atividades do conhecimento. Daí, à maneira do século XVIII, propaga-se a luz, fruto da reta razão, habituada tanto à meticulosa disciplina dos estudos acadêmicos, quanto a esta juvenil confiança na elaboração literária:

(4) A. Emilio ZALUAR, "São Paulo" in Pessanha PÓVOA, Annos Academicos: São Paulo (1860-1864), RJ., Typ Perseverança, 1870.

(5) J. J. TSCHUDI, op. cit., p. 209.

(6) In Sergio ADORNO, Os aprendizes do poder (o bacharelismo liberal na política brasileira), RJ, Paz e Terra, 1988.

(7) Pessanha PÓVOA, op. cit.

"São Paulo possui uma escola ou faculdade de direito, como em Pernambuco, na qual se ensinam além de história, geografia, filosofia, latim, francês, inglês, aritmética, retórica e poesia, as ciências jurídicas, num curso de cinco anos.

(...)

O clima bom e moderado da cidade provinciana presta-se mais à atividade mental do que o exgotante calor da capital. É mais fácil congregar os estudantes em São Paulo, em união cada vez mais estreita, do que no Rio de Janeiro, com suas múltiplas ramificações.

(...)

A vida intelectual de São Paulo é mais livre e a orientação científica mais moderna que em Pernambuco, onde predomina ainda o romanismo" (8).

Ainda que uma descrição menos complacente do prédio e da Biblioteca da Faculdade de Direito indique o quanto era frágil o "cultivo das belas letras" e o "aprendizado histórico dos homens e dos acontecimentos", é em torno desta imagem de requintados, polidos e excêntricos habitantes que os comentadores contemporâneos - e a historiografia - puderam constituir e localizar o conhecimento da cidade.

"A impressão que se sente ao vê-lo (ao prédio da Faculdade) é desagradável: parece uma casa abandonada; em vários pontos aparece a velha taipa, inteiramente descoberta pela queda do reboco ou revestimento que teve.

(A Biblioteca)... não há nela grande número de obras importantes, e sobre ciências contemporâneas nada se encontra" (9).

Para além dos cursos, o que importa ressaltar é a constituição de um espaço de sociabilidade reconhecido como cultivado e es

(8) J. J. TSCHUDI, op. cit.

(9) Firmo de Albuquerque DINIZ (Junius), op. cit., p. 56.

clarecido em torno da Academia de Direito. As livrarias estabelecidas na cidade, como a Casa Garraux ("notável, nem na Corte há outra igual"), a Livraria Paulista, a Empresa Literária, a Livraria Dolivaes, a Laemmert congregam estudantes em busca da discussão acadêmica e intelectualizada. Dali para as confeitarias e tavernas de reuniões literárias ou para os saraus nas pensões destinadas aos estudantes, propaga-se a mesma idéia do debate republicano ou das modas poéticas. Única alternativa ao espaço recluso e antiquado das vivências religiosas, esta sociabilidade polida apóia-se na idéia moderna do saber iluminista: a produção do conhecimento ou sua difusão folhetinesca e propagandística (10).

Em torno das revistas da Academia, a tónica era dirigida para a ação da imprensa e sua importância no desenvolvimento dos princípios esclarecedores e civilizatórios da propaganda. A imprensa como tribuna, curiosamente, a crítica da própria política, baseada nos princípios da "sciencia, do trabalho e da industria", com inspiração em Lafayette, Ch. Ribeyrolles e Boyle:

"A publicação que emprehando, por sua natureza e por seu destino, é nova; seu fim é convencer aos poetas, aos litteratos, aos juristas, aos folhetinistas, de que é necessário dar treguas á politica (...)

O Brazil muito tarde se ha de convencer de que os grandes homens appareceram nos grandes seculos litterarios, e de que os grandes sabios se formaram das civilisações que elles deixaram.

Precisamos concorrer para as glorias litterarias, e um dos elementos mais civilisadores, mais preparadores do progresso moral d'um povo é o theatro; portanto creio ser opportuna esta Revista, que não só se occupará de critica de arte, mas de litteratura dramatica.

(10) Ver R. DARNTON, Boemia Literária e Revolução: o submundo das Letras no Antigo Regime, SP, Cia. das Letras, 1987, cap. 1: "O Alto Iluminismo e os sublimeratos".

Vamos reler as velhas chronicas, e os assumptos nacionaes proporcionarão as boas obras para a scena (11)".

Os assuntos nacionais: a miséria do país, a má administração monárquica, o poder oligárquico, o descompasso entre o príncipe e a nação, a multidão ignorante e iludida. A Academia - através do teatro, da literatura e das ciências - guiaria os destinos políticos do país e dos homens, disseminando pedagogicamente os atributos civilizatórios (12). Intenção iluminada e positiva de estudantes educados na literatura francesa e na difusão das obras dos enciclopedistas do século XVIII:

"Herdeiros da sciencia, representantes das letras, com a consciencia livre de crimes, queriam a verdade conquistada, o erro rectificado, o horizonte entrevisto, Deus no mundo, a luz no chaos, a oligarchia destruida.

(...)

Educados na academia, aprenderam dos mestres a serem resolutos como o direito; severos como a lei.

(...)

Das Academias, onde o vicio ainda não tem manchado o coração, onde a intriga e a perfidia não tem com presteza ensaiado seus dramas, é que a verdade deve ir guiar a multidão incauta e ignorante" (13).

Qual a publicação perseguida pelas intenções dos acadêmicos paulistanos, qual a espécie de difusão pretendida da educação e da civilidade?

(11) Revista Dramatica, SP, publicação semanal, 1860, citado in E. PÓVOA, op.cit.

(12) A importância do tema do teatro na política remonta longe. São evidentes suas repercussões no pensamento sociológico e antropológico, em todo o referencial das "categorias", de "papéis" e de "cenário" organizados na vida pública. E. GOFFMAN é autor preferencial, neste sentido. Para a elaboração do tema no Iluminismo, ver o debate entre ROUSSEAU e DIDEROT, fonte fundamental para a compreensão da política como espetáculo, tratamento que ultrapassa, em muito, os limites do meu trabalho.

(13) Pessanha PÓVOA, op. cit.

"Queria-se um correcto magazine á moda européa, onde tudo fosse superiormente chic e original, desde a qualidade do papel, até aos typos da composição, onde tudo devia ter uma feição intelectual absolutamente distincta e inconfundível, tratando de sciencias, artes e letras, com talento e com estylo" (14).

Voltamos aos componentes considerados essenciais da boa po-
lítica: baseada na ciência e nas artes, recorre ao homem de engenho,
capaz de persuadir, com sua retórica, a multidão incauta. O uso das
palavras adequadas orienta a própria política. E a política transfor
mada em cena teatral, as cenas em modelos da civilização, os estudan
tes-protagonistas interessados em reconhecer a platéia - em senhores
absolutos da cidade:

"São Paulo era uma cidade onde dominava soberana
e despoticamente o estudante, e só elle" (15).

Mas, por vezes, o escárnio denunciava esta pretensão peda-
gógica. E ria-se dos jornalecos com foros de tribuna política:

"A redacção da 'Vida Contemporanea' ficava na rua
do Rosario n.10, num sobrado, sendo os baixos occu-
pados por uma charutaria e por uma taverna reles,
de aspecto soturno que mais parecia um antro de
vicio.

Subia-se por uma escada carunchosa, cujo corrimão
estava ensebado por successivas gerações de bohe-
mios (...)

(...) Subia-se, roçando as mangas nas paredes en-
cardidas, empurrava-se a folha de uma porta estre-
ta, e estava-se em cheio no Cenaculo das Letras
(...)

(14) Baptista CEPellos, O Vil Metal, RJ, Livraria Cruz Coutinho, 1910.

(15) A. Moreira PINTO, op. cit.

(...) No tabique, por cima da mesa, entre uma fo_lhinha de desfolhar, estavam colladas com goma arabica diversas gravuras, que eram retratos de actrizes celebres e de footballers, de parceria com a effigie de homens notaveis, como Zola e Leão Tolstoi. Allí pontificava o Seixas, a despedir dardos ironicos contra a humanidade, com tanto que a coisa, deste ou d'aquelle modo lhe rendesse alguma pecunia.

E o papelucho que elle imprimia decerto tinha alguma utilidade social, porque o seu redactor gosava evidentemente das sympathias do chefe de policia, constando mesmo que era subsidiado e aqulado por elle, na campanha contra os "inimigos da ordem publica e da probidade administrativa" (...) E o tratante tinha dedo para o officio, sabia ferir a nota precisa, e, como um terrivel farejador, ia direito ao calcanhar de Achilles do proximo. Dahi a aceitação, o successo, a popularidade da folha, que era o organ especial da bilis contemporanea" (16).

A Faculdade de Direito, uma "fabrica de fazer doutores" (17), passava da identificação herdada do século das luzes, que coloria e localizava o nascimento da cidade, à descrição das origens arcaicas, da sedução operada pela imagem movimentada da vida acadêmica, recusando a excentricidade de estudantes boêmios e arrogantes:

"Acabava de fazer o seu quinto anno de direito, faltava-lhe sómente receber o grau, para deixar em paz o sebifero convento de S. Francisco.

(...)

E allí estava bacharel como toda a gente que se preza e candidato a um logar no vasto parasitismo nacional" (18).

(16) B. CEPellos, op. cit.

(17) O Polichinelo, nº 14, 16/7/1876.

(18) B. CEPellos, op. cit.

Identificava-se também a cidade, primeiro sinal do esclarecimento da origem, uma cidade segregada, porém reconhecível quando da descrição dual de sua composição. Uma identidade demoníaca e monstruosa, operada pela negatividade impressa na construção dos comentários, O exercício ainda irá mais longe: buscará a composição do organismo urbano, localizará as diferenças, apontando as imagens privilegiadas da expansão e, por fim, recusará o reconhecimento de uma identidade homogênea.

São Paulo concebida como um monstro, estupefação diante de vivências distintas. Negação da história da cidade, temporalidades distintas e indomáveis, ou construção de uma nostalgia aprazível da unidade mítica, comunitária?

2. A cidade como objeto de poesia

Vivências distintas, temporalidades distintas: o século XIX preparou literariamente o surgimento da cidade como objeto de poesia, "experimentando" as palavras no campo estético definidor da própria modernidade:

"Le long du vieux faubourg, où pendent aux mesures
Les persiennes, abri des secrètes luxures,
Quand le soleil cruel frappe à traits redoublés
Sur la ville et sur les champs, sur les toits et les blés,

Je vais m'exercer seul à ma fantasque escrime,
Flairant dans tous les coins les hasards de la rime,
Trébuchant sur les mots comme sur les pavés,
Heurtant parfois des vers depuis longtemps rêvés.

Ce père nourricier, ennemi des chloroses,
Éveille dans les champs les vers comme les roses;
Il fait s'évaporer les soucis vers le ciel,
Et remplit les cerveaux et les ruches de miel.
C'est lui qui rajeunit les porteurs de béquilles
Et les rends gai et doux comme des jeunes filles,

Et commande aux moissons de croître et de mûrir
 Dans le coeur immortel qui toujours veut fleurir!

Quand, ainsi qu'un poëte, il descend dans les villes
 Il ennoblit le sort des choses les plus viles,
 Et s'introduit en roi, sans bruit et sans valets,
 Dans tous les hôpitaux et dans tous les palais" (19)

As sombras se esclarecem: a claridade enobrece e (re)conhece o que estava invisível. As trevas se dissipam nas cidades presas de segredos e mistérios. Palavras análogas às coisas sonham correspondências iluminadoras, localizam símbolos engendrados pela mesma luz.

Os elementos coloridos da paisagem urbana são sublinhados pela pintura e pela literatura. O azul demoníaco transforma-se: sensibilidade reveladora de nuances e matizes, fonte das imaginações, exercício movimentador, nutriz do próprio verso - de rima sonora -, descoberta das ruas labirínticas e sinuosas, rejuvenescidas pelas cores impressionistas.

As palavras são puras, imagens transparentes como telas coloridas ou como sons discerníveis de uma harmonia perfeita e colossal. Poesia, pintura e música: artes supremas da representação fugaz e brusca, iluminação da aventura ou dos eflúvios das cores, das rimas e dos sons. Se as sombras permanecem, originam-se da metamorfose límpida e vivaz - observação de leis complexas da métrica e da combinação adequada. Pintura das origens, ainda. Colorido da gênese. Movimento dos versos em direção ao Ideal, impotente e corrompido pela memória obscurecida de séculos:

(19) C. BAUDELAIRE, "Le Soleil", Tableaux Parisiens, in As Flores do mal, op.cit.

"Avec une piété antérieure, un public, pour la seconde fois depuis les temps, hellénique d'abord, maintenant germain, considère le secret, représente, d'origines. Quelque singulier bonheur, neuf et barbare, l'assoit: devant le voile mouvant la subtilité de l'orchestration, à une magnificence qui décore sa genèse.

Tout se retrempe au ruisseau primitif: pas jusqu'à la source" (20).

História revelada pela Arte, descrições coloridas, matiza das e brilhantes movimentam o encantamento fugidío de paisagens transformadas. Repetição, leit-motiv, de tema abusado de toda a historiografia: o renascimento a partir das trevas. Mundo revelado pela luz, visão esclarecedora, legado ao século XIX com o ímpeto dos furores e das profecias utópicas.

A Cidade: palco, espaço privilegiado desta representação de um tempo escandido e revelador das origens, espécie de poder ilusionista, portadora de uma memória incansável e aterradora, quase mítica:

"La Cité, qui donna, pour l'expérience sacrée un théâtre, imprime à la terre le sceau universel" (21).

Da pintura e da poesia ao teatro e à música, expressão máxima wagneriana, nos elogios de Mallarmé. A cidade, estatuto privilegiado do moderno, que a arte, desdenhando a imaginação, impulsiona ao consentimento da alucinação.

(20) S. MALLARMÉ, "Richard Wagner" in Poésies, Paris, Librairie Générale Française, 1977, p. 190.

(21) Idem, ibidem, p. 192.

Pintor da vida moderna, ou detetive do particular, ou fisiologista das metrópoles: a transparência revela as imagens da cidade como descoberta brusca, súbita. Não são o mistério e o recolhimento sombrio que as envolvem, mas o polimento - mil facetas coloridas e caleidoscópicas que purificam e sacralizam o mundo cotidiano.

A cidade, uma personagem, ilumina as imagens da própria cidade, e se torna objeto da poesia lírica, gênero privilegiado para a constituição da subjetividade. W. Benjamin anota a tragédia do herói moderno - o artista, o flâneur, a multidão - em Baudelaire, papéis metamorfoseados, comparação disponível na idéia de palco como metáfora teatral, espetáculo e representação:

"Em Baudelaire o poeta guardava o incógnito atrás das máscaras que usava. (...) A sua construção de versos é comparável ao plano de uma grande cidade, em que as pessoas podem movimentar-se despercebidas, escondidas por blocos de edifícios, portões ou pátios" (22).

Em outro texto, Benjamin insiste na marcante ênfase alegórica dada por Baudelaire às ruas de Paris. O mundo se compõe de metáforas permanentemente transmutáveis e em constante transformação. Correspondências simbólicas, "ligações" ocorridas ao acaso, analogias engendradas por uma mesma inspiração. Cidade-sujeito, alegorias (românticas, simbolistas?) melhor seria identificá-las ao impressionismo ou ao cubismo na pintura, a preferência pelo gênero poético (23).

(22) W. BENJAMIN, "A Modernidade" in A Modernidade e os Modernos, RJ, Tempo Brasileiro, 1975, p. 29.

(23) Em "Hitler de Syberberg", Susan SONTAG persegue um fio interessante para a compreensão do romantismo e da sua inevitável passagem ao simbólico: tomando a arte como uma forma de heroísmo pujante e grandioso, a estética da modernidade recorre às aventuras fantasmáticas e sobretudo polifônicas e teatrais, variações tardias das citações e da angústia romântica: "Desprezando o naturalismo, os românticos desenvolveram um estilo melancólico: intensamente pes

(Continua...)

"Avec Baudelaire, pour la première fois, Paris de vient objet de poésie lyrique. Cette poésie n'est pas un art régional, mais plutôt le regard de l'allégoriste qui touche la ville, le regard du dépaycé" (24).

Do esclarecimento ufanista e popular de Victor Hugo, à sensibilidade arrebatada de Wagner, ao ilusionismo simbolista de Baudelaire, às imagens reveladoras de "pontos" iluminadores das pinturas impressionistas, a personagem - a grande cidade - começa a ser esboçada com eloquência. O atributo requerido é o da clareza e da identificação. A consciência melancólica ilumina-se - consente e remete à produção das fantasmagorias:

"Le Moderne dédaigne d'imaginer; mais expert à se servir des arts, il attend que chaque l'entraîne jusqu'où éclate une puissance spéciale d'illusion, puis consent" (25).

A floresta de símbolos baudelairianos aponta para este concerto final, esta harmonia fina e delicadamente perseguida, onde as analogias de que se serve incansavelmente o artista, reúnem "por um mesmo claro de luz" as correspondências inquietas do mundo visível. Movimentação permanente, o gosto pelas origens, o esclarecimento do ponto de partida, a herança marcante da razão iluminista:

(... continuação da nota 23)

soal, a projeção de seu 'eu' torturado, centralizado no confronto entre o artista e a sociedade. (...) Benjamin sugere que a melancolia é a origem do verdadeiro conhecimento da história. (...) Syberberg (...) utiliza os instrumentos característicos do melancólico - o cenário alegórico, os talismãs, referências pessoais secretas. O simbolista é acima de tudo uma mente, uma mentecriadora (destilando a grandiosidade e a intensidade wagneriana) que tudo vê, que pode permear seu tema; e o eclipse" Sob o signo de Saturno, Porto Alegre, L&PM Editores Ltda., 1986.

(24) W. BENJAMIN, "Paris, capitale du XIX^e siècle" in Oeuvres, II - Poésie et Révolution, Paris, Les Lettres Nouvelles, ed. Denöel, 1971, p. 133.

(25) S. MALLARMÉ, op. cit., ibidem, p. 137.

"Em Baudelaire le moderne est un accent capital de sa poésie. En le présentant comme spleen, il porte un coup mortel à l'idéal. Mais justement l'histoire moderne cite toujours l'histoire des origines" (26).

A imaginação - agora fonte inesgotável de erros - é abandonada em detrimento da criação simbólica. Torna-se prática, propõe o embelezamento estratégico da cidade. A produção das fantasmagorias provoca um tal poder de ilusão que converte a descrição da cidade em paisagem, re-produção da natureza.

Mas o prodígio operado é sedutor: a cidade transforma-se à velocidade da luz, arruina-se, é demolida, reconstruída para converter-se novamente em escombros. O movimento é a tônica dominante de todas as representações: a poética da modernidade nutre-se dos elementos do ritmo e da alucinação. Prepara-se para operar num constante jogo de alusões metafóricas, de emblemas monumentais e, ainda assim, de referências arcaicas.

Antes mesmo que essa sensibilidade iluminadora e confiante produza um novo conhecimento, as formas convertem-se em ruínas, a luz se desloca para outro objeto. Mas o olhar permanece atento, identificando os elementos da paisagem urbana - ruas, monumentos, transeuntes, edifícios -; sob o signo da vertigem e da caducidade, são evocados como os móveis das iluminações. Tudo é instigantemente movimentado, o espaço da cidade é descrito como o palco para as virtualidades de expressão do próprio sujeito. As personagens confundem-se, a paisagem é denunciada como um acontecimento das emoções particulares:

(26) W. BENJAMIN, "Paris, capitale du XIX^e siècle", op. cit., p. 134.

"Il pleure dans mon coeur
Comme il pleut sur la ville" (Verlaine)

As lembranças recobrem o espetáculo banal da movimentação na cidade de uma memória poética capaz de recriar os espaços visitados. Os símbolos sucedem-se na tentativa de ultrapassar a aparência violenta e atroz, de figuras mecânicas e artificiais como os manequins expostos à observação pública:

"Paris change! mais rien dans ma mélancolie
N'a bougé! Palais neufs, échafaudages, blocs,
Vieux faubourgs, tout pour moi devient allégorie,
Et mes chers souvenirs sont plus lourds que des rocs"
(C. BAUDELAIRE)

Daquilo que é visto à visão alucinatória (ver o poema "Les Aveugles", Baudelaire), experiência poética que transcende a imediatez, refúgio do vulgar, uma alquimia do próprio verbo, o segredo das "Iluminações":

"Depuis longtemps, je me vantais de posséder tous les paysages possibles, et trouvais dérisoires les célébrités de la peinture et de la poésie modernes.

J'aimais les peintures idiotes, dessus de porte, décors, toiles de saltimbanques, enseignes, enluminures populaires, la littérature démodée, la latin d'église, livres érotiques sans orthographe, roman de nos aïeules, contes de fées, petits livres de l'enfance, opéras vieux, refrains naïfs, rythmes naïfs.

Je rêvais croisades, voyages de découvertes dont on n'a pas de relations, républiques sans histoires, guerres de religion étouffées, révolutions de mœurs, déplacements de races et de continents; je croyais à tous les enchantements.

J'inventai la couleur des voyelles! (...) Je faisais des vertiges.

(...)

Je m'habituai à l'hallucination simple: je voyais très franchement une mosquée à la place d'une usine, une école de tambours faite par des anges, des calèches sur les routes du ciel, un salon au fond d'un lac; les monstres, les mystères; un titre de vaudeville dressait des épouvantes devant moi.

Puis j'expliquai mes sophismes magiques avec l'hallucination des mots!"

(A. RIMBAUD, "Une saison en enfer")

Da reconstituição da sensibilidade do sujeito em meio aos encantamentos, vertigens, mágicas e alucinações ao dilaceramento desta mesma sensibilidade num mundo alegórico e banal, emerge a capacidade iluminadora: constituição de um espaço onde a memória é capaz de recompor as impressões brilhantes e fugidias provocadas pela fragmentação do tempo. Percepção de uma história banalizada e derisória (pinturas idiotas, décor, iluminuras populares), contraposta ao encantamento de mundos perdidos e utópicos (cruzadas, viagens de descobertas, repúblicas sem história). Mas o recurso à luz retira das sombras, recupera a imaginação: o colorido das vogais em Rimbaud é a sonoridade (fixa) do ritmo, da circulação, do movimento. Jogo de associações, correspondências entre os sons e as cores, preparação das "illuminations", perseguição das sombras, desmascaramento dos véus:

"Alors je levai un à un les voiles (de l'aube) (...)
A la grand'ville, elle fuyait parmi les clochers
et les dômes; et, courant comme un mendiant sur
les quais de marbre, je la chassais.

(...)

Au réveil, il était midi"

(A. RIMBAUD, "Illuminations")

As imagens tornam-se alucinações, correspondências entre cores e sons, metáforas audaciosas, aliterações sugestivas, simbolismo que envolve o mundo sensível. Sinais de uma existência mundana contemplada como a formação de uma história das sensibilidades suje

tivas (27).

Ao observador casual, ao "flâneur" baudelairiano, a cidade apresenta-se como uma Babel. O movimento e a circulação assemelham-na ao caos, ao inferno. De algum ponto provém a iluminação. O desafio consiste em tornar penetrável a máscara da grande cidade, o exercício provoca o gosto moderno do desvelamento, a perseguição incansável de uma natureza última que se apresente desnudada ao observador. A cidade é descrita por oposição ao mundo natural: campo, céu, espaço são substituídos pelos elementos que acentuam os traços da paisagem artificial. Tudo pode iludir as visões confiantes e incautas. Atravessar a aparência que os sentidos apresentam como visível, adaptar-se aos movimentos e aos sobressaltos, provocar uma narração poética do espaço:

"Celui qui regarde au dehors à travers une fenêtre ouverte ne voit jamais autant de choses que celui qui regarde une fenêtre fermée (...) Ce qu'on peut voir au soleil est toujours moins intéressant que ce qui se passe derrière une vitre.

(...)

Par delà des vagues de toits, j'aperçois une femme mûre, ridée déjà, pauvre, toujours penchée sur quelque chose, et qui ne sort jamais. Avec son visage, avec son vêtement, avec son geste, avec très peu de données, j'ai refait l'histoire de cette femme, ou plutôt sa légende, et quelquefois je me la raconte à moi-même en pleurant"

(C. BAUDELAIRE, "Petits Poèmes en Prose")

Reunir tempo e espaço na tentativa de escrever a história. Rememorar objetos, acontecimentos, ruas, edifícios. A cidade torna-

(27) "Lugares e objetos são evocados (na "Infância Berlinense") como sinais topográficos e vasos recipientes da história da sensibilidade e da formação das emoções", W. BOLLE, "Walter Benjamin: Infância berlinense por volta de 1900" in A.A. ARANTES (org.), Produzindo o passado, SP, Brasiliense, 1984.

se assim a grande personagem de uma ficção movimentada, espaço de um mundo fragmentado recomposto como um texto inteligível (28). As visões e as fantasmagorias se esclarecem, iluminam-se.

3. Paizagem e personagem: o centro da cidade

Retomemos a cidade de São Paulo...

Em 1864, inaugurava-se em São Paulo o Teatro da Opera, o primeiro teatro da cidade. As manifestações orgulhosas sucedem-se, reveladoras. O desejo de movimento extravasa os limites acanhados da academia e deve impor-se aos habitantes como a inauguração do novo. Uma outra perspectiva anima a cidade, um modelo das virtualidades da arte e da sociabilidade esclarecida:

(A inauguração do teatro) "dava ensejo às manifestações de arte e beleza, animando as letras, aprimorando a cultura social e alargando as conquistas da civilização em todos os seus encantos e seduções da vida moral. Os festejos inaugurais duraram seis dias e foram ruidosos, havendo manifestações acadêmicas de grande relêvo" (29).

(28) Cf. Willi BOLLE, "Walter Benjamin: fisionomista da metrópole moderna", e sua instigante análise da cultura urbana através da literatura fisionômica moderna: "Esta cidade começou a existir (Berlim) - dentro da literatura do exílio - enquanto escrita (...) A leitura benjaminiana da cidade é epidérmica. A escrita das ruas é de alguma forma a pele da cidade, a parte mais exposta do seu corpo (...) Com que categorias captar a obra fisionômica de Benjamin? (...) Quere dar prioridade à leitura das 'emoções' subjacentes à obra. Seu ponto de partida, no livro 'Contramão', é a paixão de decifrar. Por aí se estabelece o vínculo de Benjamin com os humanistas do Renascimento, os alegoristas barrocos, os poetas românticos como Novalis que fala de uma 'escrita cifrada' ou 'escrita mágica', ou com um contemporâneo seu, Thomas Mann, cujo 'Doktor Faustus' contempla a 'escrita enigmática' da natureza" in Oculum, Revista de Arquitetura, Arte e Cultura, ano II, nº 1, agosto 1985.

(29) Raimundo de MENEZES, op. cit.

Ao teatro da Opera, transformado depois em São José, destruído em 1898 por incêndio, sucedem-se muitos outros: Teatro Minerva (1873), Teatro Provisório Paulistano (1873), Ginásio Paulistano e Teatro das Variedades Paulistanas (1881), o Politeama na Av. São João, o Teatro Santana, já em 1900, construído "como os teatros modernos da Europa", Teatro Eldorado, Eden Club, O Teatro Colombo (Braz) e em 1903, o início das obras do Teatro Municipal, projeto de Ramos de Azevedo, (em São Paulo desde 1886 e, junto com J. Martin e Tomás Bezzi, dos mais conceituados arquitetos da capital), inspirado no barroco do seiscento e inaugurado em 1911:

"É uma arquitetura clássica, com tipos e módulos da renascença greco-romana, tendo tido o artista, para benefício mesmo da construção, usado da maior liberdade de imaginação ao empregar a linha curva dotando-a assim de motivos e detalhes ornamentais que lhe dão maior leveza e graça, aliadas ao aspecto de imponente nobreza próprio do estilo"(30).

Em 1886, Sarah Bernhard apresentava-se no teatro de São José, no Largo Municipal (31). Inúmeros salões e casas de venda de instrumentos musicais, apresentavam audições de piano na segunda metade do século XIX:

"És uma verdadeira Pianópolis", sentenciava um jornal paulistano (32).

Mas os divertimentos eram bem mais variados em São Paulo. Os salões, as touradas, os circos ou as recreações de gosto duvidoso espalhavam-se pela cidade. Além disto, aparelhos modernos encantavam

(30) Agenor BARBOSA, "A Capital Paulista" citado in Ernani da Silva BRUNO, op.cit.

(31) O segundo teatro com o mesmo nome, inaugurado em 1909, localizava-se em frente ao teatro Municipal, na rua Xavier de Toledo, no local em que depois se construiria o prédio da Light.

(32) A Província de São Paulo, 18/5/1875.

platéias deslumbradas com os novos maquinismos ilusionistas: o fonógrafo, o folioscópio, a lanterna mágica, o vitascópio, o "autômato Bosco"; o Teatro Apolo apresentava em 1898 os cinematógrafos de Faure Nicolay e de Lumière (33); mais o diaphanorama e o fantascópio, além do presépio mecânico montado em 1898 na Capela de Santa Cruz da Tabatinguera.

"Os teatros de então se nos proporcionavam de vez em quando amostras modelares de boa arte, mas seguiam, como é natural, a corrente em que se abastardava o gosto, com estações de brejeirice alegre, em coplas de opereta e estimulações picantes de revistas e farças grosseiras" (34).

A insistência é reveladora: os comentadores apontam os focos iluminadores da cidade e buscam a referência estética como parâmetro indicador de civilidade. A modernidade significa este desejo incontrollável do novo, momento da passagem à história e à civilização, cadenciado com os "modelos" da imitação artística e, mesmo assim, sentimento nostálgico de perda de poesia e de valores arcaicos e ingênuos:

"Aprimorava-se a civilização; os salões bruniam-se de outro lustre; lá ia, porém, fenecendo e agonizando a poesia daquela Paulicea dourada e rutilante do esplendor e domínio da juventude" (35).

O tempo de "antes", marcado pelo imobilismo, oposto à desmesura do moderno, ávido de mudanças, repleto de referências. As ruas, os lugares públicos, a gente: circulação incessante, passagem perma

(33) Vicente de Paula ARAÚJO, Salões, Circos e Cinemas de São Paulo, SP, Ed. Perspectiva, 1981.

(34) Gomes CARDIM, citado in E. da Silva BRUNO, op. cit.

(35) Wanderley PINHO, citado in Tito Livio FERREIRA, História de São Paulo, 2º volume, SP, Gráfica Biblos Ltda, s/d.

nente, ações repetidas, momentos irrecuperáveis, exposição cotidiana das mercadorias e das atividades. Mas, o movimento é submetido àquilo que parece ser um paradigma definidor das mudanças, o embelezamento da cidade:

"Ah! prima, como é bonito isso! Como é grande! Como tem gente nas ruas! No dia em que chegamos, ao apagar do carro do caminho de ferro estava a casa da estação cheia de povo. Uns entravam, outros saíam. Uns carregavam malas, outros caixas de chapéus, chales, etc..., todos atarefados, como quem tem muita pressa" (36).

Nada mais revelador da positividade otimista do virar do século. O cortejo de objetos, fragmentados pela própria pontuação da narrativa, produz uma sensação vertiginosa de qualquer descrição urbana nos fins do século XIX. A sucessão é rápida e a velocidade produz uma forma; a cidade apresenta-se como um gigante, metáfora significativa do crescimento incontrolável, porém desejado:

"Está V. Excia. completamente transformada, com proporções agigantadas (...), commercio activissimo, luxuosos estabelecimentos bancarios, centenas de casas de negocio e as locomotivas soltando seus sibilos progressistas, diminuindo as distancias e estreitando em fraternal amplexo as povoações do interior" (37).

Uma estratégia estetizante orientou os comentários sobre São Paulo na segunda metade do século XIX. As mudanças requeridas para a cidade projetavam-na na modernidade através dos critérios de embelezamento reputados civilizatórios. A um só tempo, as mudanças conferiam à cidade uma identidade, marcavam seu nascimento, aboliam a rudeza e produziam a origem de uma vida urbana, civilizada, mundana

(36) A Província de São Paulo, 14/1/1875.

(37) A. Moreira PINTO, op. cit.

e animada. Em 1882, o caminho já havia sido percorrido, de acordo com um comentador:

"É uma cidade alegre, buliçosa, inquieta, de visível animação. Não é mais a silenciosa São Paulo (...) apresenta o aspecto de uma cidade civilizada, de movimento comercial importante, e oferecem de todos os recursos e comodidades de que possam precisar seus habitantes e os viajantes" (38).

E a mudança vinha sendo preparada, há algum tempo. A Escola de Belas Artes, de 1860, "dirigida à aristocracia do talento" promete o estabelecimento da harmonia na arquitetura das "casas e dos templos" proveniente de idéias civilizadas e clássicas adaptadas às possibilidades nacionais:

"O ensino industrial, que se acha confiado a habéis professores, trará, dentro de alguns anos, um novo cunho aos artefatos da industria nacional: esses engrimaços sem idéias nessas fachadas que não revestem pensamento algum desaparecerão de nossas casas; o carpinteiro saberá achar na pedra a doçura da cera, e suas obras produzirão à luz tropical aquelas harmonias que caracterizam os monumentos da Grécia; não se repetirão mais tantas monstruosidades que diariamente vemos reproduzir-se nas obras de talha que adornam nos templos, e nas que entram na confecção dos móveis que se fabricam nesta cidade (...) (39).

A proposta de construção do Viaduto do Chá, com a armação metálica inteiramente encomendada da Alemanha, foi encaminhada por

(38) Firmo de Albuquerque DINIZ (Junius), *op. cit.*, p. 41.

(39) Relatório do Diretor da Academia de Belas Artes, anexo ao Relatório do Ministro do Império, citado em Luis Antonio CUNHA, "O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus", *Revista Forum Educacional*, RJ, 3(3), 1979.

Jules Martin em 1877 à Indendencia Municipal (40). Ligando duas colinas da cidade, sobreposto à várzea do Anhangabaú, onde se estendia a plantação de chá do Barão de Itapetininga, obedeceu rigidamente ao princípio do embelezamento da cidade e a seu crescimento harmônico e ordenado, de acordo com o parecer oficial:

"Considerando mais, que este melhoramento deve servir não só para encurtar a distância que separa o centro da cidade das freguezias de Santa Iphigenia e Consolação, como também do embellezamento à mesma cidade... proferi o seguinte despacho: Não convindo a passagem entre a rua Direita e o viaducto ser feita por meio de tunel, mas a ceu aberto" (41).

São Paulo, um cartão postal para visitantes, devia oferecer a paisagem urbana como um espetáculo esteticamente agradável e mesmo, magnífico:

"Para quem desembarca na estação do Norte, da estrada de ferro Central do Brazil, o aspecto da cidade não impressiona bem. Com effeito, o viajante depara logo com o Braz, arrabalde muito populoso, mas que não prima pelo asseio, nem pela belleza de seus predios particulares" (42).

Ao início da segunda metade do século XIX, o Braz não poderia configurar-se como o avesso estético da urbanidade moderna. Ao contrário, apresentado como aprazível lugar de recreio, os comentários não exigem a ordenação do espaço marcado pelo movimento e pela circulação:

(40) A obra só foi concluída em 1892.

(41) Relatório do Presidente da Provincia apresentado à Assemblcia Legislativa em 1887.

(42) A. Moreira PINTO, op. cit.

"É um dos arrabaldes mais bellos e concorridos da cidade, já notável pelas elegantes casas de campo e deliciosas chácaras, ao lado todavia de alguns casebres e ranchos menos aristocráticos" (43).

Isto referia-se aos "arrabaldes" da cidade, ocupados por chácaras e sítios, propriedades refinadas dos fazendeiros paulistas:

"Os subúrbios e os arredores de São Paulo são muito interessantes e neles encontram-se numerosas residências elegantes, cercadas de jardim... Muitos dentre os fazendeiros mais abastados têm casas na cidade e só permanecem algum tempo na fazenda" (44).

Não eram os mesmos os comentários que descreviam o centro da cidade. As posturas indicadas pela Camara Municipal exigem o alinhamento das casas, o apedregulhamento das ruas, proíbem a pastagem de animais, transferem os usos dos terrenos públicos, regulamentam as datas de terra.

"... algumas ruas, um ou outro bairro bonitos e às vezes até magnificos; em alguns lugares, fileiras de casas assobradas, e, além disso, bom empedramento com calçadas..." (45).

"A Camara Municipal d'esta Imperial Cide. manda fazer publico para conhecimento de quem convier o Artº 15 da Postura de Fevro. de 1830 concebido no theor seguinte: todo aquelle q. d'ora en diante obtiver terreno pr. data dentro do rocio da Cidade e nella não edificar ou cultivar no prazo de 6 mezes perderá a data ficando o terreno devoluto" (46).

(43) A. Emilio ZALUAR, op. cit.

(44) Daniel P. KIDDER, op. cit.

(45) R. AVÉ-LALLEMANT, op. cit.

(46) Registro Geral da Camara, vol. XXXVII, Edital de 12/3/1860.

A administração da cidade requer insistentemente a ordenação das ruas e a regularização das construções, preceitos estéticos de que estão pouco convencidos os moradores, ao que indica um parecer da Camara, e apesar do tom rígido e exigente da postura:

"A Comissão incumbida de dar os alinhamentos na Rua do Gazometro, a que se referem as petições juntas, procedeo a estes alinhamentos tendo em atenção as allegações oferecidas, procurando conciliar quanto foi possível o direito das partes com o interesse publico. A comissão sente confessar que não foi mais praticavel um plano que trouxesse completo embelesamento á aquella rua, visto como as edificações feitas embaração a sua realização" (47).

"Foi deliberado que se publique editaes marcando o prazo de noventa dias improrrogáveis para os habitantes da capital e suas freguezias caiaem a frente de suas casas e muros e calçarem as suas testadas em todas as ruas em que houverem guias, tudo de conformidade com as posturas municipais, sob pena de multa aos que faltarem ao referido prazo" (48).

As comissões, exigências e penalidades, fiscalizações e planos sucedem-se. A organização do espaço urbano, suas delimitações e mesmo sua definição estabelecem os usos apropriados para cada local e as necessidades específicas do crescimento da cidade. Sanear, melhorar e embelezar são as metas perseguidas pelos comentadores e observadores. Propugna-se uma nova cidade, regular e ordenada que possa ser identificada e definida pelos paradigmas do próprio progresso:

"Differentes medidas se fazem necessarias neste ramo de serviço, e entre ellas, como indispensa

(47) Atas da Camara da Cidade de São Paulo, Parecer da Sessão de 21.3.1878.

(48) Atas da Camara da Cidade de São Paulo, Indicação de Postura da sessão de 2/1/1874.

vel, a adopção de um systema bem combinado para regularisar o serviço de acceio e limpeza da cidade" (49).

Por vezes, o resultado das intervenções administrativas é bem recebido pela "opinião pública", manifestada através da imprensa. As obras de saneamento da Varzea do Carmo, por exemplo, que se estenderam por longos anos, prestavam-se ao embelezamento e transformação do local em passeio público. Reclamava-se a ausência desta espécie de melhoramentos na capital, e um jornal assim se pronuncia:

"A camara attendeo ao clamor publico, mandando entulhar o rio Tamanduatehy, verdadeiro fóco de miasmas, que circundava a cidade. O Cabrião louva este acto da Camara e pede-lhe com confiança, que não páre ahi. Conclua esse melhoramento, fazendo da varzea um bonito passeio, onde as familias vão á tarde respirar o ar livre. O Terreno adapta-se perfeitamente á semelhante fim, e para sua execução não é preciso mais que boa vontade. Se a camara tal fizer, merecerá uma justa homenagem, de todos aquelles que pensam seriamente nos progressos da capital" (50).

No mesmo Tamanduateí, durante a administração João Teodoro, na década de 70 do século XIX, construiu-se a Ilha dos Amores, saneando-se terrenos paludosos e miasmáticos, e contratando jardineiros que se ocupassem do paisagismo.

O embelezamento da cidade pressupõe a criação de jardins, projetados acuradamente por dois famosos jardineiros franceses na capital: o sr. Joly, com um magnífico jardim particular no Braz e Antonio Fourchon encarregado da conservação do Jardim da Luz. Além deste, o Parque Antarctica, a Cantareira, o Bosque da Saúde, o Largo dos Curos (depois Praça da República). Os jardins eram concebidos conforme

(49) Discurso do Presidente da Província à Assembléia Legislativa de 1860.

(50) O Cabrião, nº 8, 18/11/1866.

o sistema inglês e "flores novas" como as orquídeas, azaléas, gloxíneas, primaveras e violetas adaptavam-se ao clima paulistano e substituíam as "velhas" rosas, cravos, begônias, alecrim, magnólias e jasmims. Encarregou-se a Joaquim Gaspar dos Santos Pereira, em 1873, dando-lhe o privilégio por 50 anos, da conservação dos jardins da cidade.

Mas o atrativo maior continuava a ser o Jardim da Luz. Nele encontravam-se chalés, quiosques e repuxos ornamentando sua construção:

"Reúne o caráter de jardim ornamental ao de Jardim Botânico. O arranjo é no gosto dos jardins paisagísticos e há grupos maravilhosos de árvores, moitas de arbustos coloridos (...) Em suma, há uma quantidade de plantas, árvores e arbustos raros, cuidadosamente tratados, mas faltam a palmeira imperial e a urânia, que tão belo efeito produzem no Rio. O clima de São Paulo não se presta para essas plantas importadas de zonas tropicais, e mesmo o 'chapéu de sol' não tem aqui senão raquíticos exemplares" (51).

Aformosear e construir. A arquitetura do ferro e do vidro - uma espécie de projeção, no espaço, de valores novos e significativamente marcados pela ousadia da construção, projetos modelares de reconhecimento cultural (52) - também frequentou as imaginações dos construtores da nova cidade.

(51) Carl von ROSERITZ, op. cit.

(52) Ver, Carl E. SCHORSKE, Viena Fin de Siècle, SP, Cia. das Letras, 1988, cap.2, "A Ringstrasse, seus críticos e o nascimento do modernismo urbano": "Os objetivos, que poderiam ser alcançados com o remodelamento da cidade, subordinaram-se solidamente à função simbólica de representação. O que dominou a Ringstrasse não foi a utilidade, mas a autoprojeção cultural. O termo mais comumente empregado para descrever o grande programa dos anos 1860 não era 'renovação' nem 'redesenvolvimento', e sim 'embelezamento da imagem da cidade'. (p. 45) - grifo meu.

À maneira das "passagens parisienses", um folheto de Jules Martin no período do governo de João Teodoro Xavier propunha a construção de duas grandes galerias cobertas, "imitando as de Milão, Nápoles e Bruxelas" entre o Largo do Rosário, rua de São Bento, Rua 15 e travessa do Comércio. Em 1905, uma galeria de cristal foi efetivamente construída entre a rua 15 de Novembro e a rua Boa Vista.

Não estava longe o tempo das rótulas, abolidas definitivamente em 1874, quando o boulevard Bouchard aformoseava a cidade, composto por 14 ruas no bairro de Higienópolis. Os arquitetos concebiam maravilhas inspirados nas construções européias, formas próprias do ecletismo do final do século:

As construções vão "desde a pureza de uma fronteira fria à normanda, dos arabescos sinuosos e ilógicos da arte-nova, até ao risonho 'cottage' inglês, do pontegudo dos chalés da neve aos alpendrados espanhóis, às cúpulas e minaretes orientais, às varandas cobertas do norte, às vilas graciosas da Italia, às galerias do Renascimento, ao exagero do barroco, ao rústico suiço, até a horrível simetria esburacada do estilo pombalino, pesado e bruto" (53).

Os projetos de embelezamento tinham um endereço certo: o centro da cidade. Remodelá-lo parecia significar, aos contemporâneos, um exercício de reconhecimento e de formação da identidade da cidade, referências estéticas da capacidade inventiva de seus habitantes expressas nas ruas e residências:

"As ruas da cidade são, em sua maioria, planas e largas, pavimentadas com grandes pedras irregulares, e abauladas ao centro. A maior parte delas possui calçadas. Muitas das casas têm somente o pavimento térreo, outras são assobradas e têm as janelas ornadas de sacadas. Na rua Direita, a mais

(53) Sousa PINTO, "Terra Moça" citado in E. Silva BRUNO, op. cit.

bonita da cidade, encontram-se as principais ca sa s de comércio, que expõem muitos artigos de lu xo, procedentes da Europa. Algumas das casas de sobrado se distinguem pela sua elegância; digna de referência é o palacete de dona Domitila de Ca s tro e Melo, marquiza de Santos" (54).

Rua Direita: o "coração", o centro da cidade. Exposição das virtualidades do mundo moderno, exibição das mundanidades, apelo ao brilho que emana de mercadorias dispostas em vitrines convidativas e encantadoras:

"o feliz mortal, que tiver a bolsa cheia para sa t is f az e r s e s u s g o s t o s, e até caprichos, não pre ci sa, saindo desta rua, procurar em outras os meios para isso: o homem ou a senhora que quiser ves t ir - se, pen te ar - se, per f u m a r - se, ad o r n a r - se de custosas jóias, aqui mesmo encontrará tudo quanto necessário for para que se apresente à moda de Pa ri s: há fazendas, costureiras, cabelereiros, al f a i a t a r i a s, sapatarias, joalherias, e tudo que se anuncia vir de Paris (...) (55).

Em 1873, a rua Direita, junto com as ruas do Commercio, do Rosario e de São José, forma a parte da cidade de "população muito superior e condensada", segundo o relatório do presidente da pro v ín cia (56). No mesmo ano, um viajante entusiasmado compara-a à Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro. Alguns anos antes, a comparação já era plausível:

"Virando-se da rua de São Bento para a rua Dir e i t a admira-se a grande animação, as vitrines, etc ... É uma rua bonita e larga, que lembra muito o Rio; quiosques com bandeirolas, anúncios co lo r i d o s em todas as paredes, grandes lojas, etc... dão

(54) J. TSCHUDI, op. cit.

(55) Firmo de Albuquerque DINIZ (Junius), op. cit., p. 83.

(56) Cf. Relatório do Presidente da província encaminhado à Assembléia Legislati va no ano de 1873.

a esta rua um aspecto de grande cidade que não se nota nas outras" (57).

A narrativa movimentada da cidade de São Paulo localiza rigorosamente sua personagem: o centro converte-se numa espécie de local privilegiado para a descrição, de onde se irradia a animação para toda a cidade (58). A referência é insistente: o Triângulo formado pelas ruas de São Bento, Direita e da Imperatriz (futura 15 de Novembro), estabelece a orientação do crescimento, representa, significativamente, a invenção da cidade de São Paulo:

"O Triângulo forma a parte mais animada da cidade, o local de passeio dos estudantes e o ponto de encontro de todas as personalidades de marca" (59).

As imagens do comentador são duplamente esclarecedoras: localizam o nascimento da cidade a partir da elaboração de uma narrativa grandiosa do centro. Aponta os significados e revela o reconhecimento da cidade. A temporalidade da mudança localiza-se: a capacidade de inventar o espaço da cidade como a formação de uma identidade urbana reconhecida e desejada como moderna, isto é, iluminada, embelezada e animada. A partir da figura do triângulo, a construção de uma personagem, contornos específicos, alma, personalidade. Iluminada, a cidade "humaniza-se", transforma-se em organismo, modelar e criativa, depura-se dos vícios, enobrecida:

"Tudo convergia para a figura geométrica que fez de São Paulo - cidade genuinamente acidentada - a propagandista forçada dos rígidos princípios da matemática. O Triângulo concentra em si a grandiosidade da metrópole paulista. Afigura-se-nos um rizoma enorme, cujos tentáculos, distendendo-se pelos

(57) Carl von KOSERITZ, op.cit.

(58) Ver: Willi BOLLE, "O centro da cidade como personagem de ficção" in Espaço & Debates (revista de estudos regionais e urbanos), Ano VI, nº 17, 1986, SP, NERU.

(59) Carl von KOSERITZ, op. cit.

bairros, distribuem a vitalidade da cabeça pensante que lhes dirige os movimentos".

A rua Líbero Badaró "se hoje se apresenta garbosa, limpa, com asfalto, esplendorosa na sua elegância de boulevard; outrora com o nome primitivo de São José, e mesmo com o atual, desnudou-se, grotesca e imoralmente, aos olhos dos paulistas, como uma chaga no coração da cidade, arrepiando os cabelos de matronas pudicas e sendo objeto de recriminações de pais austeros ante a licenciosidade dos filhos-famílias (...) Mais tarde, o senso moral de nossos dirigentes removeu o vício para outro lugar, e como do esterco nasce a linda flor dos trópicos, de uma viela baixa surgiu a magnificência de uma realização modelar na planta cadastral da cidade" (60).

Os nomes das ruas já localizam as personalidades reconhecidas como os sinais positivos da cidade. Privacidade oferecida aos olhares ansiosos em identificar as construções elegantes, os prédios conhecidos, as residências dos notáveis que se destacam na paisagem da cidade; a casa da Marquesa de Santos, os hotéis, os palacetes:

"A vida da capital se concentra no Triângulo, que é formado pelas ruas de São Bento, Direita e da Imperatriz. A rua de São Bento (...) prolonga-se do largo do velho convento de São Francisco, até a praça do convento dos beneditinos (...) ali se concentrou todo o comércio da cidade e a rua possui alguns belos edifícios como a esplêndida casa do Dr. Antonio Prado e o grande edifício do "Grand Hotel" (61).

A regularidade, a harmonia, a ordem, atributos da modernidade e da racionalidade que se impõem à São Paulo através da construção - índice suficiente de identificação do "novo" -, da abertura das ruas, do desenho que configura a elaboração visível de uma plan

(60) Paulo Cursino de MOURA, op. cit.

(61) Carl von KOSERITZ, op. cit.

ta radicalmente transformada da cidade. A descrição é necessária e acentua o movimento, a mudança, a extensão dos limites urbanos, expande o reconhecimento, anota o caráter modernizante:

"A parte nova, que se estende para o sul e para o norte aquem do Inhangabaú, é regularmente construída, possui quarteirões bem desenhados, ruas largas e tem aspecto moderno" (62).

E os indicadores se sucedem. As vitrines das ruas transformadas em exposição das virtualidades da mudança, exibem o ingresso no tempo da história: a produção de artefatos dispostos aos olhares ávidos de possíveis compradores ou de simples observadores do espetáculo. A sucessão de mercadorias expostas anuncia o nascimento da própria cidade, afasta-a da natureza e do primitivismo, anima-a, remodela os traços:

"Vi grande numero de lojas de fazendas, de ferragens, armazéns de molhados, armarinhos, casas de modas, de cabeleireiros, de chapeleiros, de pianos e outros instrumentos de musica, ourivesarias, oficinas de alfaiates, de sapateiros, hotéis, restaurantes, cafés, alógiros (pequenos hotéis italianos), confeitarias, fábricas de carros, depósitos de mobílias, marcenarias, e tantos outros estabelecimentos, muitos deles embelezando as ruas com as suas vitrinas, exibindo objetos de bom gosto, e de subido valor" (63).

Mas a consciência da modernidade é dilacerada (64). Necessita da escrita como forma quase mágica de desvelamento. A voracida

(62) Idem, ibidem.

(63) Firmo de Albuquerque DINIZ, op. cit.

(64) Ver, sob diferentes ângulos, abordagens e consistência teórica, os seguintes textos: W. BENJAMIN, Poésie et Révolution, A Modernidade e os Modernos; Carl E. SCHORSKE, Viena fin de siècle, política e cultura; S.P. ROUANET, As razões do iluminismo. Nelson B. Peixoto, A sedução da barbárie; H. LEFEBVRE, Introdução à modernidade; G. BACHELARD, A poética do espaço; M. BERMAN, Tudo que é sólido desmancha no ar; J. HABERMAS, El discurso filosofico de la modernidad;

(Continua...)

de com que as palavras evocam imagens involuntárias e as recompõem num caleidoscópio penetrante e movimentado, provoca uma leitura iluminada da cidade. Os demônios azulados do 'spleen' romântico cedem ao mundo, ao mesmo tempo, um estímulo à sensibilidade e o apaziguamento das ações efêmeras e turbulentas:

"Cette paisible rumeur-là
Vient de la ville" (Verlaine)

As cidades no século XIX puderam converter-se nesta espécie de loucura, nesta impressão fugidia e reveladora, numa consciência ao mesmo tempo atormentada e confiante - o avesso da barbárie, função simbólica de representar a civilização.

O paradigma definitivo das transformações invade a própria noite, exercita a identificação, estende a visibilidade das vitrines às ruas, reconhece os notáveis, reforma o acanhado. A cidade, enfim, ilumina-se - afasta os demônios da origem, reconhece seu nascimento, anima-se. Exemplar artifício, clarear a noite e fazer perfilarem as famílias. Torna-se sujeito, projeta suas luzes sobre o acanhado e o rústico:

"... já tinha começado a grande vida nocturna. Às portas das charutarias e dos cafés, perfilavam-se os elegantes para assistir à passagem das famílias. Carros e bonds cruzavam-se em todas as direcções. E a acanhada praça, que é o coração de São Paulo, vibrava de animação e scintillava de luzes" (65).

(... continuação da nota 64)

W. BOLLE, W. Benjamin: fisionomista da metrópole moderna.

(65) B. CEPELLOS, O Vil Metal, citado.

O nascimento é súbito, pela descrição dos comentadores. A claridade deve fazer aparecer, como num fantástico mecanismo ilusionista, a grande personagem, animada a partir dos elementos que a constituem. Marca da passagem, elucidação da origem. Instantâneo da impressão maravilhosa, múltiplas possibilidades oferecidas pela luz. As cores matizaram os contrastes, revelaram o aparecimento da cidade.

"A maravilhosa urbs aparecia de chofre, clara e faiscante sob os venabulos do sol, que a faziam palpitar como um brilhante de mil facetas" (66).

A construção e o artifício são fascinantes para os comentadores. Arquitetaram a cidade de São Paulo no século XIX como um exercício narrativo, iluminando os contornos esmaecidos. Produziram imagens, refizeram metáforas, construíram um texto esclarecedor.

Inventaram a cidade.

(66) B. CEPellos, citado.

III

A INVENÇÃO DA CIDADE: IMPRESSÕES MOVIMENTADAS

1. A consciência da cidade: medalha de duas faces

Sombras tão luminosas quanto a própria luz, experimentadas, ambas, por fragmentos multiplicados das mesmas imagens.

Produção de máscaras que revelam, decompondo como pontos da pintura impressionista, a cidade de São Paulo "inventada" tal e qual sua inscrição na modernidade .

Tal construção da cidade - não a superposição de imagens, não sua combinatória desordenada, porém "camadas" reveladoras da descrição paradoxal da cidade pelos seus opostos, entre sombras e luzes - sugere a mesma binomia apontada por Álvares de AZEVEDO: verdadeira medalha de duas faces a exigir cuidado e delicadeza na desmontagem.

A "estratégia" não obriga à enumeração de imagens diferenciadas para a cidade de São Paulo. Antes, pressupunha recorrer ao ponto de partida, ao ponto zero da história. Ao fazê-lo, investem na capacidade inventiva da imagem, na legitimidade do olhar para o conhecimento:

"...os pintores, ah! senhor, são a peste dum casa, o seu inferno, a sua ruína!" (1)

As representações se sucedem, para a descrição de São Paulo. De maneira contundente e com a pena virulenta, no entender do romancista. Um caleidoscópio de imagens multifacetadas, produtoras de novas representações e de re-interpretações da mesma imagem. A imaginação, proporcionada pela pintura, impressiona comentadores e observadores, estabelece a forma necessária da cidade. Ou o seu inferno...

(1) Pipelet, personagem de Eugène SUE, citado em O Cabrião, nº 1, 1866.

avesso da positividade emprestada ao pincel, denúncia do arcaísmo e da monotonia. Ruína, escombros, a destruição da sua origem.

A eloquência das imagens não prescinde da astúcia, cria uma linguagem, envolve as construções e transformações da "cidade nova". Exige o "embelezamento", "fala" aos olhos. À fala multiforme e instauradora, corresponde uma estética grandiloquente. Imagens miríficas, ilusórias e, ainda assim, formativas:

"E como era preciso que nos illudissimos, fascinando-nos com vistosas miragens, decretam-se avenidas e boulevards, multiplicando os empréstimos... especialmente agora que tudo deve ser chic, como as avenidas da moda e os palacetes dos architectos de fama..." (2).

Em debate, o tema privilegiado do século XIX: uma razão, herança iluminista que supõe o esclarecimento pedagógico, calcada nos emblemas da grande cidade. Imagem da imagem, recurso à iconografia, repúdio à natureza hostil, invenção do acontecimento, referências ao mundo pré-existente, tenebroso e sombrio, revisto e reatualizado pela aurora da civilização (3). Emblemas da razão ou colagem de símbolos abusivos e mistificadores com que se pretendeu descrever e circunscrever a história de São Paulo?

Qual o inferno da pintura? Esta necessidade absoluta de tornar visível, a remissão a uma fala maravilhosa. Produção de todos os encantamentos: o desejo de ver, para além do que parece ser visto.

(2) Sylvio ROMERO, O Brazil Social, RJ, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1907.

(3) A respeito, ver J. STAROBINSKI, 1789: les emblèmes de la raison, Paris, Flammarion, 1979: "Pour interpréter, pour dominer, diriger et contenir les puissances obscures, la parole tentera de conquérir son maximum d'efficacité: elle revendiquera l'énergie la plus intense. Elle se fera augurale, sentencieuse, prophétique". 1789: Os emblemas da razão, SP, Cia. das Letras, 1988.

Ardil ilusionista que conduziu-nos ao "cientificismo" do século XIX, mas também à leitura romântica que reclama a autoridade da aparência nebulosa:

"mais sagrados que as estrelas reluzentes são os olhos infinitos da Noite abertos sobre nós. Eles vêem mais longe que os olhos pálidos das incontáveis legiões - o que enche de volúpia indizível o espaço mais sublime. Glória à Rainha do universo, altíssima anunciadora de reinos mais santos, protetora do Amor venturoso - Ela para mim te envia - terna Amada - adorado sol da Noite - súbito vem-me à consciência - pois sou teu e meu - tu me revelaste a Noite como fonte da vida, e de mim fizeste homem" (4).

Impressões delirantes, desregramento das imagens, toda representação requer o polimento, a capacidade de forjar uma narrativa colada à profecia, uma ficção que "vê mais longe". Que não dispensa a imagem, portanto, "floresta de símbolos", alegorias ou emblemas fantásticos, representativos da grande cidade.

Depois das impressões, o contexto. Do tempo das sombras ao espaço das iluminações. Tempo das identificações apresentadas em textos de comentadores, viajantes e literatos. Impressões de uma cidade carente de artifícios, submersa num estado de natureza melancólico e doentio. Cidade que não é cidade. Supremacia das impressões iluminadoras, capazes de movimentar a descrição. Coleção de fragmentos da construção, apelo ao engenho e à edificação da cidade. São Paulo, na figura privilegiada do "Triângulo" adquire forma, enuncia racionalmente a própria natureza. Escolha da geometria, parâmetro revelador

(4) NOVALIS, Hinos à Noite, SP, Esfinge, 1987, p. 35. Cito passagem da introdução de Wilhelm Dilthey: "Homero, Shakespeare, Cervantes, com seu conhecimento intuitivo, parecem captar o mundo tal e como em si ele é; parece como se a natureza mesma nos mirasse através de seus olhos, com sua percepção que abarca o todo, sem preferência nem exclusões, atuando em um mar de cores e figuras. Longe deles surgem aqueles poetas que contemplam o mundo como através de um meio

(Continua...)

do cálculo metódico, representação da liberdade, por oposição às me táforas sombrias de um espaço imerso na natureza indomada.

As impressões forjam a cidade, concebem o artifício, triun fo da razão humana. Recobrem imagens produzidas num campo semântico variado: conhecimento ou fantasmagoria, re-produção do visível ou in versão ótica das formas? O imaginário dos comentadores da cidade de São Paulo submete as sombras à supremacia do aparente e do iluminado, reconhece nas representações a imagem da grande cidade, busca afini dades, mas também promove a imaginação em alusões fantásticas ao mo vimento e à circulação (5).

As representações e as imagens elaboradas no século XIX a respeito de São Paulo introduzem uma transformação: a cidade identi ficada a uma personagem, sujeito da fala poética ou das observações de viajantes de passagem, é construída como um espelho educativo da consciência. Para tanto, as imagens se articulam como fragmentos de uma ordem que reconhece seus parâmetros, absoluta necessidade de iden tificação. Conhecer torna-se um atributo definido exatamente pela transparência requerida aos objetos, pela iluminação dirigida aos pontos "esclarecedores" da cidade: as ruas, vitrines, prédios e pra ças.

(... continuação da nota 4)

refrativo e absorvente; todas as coisas, vistas por eles, adquirem a cor de seu espírito" (p. 13).

- (5) A referência semântica pode elucidar algumas destas variações. Veja-se, por exemplo, o verbete "Imaginaire et Imagination": "Le champ sémantique des divers vocables dérivés en français du terme d'image risquerait d'être singulièrement appauvri, si l'interprétation en était faite sur le seul fondement étymologique du latin imago: Dans son acception originare ce terme vise en effet le trait de ressemblance dont se trouve marquée une représentation, et les emplois dans lesquels on le rencontre du produit à l'image des ancêtres et même au spectre, des visions du rêve aux fables, intéressent au même titre l'affinité de la reproduction avec l'original (...)" P. KAUFMANN, Encyclopaedia Universalis, Paris, 1968, vol. VIII, pp. 776-783.

Se o artifício construtivo deve "falar" aos olhos, mais ainda deve exercitar a imaginação, promovendo uma pedagogia esclarecedora também às mentes. A cidade requer urbanidade, polimento das consciências arcaicas e predomínio da técnica como instrumento de um conhecimento útil (6). O "embelezamento" edifica a própria cidade e deve simular uma identidade reconhecida pelo paradigma maior da civilidade: as vitrines. Como num espelho, elas refletem o brilho imanente dos objetos expostos e dominam a consciência pela imediatez da visão. A transparência das imagens e a nitidez proporcionada pelo olhar cobioso dos objetos expostos identificam, igualizando, os atributos modernos da vida urbana: ver e ser visto, homens perfilados, objetos disponíveis, produção fértil de miríficas imagens sedutoras, tudo, absolutamente tudo, reconhecido como mercadoria, forma da produção não revelada, mas exibida como uma virtualidade civilizatória, como o reino encantado das aparições súbitas e maravilhosas (7).

(6) Veja-se em Raymond ARON, Etudes Politiques, Paris, Gallimard, 1972: "Toutes les sociétés ont eu une idée plus ou moins précise de ce qu'elles étaient et de ce qu'elles voulaient être. Les sociétés modernes, les premières, prétendent acquérir d'elles-mêmes une connaissance scientifique" (p. 9). Ciência ou "idéia mais ou menos precisa" é de conhecimento que se fala, expresso na consciência compartilhada entre os homens desta mesma sociedade. Desmascaramento do dissimulado ou profecia voltada para as descobertas futuras, o conhecimento da sociedade moderna obedece rigorosamente ao critério da utilidade do conhecimento social. Nos limites deste trabalho, indico apenas a mudança de registro nas representações acerca da cidade moderna.

(7) "la richesse des sociétés dans lesquelles règne le monde de production capitaliste s'annonce comme une immense accumulation de marchandises". K. MARX, Le Capital, Paris, Pléiade, 1965, p. 561.

A complexidade das mercadorias reside sobretudo nas "sutilezas metafísicas" e nas "argúcias teológicas" que acompanham sua produção. Possuidora de um caráter místico e misterioso que ilude seus mecanismos e transforma-a num hieróglifo de difícil entendimento, é, no entanto, de sua própria forma que se elucidam as relações sociais contidas na produção mercantil. "Penetrar o segredo" deste hieróglifo, decifrar-lhe os sentidos, obscurecidos pelas mesmas relações sociais, que assumem uma forma fantástica e ilusória, eis o significado da revelação, recurso extremo das metáforas; veja-se também, e preferencialmente, A Ideologia Alemã, sobre a produção da consciência e o obscurecimento provocado pela forma mercantil da produção: "Es evidentemente un hecho experimentalmente comprobable en toda la historia anterior que, al extender sus actividades has

(Continua...)

Mas na descrição dos observadores não há ilusão possível. As ruas e as vitrines não iludem o espectador, antes indicam e localizam o nascimento de uma pedagogia construtiva: os artefatos iluminam a cidade, fazem-na transparecer, identificam-na através dos vidros, dos espelhos e das fotografias. Ver nos objetos e nos edifícios as marcas promissoras da modernidade, a profética inauguração da cidade como metamorfose do caos original em história das potencialidades ilimitadas narradas através de imagens identificadoras (8).

O olhar "esclarecedor" domina a imaginação de observadores, afasta a sensibilidade melancólica para apostar na supremacia do aparente e do iluminado. Requer o polimento translúcido de todo e qualquer arcaísmo, recurso à explicação das origens, descoberta súbita

(... continuação da nota 7)

ta un plano histórico-universal, los individuos concretos se ven cada vez más sojuzgados bajo un poder extraño a ellos (cuya opresión se representa como una perfidia del llamado Espíritu Universal, etc.), poder que se hace progresivamente más masivo y que se revela en última instancia como el mercado mundial", Escritos de Juventud, Caracas, Universidad Central de Venezuela, 1965, pp.288-289. Ver as referências sugeridas por F. Foot HARDMAN, a respeito da produção ilusionista da história em tema específico: as imagens recorrentes e afins entre mecanismo/espetáculo, entre representações fantasmáticas das estradas de ferro/poder de civilização, Trem Fantasma: a modernidade na selva, SP, Cia. das Letras, 1988.

- (8) Neste caso, é outro o significado das vitrines apontado no belo trabalho de F. Foot HARDMAN: "... a vitrine é a maneira mais cínica através da qual o luxo se deixa entrever, assinalando, ao mesmo tempo, seu preço e seu dono. Exibicionismo que significa também modo radical de separação. (...) O vidro e a iluminação feérica encarregam-se de construir esse limite transparente mas compacto entre a comédia de costumes e a tragédia. Pois é esta última que ronda, 'invisível na sombra, de dentro da noite', como ameaça próxima capaz de quebrar todo o encantamento daquele enredo. O vidro iguala diferenças sociais na aparência, realçando-as, porém, efetivamente", op. cit., pp. 37-38. Para o caso de São Paulo, no entanto, o "luxo não se deixa entrever". O cinismo absoluto se impõe, à medida que os comentários eludem a separação e realçam, justamente, o nascimento desejado do exibicionismo. Não há limites para a cobiça de objetos impressos nas imaginações como reconhecimento e como identificação.

exigindo transparência nos comentários (9). Voltamos à imaginação que se aproxima do Ideal, desmascaramento de todas as trevas, elucidação dos vícios e dos males. Sonho demoníaco de penetrar a noite, de transcender o imediatamente visível, de re-conhecer as virtualidades inventadas pelas imagens.

Tal o paradoxo das impressões sobre São Paulo: afastar as sombras, cultivar o esclarecimento através do recurso espetacular do olhar construtivo - embelezar a cidade e vê-la como um brilhante, mil facetas iluminadas pela vertigem da movimentação. Supor, ao mesmo tempo, a permanência das sombras, da aparência nebulosa e fantasmagórica, próprio da sensibilidade romântica propensa ao desvelamento das consciências. As imagens multiplicam-se, são como máscaras da cidade, recortes das impressões eficazes de uma arquitetura variável e eclética.

A transparência requerida, no entanto, é polifacetada, recurso à contradição acentuada pelo movimento das coisas:

"O trem começou a mover-se. São Paulo ficava. Adeus, cidade ingrata! murmurou o Menezes no íntimo do coração. Accelerava-se a marcha. O trem passou sob uma ponte. Ruas, quintas, porteiras, postes telegraphicos, bonds, bandeiras e chaminés, tudo isto ia rodando e desaparecendo, numa valsa phantastica" (10).

Rejeita o único, o homogêneo, por ora. O obstáculo a ser ultrapassado é a insistência com que os comentários sobre a cidade invocam o antigo, uma sensibilidade urbana - articulada sobretudo pela literatura - propensa ao domínio do obscuro e do aparentemente sa

(9) Roberto ROMANO, "A Tirania do Olhar", Revista UNESP (O pensamento em crise e as artimanhas do poder), SP, Ed. UNESP, 1988.

(10) B. CEPellos, op. cit., p. 240.

grado, descoberta da origem, Starobinski anota a tensão entre o desejo da transparência em Rousseau, e seu obstáculo, o cultivo envergonhado do sujeito cativo de sua interioridade. Não há preciosidade maior do que o cristal, receptáculo de todas as luzes: verificação dos contrastes, o polimento não sugere o idêntico, mas a paciência meticulosa com que as imagens são construídas pelos comentadores da cidade de São Paulo (11).

A luz pura não existe. Exige o concurso da sombra (12). O ideal das Luzes, retomado no século XIX, no intuito de trazer tudo à superfície, introjeta o princípio do esclarecimento, poetizando o mundo através de símbolos e metáforas que incorporam o não-visível, o sombrio e tenebroso como elementos da própria história. Espécie de magia, sugere Antonio Candido, interiorização, sentimentos, sensibilidade. O engenho está distante da obra, nesse caso, Despreza o arti

(11) J. STAROBINSKI, La transparence et l'obstacle, Paris, Gallimard. Não sugiro aqui a aproximação abusada entre Rousseau e os comentadores da cidade de São Paulo. Nem se trata de rastrear - tarefa delicada - os fundamentos do pensamento brasileiro do século XIX. A citação é, antes, recurso à bibliografia, no intuito de indicar as referências pertinentes ao tema. No caso de Rousseau, a referência é duplamente significativa: não há como negar a influência deste autor no cenário cultural e político brasileiro, ainda mais efusiva no início do século XX. Para esta crítica, veja-se Roberto ROMANO, op. cit.

(12) Em Roberto ROMANO, Conservadorismo Romântico: origem do totalitarismo, SP, Brasiliense, 1981, encontramos uma análise da história solar, dos herdeiros das Luzes aos enunciados românticos. A separação rígida entre o progressismo desta história e o peso conservador e reacionário da história noturna é reavaliada pelo autor, que nos propõe uma leitura aproximativa destes dois pensamentos buscando sua filiação comum: a teoria das cores de Goethe, desmontando, porém, sua identidade superficial. Em seus textos e em seu curso ("Finitude e Laicidade: os pressupostos do Estado Moderno", Deptº Filosofia, IFCH, UNICAMP, 1988) pude acompanhar uma leitura cuidadosa, além de valiosas indicações bibliográficas, desta desmontagem e, ao menos, estar atenta para suas ressonâncias. Conforme sugestão deste mesmo livro: "Toda esta sequência de textos e imagens, centrados na metáfora musical e solar, são um contínuo entretecer de estilos e perspectivas concordes e conflitantes. Permanecer na sua coincidência, julgá-los como simples repetição é, de fato, caminhar nas sendas batidas do pensamento, repisando lugares-comuns" (p. 165).

fício para converter-se numa espécie de razão missionária, razão poética internalizada. Reconhece a legitimidade da ilusão como alimento do ideal e da profecia, afasta, do desejo de ver, o ardil ilusionista (13).

Para os comentários sobre a cidade de São Paulo no século XIX, a herança iluminista, o domínio e a supremacia das luzes sobre as sombras, nutrem-se de forte apelo romântico: o "spleen" esclarece, e a soberania da sensibilidade sobre a razão privilegia imagens contundentes - da fotografia à literatura. O romantismo "ilumina-se" reconhecendo e constituindo a modernidade como atributo estético e simbólico, reforçado pela grandiloquência e pela capacidade reveladora de matizes e coloridos. Sylvio Romero, referindo-se a Álvares de Azevedo, e comparando-o a Baudelaire, afirma:

"o que distingue seu lirismo dentre todos os que tenho até agora examinado é certo modernismo, certa frescura das tintas e das imagens" (14).

Em São Paulo na segunda metade do século XIX, a modernidade, portanto, é esta capacidade imagética e colorida. Se o romantismo, em sua desmesura de símbolos, não é o cultivo apenas da doença e da melancolia, mas contribui poderosamente para a propagação das concepções iluminadoras acerca da cidade, seu elemento consistente, o lirismo que lhe "colore" a inspiração e os demônios, investe no olhar interior, apanágio da alma do poeta missionário. Mas, conforme indiquei nos dois primeiros capítulos, a iluminação ultrapassa as relações voláteis e efêmeras do poeta no mundo e busca a obra exterior

(13) Antonio CANDIDO, Formação da Literatura Brasileira, citado.

(14) Sylvio ROMERO, História da Literatura Brasileira, RJ, Livraria J. Olympio Editora, 1953. Este "modernismo" de Álvares de AZEVEDO é retomado por Modesto CARONE, em artigo já citado.

da civilização: a Academia de Direito, os edifícios, o embelezamento, as vitrines.

A "verdadeira" pedagogia - extensão da profecia poética - internaliza-se, penetra a alma. As imagens e as representações sobre a cidade são exercícios de reconhecimento que apelam à iconografia, propõem emblemas, jogam com símbolos, absorvem metáforas. Inauguram uma nova imagem da cidade como consciência propagada de todas as cidades. Ausentes, ainda, os conceitos da ciência positivista, o "urbanismo" como "questão social" do final do século. As impressões delineam porém, um conhecimento da cidade, abstração de uma multiplicidade de imagens sob a ordenação do ideal. Uma, entre muitas impressões, orienta os comentários: aquela que privilegia a luminosidade, produzida pelos artefatos como o confronto necessário entre as sombras e as luzes.

Precauções devem ser tomadas quando se trata de identificar as "luzes" requeridas para a cidade de São Paulo: o olhar acurado "esclarece" as sombras, afasta a indistinção desordenada, organiza o material disponível para a formulação de novas imagens, aposta nas construções e nos edifícios, para sugerir o cultivo das metáforas noturnas como elemento primordial da sensibilidade redentora, na via romântica. A especulação simbólica não é meramente contemplativa. Os objetos produzem essa espécie de ilusão fantástica, multifacetada e poliforme no sentido apenas de afastar a indistinção inicial, o "caos" primitivo, de reivindicar o momento da criação. Permeada e enveredando por múltiplas imagens, a intenção inventiva por elas mesmas produzidas, é totalizante. Antes da ciência, as impressões erigem um domínio absoluto da pura abstração, a supremacia do aparente e do visível como marca da civilidade, valores transformados pela estética da pretendida modernidade, formalização dos paradigmas da cons

trução urbana (15).

A consciência da cidade, este compartilhar comum do conhecimento, é produtiva: a indistinção do reino da natureza é retomada como constituinte de uma segunda natureza, introjetada nas consciências como a submissão ao artifício, à imagem arquitetada.

Iluminar pode se converter em nova fantasmagoria, distinta das trevas. Localizar a origem, ponto movimentado do tempo numa paisagem retocada, o espaço transformado em categoria histórica (16).

A cidade, espécie de sujeito revelador, organizada num espaço imaginário das impressões de um tempo inaugural. Uma pretensão - localizada no século XIX - entre utópica e ilustrada, mística e fáustica ao mesmo tempo, herança das Luzes, legado ao cientificismo, uma profecia instauradora de um espaço totalizante e subjetivado, estabilizador, que não prescinde do "tempo de antes" para a formulação de suas origens.

Nos comentários sobre a cidade de São Paulo do século XIX, encontramos este elemento paradigmático da modernidade, muito antes que o século XX experimentasse tragicamente o legado iluminista. A certeza de que a história é fugidia e de que o passado é vão obrigou viajantes e literatos a recobrem a memória da cidade, anotando tudo o que viam, "impressionando" a leitura, buscando a "passagem" do

(15) Reafirmo a capacidade inventiva das imagens. E lembro, novamente, Roberto ROMANO, Conservadorismo Romântico, citado, "A arte de olhar confunde-se com o fazer, produzir novas formas pelo exercício da imaginação" (p. 35).

(16) Em MARX, o tempo é a categoria privilegiada para a elucidação das relações sociais. A produção da mais-valia, conceito fundador da "posição" de classe, necessita, efetivamente, do espaço fabril para sua concretização e do espaço urbano como locus de estabelecimento de um mercado universal. Sem dúvida, a categoria do espaço é vista a partir do tempo concreto contido na produção das mercadorias, mas esta não pode existir sem aquela.

antes arcaico para o tempo das invenções arquitetadas.

Sensibilidades variadas constituíram esta construção da cidade. Procurei demonstrar esta variedade submetida, já, aos desígnios do moderno. Edificar supunha destruir o "antigo" a partir da instalação de um marco originário revelador da transformação. A fugacidade de um instante registrado pela câmera fotográfica ou pelas descrições de viajantes movimentava a passagem, capturava a memória e introduzia a cidade nos paradigmas absolutos da modernidade. Antes que esta razão pudesse ser chamada de técnica, a "construção" da cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX alimentava-se de uma consciência literária e política propensa à reflexão romantizada pela sensibilidade sugerida pelo "spleen".

Construir uma memória arrazoada e operante supunha identificar a passagem das sombras ao movimento dos artefatos. Tempo dessa cralizado instituinte de um espaço inaugural. Racionalidade impressa desde os poetas românticos até os festejos da abertura do Viaduto do Chá, ambos carregados de historicidade e de apelo ao prosaico das relações humanas.

Por isso, o fantascópio podia ser inaugurado também como uma máquina - ilusionista - para ver a história...

2. A narração do movimento e a história do começo

"Há hoje, por aqui, mais vida e esplendor.
A própria noite, agora, é desassossegada!
É toda luzes, cabarés... rumor...
Moderna... endiabrada!" (17)

(17) Braulio PEDROSO, Paulicéia Moderna. SP, Brasiliense, 1976.

Uma cidade arcaica: assim se definia São Paulo ainda na segunda metade do século XIX. Onde, então, o tempo da passagem para a cidade moderna, das definições esclarecedoras, da circulação incessante, dos sons repetidos e coloridos? Onde, então, o espaço do movimento para a remodelação da história?

Tempo e espaço são dimensionados de tal maneira que a "passagem" se converte em qualidade, adjetivada, cunhada na historiografia - para voltar a expressar-se em números, em estatísticas, em cronologia (18).

O tempo da mudança é obra de uma representação da história que se crê inaugural, uma história-ficção em que, tal como nas utopias, se sobrepõem tempos e espaços imaginários que fazem da idéia de progresso o material de sua própria fantasia (19).

Por que a insistência em descrever a cidade de São Paulo como um permanente jogo de luzes e sombras, como um caleidoscópio de imagens envelhecidas sobrepostas por outras, esclarecedoras e movimentadas? Torna-se imperativo, portanto, retornar às próprias representações, revirando-as no sentido de provocar a iluminação ou localizar as sombras, conhecer o tempo da invenção da cidade, marcada pelas referências reiteradas ao arcaísmo, ao entorpecimento das imaginações, aos tons azulados ou opacos com que as metáforas recobrem as

(18) Os estudos sobre a cidade de São Paulo são enfáticos: as datas privilegiadas - o último decênio do século XIX e as primeiras décadas do século XX - são de finidas como marcos significativos da mudança. As rupturas apresentam-se como o índice mais seguro para demonstrar a entrada na "modernidade": o boom demográfico, a abolição da escravidão e a imigração, a formação do mercado de trabalho livre, a proclamação da República, etc. 1890/1930, de fato, configuram na historiografia os 40 anos de "intróito" necessário à revolução de 1930, data, enfim, garantida do ingresso definitivo em "relações sociais de produção modernas", sobre a qual se ergue um modelo de crescimento urbanístico também "moderno".

(19) B. BACZKO, "L'utopie et l'idée de l'histoire-progrès" in Revue des Sciences Humaines, nº 155, juillet/sept., 1974, pp. 473-491.

descrições, do acanhado burgo de estudantes e damas de mantilha à de sassossegada, moderna e endiabrada cidade.

As descrições conferem à cidade uma "alma" que a identifica, que marca de maneira peculiar e sensível uma história do prodígio nutrido por sua própria antiguidade. Para o século XIX, reconhecer os heróis míticos de uma cidade descrita como arcaica, obrigou ao recolhimento de temas abusados na literatura romântica: índios e bandeirantes frequentam a poesia paulista como os fundadores de uma ética de bravura e de intrepidez, mas oferecem uma rima pobre para a história que pretende identificar-se com o tempo do futuro.

Entre "Vozes da América" e "Pendão Auriverde", o que Fagundes VARELLA pode dedicar a São Paulo é a glória de solo visitado fortuita e ocasionalmente pelos fundadores da moderna história brasileira:

"Terra da Liberdade!

Pátria de heroes e berço de guerreiros,
Tu és o louro mais brilhante e puro,
o mais bello florão dos Brasileiros!

Foi no teu sólo, em borbotões de sangue
Que a fronte erguerão destemidos bravos,
Gritando altivos ao quebrar dos ferros:
- Antes a morte que um viver de escravos!

Foi nos teus campos de mimosas flôres,
À voz das aves, ao soprar do norte,
Que um rei potente às multidões curvadas
Bradou soberbo: - Independência ou morte!

(...)

Eia! caminha, o Parthenon da gloria
Te guarda o louro que premia os bravos!
Voa ao combate repetindo a lenda
- Morrer mil vezes que viver escravos!" (20)

(20) Fagundes VARELLA, "A São Paulo" in Obras Completas, v. 1, RJ, B.L.Garnier Livreiro Editor, 1892, pp. 233-234. F. VARELLA - nascido no Rio de Janeiro em 1841 - viveu em São Paulo de 1865 a 1867, aluno da Faculdade de Direito. Ne

(Continua...)

O espaço da cidade descrito como espaço geográfico e como lenda da formação positiva da nacionalidade. Recuperar nossos heróis, refazer nossas origens raciais, desprezar os modelos da antiguidade greco-romana em privilégio das personagens "nacionais", como queria Olavo Bilac.

Quase quarenta anos depois, o arcaísmo "positivo" da origem bandeirante recobra o tom épico através da configuração urbana de um espaço remodelado e perdido. São Paulo, de solo viril se efemina e define-se pela oposição entre o "antigo" e o "moderno", caracterizada pelo "ardor" com que a cidade madura expande seus limites geográficos:

"São Paulo de violões de rua em rua,
soluçando uma toada merencória...
E Castro Alves, gritando à luz, da luz:
'Ó liberdade! Ó Ponte Grande! Ó Glória!'

(...)

E Alvares de Azevedo, sôrvo a sôrvo,
Bebendo o 'spleen' de uma tristeza eterna,
Frequentar a cova lóbrega d' 'O Corvo',
Onde imagina as 'Noites na Taverna',

Cidade dos estudantes, gravemente,
sobraçando um massão de leis antigas
De dia, atentos à lição dos lentes,
De noite, - em serenatas e cantigas...

(...)

São Paulo da garôa peneirante:
Um pálido lampião ao longe brilha;
Range uma portinhola, e, ao mesmo instante,
Escorrega uma sombra de mantilha...

Então, meiga cidade da pureza,
Sobre a collina, como um lírio branco,
Eras um berço de ouro, uma beleza:
Ruas tortas, casinhas no barranco...

(... continuação da nota 20)

nhuma notícia mais esclarecedora sobre este seu período na cidade é digna de nota dos comentadores. Verter a "poesia francesa em excelentes versos portugueses" parece ter sido a atividade privilegiada deste estudante (ver, neste volume, "Notícia Biographica" de Visconti Coaracy).

Hoje, São Paulo meu, não ha terreno
 Que te baste, no ardor com que te expandes
 Mas ai! quando tu foste assim pequeno
 Como os teus homens eram grandes!" (21)

Uma paisagem que se revela seja por seus contornos geo-físicos (o alto da colina, os morros circundantes, as várzeas), seja pelo reconhecimento de um mundo que só projeta suas próprias sombras. O fantástico reside justamente no sonho, no sono, na consciência entorpecida. Longe qualquer comparação com o desconcerto moderno frente ao labirinto de representações multiplicadas. Os prodígios que as cidades inventam impressionam os comentadores da mudança. Uma sensibilidade que se afina ao mesmo tempo com o material de uma vida repetida e sonolenta e com o desejo fantasioso da criação dos heróis modernos, vindos da noite e do arrebatamento.

Encontrá-los nas ruas, vagando absorvidos pela igualdade das "multitudes maládivas" das cidades, os verdadeiros heróis da modernidade, sujeitos ao olhar do detetive da fugacidade, passageiros propensos ao suicídio coletivo, prisioneiros de alegorias e dos olhares classificatórios produzidos pela melancolia poética e catastrófica

(21) Baptista CEPellos, "São Paulo Antigo" in Os Bandeirantes, SP, Estabelecimento Typographico do Fanfulla, 1906. Veja-se nesta mesma edição o prefácio elogioso de Olavo BILAC: "o período histórico da exploração e do povoamento dos sertões é uma phase épica, que reclama o seu poeta". A recusa do índio desaparecido como fonte da poesia, mas também da "vida contemporânea, porque prosaica e sem sabor". O prólogo de B. CEPellos é bastante explícito:
 (...) "para distrahir a agonia que me devora
 mergulhei no passado, e vivi no passado,
 Procurando olvidar as tristezas de agora!
 Alfarrabios abri, pelas velhas estantes,
 E logo me surgiu, num plano illuminado,
 Aquella geração de illustres Bandeirantes"
 Ver também a descrição exaltada, em duas outras poesias (O Batuque e O Samba), das origens da miscigenação. Agradeço a Margareth Rago a indicação - e empréstimo - de uma notícia biográfica de B. CEPellos, rara entre os analistas literários, Mello NÓBREGA e Erich GEMEINDER, Batista Cepellos (1872-1972), RJ, Livraria São José, 1972.

ca (22), não são as únicas representações possíveis da sedução operada pelo tema da grande cidade, ou pelo enlevamento da percepção moderna, cujo movimento incessante obriga ao fragmento e à dispersão.

Tal memória, refletida numa espécie de gosto pela coleção automatizada de imagens, de passantes e de mercadorias - quando a produção estabelece entre os objetos uma medida que os faz equivaler uns aos outros -, pode se converter numa memória de ruínas, num herói cuja exaustão desconhece sua origem e que vaga, sem que possa reconhecer-se em meio a escombros (23).

Da fragmentação e da desordem, imagens privilegiadas da cultura moderna, à destruição e ao desconhecimento. Da constituição do herói moderno à morte solitária do poeta, a construção da sensibilidade deve passar também pela rejeição do antigo, pelo abandono dos velhos labirintos (24).

Produzir um reflexo - operado pelo jogo contínuo de luzes e sombras - cujo resultado é a produção também do Ideal de cidade, descrita pelo seu avesso: a ausência reiterada e denunciada dos para

(22) A referência é W. BENJAMIN, "A Modernidade" in A Modernidade e os Modernos, op. cit., pp. 7-36.

(23) Nelson Brissac PEIXOTO, A sedução da barbárie (o marxismo na modernidade), SP, Brasiliense, 1982, localiza o nascimento da cultura moderna na Alemanha dos anos 20/30. Para este autor, a modernidade é a crise da representação, a não identificação de uma coisa na outra, a absoluta impossibilidade de homogeneização. As primeiras décadas do século XX introduzem a desmesura e as desigualdades radicais. "Este novo mundo não tem espessura: é o movimento incessante que, como uma força centrípeta dispõe os objetos fragmentados e dá aos indivíduos a possibilidade de perceberem e localizarem-se nesta dispersão. Da ruptura da representação, da dissolução e perda das identidades constituídas por seu mecanismo de expressão, nascem a experiência e o pensamento modernos" (p. 10).

(24) Ver H. LEBEVRE, Introdução à Modernidade (prelúdios), RJ, Paz e Terra, 1969: (o tema da decadência) "toma uma extensão muito maior na obra de Nietzsche do que no pensamento francês, onde precisamente permanece estético e literário (Continua...)"

digmas da modernidade. Fundar a cidade de São Paulo como uma suc^{ess}ão ilusionista de construções e hábitos antiquados permite localizar o seu "nascimento", a origem do novo arquitetado como um exercício de sensibilidade, como um reconhecimento da criação. O herói - ou sua transgressão - é também a capacidade desmesurada de transformar o acanhado em languidez poética, de inverter a forma da fantasmagoria, de penetrar o campo secreto - aparentemente identificado como estático, nebuloso ou envelhecido - das formas reveladoras dos contrastes, matizados pela luz.

O olhar dirige-se para a cidade, olhar do fisionomista, tornando-a a personagem privilegiada que retrata (imobiliza e captura) o destino das sensibilidades individuais. São Paulo, mesmo quando descrita pelo avesso da cidade moderna, burgo, vila, aldeia, é a história do nascimento da personagem coletiva, uma narrativa tradicional, uma ficção.

Diferente, porém, das alegorias modernas, São Paulo é o pretexto para a identificação - através do recurso às sombras - da própria história.

Por detrás da opacidade que dificulta perceber-lhe o interior (a vontade moderna do desvelamento), é visível a fermentação e o nascimento inteligível da grande personagem: no século XIX prepara-se o endiabramento e o desassossego que empresta ao século XX personagens múltiplos e diferenciados. Então não será mais possível identificar uma "alma", um "caráter", uma "fisionomia": a multiplicidade tornará difícil discernir entre o passado e o espelho inventivo que as ruas movimentadas revelam. Da épica bandeirante e da solidão poé

(... continuação da nota 24)

(os 'fins do século'). Ele se liga de novo, principalmente, à representação de um refinamento excessivo, de uma artificialidade extrema e de uma supercivilização" (p. 208). Ver também Jacques Le GOFF, "Antigo/Moderno" in Enciclopédia EINAUDI, v.1 "Memória/História".

tica à épica do herói moderno, coletivo e anônimo, uma transformação fundamental: a polifonia da Grande Cidade, da metrópole, produz a fragmentação, a inversão, o desenraizamento.

Afastando-se dos segredos revelados por poetas, as vozes não só são distintas, como também dissonantes. As vicissitudes do novo destróem o antigo provocando uma cacofonia, a desarmonia de contrários e não mais a dualidade combinada dos elementos que conduzem a trajetória subjetiva do narrador.

Se, de início, o olhar media o conhecimento, instrumento da sensibilidade, pouco a pouco outros mecanismos deverão ser acionados para que se faça da cidade um modelo ou um laboratório de virtualidades civilizatórias. O destino de seus habitantes também será arquitetado, junto aos artifícios, às revelações, às analogias e metáforas que lhe emprestam significado e, ao fazê-lo constróem, como uma trama; os acidentes de uma prosa entrecortada e fragmentada.

A cidade, subjetivada pela imaginação literária, oscila entre ser a personagem privilegiada de uma narração mítica do espaço - a construção de um destino utópico e indecifrável, um futuro visitado por estrangeiros portadores de uma ética e de uma política novas - ou uma prosa histórica do tempo - as representações do "antes" e do "ontem" marcados por uma ruptura cultuada como moderna pelos inventores das novas palavras que nomeiam o visível e perscrutam o invisível.

Mito e história, portanto, se alimentam do mesmo material, e a construção da cidade produz também sua própria lenda. Incrível a capacidade deste século: projeção das luzes, nomeação positiva e inteligível de todos os acontecimentos.

Os novos fantasmas serão localizados longe do obscurantis

mo jesuíta, para fora de seu próprio centro, apontados seja pelos números que as "estatísticas dos crimes cometidos nesta capital" revelam, seja pela extensão dos bicos de luzes que a cidade inaugura.

Da fragmentação, do caos, do incorpóreo, produzir a ordem. Tal é a cidade nomeada: cidade do trabalho, do movimento, cidade que se ilumina contra a hostilidade. Cidade-satânica e cidade-prodígio. Cidade de máscaras múltiplas, uma representação caleidoscópica que já mais repousa. Modernidade.

A binomia é preferível para descrevê-la: partes que não se combinam, excertos da convivência orientada sob novo ângulo: retirem-se os de fora, os excluídos; perfillem-se os observadores da casualidade, os passantes desinteressados. A identidade marcada pela pluralidade, pelo espaço transformado em metamorfose súbita do sujeito, em narrativa fantástica do nascimento. Da descrição da cidade à narrativa sobre a cidade, o registro da ação, a primeira referência à história particular, entre a intuição poética e a fala articulada do conhecimento (25).

Para a cidade de São Paulo, o relato de viajantes que não buscavam uma terra utópica, ou a sensibilidade poética que se exauria na tensão entre o mundo prosaico e as incertezas demoníacas da

(25) "O Canto das Sereias é, ao mesmo tempo, aquela poesia que deve desaparecer para que haja vida, e aquela realidade que deve morrer para que haja literatura. O canto das Sereias deve cessar para que um canto sobre as Sereias possa surgir" (T. TODOROV, As estruturas narrativas, SP, Perspectiva, 1979, p.111). Neste capítulo, TODOROV trata da narrativa primordial, relendo a Odisséia, enfatizando a construção em toda narrativa, a audácia e a ousadia da fala, examinando a diferença entre a palavra-ação e a palavra-narrativa. Aliás, a leitura da Odisséia é ponto de partida para autores preocupados com a representação que a literatura opera do real. O cerne da discussão sobre a "imitação" está na distinção entre o verdadeiro e o falso, na separação entre a lenda e a história, no estabelecimento da profecia como a passagem possível da história presente. O elemento fantástico na Odisséia, a absoluta ausência de localização temporal ou espacial, a repetição de motivos conhecidos, des

(Continua...)

alma, são a antípoda da narrativa primordial. Inseridos nos confrontos que o século XIX reedita da Ilustração, uma história do progresso requer o nascimento de um sujeito que conduza a narrativa, que defina a individualidade através da transformação perpétua dos paradigmas e da "originalidade".

A memória torna-se esta espécie de movimento diabólico que se debate com a fugacidade e a instantaneidade do mundo moderno. Curvado sobre si mesmo, o relato histórico não é mais narração, conduz à lembrança de situações análogas, faz uso da palavra-ação, ousa con-figurar, no próprio discurso, as personagens que conduzem o relato. A consciência da identidade, isto é, a memória, debate-se entre o sono e a morte nas figuras espectrais da poesia romântica. O "despertar" pode ser concebido como a condição da história, formulação da subjetividade, recuperação da memória através de sinais gestuais, por vezes enigmáticos e, sobretudo, através do estabelecimento da fala qualificada que "narra" a origem (26).

(... continuação da nota 25)

critos através do episódio da cicatriz de Ulisses por Auerbach, remetem o leitor ao registro da narrativa em primeiro plano, unívoca e livre, E. AUERBACH, Mimesis, SP, Perspectiva, 1976.

Nas análises sobre a estrutura e sobre as representações figuradas na Odisseia, o mesmo relato da origem constitui a história da identidade em meio à turbulência da viagem: "A viagem a Itaca coincide com a experiência social e histórica realizada pelo sujeito da sociedade burguesa", E. SUBIRATS, Países da Solidão (ensaios sobre filosofia e cultura), SP, Livraria Duas Cidades, 1986.

- (26) Utilizo aqui, o texto de Mircea ELIADE, Mito e Realidade, SP, Perspectiva, 1986, 2ª edição. "Poder-se-ia quase dizer que o conto repete, em outro plano e através de outros meios, o enredo iniciatório exemplar. O conto reata e prolonga a 'iniciação' ao nível do imaginário. Se ele representa um divertimento ou uma evasão, é apenas para a consciência banalizada e, particularmente, para a consciência do homem moderno (...) Sem se dar conta e acreditando estar se divertindo ou se evadindo, o homem das sociedades modernas ainda se beneficia dessa iniciação imaginária proporcionada pelos contos (...) Esse ponto de vista surpreenderá somente aqueles que consideram a iniciação um comportamento exclusivo do homem das sociedades tradicionais. Começamos hoje a compreender que o que se denomina 'iniciação' coexiste com a condição humana, que to
- (Continua...)

As palavras são os atos da inauguração do tempo da história, a paisagem reencontrada pela memória, que conta o passado da cidade.

O tempo corrosivo e deletério recuperado pela memória do passado (27) investe nas formas da cidade, constitui os signos da invenção arquitetural. Afastam-na do tempo de antes, arcaico e melancólico, destrói o antigo para incorporá-lo ao presente virtualmente "original". Mescla de tempos sobrepostos à maneira de um mosaico cujos reflexos produzem novas imagens projetadas num espaço vazio. Não há nada, porém, de cíclico na maneira com que se narra - poetas e comentaristas - a história da cidade de São Paulo. O arcaísmo resulta da visualização do presente como instante privilegiado da recusa do passado, uma movimentação da fisionomia da cidade moderna, endiabrada, iluminada, rumorosa. Não há retorno à origem, nem na melancolia moribunda dos românticos. Antes, a arquitetura do novo sugere a destruição do antigo e a evocação recalcada do passado, recomposto numa ordenação sempre provisória e, contudo, eficaz. O exercício, uma abstração construtiva, no caso dos comentaristas da cidade de São Paulo, consiste na enumeração monumental e nada trágica dos vestígios rejeitados do passado.

Mas, aqui, uma ressalva: São Paulo, uma cidade sem vestígios, repetido reclamo da ausência de rastros, o avesso de uma cidade

(... continuação da nota 26)

da existência é composta de uma série ininterrupta de "provas", "mortes" e "ressurreições", sejam quais foram os termos de que se serve a linguagem moderna para traduzir essas experiências (originalmente religiosas)" (p.174-175).

- (27) O tema da memória tal como foi trabalhado por W. BENJAMIN em Infância Berli-nense remete ao conceito de "lembrança". Ver Olga Maria C. F. MATOS, Os arcanos do inteiramente outro (a escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução), SP, Brasiliense, 1989, cap.1 "Uma história barroca". V. neste capítulo as referências a PROUST e a FREUD e a diferenciação entre "lembrança" e "experiência". Para uma aproximação encantadora com o pensamento de BENJAMIN, veja-se Jeanne (Continua...)

de reconhecida pelos paradigmas da identificação moderna (28).

Se a memória também é a astúcia de recordar, a "construção" da cidade sugere a edificação estetizante destes paradigmas. Entre todos, a profecia maior do século XIX cria identificar um projeto da política cujos pressupostos deviam, primeiro, estabelecer a própria definição do moderno; segundo, reconhecer, herança do século XVIII, o domínio e a extensão da coisa pública e, por fim, e sobretudo, constituir um sujeito também localizado no século XVIII, portador da ética grandiloquente de princípios, senão puramente estéticos, constituintes da própria civilização urbana: o cidadão.

(... continuação da nota 27)

Marie GAGNEBIN, Benjamin, os cacos da história, SP, Brasiliense, 1982, col. Encanto Radical, e os trabalhos de Willi BOLLE sobre o mesmo tema.

- (28) Nelson Brissac PEIXOTO, com J. Murillo SALLES em America (video-imagens e depoimentos) indica que o fragmentado - constitutivo da própria modernidade - não produz memória a não ser episódica e, sobretudo, simbólica e fetichizada nos elementos da paisagem americana (o cartaz, a estrada, os caminhões, o deserto, os drive-in, etc...). A maneira de Wim WENDERS em "Paris, Texas", as imagens se sucedem e cristalizam a representação da aridez que impressiona o viajante. Daí, a multiplicidade da cor, a opção pela fotografia, o instante paralizado e anguloso. Daí, a perda da identidade e sua (re)-constituição nacional, já tratada cinematograficamente em 1915 por GRIFFITH em "O Nascimento de uma Nação", numa sucessão de claros e escuros expressionistas surpreendentes no cinema. Mas, como em GRIFFITH, construir a identificação nacional, supõe pensar sob a égide do único, do homogêneo, nomeações do indivisível, ou recair na barbárie operada pela convivência do desigual. As imagens deste vídeo permitem supor, todavia, que as lembranças episódicas ou truncadas produziram uma espécie de inversão no olhar: vagueando, movimentadamente, de um a outro ponto da paisagem urbana, o sujeito moderno identifica seu cenário a partir de sua intimidade (vale dizer, a partir de sua história pessoal), reconhecida pela história pública, dos outros e dos muito. Lembra a poesia de Octavio PAZ: "(...) falo sobre a cidade imensa, realidade diária feita de duas palavras: os outros, e em cada um deles há um eu cercado de nós, um eu à deriva, falo sobre a cidade construída pelos mortos, habitada por seus teimosos fantasmas, regida por sua despótica memória, a cidade com quem falo quando não falo com ninguém e que agora me dita essas palavras insones", Falo sobre a cidade, Folha de São Paulo, dez/88.

A profecia, no entanto, nutrida de ciência, é uma reformulação do político. As impressões - as imagens - conduzem aos conceitos e estes inauguram novas representações. A cidade é este espaço onde sua própria invenção institui a supremacia da política instrumentalizada sobre a ética das relações humanas. Uma profecia "iluminada" pelo sujeito preferencial da política moderna, o cidadão, sujeito articulador da história da cidade.

IV

HISTÓRIA DA IDENTIDADE

1. Os códigos metafóricos da história

. O progresso: consciência da homogeneidade social

O século XIX conhece uma unidade temática: o progresso é este elemento constituidor de um campo conceitual vasto em que as vicissitudes da história são confrontadas com as promessas de edificação de uma sociedade "nova" e inteligível.

Aproximava-se a Razão à Cidade, espécie de espaço privilegiado sobre o qual deveria se construir um mundo novo criado à imagem da técnica e da máquina. Uma intervenção calculada, instrumento da razão humana sobre a natureza, domínio e superação dos acontecimentos caóticos pelo engenhoso e criativo avanço da produção de artefatos.

A história, justamente, é este domínio das forças naturais, e a máquina, o artifício controlador das fragilidades humanas. A civilização é obra de uma evolução da história humana empreendida pela capacidade técnica de produção ilimitada, propulsora das novas potencialidades que o próprio crescimento virtual engendra. Há um mecanismo capaz de impulsionar o nascimento de uma nova era, inscrita nas consciências como o tempo de dissipação do obscurantismo e do arcaico, uma força motriz instauradora e herdeira da ciência, instrumentalizada como a astúcia inventiva do homem subjugando sua natureza limitada:

"...aquella machina, que domina, com a sua potência, duas mil toneladas... e que, pouco antes, parecia possuir a furia irresistível dos furacões vertiginosos, pela força da sciencia, tinha agora

a delicadeza de uma mãe, acariciando de leve as róseas faces de seu filhinho" (1).

Mas a capacidade criadora é também inquietante. A tensão instalada entre a natureza interna do homem hostilizado em sua existência social, faz do artifício ora o elemento positivo da transformação, equilibrado como uma arte, ora um organismo vicioso e nefasto à própria conformação humana. A máquina, ao invés de criar uma segunda natureza cultivada e promissora, pode converter-se numa doença insidiosa e degeneradora, num retrocesso à barbárie, provocar a desmesura e originar-se da anti-natureza, desequilibrada e turbulenta:

"...a machina a vapor não póde ficar dominadora absoluta de nossa civilização, porque no meio dos fachos da sua luz radiosa, junto ao seu esplendor e aos seus benefícios ella tem a sua funesta consequencia e as suas chagas cancerosas"(2).

Caracterizar a "sociedade" significa procurar suas definições, reconhecê-la como uma organização de elementos passíveis de serem ordenados, respeitadas suas funções, inscrita como um corpo atuante e movimentado, percebida em oposição a um estado natural anômalo e intocado. Nada impede a justaposição das imagens do mecanismo às metáforas orgânicas, quando concebidos como articuladores da relação entre o indivíduo e o mundo social. A unidade é a "marcha geral da civilização" impulsionada a partir de um movimento primordial que origina e garante seu desenvolvimento posterior:

"A sociedade humana é um organismo vivo, real, com posto de cellulas, como a dos organismos individuais"

(...)

A Natureza é o conjunto de todas as cousas que

(1) Enrico FERRI, "As maravilhas do século XIX", conferência pronunciada em São Paulo, 1908.

(2) Enrico FERRI, op. cit.

existem, sem que tenham sido produzidas por ninguem.

A consciência é o postulado da sociologia, como o movimento é o postulado da mecânica" (3).

A metáfora da "humanidade em marcha" recolhe seu enunciado das concepções acerca da história durante o século XIX. Compreendida como o imbricamento das leis de seu desenvolvimento interno e das causalidades a que está submetida, a própria definição da história das sociedades autoriza a duplicidade das formulações: por um lado, a concepção otimista do aperfeiçoamento do espírito humano, e, por outro, o enigmático componente das transformações históricas, imbuída de toda a tradição positivista, as representações acerca da sociedade no século XIX nutrem-se também de uma perspectiva cética ou amedrontada das virtualidades civilizatórias.

"A História é uma descrição rigorosa e subordinada a leis imutáveis dos movimentos orgânicos das sociedades" (4).

"La historia de la civilización es la historia de las diversas gradaciones por las que ha pasado el ideal de perfección a través de las edades..."(5).

Trata-se, certamente, de vulgarizações do pensamento cultivado do século XIX. O que permite identificar matrizes conceitualmente diferenciadas, mas ainda assim eficazes do ponto de vista da linguagem "cientificista". O recolhimento das metáforas presentes no pensamento político remete seguramente a um campo conceitual vasto e instigante. Reconhecer as identidades e as semelhanças - anotadas em panfletos positivistas, anarquistas, darwinistas sociais, liberais,

(3) A Questão Social, órgão do centro socialista, 1895.

(4) O 1º de Maio (o ideal moderno), 1898, folheto da Biblioteca Popular de Orientação Socialista, Lisboa, Cia. Nacional Editora.

(5) Palmiro de LIDIA, El ideal del siglo XX, Biblioteca Juventud Libertaria, v.X, Imprensa La Activa, 1903.

socialistas - não elucida a preferência destes comentadores em definir, abusiva e repetidamente, o lugar do Homem no universo e na história:

"L'uomo... (é) la risultante, l'ultima risultante, di tutta una evoluzione organica, un graduale e spontaneo prodotto del vivente universo...rappresenta in realtà il risultato necessario della natura stessa delle cose" (6).

"É possibile avvicinarsi ancora alla felicità; e verso il buono, il bello, il meglio va l'umanità!

Noi siamo migliori oggi di ieri per la legge eterna del perfezionamento senza confini.

E così domani saremo migliori di oggi" (7).

Esta evolução segura, inscrita exatamente na natureza humana, não significa, contudo e sempre, o desenvolvimento natural das sociedades para um convívio harmonioso. A idéia da ordem, gradual e espontâneo produto do universo em movimento, sobrepõem-se ainda as imagens recolhidas da corrente, do incontrollavel suceder-se de vagas impetuosas, da agitação conturbada das necessidades:

"No universo tudo é susceptível de mudança, nada é imutavel. Os velhos dogmas sentirão-se corroídos pela crítica da sciencia, e a consciencia moderna como um navio cujas amarras se partissem quando mais fortes eram as ondas e a tempestade ...como desta solidariedade dos atomos surge a molecula, das moleculas a cellula e da cellula surge o individuo, da solidariedade dos individuos se fórma o povo..." (8).

(6) AROLDI, Dottrine Positiviste, Milano, 1903.

(7) E. FERRI, Daí Microbio all'Uomo, conferência, Typ. H. Rossi, São Paulo, 1907.

(8) E. FERRI, As maravilhas do século XIX, op. cit.

O conhecimento da natureza humana - a consciência moderna - nutre-se das metáforas produzidas pelo conhecimento do "corpo social": furações vertiginosas, chagas cancerosas, tormentas, organismo vital, evolução orgânica, astros da história, depravação furiosa. Convivem, no mesmo texto e articuladas, as metáforas do mecanismo em registros diferenciados do pensamento orgânico.

A ciência - reformulada como um saber específico - sobre põe-se à própria natureza desgovernada dos homens imprimindo um movimento transformador e ordenador. Miragem da perfeição, as imagens de um mecanismo eficaz que alimenta o organismo social e o impulsiona traduzem uma evolução segura inscrita na própria natureza das coisas, mas propensa ao reconhecimento de uma força motriz que lhe é exterior.

Quer se trate do "conjunto da sociedade" formado pela solidariedade dos indivíduos como dos átomos, quer, ao contrário, da "evolução natural" do ambiente formador do homem e de sua segunda natureza, os códigos metafóricos da linguagem cientificista do século XIX tornam inteligíveis, ao mesmo tempo, o campo conceitual em que circulam e a articulação de um pensamento sistematicamente auto-referido como a consciência da homogeneidade e do equilíbrio social:

"Esaminando lo sviluppo progressivo della moralità umana, lo Spencer trova che questo stesso sviluppo é l'indice di una necessità per la quale ogni vivente é tratto, ad attarsi nel miglior modo al suo ambiente esteriore. Questo adattamento di si stessa all'ambiente vitale, l'umanità lo raggiunge via per gradi evolutivi nelle epoche storiche... Giorno verrà, dice lo Spencer, in cui i ritmi, le oscillazioni perpetue che agitano la condotta degli uomini si comporranno in un equilibrio finale... (9).

(9) AROLDI, op. cit. (grifos meus).

A máquina - na tradição clássica - pode se inscrever na própria natureza, motor apenas do movimento contido em seu interior. Campos semânticos variados podem se inscrever, em outros contextos, de dentro do pensamento orgânico, como operadores do "corpo social" (10). A técnica, no entanto, instrumentalizando o saber sobre o próprio homem, pode transformar a natural propensão para a harmonia e o equilíbrio. Neste caso, ela é inventiva, no sentido em que, longe de ser o produto de mentes imaginosas, o artifício mesmo é a manifestação de um poder sobre-humano capaz de produzir instrumentos, máquinas e engenhos que reconduzem o homem - ou sua moralidade específica - a sua própria natureza.

As representações sobre o progresso, nos textos de vulgarização difundidos ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX, imbricam-se nesta tradição do conhecimento positivo que empreende, através da História, a construção da imagem forte e operante da "humanidade em marcha":

"Não ha outro século no firmamento luminoso da historia da civilização que possa comparar-se com o século XIX; porque, si o seculo de Pericles, na classica Grecia, e o de Augusto, na Roma conquistadora, e o maravilhoso renascimento itálico deixaram sulcos luminosos no seio da humanidade, o século XIX ultrapassou aquelles astros luminosos da historia, registrando um numero infinito de descobertas, de invenções, de transformações... nos mais variados, profundos aspectos da vida intellec

(10) Ver: Judith E. SCHLANGER, Les métaphores de l'organisme, Paris, Vrin, 1971: "La conception romantique de l'organisme s'est essentiellement constituée en fonction d'une antithèse: l'organisme se pose comme le contre-pôle d'un refus, il se pose en s'opposant à l'idée d'un agrégat d'atomes ou de rouages ou d'individus isolés dont la liaison aurait un caractère secondaire en fait en droit. Et l'on pourrait dire que ce sont les différentes représentations romantiques du mécanisme qui dessinent, a contrario, les principaux traits de l'organisme" (pp. 7-8). Ver, especialmente, caps. 3, "organisme, mécanisme (Continua...)"

tual, material e moral, não só dos indivíduos como das famílias e dos povos" (11).

Remeter, com insistência, a uma história "iluminada", às "visões de mundo" elucidativas, ao abuso das metáforas do organismo estabelecidas pela oposição a um mundo "mecanizado" e artificial é obra de uma sensibilidade romântica tão afeita à poesia - interioridade e subjetividade - quanto às teorias do progresso, "marcha geral da civilização", desenvolvimento engendrado em etapas sucessivas e ascendentes que configuram e determinam também a "moral humana".

Mas, ao otimismo dos que crêem inaugurar o tempo da História - o "movimento orgânico das sociedades" que culmina com o "ideal de perfeição através das idades" - é contraposto uma leitura sombria - ainda que não excludentes - da perfectibilidade humana. Representada como o domínio da interioridade, um saber que evoca a grandiosidade e a infalibilidade do juízo histórico, o "desenvolvimento" das sociedades não está submetido à leis impressas na sua própria natureza, mas remetido ao campo da moral, à divinização prodigiosa dos acontecimentos humanos:

"A História é uma mulher sombria, gigante colossal, que conhece todo o bem e sabe todo o mal" (12).

Um tempo definido como linearidade, evocada a técnica como motor de um progresso ordenado do interior, organização de átomos propensos à união pela força geradora de seu movimento. Tal concepção do mecânico contradiz a capacidade inventiva dos homens, repre

(... continuação da nota 10)

et le langage de l'harmonie" e cap. 4, "La marche de la nature". Consultar também, R. ROMANO, "A fantasmagoria orgânica" in Corpo e Cristal: Marx romântico, Rio, Ed. Guanabara, 1985, pp. 113-124.

(11) E. FERRI, "As maravilhas do século XIX", op.cit.

(12) O Rebate, (semanario republicano independente), SP, nº 48, 11/11/1897. Veja-se em E. HOBSBAWM, "Homem e Mulher: imagens da esquerda" in Mundos do Traba

(Continua...)

sentação dos produtos de sua imaginação, mas conduz, no século XIX, à compreensão do papel atribuído à máquina e à técnica como produtos de um saber que aposta na instrumentalização do conhecimento (13).

Como já tentei demonstrar, não é inconciliável a permanência das teorias mecanicistas explicativas da sociedade junto às teorias organicistas, re-elaboradas ao longo do século XIX a partir de concepção de progresso que unifica o pensamento dos reformadores e condutores da ordem social (14). Não trabalho, porém, com os conceitos fundadores da política moderna entre nós, mas com as representações sobre o progresso articuladas como a capacidade de intervenção calculada sobre a natureza dos homens e o desenvolvimento das sociedades. Neste sentido é que me permito a leitura dos textos - entre artigos de jornais, panfletos, livros e vulgarizações de compêndios - que representaram o progresso como um conhecimento positivo que empreende, através da História, a construção da imagem da humanidade em marcha.

(... continuação da nota 12)

lho (novos estudos sobre história operária), RJ, Paz e Terra, 1987, o papel das categorias femininas no campo das representações revolucionárias francesas.

(13) A respeito da máquina e suas metáforas ao longo do pensamento clássico, consultar "La machine dans l'imaginaire (1650-1800)" in Revue des Sciences Humaines, Paris, nº 186-187, avril-octobre 1982.

(14) Alguns autores propuseram-se a localizar o campo conceitual em que se movimentava o ideário político das elites brasileiras. O fato de rastreamento especificamente autores, acontecimentos ou fontes documentais foi de extrema valia para que eu pudesse me certificar que "as idéias viajam" e são nutridas por significações históricas que dão concretude e eficácia às articulações políticas de cada momento; ver: M. Helena CAPELATO, Os arautos do liberalismo (imprensa paulista, 1920-1945), SP, Brasiliense, 1989; M. Stella BRESCIANI, "As voltas de um parafuso" in Cadernos de Pesquisa, SP, AUPHIB/Brasiliense (2), 1978; Izabel MARSON, O império do progresso (a revolução praieira em Pernambuco, 1842-1855), SP, Brasiliense, 1987. Vale ressaltar que estes textos são tributários da pesquisa que, entre nós, realiza M. Sylvia de Carvalho FRANCO a propósito das origens teóricas do liberalismo e da análise dos pressupostos básicos do saber que fundamentaram a sociedade burguesa e articula
(Continua...)

As metáforas que concebem a máquina ora como uma monstruosidade insidiosa, doença e origem de todos os males, ora como o resultado da potência equilibrada, símbolo do saber instrumentalizado, a concepção ora orgânica da sociedade (que respalda a idéia da solidariedade entre as partes), ora mecânica (um navio a exigir um condutor experiente e astucioso), ora ambígua (um todo - mecânico - encajado, porém auto-movimentado) permitem supor, com razoabilidade, que as teorias explicativas da sociedade pautavam-se, em geral, por uma visão otimista do progresso.

No entanto, as definições da História, oscilando entre uma representação adequadamente estática, imutável e necessária, estágios sucessivos da perfectibilidade natural e uma outra, tensa, subjugada aos desígnios conturbados e insondáveis da natureza humana, "corpo de leão", cujo desenrolar sugere o enigma, o oculto, o sombrio, o indevassável, e rejeita a transparência expressa em "leis de seu desenvolvimento" remete o tema do progresso a um campo tenso do pensamento político.

Qual a remissão mais contundente? Aquela, impressa no próprio desenvolvimento da natureza necessária do homem ou uma outra, voluntária e artificiosa, que concebe a história como uma manifestação da liberdade humana? (15)

(... continuação da nota 14)

ram teoricamente a sua dominação. Da mesma maneira, remeto à discussão já clássica entre M. Sylvia de Carvalho FRANCO e Roberto SCHWARZ, respectivamente, "As idéias estão no lugar" in Cadernos de Debate, SP, Brasileira (1), 1976 e "As idéias fora do lugar" in Estudos CEBRAP (3), jan. 1977. Em outra perspectiva - a de "uma genealogia do pensamento brasileiro" - é instigante a leitura da tese de J. Leonardo do NASCIMENTO, Culture et Politique: Positivisme et Darwinisme Social, généalogie d'une sensibilité brésilienne (1870-1930), Paris, Nanterre, Thèse de Doctorat ès Histoire, 1989.

(15) Há uma bibliografia já clássica e vasta sobre o tema. Remeto apenas às obras que me foram fundamentais como problematização: R.G. COLLINGWOOD, A idéia de História, Lisboa, Editorial Presença/Martins Fontes, 1978, 4ª edição; J. HA
(Continua...)

Tanto em uma quanto em outra representação o dilema retoma o papel do indivíduo em sociedade, seja como membro de um organismo, seja como peça de uma engrenagem. A ciência (ou a "consciência moderna", na expressão de R. Aron) reserva fundamental importância à compreensão do particular e, daí, à transformação ética do mundo do político. Irreconhecíveis em suas instituições ou em seus projetos, os indivíduos desconhecem também a formulação de uma sociedade possuída de "leis imutáveis do seu movimento orgânico": produzem fantasmas, miragens, vítimas de um progresso estéril, corrosivo, amorfo e doentio:

"a sociedade brasileira... vive sem estímulos, preocupada com a baixa do câmbio, a intrigar os seus mais dignos servidores, ora insurgindo-se sem motivo, ora a dormir bastialmente à beira de um abysmo" (16).

(os governantes)... "julgam que com o alargamento de ruas podem resolver os tremendamente inquietantes problemas brasileiros" (17).

. O mito: necessidade e liberdade

O progresso converte-se no mito pelo conhecimento seguro das leis que regem o "vigoroso e providencial influxo do tempo"; amparado pela ciência, a esta é creditada a precípua tarefa de romper com a política estéril de antigos regimes e de mandos desautorizados pelo conhecimento moderno da "história do espírito humano":

(... continuação da nota 15)

BERMAS, Para a reconstrução do Materialismo Histórico, SP, Brasiliense, 1983; F. FURET, "Civilização e barbárie segundo Gibbon" in A Oficina da História (19 Vol.), Lisboa, Gradiva, s/d.; J.B. BURY, La idea del progreso, Madri, Alianza, 1971; J. Le GOFF, Enciclopédia EINAUDI, Vol. 1, Memória/História, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984; I. KOLAKOVSKI, El hombre sin alternativa, Madrid, Alianza Editorial, 1970.

(16) A Questão Social, orgam do centro socialista, Santos, 1895, nº 5.

(17) Sylvio ROMERO, O Brazil Social, RJ, TYP. do "Jornal do Comercio", 1907.

(O Brasil) "é um fugidio chão de areia.
(...)

Isto é um paiz perdido! Na política, bacharellice e desonestidade; na literatura, chateza e cynismo!" (18).

A rejeição da palavra retórica, dos argumentos sofismáticos e pouco esclarecidos, reconduz ao campo do saber instrumentalizado, refazendo a prática política, refutando a fala ordenada e ineficaz, induzindo-a ao cumprimento de uma racionalidade concebida como uma relação equilibrada entre consenso e força:

"Não é pois, a sofisteria dos juristas que tem suscitado embaraços à ação dos que enxergam no fogo e na morte o remédio contra esta furiosa depravação contemporânea. É a psicologia científica, a criminologia positiva, a medicina, a sociologia que insistem na delicadeza, na complexidade, na transcendência do assunto, e conspiram em assentar nêlo o pêso de dúvidas tamanhas" (19).

A política parece ser pensada, no texto do jurista, como arte - construção do artifício, mundanização e gerência técnica do mecanismo da dominação - e como racionalização do saber tendo em vista a normatização que garante a eficiência da autoridade ancorada nas "disciplinas científicas" e na moral (20).

(18) Baptista CEPellos, O Vil Metal, op. cit.

(19) Rui BARBOSA, "Campanhas Jornalísticas", A imprensa, 4/8/1900 in Obras Completas, RJ, Casa de Rui Barbosa, p. 258.

(20) U. CERRONI reconhece na história do pensamento, três modos fundamentais de conceber a política: como saber, como arte, como racionalização. Esta última, com efeito, orienta a concepção moderna da política fundamentada em Kant e conduz ao dilema da relação entre a norma e a empíria: "Kant, por conseguinte, afirma tanto la necesidad de construir un esquema ideal de la ciudad como la posibilidad de que aquella se realice deductivamente como un ejemplo, que se convierta efectivamente en la ciudad 'política'. Surge, sin embargo, una dificultad. Si no es la experiencia - los hechos - la que nos proporciona el esquema ideal de la ciudad, si por el contrario este esquema puede surgir sólo haciendo abstracción de la experiencia y de su carácter particular;
(Continua...)

A criação de uma segunda natureza, operada pela moralização dos habitantes da cidade através da ação da autoridade, elege uma técnica circunscrita ao campo do direito e da administração. Uma utopia pseudo-científica, na expressão de P. BENICHO, fundamenta a pretensão dogmática dos reformadores a meio caminho entre o "conhecimento positivo das leis sociais", produto do pensamento sociológico elaborado ao longo do século XIX, e uma herança do pensamento ilustrado, interpelador insistente dos limites da liberdade humana e da natureza da política.

Os reclamos dirigidos à administração pública, sobretudo na segunda metade do século XIX, em São Paulo, inserem-se nesta postura tensa entre os domínios do "progresso técnico" e a história da própria cidade como campo privilegiado das virtualidades civilizatórias:

"É mister que as auctoridades competentes extingam de vez com todos esses abusos. Moralizar a sociedade é um dever" (21).

(... continuação da nota 20)

de qué modo logrará la 'norma eterna' conseguir esse poder de eficiencia histórica, que es también essencial para Kant, si queremos hablar de una ciudad 'política'? Sólo tenemos dos caminos ante nosotros: la fuerza o la persuasión". E conclui, para Kant: "Nos hallamos ante la apologia de la autoridad existente", já que é "la fuerza la que garantiza la ciudad política, y no el consenso". Mas, segundo CERRONI, frente ao dilema, Kant "sacará una consecuencia bastante inesperada: la reordenación de la política sobre la moral, ya que no puede o no quiere basarla en el consenso del pueblo". E, citando o próprio Kant ("Escritos políticos y de la filosofía de la historia y del derecho"): "La verdadera política no puede hacer ningún progreso sin haber rendido antes homenaje a la moral (...) toda política debe postrar-se ante la moral", Umberto CERRONI, La libertad de los modernos, Barcelona, Ed. Martínez Roca, 1972, pp. 139-181. A longa referência a Kant pode não ser abusiva: nos "letrados" da Academia de Direito tinham-no como inspirador político, através da leitura de um seu vulgarizador, Krause, conforme aponta S. ADORNO, Os aprendizes do poder (o bacharelismo liberal na política brasileira), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

(21) Folha do Braz, nº 81, 1899. Refere-se o jornal à presença de desordeiros e prostitutas nas ruas da cidade; claríssima aqui, a aproximação entre "cidade" e "sociedade" no vocabulário político-administrativo.

A tensão, instalada na própria concepção de progresso te cida sobre um léxico eclético e metafórico retirado do vocabulário político de diferentes matrizes, atualiza no século XIX as promessas iluministas, um projeto de dessacralização do mundo elaborado ao longo de três séculos.

Tratava-se de conduzir uma política "desmitologizada", não criativa, nem intuitiva, nem "imaginosa", avessa à "inventividade", porém presa do grau mais alto de especulação, atenta aos paradigmas clássicos, entre o empirismo das práticas do poder e a normatização idealizada da autoridade.

A natureza do próprio homem, reformulada pela técnica, podia recompor, conforme o panfleto anarquista advertia, os pilares so bre os quais repousava o progresso: em lugar do capital, o trabalho; da religião, a ciência; e da autoridade, a liberdade (22).

É dos limites da liberdade política, frente aos destinos do gênero humano, que falam os comentadores do "mundo social". Nem todos abandonariam, com solene desfaçatez, a inquietação com a desi gualdade, como o fizeram os positivistas do Apostolado Positivista do Brasil. Mas, grande parte dos textos de divulgação "política" ou "científica", conforme demonstrou a pesquisa, apostou de maneira con tudente na instrumentalização do saber laicizado - e depois de es tabelecido um campo de conceitos próprios e autonomizados, em rela ção à teologia e às ciências biológicas (23) - para o domínio e equi líbrio harmonizado das desigualdades.

(22) Palmiro de LIDIA, op. cit.

(23) Me baseio, aqui, no capítulo "As Ciências Humanas" in As Palavras e as Coi sas, FOUCAULT, para o tratamento da autonomia e até mesmo, da "originalidade" dos conceitos das ciências humanas transmigrados para outros campos do conhe cimento. Não se trata, portanto, de uma transposição de conceitos para as "ciências retardatárias", mas da formação paulatina de uma epistemologia pró pria.

"A coexistência na sociedade de ricos e pobres é um fato necessário e útil. O que cumpre é estabelecer a harmonia entre eles e dar aos pobres os meios de serem felizes na pobreza. O positivismo oferece justamente a única solução que comporta este duplo problema" (24).

O progresso compreendido como a cruzada civilizatória e pedagógica contra o obscurantismo e a "degenerescência" conduziu ao tratamento "científico" e "objetivo" dos fatos sociais. A sociologia do século XIX não parecia desprezar o incrível componente mítico - no sentido da capacidade desmesurada de produzir uma linguagem liberadora, ali onde a ciência estabelecia os fatos - através dos "planos de reorganização da sociedade" (25).

A história, antes de se tornar laboratório (26), conhece um outro registro: o de descrever, através de sua "evolução gradativa", os princípios políticos da liberdade individual. Os relatos do progresso remetem à circularidade do julgamento: a palavra adquire um estatuto privilegiado e retorna a si mesma - à sua inauguração primordial - quando se trata de reconhecer a primazia de uma natureza

(24) Prefácio de Miguel LEMOS ao texto de Carlos Dunoyer e J.B. Courcelle Seneuil, "A liberdade profissional e os privilégios escolares e técnicos", publicado pelo Apostolado Positivista do Brasil, RJ, 1899.

(25) Para A. COMTE, a primeira série de trabalhos para assegurar o equilibrado desenvolvimento das sociedades, "a pour objet la formation du système d'observations historiques sur la marche générale de l'esprit humain, destiné à être la base positive de la politique, de manière à lui faire perdre entièrement le caractère métaphysique, pour lui imprimer le caractère scientifique", "Plan des travaux scientifiques nécessaires pour réorganiser la société". Oeuvres choisies, Paris, Aubier, s/d., p. 99.

(26) Tomando o estudo da "sociedade" como um fato social e reclamando à sociologia o estatuto de uma "ciência objetiva", DURKHEIM assume, de pronto, o dilema fundamental do conhecimento colocado ao século XIX: constitui-se - a "sociedade" - ao mesmo tempo como objeto e como sujeito do conhecimento. Neste sentido é que o "passado histórico" converte-se em material privilegiado para o estudioso: remete-o àqueles fenômenos que, pela sua permanência, constituem uma espécie de síntese da exterioridade desses fatos sobre os indivíduos, de função "constrangedora" e "coercitiva" sobre sua interioridade, e que se pode verificar em suas instituições.

reformulada pela técnica, isto é, pela história (27).

Os dogmas do progresso, entre nós, reconduziram a construção utópica da história para o interior de suas próprias formulações. Recusar as "frases feitas" é ocupar-se da filosofia da história remetendo-a ao empírico (do meio físico à psicologia nacional) de tal maneira que a própria história possa nutrir-se, na sua construção, de um modelo ficcional e/ou utópico narrado à partir de um espaço imaginário reposto no tempo do progresso;

"A filosofia da história dum povo qualquer é o mais temeroso problema que possa ocupar a inteligência humana. (...) Uma teoria da evolução histórica do Brasil deveria elucidar entre nós a ação do meio físico, por todas as suas faces, com fatos positivos e não por simples frases feitas; estudar as qualidades etnológicas das raças que nos constituíram (...) descrever os novos incentivos da psicologia nacional que se iniciaram no organismo social e determinaram-lhe a marcha futura" (28).

Uma razão, imanente à própria linguagem, garante ao tema do progresso a inserção em um tempo da história tornada utópica e alimentada do próprio mito. "En simplifiant, on pourrait dire que la rencontre de l'utopie et de l'idée de progrès se fait par un double mouvement: le discours utopique assimile les thèmes propres à l'idée de progrès tout en les transformant, mais d'autre part le discours historique adapte et modifie à son tour les thèmes utopiques" (29).

(27) J.P. FAYE, Théorie du Récit, Paris, Hermann, 1972.

(28) Silvio ROMERO, História da literatura brasileira, (contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira), RJ, Livr. José Olympio Editora, 1953, 5ª edição.

(29) B. BACZKO, Lumières de l'utopie, Paris, Payot, 1978, p. 154. Cf. também M. ABENSOUR, O novo espírito utópico, Campinas, Ed. UNICAMP, 1990.

Reunir o futuro ao passado e ao presente integrando-os à mesma história, é reintroduzir a lei do progresso na lei geral do aperfeiçoamento natural.

A história-didática, resgatada sua unidade pelo utopista, engendra sua narração aproximando a Razão à Cidade. Uma "geografia das idéias" poderia retrair, a partir do tema do progresso, a questão da racionalidade moderna: ela é intrínseca às sociedades humanas em geral, ou particularmente àquela filha do trabalho livre e baseada no contrato?

Esta parece ser uma linha divisória da história, a partir da introdução de um mercado de trabalho livre e igualizado, convertida a relação entre homens em uma relação mercantil, baseada num dever contratual legitimado juridicamente, que reintroduz, sob a ótica do "novo", o tema da liberdade. Em oposição às imagens do passado agrícola e do homem arcaico, a história se faz urbanidade e civilidade. Regras de conduta da autoridade reclamam a ausência da "nacionalidade", denunciam os limites de uma autoridade patrimonial (30) e a fragilidade de uma ética política ameaçada pela desigualdade de fato e pela liberdade instalada em meio a um estado de guerra permanente:

"um velho proprietário, cuja divisa de nobreza desde a juventude foi 'sova e tronco', não pode jamais tolerar o trabalho livre" (31).

O dogma utópico, de dentro do pensamento "cientificista", recoloca seus dilemas apostando positivamente na moralidade dos "homens de bem": a utopia deve nomear os excluídos no interior da pró

(30) M. Sylvia de Carvalho FRANCO, Homens livres na ordem escravocrata, SP, IEB/USP, 1969.

(31) Robert AVE-LALLEMANT, Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, Itatiaia/EDUSP.

pria Cidade, investir a autoridade do domínio da pluralidade dos mundos sociais, combinar a ameaça da derrocada histórica com as promessas de um progresso possível, capacitar-se a responder o problema do mal, questão solúvel e impressa na história da Cidade Ideal, recusando o passado e retomando, à sua maneira, as funções tradicionais da narração histórica (32).

Assim, a fala de um chefe de polícia pode ser a imagem da estupefação da autoridade frente aos seus próprios desígnios. E a utopia, inserida no tempo da história, converter-se em medo do exercício da construção da Cidade Nova:

"Vivemos em um estado de contradição! Queremos o melhoramento da sociedade e não aplicamos os meios, aumentamos a força pública, multiplicamos os agentes de polícia, armamos por assim dizer metade da população para guardar a outra metade..." (33).

2. O cidadão da República

As "idéias-imagens" elaboradas durante o século XIX que fazem do progresso o elemento unificador e orientador da história da humanidade, retomam, no mesmo movimento constitutivo da modernidade, a figura do cidadão também como uma transposição de imagens selecionadas ao longo da tradição política herdada do século XVIII.

(32) Retomo B. BACZKO: de acordo com o autor, a narrativa utópica não propõe a seus leitores viver uma outra história, mas experimentar intelectualmente e no imaginário, a alteridade social, op. cit., p. 158.

(33) Relatório do Chefe de Polícia, 1860.

Contudo, precavem-se os resenhistas destas metáforas. A idéia - abstrata - do cidadão combina-se à figuras escolhidas e dispostas de maneira a tornar compreensível e límpido o conceito. Nada o transforma imediatamente em alegoria. A mecânica da imagem, remete ao outro, impressões que são também manifestações do conceito, da idéia representada pela figura pertinente do corpo harmonizado. Pelas diferenças, constrói-se uma história da identidade e é neste sentido que se pode inventariar o surgimento e os significados do conceito de cidadão, tal qual foi referido nos textos dos comentadores brasileiros do século XIX.

Entre as referências, há uma constante: o cidadão é um sujeito novo, tributário do moderno, nomeado como portador de uma nova racionalidade política e como protagonista da história do progresso. Um conceito unificador e quase uma nova antropologia: sujeito subordinado à ética do contrato que convém reconhecer como legítima e fundadora da vida em sociedade:

"A perfeita garantia a vida e a propriedade de seus habitantes; ... são estas as mais preciosas garantias, as principais e indispensáveis para o homem que vive na sociedade. O direito natural nos prescreve a própria conservação, e o direito social nos garante o gozo pleno dos bens que adquirimos à custa do nosso trabalho ou industria. Sem estas garantias não ha sociedade possível. Entretanto, qual é o paiz do mundo em que não se atenta contra a vida e os bens de seus habitantes? ... E se assim não fosse para que serviriam os tribunaes, as leis criminaes e do processo, os juizes, os agentes policiaes, e em geral tudo quanto é destinado á repressão do crime e punição dos criminosos?" (34)

(34) Relatório do Chefe de Polícia, para o ano de 1859, anexo ao Relatório do Presidente da provincia do ano de 1860.

Aqui, está bem especificado o sujeito: o "homem que vive na sociedade" submetido aos desígnios da natureza (espaço da necessidade, contingente e cíclico) e investido da propriedade como garantia de sua natureza social (isto é, o exercício da liberdade entendido como o direito ao trabalho e aos bens dele resultante). A vida em sociedade reconduz o direito à conservação e à vida, garante o gozo pleno das virtudes inseridas na própria natureza do homem.

Instruir o habitante, habilitá-lo ao exercício da cidadania, educá-lo como protagonista das transformações sociais, conferir-lhe o estatuto de sujeito da política moderna: a concepção pedagógica remete o discurso oficial ao século XVIII, um projeto político de "esclarecimento" e educação, formação de uma sensibilidade moderna por oposição aos desígnios insondáveis da natureza, ausentes as leis e os artificios engendrados pelo gênio humano.

"A instrução do povo não se recomenda só por seus resultados políticos; (...) ella fórma o cidadão, habilita-o a conhecer a extensão de seus direitos e obrigações e a prestar obediência racional às leis e aos poderes publicos (...)" (35)

Já foi dito que uma determinada sensibilidade romântica, afeita à educação sentimental operada nos homens particulares, fundou o desenvolvimento da cidadania moderna. O teatro e a retórica, armas da persuasão política, no entanto, capacitaram o homem à vida pública cultivada como uma sociabilidade inscrita no gosto da palavra e na aversão à mundanidade (36). O que estava em jogo nas "promenades" e na pedagogia rousseauiana, era justamente esta espécie de bucolismo urbano reformador da natureza humana, uma racionalidade que

(35) A Província de São Paulo, 10/1/1875.

(36) S. SCHAMA, Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa, SP, Cia. das Letras, 1989; cap. 4: "A formação cultural de um cidadão".

rejeita o cálculo mas não desfaz do método, a "obediência racional às leis". O fio condutor, o tema abrangente ainda é o progresso e esta série de imagens e preceitos educativos elegem um sujeito privilegiado para o exercício da política moderna: o cidadão.

Atualizam, desta maneira, os paradigmas da Ilustração, isto é, investem na capacidade de transformação da História como o próprio ingresso na modernidade. A política, conforme o parecer do jornal, confere uma "realidade ideal" à própria configuração da sociedade. Forma o cidadão, edifica e ordena os fins a que se orientam os destinos individuais retirados da mercê corrosiva do tempo para integrá-los na história "naturalmente" voltada ao desenvolvimento gradual e seguro de uma "natureza social" reformada.

As imagens do "corpo" ordenado deve se sobrepor a mecânica pedagógica: as correções artificiais impostas ao tempo vagaroso, (ainda que constante), a ortopedia constitutiva do novo, a moralização política compreendida como obra racionalizada, calculada e prescrita:

"Nada ainda á melhor conformar a eschola - d'entre as instituições do mundo moderno a mais pode rosa-aos reclamos do nosso estado moral e politico; e si na ordem intellectual o povo avança, posto que lentamente, para o glorioso destino do paiz, é graças ao vagaroso e providencial influxo do tempo, coadjuvado pelos peníveis esforços dos funcionarios...

Cada anno numerosas pessoas fazem sua entrada na sociedade, onde devem se apresentar adaptadas ao seo destino social e politico" (37).

(37) Relatorio do Inspector Gerál da Instrucção Publica anexo ao Relatorio do Presidente da Provincia de 1861.

A formação do cidadão inscreve-se nesta marcha historicizada da natureza reformada do homem, espécie de triunfo da vontade educativa sobre as sensibilidades particulares. A moralização dos homens é obra de uma política realizada, ao mesmo tempo, como a construção de uma identidade social e como submissão aos imperativos das leis da natureza humana. Educação da sensibilidade, reconhecimento de um sujeito racionalizado, elaboração de um projeto reformador: heranças românticas, constituição de um saber sociológico; questionamento da própria política, tais são os campos em que se movem os condutores da nova ordem. O Estado é o tributário desta consciência discutida como "moderna" durante o século XIX no Brasil, pelo menos como elemento articulador das "reformas morais" entendidas também como formação da cidadania (38).

"Os menores de hoje serão mais tarde os cidadãos que influirão na direcção dos negócios públicos, e sua influencia a de ressentir-se da educação que lhes dermos.

Eduquemos os meninos segundo os preceitos da moral, formemo-lhes os corações ensinando-os a amar a Deus, á Pátria e á Família; instruamo-los de seus direitos e deveres, os habituemos ao trabalho e serão elles os sustentáculos da liberdade e da ordem, os colaboradores do engrandecimento e da prosperidade da Patria.

Se porem, os deixarmos abandonados, sem instrução e sem educação, tornar-se-hão homens perigosos à sociedade e, afinal, victimas da miseria ou

(38) Não se trata, aqui, de enfrentar a discussão a respeito da autonomia do Estado em relação à sociedade civil, mas simplesmente de anotar o peso a si próprio atribuído no que se refere ao papel educativo e formador que reivindicam as instituições públicas. Negligenciar este aspecto de agente político consciente seria tornar incoerente minha própria pesquisa: grande parte do material que informa este item provém dos documentos oficiais e ainda que os possa tomar apenas como exemplos ilustrativos de formação cultural brasileira do século XIX, oriunda da Faculdade de Direito e confundidos com os homens de letras e de imprensa do período (vide S. ADORNO, op. cit.), friso que é na qualidade de administradores do social e como interlocutores políticos que se exprimem.

de crimes, terminarão a existência no leito dos hospitaes ou na tarimba das enxovias" (39).

Claro está o parecer do homem público: estabelecer um projeto educativo que envolve uma natureza inculta e bruta através da moral e do trabalho. O reconhecimento do mundo privado, ainda "natural", propenso à ordenação de fins universais introduz a vontade política - a racionalidade dos direitos e deveres - no mundo da natureza, produz a história, uma linha demarcada no tempo de "antes" - perigoso e anti-social - por oposição ao engrandecimento e à liberdade, política e moral.

Trata-se da cisão operada pela modernidade de dentro do campo da história: à esfera social correspondem as ocupações, os negócios, o trabalho - o mundo privado - e à esfera política, a defesa e o aperfeiçoamento da vida civilizada - o mundo público. Esta aparente dualidade, porém, está entrincheirada frente ao seu próprio dilema: os limites da racionalidade burguesa operam uma ruptura e desejam sua integração. É neste sentido que se pode chamar de projeto, aquilo que está carregado de vontade política: cumprir os designios da história racional, penetrando "os corações", tábula rasa de virtudes morais ou cívicas:

"...tive o prazer de vêr transformados em cidadãos utteis e prestimosos homens, que ha pouco traziam na fronte o stigma do crime... rehabilitar o delinquente, restituil-o á dignidade de homem e á estima da sociedade é uma gloria digna do philosopho christão e do fundador humanitário" (40).

(39) Relatorio apresentado pelo Presidente de Provincia a Assembléa Legislativa Provincial, no dia 27 de junho de 1875, por ocasião da abertura da sua Reunião Extraordinaria.

(40) RELATORIO por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de Fevereiro de 1864, apresentado pelo presidente da Provincia.

A constituição de uma história que pressupõe a identidade na cidadania, interpela sujeitos específicos, antropomorfiza os acontecimentos na ordem de uma história sentenciosa; reconhece, a estes cidadãos, nomeados como os portadores de uma ética nova, o estatuto de sujeitos inaugurais da política. Interpelados em abstrato, os homens moralizados sob a nomeação do cidadão, respondem por esta cisão como os contratantes de uma nova ordem, a um só tempo, fonte e origem da vida pública e submetidos ao movimento que lhes invade e constitui o mundo privado. Quase uma alegoria, o cidadão é esta espécie de metáfora continuada da política; transposição da imagem de "motor do social" e que exprime uma coisa diferente daquela que diretamente anuncia. A profecia remete a uma segunda ruptura, fundamento da primeira, mas que lhe sucede na ordem dos argumentos.

A cisão entre o social e o político ancora-se na cisão essencial entre o mundo privado e o mundo público. Constituir um "homem novo" - o cidadão - sujeito, portador e instaurador da coisa pública aproxima a política à moral e à estética, afasta-o da natureza, como imagem representativa do dilema condutor do século XIX.

Mas, voltamos à política como a resposta à questão fundamental: trata-se de um poder sobre a natureza (desejo positivista de dominação sobre o intemporal e sobre o ilimitado) ou sobre homens de espécies diferentes e em estágios desarmônicos de evolução? A liberdade política é acompanhada da liberdade moral, expressa nos direitos universais como a legítima herdeira das luzes e do progresso:

"O povo se instrue... Não virá muito longe o dia em que elle, sem receios e sem fraquezas, fará a reivindicação desses poderes que só elle pôde ter porque é soberano, para dirigir-se conforme as tendencias da sua vontade.

Imponente na grandeza de seus brios, mandará, como Cromwell na Revolução Inglesa; que os usurpa-

dores cessem o tripudio carnavalesco sobre a sua dignidade torpemente offendida" (41).

A idéia romântica de suscitar sentimentos morais "superiores", "dignos", fonte de uma vontade soberana e universal remete o campo da lei para a discussão, mais geral, da natureza do social. Tomei o texto da imprensa - a crítica do capital através da defesa da soberania popular - como exemplar do desvio operado pelo tema da liberdade individual. Não é tanto ela que está em jogo, mas a percepção de um sujeito abstrato - o "povo" - deseducado de seus direitos sociais, propensos à vilania e à submissão ao arbítrio - reino da barbárie, ausência da lei, invalidez da soberania, abulia cívica:

"A olygarchia despotica que se implantou em São Paulo, matou todas as energias cívicas e transformou um povo, outr'ora digno, em instrumento inconsciente da ruina do paiz e da deshonra das instituições.

Quando um povo se degrada tanto; quando elle se escravisa assim miseravelmente aos salteadores do poder, não ha mais recurso possivel nos limites constitucionais; dentro da lei nada mais se poderá fazer. A Republica está morta porque apoia-se na burguezia e apoia-se no capital, em vez de destruir este e apoiar-se no povo soberano..." (42).

Tal o correlato da idéia de cidadão: a imagem do povo, objeto das intervenções e da profilaxia, cultor anônimo das virtudes praticadas na e pela vida pública, sujeito profético da soberania, origem do poder, descrito frequentemente pela ausência, pela indiferença, pela apatia:

"Males que afligem a Republica são devidos à incompetencia e à vaidade dos antigos chefes políticos, ao orgulho e ambição das classes armadas do

(41) Folha do Braz, nº 72, 11/6/1899.

(42) O Rebate, nº 50, 1/1/1898.

paiz, à ignorancia e à indifferença da massa popular" (43).

A soberania popular - fonte legítima do poder - a imprensa sobrepõe as imagens da apatia da massa, amorfa e indiferenciada, sem vontade ou impedida de manifestá-la. Ao "povo", uma massa fria e indiferente, é preciso movimentar, a partir de uma força exterior que lhe penetre o organismo, vivifique-o, eduque-o como sujeito da sua própria vontade. A condução da vontade popular - tema caro ao século XVIII - cabe ao homem de letras, ao homem de Estado, ao homem cultivado na vida pública e por ela educado (44).

A unidade temática pode ser retomada, no século XIX, através da ruptura sistemática da "velha ordem", por um lado concebida como um passado arcaico, fora do tempo da história, mundo de tradições estagnadas e imobilizadas pelas representações da política, e por outro, a continuidade dos paradigmas abstratos vivenciados durante o século XVIII também como a instalação do novo (45). Ilustração e Romantismo encontram-se, com matrizes e registros diferenciados, recuperando os paradigmas da Revolução Francesa e dentre todas as abstrações, a mais contundente é a imagem construída como uma linguagem figurativa e mesmo mítica do povo. O povo-cidadão, o integrante e participante de uma "era nova" e significativamente marcado pelos desígnios reflexivos e historicizados do sujeito ordenador das transformações:

(43) A Questão Social, nº 5, 15/11/1895.

(44) Richard SENNETT, O declínio do homem público, SP, Cia. das Letras, 1988. Ver o comentário de G. LEBRUN, "O desmoronamento da Res Publica", Passeios ao Léu, SP, Brasiliense, 1983.

(45) A propósito das concepções de ruptura e continuidade na Revolução Francesa, consultar Arno MAYER, A Força da Tradição (a persistência do Antigo Regime: 1848-1914), SP, Cia. das Letras, 1987. E, sobretudo, F. FURET, Penser la Révolution française, Paris, Gallimard, 1978. E mais recentemente, a pesquisa de
(Continua...)

"Assim explodiu em 14 de Julho de 1789 a indignação do povo francez contra a nobreza despotica, e essa erupção violenta de odios accumulados em muitos seculos, mergulhou no passado o feudalismo e fez rolar por terra o throno e a cabeça de Luis XVI" (46).

Insistindo sobre a explosão de instintos incontrolláveis, o jornal remete a revolução aos desígnios insondáveis da história movida pela paixão inscrita na natureza violenta dos homens.

"14 de Julho: Oh! como foi admiravel ver o povo movido por um fremito de enthousiasmo, illuminado por uma scintilla de fogo celeste... 14 de Julho é universal! Foi elle o precursor da liberdade dos pequenos. Até então os planos sinistros eram estudados na sombra da noite. Mas a noite produziu a treva e a liberdade queria luz e luz em profusão. E luz foi feita" (47).

Aqui, as metáforas luminosas da Revolução, incorporadas à profecia histórica sacralizada, assimilaⁿ o tempo ao campo da moral: 14 de Julho é a data universal do extermínio das trevas...

O "povo iluminado" - o sujeito abstrato da política moderna - configura a formação de um homem moralmente novo e o tema da liberdade individual cede terreno ao debate entre a natureza e a história, isto é, retoma a dualidade entre um projeto emancipatório para toda a sociedade e a delimitação da própria natureza do "social": o povo-cidadão é o elemento unificador. O paradigma introduz a profe

(... continuação da nota 45)

S.SCHAMA, Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa, SP, Cia. das Letras, 1989. Estes livros recorrem, com força, ao livro de A. de TOCQUEVILLE, L'ancien régime et la Révolution, de 1856, de leitura obrigatória.

(46) O Rebate, nº 48, 11/11/1897. Editado em São Paulo entre 1897 e 1899 por Julio RIBEIRO e por João da Cruz SOARES, o jornal passa por incríveis mudanças de filiação partidária: até o nº 48, é "republicano independente"; até o nº 52 é "socialista" e daí em diante "anarchista".

(47) Folha do Braz, nº 76, 9/7/1899. Editado por E. LEUENROTH de 1899 a 1901 o pe
(Continua...)

cia de uma nova era, o nascimento da história operado pela construção imagética do conceito (48), revelado, à maneira romântica, como uma sensibilidade esteticamente educada no gosto da simplicidade e da "naturalidade":

"a exegese do povo, na sua rudeza nativa e embrionária, é por vezes duma penetração sublime e reveladora" (49).

Romantismo "ilustrado", descrição das luzes que sobrepujam as trevas, os fantasmas da noite, os planos sinistros inibidores da liberdade. Tal como em Tocqueville, a formação do cidadão na liberdade garante a "qualidade dos corações e dos espíritos", elabora e educa as virtudes cívicas para longe da aprisionante vida privada ou da estreiteza das sociedades particulares. O cidadão, o homem em geral, o "mais natural e menos particular" dos homens, rejeita um território próprio. A geografia das idéias, mais penetradora e abrangente, faz do "povo uma nova humanidade, específica porque regeneradora, forma uma 'pátria intelectual comum' da qual os homens de todas as nações tornaram-se cidadãos (...) Ouso dizer que quem estudou e viu apenas a França nunca compreenderá nada da Revolução Francesa" (50).

A "mais literária de todas as revoluções" festeja com insistência o nascimento do novo como a inserção na história universal, regenerada pela educação da opinião e dos costumes. Mesmo o autorita

(... continuação da nota 47).

riódico semanal não se pretende "político", mas divulgador e defensor das necessidades do bairro.

(48) Falamos de "construção imagética do conceito" apoiada em J. HABERMAS: No pensamento conceitual, nos âmbitos da filosofia e das ciências humanas e mesmo da física, não há autonomia da linguagem teórica em relação aos elementos figurativos, metafóricos e míticos. "Não há uma língua exclusivamente conceitual", Ensayos políticos, Barcelona, Ed. Península, 1988, p. 47.

(49) Guerra JUNQUEIRO, Os simples, Lisboa, Typographia Moderna-Minerva, 1893.

(50) A. de TOCQUEVILLE, L'ancien régime et la révolution, Paris, Gallimard, 1988;

(Continua...)

risimo do positivismo de Miguel Lemos aposta no caráter simbólico a ser cultivado pela vida pública, nos procedimentos utópicos da celebração da razão:

"É esse sentimento de fraternidade universal puramente humano que as festas nacionais da República celebram, desde a mais vasta união social, no espaço e no tempo, até aos diversos graus históricos que definem a ligação do povo brasileiro com todos os outros" (51).

É pela afirmação da unidade que se constrói uma história da identidade ancorada no discurso e na palavra. Os "homens de letras" são os "homens públicos" durante o século XIX em São Paulo e outorgaram a si próprios a tarefa de constituir, através de suas representações sobre a história, ausentes os sujeitos concretos de revoluções concretas, o "agente histórico universal": o povo (52).

O tom profético e sentencioso com que é cercada a figura simbólica do povo faz recordar, sem dúvida, a Revolução Francesa como fabulação do acontecimento, como referência paradigmática do progresso político, mais que memória empírica das vivências concretas.

(... continuação da nota 50)

veja-se em Alejo CARPENTIER, O século das luzes, e em Octavio PAZ, O Labirinto da solidão a recuperação do tema para a América Latina.

- (51) Miguel LEMOS, "A propósito da agitação republicana", Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1888. Consultar, para as festas de representação da nação como gesto exemplar retirado do tempo, que anuncia Mona OZOUF, "A festa: sob a Revolução Francesa" in Jacques LE GOFF e Pierre NORA (org.) História: novos objetos, RJ, F. Alves, 1976.
- (52) Claude LEFORT é esclarecedor e é deste texto que retirei a sustentação de uma história da identidade constituída ao longo do século XIX no Brasil, independentemente da discussão que privilegia e destaca os limites do liberalismo ("verdadeiro" ou "deformado") entre nós: "o povo não aparece ser conforme à sua essência senão sob a condição de se distinguir das massas populares empíricas... O povo, a nação, a igualdade, a justiça, a verdade não têm existência senão em virtude da palavra, que é tida como aquilo que deles emana e simultaneamente, que os nomeia", "Pensar a Revolução na Revolução Francesa" in História: Questões e debates, Curitiba, 1985.

Há um ponto de ruptura na reflexão acerca da política no século XIX: a prática política - próxima do contingente e do empírico, uma relação sem mediações entre a técnica da administração social e o mundo dos fatos e dos interesses - dissocia-se da teoria política - uma idéia normativa, o estabelecimento de padrões éticos, a discussão sobre os limites da própria racionalidade dos acontecimentos. A separação histórica entre a esfera da política e a esfera do social é precisamente a origem da fabulação que, ao mesmo tempo, explica e mobiliza as instituições emprestando-lhes um caráter de transformação e de mudança.

Da soberania popular - fundamento do poder na reflexão política moderna, "representação" de uma vontade generalizada e tornada universal - às concepções amedrontadas a respeito do povo, tomado como "massas populares empíricas" não há incoerência ou desajuste do ideário. Identificado à mosca, por oposição aos "senhores parasitas", simbolizados pela aranha, o povo vai sendo identificado a partir de sua "natureza" tomada como a essência de sua identificação:

"-Que é o Povo?

- É o instrumento produtor, a força-trabalho; é o ser colectivo do qual está assignado o dever de penar 12 a 15 horas por dia para crear tudo que é necessario aos gosos de uns ociosos" (53).

O bestiário e configuração penalizada das diferenças de mostram a elaboração das imagens: a aranha, reconhecida não pela te celagem cuidadosa e paciente, mas imediatamente referida pelo consumo voraz e astucioso de outros insetos; a mosca, animal menor e não produtivo, alimentando-se dos excessos e das imundícies desprezados pelo consumo da sociedade, penalizado a viver sem gozo e sem usufruto (54).

(53) A Questão Social, nº 7, 15/12/1895.

(54) Os dois símbolos (da mosca e da aranha) podem servir de ricas expressões no vocabulário político até nossos dias. Aqui, fica apenas a indicação, útil para a compreensão do imaginário popular.

A partir destas imagens - da voracidade e do sacrifício coletivo - pode-se pensar a elaboração de uma outra, mecânica, corrente na sociologia, do povo como massa, "erupções tumultuosas originárias do desenvolvimento orgânico da classe operária", ou como corrente avassaladora e incontrolável:

"Seria loucura pensar em deter a corrente. Pelo contrário, é preciso permittir-lhe a expressão, abrir-lhe uma larga passagem, canalizando-a. De outra maneira, ella arrastaria tudo" (55).

Remetemo-nos, com a citação, novamente à esfera da política. Se ao povo é identificada a abulia ou o excesso intempestivo, sintomas de uma degenerescência doentia, cabe ao homem público e ao homem de Estado - o condutor da ordem - a tarefa de gerir e controlar os excessos, canalizando os instintos do tumulto e da violência. No jornal de 1895, em uma máxima atribuída a Danton, advertem os editorialistas:

"É mister fazer justiça ao povo, para que elle não a faça por suas próprias mãos" (56).

As representações sobre o cidadão da República vão se reformulando a partir do mundo do trabalho. Fundamento da convivência humana, fonte legítima da propriedade e da liberdade, o trabalho é a atividade que introduz, moralizada, a discussão sobre os limites e as definições da natureza do social. Referindo-se ao Instituto de Educandos Artífices de São Paulo, o diretor do estabelecimento aponta, com clareza, a fonte essencial fundadora e legitimadora da cidadania para aqueles destituídos de outra propriedade que não a do seu próprio corpo - o trabalho:

(55) O 1º de Maio, o ideal moderno, 1898.

(56) A Questão Social, 1/10/1895.

"Esta instituição tem por fim facilitar aos meninos pobres e desvalidos a sua educação industrial, impedindo assim que por falta della se desviem do amor ao trabalho e se tórnem mãos cidadãos e prejudiciais" (57).

As bolsas de trabalho, associações de defesa dos trabalhadores, tendo por modelo a Bolsa do Commercio - inspiração nas "corporações" durkheiminianas (58) -, órgão dos proprietários, revelam a oposição com que se defrontou o século XIX e a partir da qual se estabelece a natureza da política moderna: operando a cisão entre a esfera política e a esfera social, remetendo ao mundo político o exercício da liberdade e à experiência social o espaço da satisfação das necessidades, reitera o consenso estabelecido de dentro do "mundo econômico" como fundador da convivência social:

"devem procurar conseguir a constituição definitiva, em todas as industrias, de conselhos de conciliação permanentes, destinados a evitar todos os conflitos entre o capital e o trabalho e a assegurar, no estado económico actual, a mais perfeita cooperação possível d'esses dois factores" (59).

O papel desempenhado pelo interesse na política moderna, inscrito na esfera da economia, o mundo social reconhecido como o espaço da produção, desloca o tema da liberdade e do progresso para o campo da razão estritamente prática e refaz a reflexão sobre a história do século XVIII como etapa necessária, porém não suficiente, de instituição da razão na sociedade:

(57) RELATORIO do diretor do Instituto de Educandos Artífices, anexo ao Relatório do Presidente da Província de 5 de fevereiro de 1874 (grifos meus).

(58) As "corporações" em DURKHEIM, apesar de sua origem histórica (o mundo romano), ou exatamente pela sua permanência ao longo dos séculos (reatualizadas na I. Média), são instituições modernas. Refere-se DURKHEIM aos grupos profissionais definidos e ordenados transformados em uma instituição pública, base da organização política, intermediários entre a experiência individual no âmbito da família (excessivamente restrita) e o Estado (excessivamente exterior ao indivíduo). Emile DURKHEIM, De la division du travail social, Paris, PUF, 1986 (préface de la seconde édition).

(59) "Bolsas de Trabalho", o ideal moderno, Biblioteca popular de orientação socialista, 1898.

"O século XIX é marcado pela agitação das classes laboriosas, dominadas pelo ideal das reivindicações sociais, como os séculos anteriores o fôram pelas luctas para a emancipação do terceiro estado, coroadas do melhor êxito nos fins do século XVIII com a aquisição da liberdade política e dos direitos civis" (60).

Estranha forma de cisão, ao mesmo tempo conhecimento das necessidades sociais e administração das atividades humanas, laicização da política e controle contabilizado da profilaxia. "A obra do sociólogo não é a do homem de Estado", adverte Durkheim (61). Ao primeiro, cabe a regulamentação moral e jurídica, moderadora e regeneradora da anomia porventura instalada no mundo econômico. Contudo, tal regulamentação repousa, acrescenta o autor, nas "necessidades sociais que a sociedade somente pode conhecer; ela repousa sobre um estado de opinião", elaborada coletivamente.

Os jornais e os documentos oficiais, os homens de letras e os homens de estado, souberam radicalizar os paradigmas da Revolução Francesa durante o século XIX no Brasil: operaram com as palavras mestras da pedagogia iluminista, instituíram o cidadão como sujeito profético do tempo do progresso, inscreveram a reflexão sobre a história no campo da modernidade ao cindir o mundo social e o mundo político, recorreram à discussão que privilegiava a constituição de uma segunda natureza - o social, investiram na ciência positiva como o caminho da regeneração, definiram com acuidade a submissão primordial ao reino da necessidade:

"E neste século, em que resplandece o fulgurante princípio spenceriano: 'o direito de cada um acaba onde começa o de outro', cremos não commeter uma

(60) O primeiro de maio, o ideal moderno, 1898.

(61) Prefácio à 2ª edição, De la division du travail social, op. cit.

heresia, ampliando esse mesmo princípio, sustentar que ninguém tem o direito de querer e menos de exigir satisfações de bem estar enquanto outros necessitem do que comer" (62).

Reatualizaram, no entanto, o projeto pedagógico da Ilustração: circunscreveu-se, limitando, a submissão da natureza à edificação de cidadãos ativos e laboriosos, repudiou-se o romantismo que rejeitava a industrialização e, sobretudo, insistiu-se na integração daqueles excluídos do mundo social, isto é, excluídos do mundo do trabalho como técnica educativa. Incluí-los no mundo social garantia uma dupla vitória: evitava o contágio e propiciava a regeneração operada pelo trabalho.

As particularidades do cenário social brasileiro não impediam a discussão a respeito das virtudes moralizantes do trabalho. A permanência de escravos na cidade de São Paulo - 3000 segundo Morse em 1880 - vinculados a maior parte das vezes ao trabalho doméstico, negros libertos tornados artesãos ou mercadores em outros casos, podia dificultar o penoso trabalho educativo sobre o mundo da pobreza sem, no entanto, impedir sua assimilação. Discutia-se, na década de 60 do século XIX a maneira pela qual as jovens educadas no Instituto de Sant'Anna poderiam ser inseridas na cidade: a preparação do dote ou a inserção no mundo do trabalho. O relatório do presidente da Província é demonstrativo das ambiguidades em que se orientam os administradores premidos pelas circunstâncias adversas em que se movem as artilhanhas e a retórica da ética do trabalho. Defensores, já, e preocupados com a formação de um mercado de trabalho livre, este deve obedecer à regulamentação das normas de convivência social mais que à eficácia produtiva, e o discurso do presidente é peça sofisticada da argumentação que oscila entre a noção do "meio" formador e civilizatório e o perigo anunciado quase inteiramente na natureza humana infe

(62) O Trabalhador Grafico, nº 10, fev. 1906.

riorizada, incapaz, mesmo quando educada em meio propício, de evitar o contágio e a nociva convivência com costumes e culturas despreparadas para o mundo do trabalho:

"o trabalho, em minha opinião, jamais avilta; e é, muitas vezes um título de verdadeira nobreza; mas no caso de que se trata, e tendo em atenção os nossos costumes, é exigir dessas infelizes uma ab negação quasi superior a suas forças, ou expol-as, pela comunicação em que vão viver com as escravas, suas concorrentes no serviço, a esquecerem-se da educação que receberão e contaminarem-se pelo exem plo de suas novas companheiras" (63).

Delinea-se, ainda que insipidamente, a transformação da política em um desiderato administrativo formulado a partir da enunciação de uma "questão social". Para o positivismo autoritário, propugnador de um governo provisório republicano, a regeneração social remete a própria política ao campo da reformulação das "opiniões", isto é, o exercício da cidadania deve, antes, obedecer a critérios específicos, confundidos com uma crítica à "cultura republicana" - inexistente e ilusória - elaborados pelo homem público, o intelectual esclarecido, dirigente dos impulsos e dos instintos das "massas":

"Para nós o problema social consiste numa regeneração profunda das opiniões e dos costumes, e antes dessa regeneração, só se poderá estabelecer um governo provisório" (64).

Malgrado as significativas diferenças entre os autores, o "spencerianismo" de S. Romero, em texto especificamente baseado em Le Play, um diagnóstico do "Brasil social", estabelece uma clara disso ciação entre o social e a política, apostando numa revolução necessá

(63) RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa da Província de São Paulo na 1ª Sessão da 14ª Legislatura, no anno de 1862.

(64) Miguel LEMOS, "A proposito da agitação republicana", Igreja e Apostolado Pozitivista do Brazil, 1888.

ria fundada no primeiro aspecto e afastando-se do segundo, ilusório e deformativo. A educação adequada à vida moderna remete a política à moral, adjetivando-a. Mas os princípios que fizeram da economia a base fundamental da convivência entre os homens não é rejeitada e ape-la-se à indústria, à colonização, ao incremento das vias férreas, ao enraizamento do homem ao solo. A política, esta,

"illude a todos com os bellos e sonoros palavrea dos... e o povo... tem chegado a perder até a consciência de seus destinos e não sabe mais para onde o levam" (65).

Arte do ilusionismo e da farsa, a política é criticada na quilo justamente que configura sua especificidade moderna. Rejeitada como entorpecimento e ardil da linguagem, relega o tema da cidadania ao domínio das fragilidades da formação moderna, ao domínio do discurso retórico e da imobilidade das transformações. Negado em sua fundamentação mesma - a igualdade do contrato - o cidadão resvala para a inconsistência dos interesses individuais e para o campo jurídico ilusório e dissimulador do direito social. As máscaras que assume a política, no entender do articulista, submergem o próprio conhecimento, falseiam, retirando-a inadequada e doentamente do campo legítimo do "social", corpo sadio onde repousa a liberdade.

"No podía inventar el genio humano, en sus desvarios maquiavelicos, cosa más malsana e inmoral que esa insania social llamada política.

(65) Sylvio ROMERO, O Brazil Social, op. cit. Os trabalhos de Frédéric Le Play exercem uma forte influência na tradição sociológica brasileira. Engenheiro de mínas, mas ocupado em estudar as condições de vida dos trabalhadores europeus, publica em 1855, uma obra em 6 volumes, classificatória e descritiva acerca da "influência desestabilizadora dos sistemas modernos". Conservador, e crítico da Revolução Francesa, Le PLAY funda em 1856 a "Société d'Economie Sociale", espécie de precursora dos institutos de pesquisa sociológica. Há um interessante artigo sobre sua atuação na França: Michel SUCHAUT, "L'économie sociale ou comment se débarrasser de la question ouvrière", Milieux, nº 9, février-mai 1982.

Arte de la farsa y del engaño, mascara de la hipocresía, morbosidad del cuerpo colectivo, endiosamiento de la nulidad, instrumento de la medianía, escalera del ambicioso, vulneración del derecho, germen de discordia, tenazas de la libertad, encubridora del crimen... todo, todo esto y mucho más entre lo innoble y acanallado, es lo que pomposamente llaman política..." (66).

Os documentos não desmentem, no entanto, para o século XIX brasileiro, a construção de uma história da identidade que interpela sujeitos específicos, ao remeter para a discussão da natureza do social; reconhece o artifício como a elaboração de uma segunda natureza, estabelecendo o sujeito profético, ainda que reatualizado, da Revolução Francesa, impresso na figura simbólica do cidadão, o habitante moralizado da cidade moderna ou o contratante da representatividade política. Os símbolos e o tratamento alegórico destinado à política e à história, deslocam a racionalidade da natureza para a linguagem, imanência invertida do mundo social. Daí, apesar das descrições da ausência, negatividade impressa no próprio objeto descrito - a política -, que o peso do homem público originado das belas letras ou do exercício da administração confunde a ação e a palavra e invista no retor a capacidade decisiva da persuasão e da pedagogia. A palavra convincente é profética e inaugural, remete ao figurativo, interpela o cidadão como sujeito da nova era.

O "objeto" da política ainda não se converteu no domínio da natureza, para insistir no trato metódico das ambiguidades do próprio homem. Projeta, recorrendo à idade das rupturas, o sujeito moralizado da história, antes de calcular o investimento administrativo. A razão imanente à linguagem estabelece o parâmetro reconhecível na vida urbana: identifica o cidadão, constrói a unidade da fala dos homens. Cami

(66) Palmiro de LIDIA, El ideal del siglo XX, 1903.

nha da natureza ao artifício com a desenvoltura própria dos pastiches da época, colorem as imaginações e os desvarios, separam um largo campo conceitual e metafórico herdado de "antes", para projetar a "política" e a "sociedade" num campo profético, a utopia positiva e refletida da constituição de uma narrativa única e metódica. Recorrer ao mundo grego não é anacrônico para a compreensão da profecia moderna: revela algo nas imagens que as palavras, fortes e persistentes, carregam:

"La raison grecque, c'est celle qui permet d'agir de façon positive, réfléchie, méthodique, sur les hommes, non de transformer la nature. Dans ses limites, comme dans ses innovations, elle apparaît bien fille de la Cité" (67).

Reconhecer a cidade como locus privilegiado de formação da política moderna obrigou o reconhecimento de uma história da cidadania como uma imagética da identidade que, através da ação (a construção ao trabalho, por exemplo), interpela sujeitos específicos e que, ao fazer da palavra o instrumento primordial da "invenção" política, estabelece o homem-cidadão formado pela Revolução Francesa, o sujeito profético das transformações.

Uma historicidade ambígua introduz o tempo diferenciado do acontecimento: espacializando o tema, o inventário das "idéias-símbolos" do século XIX informa as imagens produzidas sobre a cidade e reconhecemos uma dupla temporalidade: aquela inscrita na vivência conturbada dos habitantes de São Paulo entre trabalhadores livres, negros libertos, escravos artesãos, e a outra, composição de um ideário, de uma ciência, de um discurso produzido a partir do conceito de sociedade do contrato de homens livres e iguais.

(67) J. P. VERNANT, Mythe et Pensée chez les grecs, II, Paris, petite collection Maspero, 1981.

Nada impede, porém, que esta duplicidade dos discursos produza uma clara linha demarcatória da história: a introdução do trabalho livre é o tempo necessário sobre o qual o tema da cidadania elabora suas verdades internas e vivencia e experiência do sujeito profetizado, identificado no espaço urbano.

Sob pena de abandonar a visibilidade dos discursos e a eficácia das palavras-chave da política, devemos ler em Victor Hugo de 1874 o dilema da própria modernidade instalada entre o projeto iluminista da "verdade histórica" e o reconhecimento romântico da "verdade lendária":

"L'histoire a sa vérité, la légende a la sienne. La vérité légendaire est d'une autre nature que la vérité historique. La vérité légendaire c'est l'invention ayant pour résultat la réalité. Du reste l'histoire et la légende ont le même but, peindre sous l'homme momentané, l'homme éternel" (68).

"Inventar" as personagens e localizá-las num momento preciso da história - forte apelo romântico - permitiu ao autor a reunião entre o "mundo social" e o "mundo político", a discussão dos paradoxos da alma perturbada e da violência das facções envolvidas neste período histórico.

Um tempo refletido duplamente: o tempo do projeto e o tempo do contador, tempo da palavra política, tempo da administração calculada. A passagem de um a outro recorre ao mito, investe na utopia. A cidade é o seu espaço.

(68) V. HUGO, Quatrevingt-treize, Paris, Garnier, 1963.

V

A NARRATIVA POLÍTICA DA CIDADE

1. A cidade: uma "crônica de pedra"

Da "coleção de narrativas" produtoras das impressões inventivas da cidade de São Paulo no século XIX, entre as mal delineadas formas da cidade ocultas pela sombra ou "reveladas" sob a luz dos artifícios, é o jogo de movimentação de imagens contraditas no interior de um mesmo registro visual quem remete o conhecimento da cidade à sua própria arquitetura. O texto exigido será outro: o espaço urbano só se "re-põe" ao leitor ali onde ele é informado pela política, tomada, no século XIX, como a resposta à "questão social".

Para respondê-la, formularam-se campos disciplinares que não deixaram de visitar e recolher as leituras originárias de construção do "novo mundo". Das viagens de reconhecimento e de "classificação" de espécies naturais exóticas e desconhecidas, à "visão do paraíso", às viagens ao ponto zero da história, "ponto imóvel" gerador de efetividades construtivas da "nação" (1), muitas das metáforas recorrentes na prosa de ficção romântica se alimentaram das primeiras, articuladas e atualizadas em outro contexto.

Falar de paisagens - natureza intocada ou artifício naturalizado - basta aos "impressionistas" de imagens da cidade. A forma requerida é, por essência, a literária, informativa dos esboços de construção do espaço urbano e das sensibilidades modernas. Mas, apenas o chamado realismo social na literatura articulará a paisagem às personagens da cidade, comprometido com as transformações da República. Que Paris tenha tido Baudelaire. Os poetas simbolistas brasileiros, porém,

(1) Veja-se, em Flora SUSSEKIND, op. cit., a análise da formação da prosa ficcional no Brasil a partir dos relatos de viajantes.

afastaram-se da leitura fisionômica das cidades, abandonaram o tema por excelência da modernidade: as ruas, os transeuntes, a multidão. Antonio Candido adverte que os primeiros baudelairianos brasileiros

"também não se interessaram pelos espaços externos da vida contemporânea, inclusive o senso penetrante da rua e da multidão; ficaram quase sempre dentro de casa e mais especialmente no quarto de dormir. Apesar disso, assimilaram algo da modernidade de Baudelaire na medida em que se inspiraram nela para afirmar o tempo presente e seus problemas, contra o refúgio no ego e na história, como tinham feito os românticos; ou na história e na neutralidade dos objetos, como fariam em grande parte os parnasianos" (2).

Habitantes, moradores, as personagens da cidade aparecerão quando for possível identificar-lhes um lugar, espaço de existência social - público ou privado - coletado pela técnica política administrativa, informado em estatísticas, em "vistas sociais", em descrições das "condições de vida" de trabalhadores, em número de crimes. Antes, a cidade será vista, um olhar panorâmico, um "vol d'oiseau" que lhe define uma crônica, outra narrativa da subjetividade urbana.

A partir do estabelecimento da idéia do "cidadão da República" - como tento demonstrar, uma síntese imaginária entre o povo paradigmático das formulações ilustradas e liberais e as diversidades escancaradas da existência social das populações - a construção da cidade não pode ser uma coleção desorganizada de impressões mas, antes, o desempenho instituinte da palavra na organização de um espaço que, pretendidamente político, aposta na organização do social.

Aí desenvolve-se a construção dos pressupostos da "cidade verdadeira": ao debruçar-se sobre a cidade ideal, os pensadores do sé

(2) Antonio CANDIDO "Os primeiros baudelairianos" in A educação pela noite e outros ensaios, op. cit., p. 38.

culo XIX reagem com as mesmas metáforas (tanto as da organização mecânica do mundo quanto as do seu organicismo interno e evolutivo) das impressões dos "segundos fundadores" da cidade de São Paulo.

O processo projetivo de construção da cidade - a História, encarada como a ciência capaz de estabelecer comparações e destinos -, produz um enorme impacto sobre a imaginação social. Recorre à linguagem precisa dos dados, "informatiza" a palavra das descrições, elege os homens da administração como agentes preferenciais das transformações, reconhece a "sociologização" da vida urbana como parâmetro seguro e indicador das dificuldades raciais, geográficas e sociais.

A "questão social" parece assim introduzir uma "fôrma" para a política: na segunda metade do século XIX, entre nós, a prática já laicizada dos atributos administrativos, confere à cidade o espaço privilegiado de formação da política moderna.

Como se nos fosse apresentada uma dupla temporalidade: a experiência das leis, normatizadora frente ao diverso, e a síntese da simultaneidade de tradições, ambas impressas na aventura da "viagem", mundos novos que se descobrem através da harmonia das formulações, - a "nova pátria" - tornadas verossímeis de empréstimo à estatística das populações. Narração que pretende instalar-se no interior do "social", porém formulada como o estatuto privilegiado da fala política, torna-se produtora inventiva a contrario de imaginações ilusórias, aventureiras e exteriores:

"Na Provincia de São Paulo, ao augmento da população, não correspondem proporcional accrescimo nas estatísticas criminaes. Dir-se-hia que a escolha da nova patria opera, mesmo entre individuos que aqui aportam impellidos pelo simples espirito de

aventura, salutar reacção que se manifesta no exemplo de geral conformação com as leis, desde que aqui se estabelecem" (3).

A "cidade-imaginária" tornou-se tema cativante também para o século XIX. De instrumento, máquina, capaz de formar o cidadão, conhecida vinculação platônica entre tipos de governo e caráter e fibra de governantes, as cidades no século XIX convertem-se em espaço privilegiado para o exercício da história política como a atualização das propostas iluministas dos empreendimentos em que os homens realizam as utopias. História imersa no campo das necessidades mas também reconhecida como tema da liberdade política. No século XIX, o domínio sobre a natureza submerge o homem moderno em seu próprio paradoxo: o mal estar da civilização, na expressão de Freud, revela o vivido como palco de disputas entre a natureza violenta e conturbada dos próprios homens e a organização do sistema social. É o século das "ilusões especulares", "l'oeil trompé" incapaz de re-conhecer imediatamente os objetos e suas articulações. Século da emergência do sujeito totalizador, remetido ao domínio da racionalidade política na construção da autonomia através de heranças múltiplas e diferenciadas.

Razões da história em marcha, por vezes insondáveis recursos à toda sorte de narrativas, a política "desvenda" o invisível ao mesmo tempo que constrói as articulações do tempo futuro. O poder se põe ali onde há capacidade de previsão. A racionalidade pretendida no século XIX não é mais a cidade-imaginária pensada no duplo sentido da expressão: nem mais recurso ao espaço do inexistente, nem mais domínio de representações imagéticas do tempo futuro. Impressa na capacidade da linguagem, a racionalidade política supõe o domínio de metáforas de temporalidades múltiplas para sua formulação (4). Busca da autonomia

(3) Relatório do Presidente da Província apresentado à Assembléa Legislativa em 17 de janeiro de 1887.

(4) Consultar G. DUPRAT, Connaissance du politique, Paris, PUF, 1990.

do conhecimento e também recusa do heterogêneo, o ingresso na modernidade - pós-ilustração - aposta na unidade da narrativa histórica como elemento movimentador do plano das origens. Se faz recurso à imagens grandiloquentes, é da palavra que se nutre a ânsia de conhecer e pos suir.

V. Hugo ilustrou, ele próprio, muitas de suas edições. Seu último romance, *Quatrevingt-Treize*, publicado em 1874, considerado "histórico", foi composto a partir de uma idéia, que engendrava as personagens, e as personagens, a ação. Crítico da Revolução Francesa e sobretudo do Terror, a guerra da Vendéia não o impediu, entretanto, que em 1834 declarasse:

"Je ne suis pas de vos gens coiffés du bonnet rouge et entêtés de la guillotine. Pour beaucoup de rai sonneurs à froid qui font après coup la théorie de la Terreur, 93 a été une amputation brutale, mais nécessaire... Ce que nous appelons la guillotine n'est qu'un bistouri. C'est possible. Mais il faut désormais que les maux de la société soient traités non par le bistouri, mais par la lente et graduelle purification du sang" (5).

Poeta e romancista de personagens construídas em torno da concepção do sublime, Victor Hugo tende, pouco a pouco, a optar pela Revolução ao mesmo tempo em que volta-se para os temas da "vida so cial": a criminalidade, os deserdados. Escrita de uma epopéia, recurso à história e ainda, a insistência romântica pelo jogo metafórico das luzes e das sombras:

"J'ai lu, j'ai comparé l'aube avec la nuit noire,
Et les quatrevingt-treize aux Saint-Barthélemy;
Car ce quatrevingt-treize où vous avez frêmi,

(5) Citado in *Quatrevingt-Treize*, Paris, Garnier, ed. illustrée, 1963 (introduction).

Qui dut être, et que rien ne peut plus faire éclore
C'est la lueur de sang qui se mêle à l'aurore.

(...)

Les révolutions, qui viennent tout venger,
Font un bien éternel dans leur mal passager" (6).

A retórica lírica é ainda mais contundente na representação iconográfica. O desenho de 1835, "La Tourgue", localiza uma Bastilha naturalizada, convulsa e sombria. E o texto legenda a imagem:

"Le voyageur qui, il y a quarante ans, entré dans la forêt de Fougères du côté de Laignelet en ressortait du côté de Parigné, faisait, sur la lisière de cette profonde futaie, une rencontre sinistre. En débouchant du hallier, il avait brusquement devant lui la Tourgue.

Non la Tourgue vivante, mais la Tourgue morte. La Tourgue lézardée, sabordée, balafrée, démantelée. La ruine est à l'édifice ce que le fantôme est à l'homme. Pas de plus lugubre vision que la Tourgue. Ce qu'on avait sous les yeux, c'était une haute tour ronde, toute seule au coin du bois comme un malfaiteur. Cette tour, droite sur un bloc de roche à pic, avec presque l'aspect romain tant elle était correcte et solide, et tant dans cette masse robuste l'idée de la puissance était mêlée à l'idée de la chute" (7).

Devastada, como em um temporal, vagas monstruosas que lhe movem o chão, as torres e a construção lateral sucumbem sob o peso de uma natureza avassaladora e tumultuada. O sublime está na (des)organização do mundo - antes sólido, pela referência do texto, na revolta da própria natureza contra o artifício. Uma Bastilha morta, a ruína, fantasmagórica. A ordem desmantelada pelo poder, e pela queda.

(6) V. HUGO, "Châtiments" citado em Quatrevingt-Treize, idem.

(7) V. HUGO, Quatrevingt-Treize, op. cit., p. 293.

Para a compreensão da paisagem humana, o século XIX "naturaliza" o artifício, organizando o mundo através da ordem impressa na própria natureza. É neste sentido que a história pode se converter no material privilegiado das utopias modernas, promessa remetida ao tempo futuro mais do que a espaços imaginários; a utopia revela a forma privilegiada das construções inscritas no tempo da história: as ruínas, os fantasmas, os escombros.

Reconhecida a desordem instalada pela própria natureza dos homens, a organização do mundo prevê a inscrição num tempo histórico definido pelos artifícios. Se, para o século XVIII, o homem concebe um infinito poder de transformação na natureza, apenas mediado e liberado por ele, ela também é a origem da ordem estabelecida no domínio do artifício. O homem - espectador da natureza - faz corresponder a cada elemento um signo específico, particularizando assim a leitura de todas as paisagens.

História submetida à utopia do espaço imaginário, domínio do olhar mecânico ordenador da natureza, uma "máquina composta" referida mais ao pensamento e ao conhecimento que ao olho "flâneur" do século XIX (8).

Há significados, diferentes, é certo, para as utopias dos séculos XVIII e XIX. A confiança na forma de organização da sociedade, as leis naturais fundadas no elemento moral forjador da própria história conduzem as grandes utopias iluministas à crítica à propriedade e à crítica à instrumentalização do saber político, enclausurado

(8) Ver Alain-Marc RIEU, "La machine, un tableau et la nature: Claude Lorrain et la rationalité des Lumières" in La machine dans l'imaginaire (1650-1800), Revue des Sciences Humaines, Paris, nº 186-187, avril/octobre 1982. Reconhecendo "qu'il est possible par une étude adéquate des oeuvres esthétiques d'élucider certains problèmes d'histoire des sciences, des mentalités, des sensibilités, etc..." o autor conclui: na idade clássica, "la machine ne peut pas sans se détruire s'opposer à la Nature, elle ne fait au contraire que la magnifier puisqu'elle ré
(Continua...)

na "arte de governar" maquiavélica (9). Supõem, para seus "países-de-sejos" inscritos no tempo da história e remetidos a um espaço imaginário, que sejam ao mesmo tempo a crítica da sociedade contemporânea - o abandono do existente como local precário da realização do estado social - e a representação do que deveria ser - a legislação perfeita assentada nos moldes da moral nova.

Mas também é certo que a simultaneidade de tradições históricas reveste a configuração das utopias do século XIX das características ficcionais que as caracterizaram anteriormente. Muito da concepção romântica da unidade encontra forte eco nas formulações científicas da "história" como promessa de realização do progresso e da transformação harmoniosa da natureza humana, ancoradas no princípio do aperfeiçoamento moral dos homens, através de instituições racionalizadas pelo concurso de leis históricas e, sobretudo, na idéia de uma linguagem universal orientada a partir da linguagem das ciências. Perfeitamente equilibrada, esta linguagem - tornada política mediante a perfeita comunicação entre os homens - faz concordar os interesses de todo e cada cidadão, tempo da transparência absoluta do exercício do poder. Alçadas a um objetivo final, a história encontra uma razão instalada num tempo futuro progressivamente voltada para a realização das virtualidades presentes. Ao se fazer uma atualização das promessas da utopia, a história converte-se em narrativa primordial da construção das identidades modernas.

Paris, para Victor Hugo, apresentava-se como uma "crônica de pedra", a arquitetura convertida em escritura e em linguagem. Re

(... continuação da nota 8)

vèle à l'homme sa place et son destin: il n'est lui-même qu'un mode de la Nature et l'action d'un mode sur un autre contribue finalement à l'harmonie cosmique préétablie".

- (9) "Code de la Nature ou le véritable esprit de ses lois" do Abade Morelly (1755), "L'An 2440" de Louis-Sébastien Mercier (1770). Ver as análises de B. BACZKO, "L'utopie et l'idée de l'histoire-progrès" in Lumières de l'Utopie, op. cit. e Max HORKHEIMER, "A Utopia" in Origens da Filosofia Burguesa da História, Lisboa, Editorial Presença, 1970. E também Michel FOUCAULT, "A governamentabilidade (Continua...)"

apresentação do verbo na forma da cidade:

"Le livre tuera l'edifice..."

"...Plus tard on fit des mots. On superposa la pierre à la pierre, on accoupla ces syllabes de granit, le verbe essaya quelques combinaisons (...) Enfin on fit des livres.

L'idée mère, le verbe, n'était pas seulement au fond de tous ces édifices, mais encore dans la forme" (10).

A expressão de J. HABERMAS é contundente: as utopias, no século XIX, são formas vitais coloridas, isto é, projetos de totalidades (11). O "mundo vital", ou o mercado, a exigir o cálculo, a previsão, a contabilidade e ordenação dos fatores. Ainda mais: a instalação da sociedade de mercado articula-se à formação de um campo conceitual também novo, as disciplinas das ciências humanas autonomizadas obrigam à descoberta da "sociedade". Decomposição lógica, análise das formulações acerca das "desigualdades" ou da "produção da riqueza", a economia política primeiro, depois a sociologia e a psicologia ocuparam-se de, ao recusar a utopia, estabelecer as técnicas administrati

(... continuação da nota 9)

de" in Microfísica do poder RJ, Graal, 1979, para uma leitura, em outra linha, da "arte de governar" no século XVI.

(10) V. HUGO, Notre Dame de Paris, Paris, Lattès, 1989, pp. 230-248.

(11) J. HABERMAS, "La nueva impenetrabilidad" (1984) in Ensayos Politicos, Barcelona, Ediciones Peninsula, 1988. "...el espíritu de la época prende con la chispa del choque entre el pensamiento histórico y el utópico. A primera vista ambas formas de pensamiento se excluyen mutuamente. El pensamiento histórico, nutrido por la experiencia, parece estar llamado a criticar los proyectos utópicos; el exuberante pensamiento utópico parece tener la función de exponer alternativas de acción y posibilidades de juego que trasciendan a las continuidades históricas. De hecho, la conciencia contemporánea de la época ha abierto un horizonte en que se mezcla el pensamiento utópico con el histórico. Esta peregrinación de las energías utópicas hacia la conciencia histórica caracteriza en todo caso el espíritu de la época que, a su vez, imprime sus rasgos a la opinión pública de los pueblos modernos desde los días de la Revolución Francesa", p. 114. Há tradução desta conferência de 1984 na Revista Presença, nº 9, fev. 1987, com o título "A Cultura Ocidental e a perda de confiança em si mesma", pp. 140-155, tradução Marilena Vianna. Sigo, entretanto, a tradução espanhola da Ed. peninsula, de 1988, cujo texto compreende notas.

vas necessárias ao controle da "não-razão" na cidade (12). A figura do pobre, ou do louco, ou da "anormalidade patológica" significavam a sobrevivência da Natureza na civilização, na expressão de Karl POLANYI.

O combate e a luta que o século XIX empreende contra a "irracionalidade" analisada como a forma mitologizada com que a ilustração converteu-se em "razão política", para ADORNO e HORKHEIMER (13), não retira, portanto, do campo das utopias a autonomização das chamadas ciências humanas no processo universal de socialização das ciências.

Ao contrário: herdeiras do referencial romântico, as "ciências do social" responsabilizam-se, no século XIX, pela submissão do mundo natural aos artificios do sujeito ordenador. Obrigadas a pensar a emergência da ordem, no mundo desfeito por formas dissolutórias da hierarquia e do indivíduo, a economia política, a sociologia e a psicologia comprometeram-se a administrar seja a pobreza, a loucura ou a marginalidade em geral (14).

(12) Ver Karl POLANYI, La grande transformation (aux origines politiques et économiques de notre temps), Paris, Gallimard, 1983, préface de Louis Dumont; e o artigo de M. Stella M. BRESCIANI, "Lógica e Dissonância-lei, ciência e resistência operária" in Revista Brasileira de História, SP, Marco Zero/ANPUH, vol. 6, nº 11, set. 1985/fev. 1986, pp. 7-44.

(13) T. ADORNO e M. HORKHEIMER, Dialética do Esclarecimento, RJ, Zahar, 1985, tornou-se o clássico trabalho sobre o tema da modernidade, de fundamental compreensão para o diálogo, já posterior, encetado por J. HABERMAS, Discurso Filosófico de la Modernidad, Madrid, Taurus, 1989; Ensayos Políticos, Barcelona, Ed. Península, 1988; e Michel FOUCAULT, As palavras e as coisas, SP, Martins Fontes, 1985, 3ª ed..

(14) Klaus DÖRNER, Ciudadanos y Locos: historia social de la psiquiatria, Madrid, Taurus Ediciones, 1974, nos dá uma leitura bastante acurada desse processo: "Como no querían renunciar al conocimiento de la totalidad de su objeto no olvidaron los componentes científico-naturales, aun siendo conscientes del carácter utópico de una posible explicación que, se decía entonces, "todavía no" había sido conseguida.(...)(la teoria psiquiátrica) entró así en el proceso universal de socialización de la ciencia: sólo puede cambiarse su práctica en cuanto adaptación al sistema social, el cual, de acuerdo con esta teoria, es quien ha producido el desarreglo psíquico... Esta disociación de la teoria y de la pra
(Continua...)

Com o romantismo - pedra de toque e divisor de águas da narrativa ficcional - a história torna-se o domínio do sujeito à procura das origens, "raízes" que lhe alimentam a configuração do tempo, inscrito não mais na natureza das coisas mas na formulação do espaço presente.

Então, o visível torna-se o lugar do ocultamento, de formas ilusórias desprovidas de verdade. A constituição do objeto não basta mais a aproximação por imagens, fotográficas ou literárias. O conhecimento, longe da "retórica vazia", exige outra narrativa: a que penetra, através do sujeito ordenador, o mito da origem e faz movimentar o tempo. A sociologia e a própria política nutrem-se da história como material comparativo de interesse para a constituição e exemplificação do "mundo social". Relato de aventuras, explicação da origem, documento verossímil e cauteloso, a história deve ser lida preferencialmente nos artefatos: cidades, edifícios, ruas e construções.

(... continuação da nota 14)

xis, lo mismo que su socialización, nos muestra hasta qué punto la psiquiatría está dentro de la dialectica de buscar a la vez la emancipación de los hombres que sufren y la integración de la sociedad, es decir, de servir para embridar las fuerzas explosivas, disolventes y destructivas; está, pues, dentro de la "Dialéctica de la Ilustración". Esta dialéctica entre promesas de emancipación y tendencias estabilizadoras domina también, y en no menor grado, el nacimiento y el desarrollo todavía no superado de la sociología, la cual tiene de común con la psiquiatría que nació de aquello que el ciudadano razonable consideraba como irracionalidad, tanto si ésta se manifestaba como pobreza, como locura o como las dos a la vez" (p. 14).

2. O registro da cidade e a narrativa da história

. A estatística

"Simples frequentador das preleções dadas todos os dias nas ruas e tabernas, eu tinha todos os vícios da grande cidade" (15).

O espaço urbano concebido como local privilegiado do exercício da sociabilidade, experiência pública de confronto das idéias e dos discursos, mesclava-se, já na compreensão do jornaleco paulista no de inspiração "parisiense", a uma elaborada representação a respeito da "grande cidade".

Onde os indicadores do vício, corrupta formação do "meio urbano" em que se comprazem os comentadores de São Paulo? Na cidade de 20.000 habitantes, concentrados em torno de umas poucas ruas ou diluídos nas chácaras e arrabaldes (o Braz, Santo Amaro, Vila Mariana, Chácara dos Ingleses), sem dúvida não se encontraria o movimento, a circulação, os encontros efêmeros das ruas de Paris, nem mesmo da Corte.

Mal se "conhecia" a cidade. Na década de 70 do século passado, procurava-se ainda o reconhecimento cartográfico da capital, apontava-se para a necessidade de um plano que orientasse o crescimento da cidade. Porém, ao que indicam as insistentes demandas da Câmara Municipal, tratava-se mais de um cadastro antes que organização centralizada da sua expansão, conforme o ofício do

(15) PIPELET, personagem-editor do jornal O Cabrião, nº 3, 14/10/1866.

"eng^o civil Antonio Chardon offerecendo uma proposta por elle confeccionada para a factura de um plano cadastral desta Capital e seos suburbios" (16).

A Camara determina que "se remetta a uma comissão de eng^o", mas a inutilidade da medida é apontada por um viajante atento a todas as informações:

"como é sabido a estatística não é o forte do nosso governo. Todas as tabelas estatísticas no Brasil são incompletas e oferecem apenas uma fraca base para qualquer argumentação" (17).

De fato, em 1861, a Camara "nada pode informar" ao inquérito sumário sobre as atividades da Provincia: nem o ramo principal da agricultura, qual o número, a natureza e o estado de adiantamento das fábricas, nem a população que se emprega na agricultura ou em qualquer dos outros ramos da indústria (18).

Apenas a preparação para a Exposição Nacional Brasileira, por sua vez preparatória da Exposição Industrial da Filadelfia (19) em 1875 parece ter provocado uma febre de informações julgadas relevantes e tomadas indistintamente entre o arrolamento das coisas, o conhecimento dos homens e a localização da história. O trabalho de Joaquim Floriano de Godoy é o mais completo apanhado estatístico do período. Pretende

(16) ATAS da camara da Cidade de São Paulo, expediente da sessão de 28 de maio de 1874.

(17) Carl von KOSERITZ, op. cit.

(18) ATAS da Camara, expediente de 15/7/1861 e de 19/12/1861.

(19) A propósito da importância das Exposições Universais para a demonstração inequívoca dos parâmetros da modernidade também entre nós, consultar F. Foot HARDMAN, Trem-Fantasma..., op. cit. e "Engenheiros, Anarquistas, Literatos: sinais da Modernidade no Brasil" in Sobre o pré-modernismo, RJ, Fundação casa de Rui Barbosa, 1988. Leia-se também em A cidade dos prodígios, romance de Eduardo Mendonza sobre a preparação de uma exposição em Barcelona e seu aspecto efêmero (Continua...)

"recensear as povoações da Província, os edifícios públicos, as fábricas, a imprensa, a população segundo o numero de eleitores e dos fogos, a população livre e escrava por municípios, a situação da instrução pública, a navegação fluvial, os estabelecimentos de caridade..." (20).

O folheto de Augusto Emilio Zaluar, do mesmo ano, pretende estabelecer a "publicidade dos produtos nacionais e uma breve vista sobre a constituição da população" (21).

Uma vista "panorâmica", bem se vê, Uma descrição ainda "aparente" da cidade. Privilégio do olhar pré-conhecedor de parâmetros, mas também a busca fascinada do que está além, "transparente" nos números, na vista esclarecida, na descrição. Apenas um panfleto acompanhando as mercadorias expostas com o vigor prometido no próprio texto. A "grandeza dos produtos nacionais" anunciando a constituição obscura, ou velada, da população. Uma imagem incompleta, breve, porém anunciadora das intenções de compreensão e normatização da paisagem.

O trabalho de Azevedo Marques de 1872, quando da organização da repartição pública de estatística (22), busca completar os dados e números obtidos dispersamente: qual a relação entre brasileiros e estrangeiros, homens livres e escravos, as diversas profissões a que se dedicam.

(... continuação da nota 19)

ro, artificial e constitutivo da "modernidade" também política espanhola.

(20) Joaquim Floriano de GODOY, A província de São Paulo (trabalho estatístico, histórico e noticioso), Col. Paulística, v. XII, 2ª edição fac-similada, SP, 1978.

(21) Augusto Emilio ZALUAR, Exposição Nacional Brasileira de 1875.

(22) J. de Azevedo MARQUES, Apontamentos Históricos, Geográficos... da Província de São Paulo, t. 1, publicação do IV Centenário.

Do levantamento geográfico ao reconhecimento demográfico da cidade propostos com insistência desde a década de 60 do século XIX, uma nova indicação se impunha como parâmetro regulador do conhecimento.

Em 1861, há uma indicação da câmara para que se faça um mapa topográfico da capital, onde conste a "extensão, largura e tamanho das ruas e o número de prédios existentes"; também um mapa do "nivelamento da cidade para o alinhamento dos prédios" (23).

Em 1879, sugere-se o levantamento da carta corográfica da Província de São Paulo (24).

Em 1862, a Câmara ordena que se "encarregue ao eng^o José Porfírio de Lima, o levantamento da planta desta Cidade, compreendendo as freguezias de Sta. Ifigênia e Braz, com demarcação dos limites do rocío até meia legoa de distancia" (25).

Trata-se, nesta proposta, de estabelecer os limites da cidade para além do centro, legalizando seu contorno, demarcando o urbano.

Outra, a preocupação em criar, no mesmo ano uma "seção especial que se ocupe exclusivamente da organização da estatística de tudo que disser respeito a Obras Públicas" (26).

A proposta se esclarece em 1887:

(23) ATAS da Câmara da Cidade, indicações da sessão de 11/4/1861.

(24) Anexo ao Relatório do Presidente da Província de 1880.

(25) ATAS da Câmara, proposta de 30/10/1862.

(26) RELATORIO do Presidente da Província de 1862, grifo meu.

"criação de uma comissão de estatística cujo plano de trabalho consistiria no recenseamento geral da população, no movimento do estado civil e um inquérito agrícola, industrial e comercial. Os dados coletados deveriam se constituir em monografias sobre os municípios, como aquelas propostas por Le Play" (27).

O conhecimento "proposto por Le Play" configura-se como um diagnóstico, primeira localização de uma política social ancorada no conhecimento estatístico e descritivo da população, base organizacional da técnica da administração pública.

Se há insistência dos documentos oficiais em requerer a descrição estatística, isto não significa, necessariamente, que haja redundância nas formulações ou um sentido "progressivo" do conhecimento, superpostos mapas devastadores da expansão e da população da cidade. Ao contrário, é sua ausência que justifica a recorrência:

Em 1870, "o fiscal municipal incumbido de proceder ao levantamento da população da cidade a pedido do governo, por falta de agentes que lhe forneçam dados, passa a deliberação à Comarca que parece entender desnecessário esse levantamento" (28).

Ainda assim, em 1885 pede-se a "organização da estatística da população escrava" (29).

Afora as intenções, são pobres os resultados. O que conhecemos é o número de entradas de imigrantes pelo porto de Santos, os crimes cometidos em cada freguesia, as prisões nos distritos. Tudo é catalogado, classificado, mapeado a partir de um indicador seguro. Os

(27) RELATORIO do Presidente da Provincia de 1887, grifos meus.

(28) ATAS da Camara da Cidade, expediente de 17/2/1870.

(29) RELATORIO do Ministério dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 1885.

primeiros sociólogos ocuparam-se em rastrear a cidade travestidos de funcionários do Serviço de Imigração, Chefes de Polícia ou fiscais municipais.

A preocupação é antes política que administrativa; ou ambas. Nunca, porém, autonomia da técnica mas sujeição desta aos princípios que regem a "virtude" do governante, preocupado em decifrar o que vêm os números:

"Basta considerar que população e território são dois dos mais importantes factores que determinão a categoria das nações; e se assim é, parece evidentemente incontestável, que a ignorancia destes dois elementos só poderá produzir consequências fatalmente prejudiciaes as mais fecundas evoluções do progresso social. A verdade desses factos se verifica diariamente entre nós; e se apesar desses obstáculos a Provincia de São Paulo tem se desenvolvido tão brilhantemente n'estes ultimos tempos, devido isso unicamente a natureza e fertilidade de seu solo, amenidade de seu clima e ao genio empreendedor de seus filhos, qual não teria sido o seu desenvolvimento e progresso se tivesse caminhado com os principios da sciencia em suas applicações mais uteis?" (30)

Pouco a pouco, a cidade de São Paulo é devassada a partir dos referenciais definidos como significativas presenças da "modernização". A estratégia estetizante, as "impressões" dos viajantes e literatos não é abandonada. A elas se acrescem, no campo de uma narrativa que procura a descrição e o reconhecimento, os "sinais" da própria imagem. Como se à foto, acrescentássemos a legenda, reveladora daquilo que a paisagem encobre. A estatística - ainda quando denunciada como incipiente e inexistente - afirma o que não é: o território não está delimitado, a nação não se constrói, a população não se forma, di

(30) RELATORIO do Presidente da Provincia, 1880.

vide-se em duas, inconciliáveis, irreconhecíveis:

"esta que flana na rua do Ouvidor, julgando-se digna rival da que percorre o Bois de Boulogne ou o Unter der Linden e a outra que produz; no campo, serão agregados de fazendas, caipiras, matutos, caboclos; nas cidades, serão capangas, capoeiras, ou simplesmente vadios e ébrios" (31).

Este o atributo do "homem culto" preparado no espírito da Ilustração e atento à lógica específica da exclusão da maior parte da população nacional: conhecer-lhe o estado, localizar a origem e o nascimento dos males impressos no organismo social. Tal a leitura do Sylvio ROMERO, por exemplo, a respeito da "questão social" no Brasil:

"o mal está na origem da matéria prima humana empregada no povoamento, na formação da nação", por um lado, "e na natureza do meio, áspero em grande parte do paiz, e ao mesmo tempo enganoso pelas facilidades outorgadas à vadiagem, com a abundancia de produtos espontaneos" (32).

A questão colocada aos comentadores, agora abalizados para as respostas da sociologia empírica, tem um endereço que a "estatística da população escrava" tentara dar conta e não avançara: qual o resultado que se poderia esperar da transformação do escravo em homem livre?

O ex-escravo "que não tinha sido preparado pelo colonato, nem pela adscrição ao solo, deu em geral na calaçaria e emigram para os povoados. Ahi vive aos trombolhões nuns empregos reles. Ahi, nas cidades, nenhuma aspiração elevada e nobre lhes desponhou n'alma" (33).

(31) L. COUTY, 1884, citado in Sylvio ROMERO, O Brazil Social, Typographia do Jornal do Commercio, 1907.

(32) S. ROMERO, op. cit.

(33) Idem, ibidem. Há um artigo de Antonio CANDIDO que, localizando o itinerário político e intelectual de S. Romero, do positivismo às simpatias pelo socialismo (Continua...)

As cidades convertem-se, da ótica da política social, em local do vício e da "mercancia exacerbada e inescrupulosa", resultado de um "crescimento doentio e desordenado". A sociologia retruca à estatística, material incompleto do reconhecimento; de nada servem os números, senão contemplados de dentro de uma perfeita estratégia de ação exemplar da técnica administrativa. E a técnica, ainda não autônoma, entendida como recurso da política, em que pesem as mordazes críticas de S. ROMERO e outros letrados à "retórica estéril", ao "palavreado oco" impressos na "bacharelise" nacional. Dela, da palavra, é que se nutre a imaginação dos homens públicos encarregados de devasar a cidade e seus habitantes.

O "povo", entidade retórica, fruto da abstração, exterioridade do espaço da administração, será o emblemático portador de uma história mais genealógica que cronológica. Da ordem do discurso, será interpelado como sujeito, raiz, origem do mando, fonte legítima da autoridade, figura, representação da figura política. Isto é, pouco clara e pouco distinta, devedora deste manancial inesgotável de sinonímias, arranjos retóricos, persuasões mais próprias às contruções ilusionistas da opinião.

A "população", circunscrita ao território, imobilizada na estatística, localizada no número, será reconhecida no crime, na doença, no vício. Sobre ela abre-se um espaço para a intervenção administrativa, gerência pública, configuração de um objeto passível de ordenação e, ao mesmo tempo, denunciada pelos critérios do que lhe falta, exercício estabelecido pelo jogo especular do paradigma "original".

(... continuação da nota 33)

mo, de evolucionista à adepto da Escola da Ciência Social, de forte cunho católico, ilumina algumas das contradições deste autor: "Ele tinha a desconfiança permanente dos que só aceitam a palavra literária quando justificada por um empenho ético, religioso, político, ou disfarçada de outra coisa: ciência, filosofia, sociologia". "Fora do texto, dentro da vida" in A educação pela noite & outros ensaios, SP; Atica, 1987, p. 116. O texto que me serve de documento da ta da época de sua filiação à Escola da Ciência Social.

Não há contraditoriedade nos termos. "Povo" e "população" são idéias elaboradas no mesmo registro político. Figura ou número, é da "arte de governar" que tratam, entre a entidade coletiva - o povo - e os indivíduos em sua particularidade - a população.

. A identificação das personagens urbanas

Não abandonamos as imagens, portanto. Mas a experiência mimética, ao privilegiar o espaço como a possibilidade inequívoca de estabilidade, de repouso apaziguante das transformações, requer uma nova narração da paisagem urbana. Faz uso da cronologia e marca a passagem do tempo, re-anuncia as datas e re-inscreve os acontecimentos numa outra ordenação.

Dáí, o abandono do registro visual, o apelo a uma escrita pretendidamente neutra, clara, distinta. "Científica", numa palavra carregada. Para o caso que aqui me interessa, ciência sinonimizada à técnica e esta, por sua vez, redutora da palavra inovadora. No quadro vastíssimo da constituição da "modernidade", um elemento merece ser sublinhado: narrar o "tempo" da origem significou remeter os campos metafóricos de que se nutria o conhecimento do "social" à política, reproduzindo e simulando réplicas, cópias, ordenadas a partir de uma "forma".

As imagens constitutivas da cidade de São Paulo foram produzidas como este emaranhado de citações díspares. Por um lado, instaladas no campo das formulações políticas universalizantes, remetem o espectador ao ideal de cidade, à ética da convivência. Por outro, no mesmo passo em que anunciam as personagens do mundo moderno, inauguram o mundo social como espaço necessário da intervenção administrativa.

Da leitura de viajantes de passagem ou das imagens literárias inventivas de São Paulo no século XIX, às definições e indicadores mensuráveis e informados do crescimento da cidade, não há exclusão, mas antes simultaneidade. A identificação da "cidade moderna" trabalha com registros complementares do tempo, sem que se convertam em sobressalto os acontecimentos, mas antes sobreposições de temporalidades, concretamente dirigidas ao passado e ao futuro de sua realização.

Espécie de viagem "imaginária" ao mundo do desconhecido, identificação do "novo" construído sobretudo como negação do passado, recusa dos arcaísmos, ruptura e corte projetados como história postergada. Uma utopia às avessas, recurso ao futuro mais que condução do passado. O "mito da origem" subtraído à "idade de ouro" de um passado sem data (34). Construção do mito de dentro da própria história através de uma narração que se supõe anti-ficcional, científica e, simultaneamente, instala-se no discurso generalizante e regenerador.

A história que se depreende desta narrativa sofre transformações ao longo da, pelo menos, segunda metade do século XIX. Reproduzindo as informações familiares aos homens públicos paulistanos, toma de empréstimo as imagens pictóricas da cidade para a elaboração de um discurso pretendidamente político: remete à verbalidade mais do que às ações ao localizar a criação da cidade como espaço instituinte da ordem e do equilíbrio, por sua vez resultado harmônico produzido da interação entre população e território, como suportes necessários do "progresso social".

(34) Consultar para o "mito político" Raoul GIRARDET, Mitos e mitologias políticas, SP, Cia. das Letras, 1987, cap. "A idade de ouro"; e L. KOLAKOWSKI, A presença do mito, Brasília, Ed. UnB, 1981.

Aí, uma certa relação equívoca entre a organização do espaço e a condução do tempo. Ao precisar o momento inaugural da passagem da "cidade arcaica" à "cidade moderna", o recurso será emprestar à linguagem figurada o elemento definidor das mudanças: o que aparece no registro do olhar dos comentadores é tornado transparente pela descrição do fenômeno. O mesmo procedimento operado pela "binomia" literária romântica repete-se nas falas, discursos e panfletos políticos.

Ano após ano, depois de 1870, os relatórios dos presidentes da província iniciam sua narração dos feitos apontando o número de imigrantes que permaneceram na cidade de São Paulo e não foram incorporados ao trabalho agrícola:

"Em 1884, de abril e julho das 2.032 entradas de imigrantes, 380 ficaram na capital.

Em 1883, 4.389 estrangeiros entraram na Província e destes, 693 ficaram na capital.

Em 1874, entraram na cidade de São Paulo 81.745 imigrantes e, destes, seguiram para o interior do Estado ou ficaram na capital 33.471" (35).

Movimentado é o tempo histórico contido na representação do "progresso" revelado em números e estatísticas da produção e do crescimento nacionais. A passagem de imigrantes pela cidade e sua instalação no pacato mundo de "empregados públicos, estudantes, artífices e comerciantes", a população "menos abastada" concentrada nas ruas Direita, do Comercio, do Rosario, de São José (36) junto aos diversos

(35) Segundo Lucio KOWARICK, "muitos imigrantes após permanecerem certo período trabalhando no café... tomariam o rumo das cidades. Outros, ainda no final do século XIX, nem passariam pelo trabalho agrícola, dirigindo-se diretamente às atividades urbanas". É também deste autor a informação de que a população escrava era de 20% contra 80% de homens livres ou libertos. Escravos, párias e proletários, USP, 1981 (mimeo); há edição reduzida desta tese: Trabalho e va diagem: a origem do trabalho livre no Brasil, SP, Brasiliense, 1987.

(36) ATAS da Camara, parecer da sessão de 19/7/1860.

casebres... habitados por africanos livres, tão pobres..." (37), traria um novo sentido à paisagem: introduziria o tempo marcado por vivências distintas, em imagens multiplicadas, tentativas de expressar, por fim, uma "questão social". Transformada em "questão urbana", em administração da cidade, a imigração atesta uma dupla temporalidade: aquela inscrita no tempo empírico da cronologia - turbulência e fragmentação - e uma outra, fundamento histórico da origem da modernidade a ser instalada também na cidade.

Ainda em 1893, um relatório oficial aposta na imigração para o incremento do povoamento urbano:

"Ponderei sobre a conveniência de que venham de preferência agricultores, havendo entretanto, fácil collocação para artistas, taes como: ferreiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, etc..." (38).

Depois que o Liceu de Artes e Offícios, organizado em 1882 por Leoncio de Carvalho substituiu a antiga Sociedade Propagadora da Instrução Popular, "dirigida à órfãos e abandonados", a "oficina das inteligências modestas" demonstrou "seus beneficos efeitos", que "se fazem notar nas fabricas e officinas, onde sobressahem os artistas e operarios que frequentam as aulas do Lyceu". Tratava-se de uma "iniciativa popular como força propulsora da igualdade, da civilização e do progresso" (39).

O tempo da transformação - marcado pelo tema do trabalho útil e moralizador, reconhecido na figura do imigrante - não está

(37) ATAS da Camara, sugestão de postura de 1858.

(38) RELATORIO anual do Secretario dos Negocios da Agricultura, do Commercio e Obras Publicas, 1893.

(39) RELATORIO da Instrução Publica, anexo ao Relatorio do Presidente da Provincia, 1885. Ao contrário do Liceu, a Escola de Belas Artes, de 1860, era "dirigida à aristocracia de talento". Precursor do Liceu, pode-se considerar o Instituto de Educandos Artifices, de 1874, que "tem por fim facilitar aos meninos pobres e desvalidos a sua educação industrial, impedindo assim que por falta della se desviem do amor ao trabalho e se tornem mãos cidadãos e prejudiciais", cf. Re (Continua...)

isento de tensões e questionamentos desencantados com a nova persona gem, muito antes da entrada massiva de estrangeiros na cidade:

"grande numero de jornaleiros estrangeiros tem affe rido para a Provincia... e, (concentrados em torno da construção da Estrada de Ferro) entre elles tem havido algumas desordens e violencias, não tantas como é de recear d'entre individuos dessa qualida de" (40).

Ou como aparece preocupando os editores do jornal republica no

"Individuos de diferentes nacionalidades arriba dos a este centro de trabalho e progresso, aqui exercem a vida parasitaria, de um modo relativamen te comodo e as vezes opulento, com grave sacrifi cio do trabalho de um chefe de familia, de um fi lho menor, ou de um moço inexperiente, causando a ruina da familia, desmoralizando as instituições e estragando a sociedade. Louvavel a acção da poli cia contra estes individuos, verdadeiro cancro so cial que precisa ser extirpado" (41).

Entre a cidade e a sociedade parece se inscrever, para os comentadores, um "continuum" a contrario: a cidade é este elemento me nor, a partir do qual e sobre o qual as experiências de sociabilidade vão se instalando. Retirada da natureza, reconhecida nos artificios, São Paulo é obra e criação da História. Ao falarem da cidade, os ho mens públicos do século XIX justificavam também seu conhecimento da sociedade brasileira, organizada segundo os cânones positivos da so ciologia empírica.

(... continuação da nota 39)

latorio anexo ao Relatório do Presidente da Provincia, 1874. Sobre o ensino in dustrial em São Paulo, ver a tese de M. Gilka Pinto XAVIER, A formação profis sional da classe operária, UNICAMP, mimeo, 1984; e M. Lucia GITANI, Trabalho res Urbanos e ensino profissional, Campinas, Ed. UNICAMP, 1986.

(40) RELATORIO do Presidente da Provincia, 1863 (grifos meus).

(41) O Rebate, 18/1/1899 (grifos meus).

A cidade de São Paulo, tomada como uma imagem negativa, mecânica e excludente, elemento deformativo do "conjunto da sociedade" - esta sim organizada como uma exterioridade completa, como o "todo", como o "conjunto" - é o espaço irredutível à ordenação, perigoso e insondável. O receio está em que entre a população flutuante,

"haja homens amigos do trabalho e da ordem", mas também "indivíduos apanhados na escoria das agitações sociais e econômicas do velho mundo" (42).

Em torno da construção da Estrada de Ferro, cresce a população (43), possibilidade de perturbação da ordem pública:

"composta de avultado numero de trabalhadores da Estrada de Ferro, homens grosseiros, ocorrendo vários conflitos entre eles que tem sido causa de muitos outros factos, mais ou menos graves, entre os operarios portugueses e nacionaes, que por vezes não perturbado a tranquillidade publica" (44).

Às causas dos crimes cometidos na capital, junta-se a simples presença de elementos "estranhos" à cidade, desconhecidos e malformados, segundo o Chefe de Polícia:

"Accresce ainda que as grandes obras das estradas de ferro deslocão de toda a Provincia, e de fóra della grande numero de trabalhadores, nem todos moralizados e pacíficos..." (45)

(42) RELATORIO do Presidente da Provincia, 1887.

(43) Sobre a construção da Estrada de Ferro, consultar Wilma Peres COSTA, Ferrovias e Trabalho Assalariado em São Paulo, UNICAMP, 1976. Para o significado simbólico da construção das estradas de ferro, ver F. FOOT HARDMAN, Trem-Fantasma: a modernidade na selva, op. cit.

(44) RELATORIO do Presidente da Provincia, 1864.

(45) RELATORIO do Chefe de Polícia, anexo ao Relatorio do Presidente da Provincia, 1873.

Os crimes aumentam com o crescimento da população. A cidade

"é residência passageira de avultado numero de trabalhadores da Estrada de Ferro, homens grosseiros" (46).

O espaço urbano, originariamente propício à sociabilidade e ao desenvolvimento da vida cívica, - na citação d'O Cabrião - local do vício e da desmesura, é certo, mas também o reconhecimento da estabilidade operado pela sintonia entre seus contrários, mediado pelo uso da palavra que circula, promissora, "nas ruas e tavernas", transforma-se numa extensão incontrolável, onde abrigam-se os párias, os excluídos e impassíveis de moralização identificados pelo Chefe de Polícia, e os outros, dóceis componentes de uma nacionalidade inexistente. A cidade está composta destes

"escravos fugidos, libertos sem profissão ou estrangeiros vagabundos, turbulentos e vadios que, perseguidos na Côrte e em outros lugares, encontram pela linha férrea facil ingresso n'esta Capital. Graças à docilidade dos Brasileiros, esses hospedes importunos vivem à sombra de uma protecção que não merecem" (47).

Aí, a grande tensão conhecida dos "homens da política" no Brasil: a ordenação dos menores elementos no todo, inspiração sociológica, sem dúvida, mas também obra de um conservadorismo amedrontado com as possibilidades de subversão das contingências da política. No intrincado escrutínio com que devassam a cidade, os comentadores indagam-se de suas próprias fontes: capazes de imaginação e devedores da utopia renovadora, remetem à história, como o tempo do progresso, a audácia da construção da modernidade, ao vir-a-ser da polí

(46) RELATORIO do Presidente da Provincia, 1864.

(47) RELATORIO da Secretaria de Policia, 1879.

tica, projetada para o futuro, remetida a uma gênese sem data (48). A-histórica no tratamento do tempo, a-política no tratamento do espaço, incoerência nos próprios termos.

São Paulo não será tomada como espaço estabilizador e organizador de relações ancoradas na virtude, a não ser quando finalmente definidas e devassadas suas personagens. As imagens da modernidade mesclam-se e compõem uma tessitura desordenada do espaço urbano.

Viciosa, porque menos propícia ao trabalho moralizador, é da convivência na cidade de indivíduos politicamente deformados que se provará o caos. Vazio da experiência de sociabilidade, ausência de virtudes cívicas, construção incompleta da ordem. Da mecânica propulsora do movimento às imagens orgânicas do corpo ordenador das partes, a cidade é o espaço inerte, desvanecido e descolorido. Será compreendida - assim como a estratégia estetizante operando com a binomia das luzes e das sombras - a partir da política e este conhecimento do político se encobrirá, tanto mais esclarecedor, de uma multiplicidade de imagens com as quais se constrói a cidade.

"Cada vez mais, nos tempos modernos, o espaço vivo e animado foi sendo substituído pela extensão inerte, abstrata, suporte das coisas. Em contraste com o tempo - rápido e cruel devorador - a imagem do espaço estável e harmonioso foi assumindo privilégio" (49).

(48) M. Alice Rezende de CARVALHO anota, em artigo sobre a república brasileira, a incapacidade de "presentificação" da política, remetida sempre ao futuro: "Projetada para o futuro e para a realização de sua dimensão tética, a República Brasileira se viu plantada num solo incerto, mutável, condenando toda a reflexão sobre o presente à experimentação do vazio, da ausência". Dados, Revista de C.Sociais, IUPERJ, v.32, nº 3, 1989, pp. 303-321; boa parte da argumentação da autora encontra-se desenvolvida na tese de M. Stella M. BRESCIANI, op. cit., já em 1976.

(49) M. Sylvia Carvalho FRANCO, "Linguagem e pensamento conservador em Aristóteles", Revista USP, n.3, set/out/nov 1989, p. 113.

Ver o outro, identificá-lo, circunscrever ao espaço. Como abrigo da incompletude da personagem urbana, descrição e visibilidade do fenômeno, a cidade é aparência de sociedade, que ela reflete. O ideal de cidade no século XIX é tomado pelo seu avesso: a caricatura (50). O conhecimento dela própria não se transforma em opinião pública, ausentes os elementos formativos da sua essência: ausente a cidadania, ausentes as virtudes cívicas, ausentes os habitantes moralizados, ausentes os indivíduos virtuosos. É pela ênfase à presença de sua negação urbana - os escravos - que a imagem de São Paulo reforça a leitura da exclusão:

"O que é certo é que os escravos assim fugidos não aparecem senão quando seus senhores os alforriam, condicionalmente, em termos impostos, e em que a vontade do libertante não entra nem em parte mínima, segundo é público, como também o é que existem nas imediações da Capital, sitios em que se homisiam os evadidos, e que por enquanto desconheço" (51).

Inversão das vontades legítimas, da virtude coletiva da lei, subtraída ao arbítrio propiciado pela cidade, cujos arredores desconhecidos - ainda que publica e notoriamente sabidos - abrigam a desordem e a impunidade dos impostores.

Exemplar é a história de um escravo, relatada pelo Chefe de Polícia:

(50) Da análise que faz Gérard DUPRAT, a partir de Platão, da cidade ideal e sua relação entre o verdadeiro e a opinião, da pertinência da "linguagem justa" para o conhecimento das cidades - sua "opinião pública", retenho sua observação a respeito da imitação, do político e do não-político neste tema: "Il faut entendre l'usage précis de ce vocabulaire dans le politique. Il y a imitation lorsque la constitution concrète affirme l'idéal à travers de bonnes lois qui témoignent de ce que l'on sait la bonne constitution; caricature, s'il y a défaut". "La résistance de la cité" in Connaissance du Politique, Paris, PUF, 1990, p. 156.

(51) RELATORIO do Presidente da Provincia, 1884.

“No dia 12 de fevereiro, o crioulo Apollinario, nos subúrbios desta Capital, matou ao africano livre Domingos. Apollinario foi escravo do Alferes Bresser, residente no Braz, que o vendeu por não podê-lo supportar, ao fazendeiro Francisco Nogueira, morador no Amparo.

Apollinario acostumado na cidade não pôde resignar-se á vida rude da lavoura, e resolveu, a todo transe, della libertar-se. O meio que pareceu-lhe mais facil e seguro foi tornar-se criminoso.

Fugiu da fazenda e apresentou-se no Braz, e quando a policia ali o procurava, matou elle, ao meio-dia, o africano na rua do Matadouro.

O réu foi logo preso, e com notavel desembaraço, confessou o crime, acrescentando que seu projecto era matar o primitivo senhor” (52).

A identificação das personagens urbanas é um dos passos decisivos no sentido de determinar a imobilização do espaço urbano como local privilegiado da intervenção pública sobre vontades individuais por vezes violentas.

A narrativa política, mobilizando a linguagem discursiva herdada do romantismo, mesclada ao positivismo impresso nas primeiras tentativas sociológicas, e ainda a apropriação do vocabulário liberal, é esta ordenação requerida pela modernidade que, vingando sobre todas as figuras da grande cidade, recupera as imagens do sublime e da melancolia para descrever a história de São Paulo. Reproduz as fantasmagorias e insiste na oposição entre as luzes e as sombras. Depois de proclamada a república, a pobreza ainda é “a sombra espessa de nossa tão aperfeiçoada civilização” (53).

Quem vê, nas sombras, depois ou junto ao poeta-profeta romântico, a tessitura da civilização?

(52) RELATORIO da Repartição de Policia, 1871.

(53) O Rebate, n. 68, 18/1/1899.

3. Pobreza e doença: os duplos do relato policial

Para os comentadores da cidade de São Paulo no século XIX - penetrar a espessura do "social", reconhecer a "algaravia das línguas desconhecidas", olhar cuidadosamente o espetáculo invertido da civilização, pressupõe localizar e decifrar os habitantes da capital, as personagens que adensavam, de maneira movimentada e perturbante, os designios da grande cidade.

Falar sobre eles, junto às imagens produzidas pela visão da cidade impôs uma narrativa preciosa, de contornos marcadamente excludentes e autoritários, sem dúvida, mas, sobretudo, produção de uma política que se afastava dos ditames éticos e religiosos para revestir-se de um caráter técnico e administrativo.

Excludente era a própria maneira como estes comentadores decifravam a cidade: a escolha de grupos, marginalizados no interior da sociedade como os "párias", os vadios, os escravos, os imigrantes mal formados no país de origem, todos convivendo no interior da cidade, minando-lhe as possibilidades virtuais de crescimento e ordenação. Para os chefes de polícia, a causa dos crimes está "na falta de educação civil e religiosa na classe menos importante da sociedade" ou "no abuso de bebidas alcoólicas, ainda muito frequente", no "crescimento da população, nem sempre composta de trabalhadores morigerados mas fazendo aumentar o número e os tipos das profissões ilícitas: a prostituição da Rua de São José, os sem domicílio, os sem ofício, o desordeiro, o jogador, o bêbado" (54).

(54) Relatórios dos Chefes de Polícia apresentados aos presidentes da Província de SP, respectivamente nos anos de 1874, 1863, 1879.

Torná-las "conhecidas" significou segregá-las, conforme indica bom número de trabalhos a respeito de São Paulo no século XIX (55), na esteira das pesquisas realizadas na Inglaterra e na França por historiadores preocupados com o processo de formação e disciplinarização das classes trabalhadoras nestes países (56).

Mas não apenas da exclusão e da segregação dos "tipos dessas classes perigosas" (57), ameaçadoras da tranquilidade pública, assimilados os vadios à pobreza e à degenerescência, se alimentará a "questão social" no Brasil.

Antes, é preciso determinar-lhe a forma, apreendida pela circulação dos homens sem trabalho, verdadeira fotografia da anomalia:

"Entre nós não ha proletarios; ha, porém, uma classe mais perigosa, a qual, dia por dia, tem notavel augmento: é a dos vadios" (58).

(55) Boris FAUSTO, "Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924)", in Crime, violência e poder, P. S. PINHEIRO (org.), SP, Brasiliense, 1983. M. Odila Leite da S. DIAS, Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX, SP, Brasiliense, 1984; Lucio KOWARICK, op. cit.; M. Alice Rezende de CARVALHO, Cidade e Fábrica: a construção do mundo do trabalho na sociedade brasileira, UNICAMP, mimeo, 1983, entre outros.

(56) No caso inglês, E.P. THOMPSON, A formação da classe operária inglesa, RJ, Paz e Terra, 1987 e G. STEDMAN-JONES, Outcast London: a study in the Relationship between Classes in Victorian Society, Peregrine Books, 1976. Para a França, o trabalho pioneiro de L. CHEVALIER, Classes laborieuses et classes dangereuses, L.G.F., 1978 e, mais tarde, a série de pesquisas organizadas por M. PERROT, algumas incluídas n' Os excluídos da história, RJ, paz e Terra, 1988; e ainda, sob diferente abordagem metodológica, a recorrência do tema em torno da revista Recherches, em especial os n.ºs. 28 e 29.

(57) RELATORIO da Secretaria de Policia da Provincia de São Paulo do ano de 1879, anexo ao Relatorio do Presidente da Provincia de 1880.

(58) RELATORIO da Repartição de Policia da Provincia de São Paulo encaminhado ao Presidente da Provincia no ano de 1871.

A denúncia do chefe de polícia, além da violência amedrontada, nos provoca uma questão: a ausência deste sujeito histórico por excelência do século XIX - o proletário - traveste-se aqui de uma figura quase lendária: o fora-da-lei. A virulência imagética da fala da autoridade repressiva precisa ser completada para que estejamos certos de conhecer este elemento perigoso. Quem são os responsáveis pelo aumento dos crimes na capital?

Há "causas de mais ampla natureza, entre as quaes, si o gráu de cultura intellectual constitue factor de grande valia, também não devem ser considerados de somenos importancia os elementos que nos deparam as qualidades ethnicas e os costumes privados, que se formam segundo a organização da familia (59).

Formação de uma virtude privada ainda incompleta às vésperas da proclamação da Republica, de dentro da organização familiar - espécie de educação intermediária do individuo, legítimo contratante das liberdades civis, experimentadas conforme sua igualdade de proprietário.

Remetida à "célula" da sociedade, a família, esta herança conservadora e romântica da sociologia, única capaz, virtualmente, de completar a formação dos "costumes privados" no interesse do bem comum. Não nos afastamos, vemos, de uma crítica às "qualidades ethnicas" formadoras da nação nem do dever moral que parece atribuir à polícia, as qualidades do diagnosticador e conhecedor do social. A familia, sacralizada entidade contra os desvarios arruinadores e violentos da sociedade moderna, é quem conduz, visto a ausência das "qualidades ethnicas", a formação de tipos humanos virtuosos.

(59) RELATORIO apresentado ao Presidente da provincia em 1887, pelo Chefe de Policia Interino (grifos meus).

E. DURKHEIM, ao diferenciar o "fato social", coletivo a ânimo, dos objetos da filosofia e dos fenômenos psicológicos, especifica também as tarefas do "homem de Estado", diferentes daquelas do sociólogo. A este cabe avaliar os resultados da concorrência e do individualismo nas sociedades modernas, desestabilizadores da propriedade e dos laços afetivos. Homens dispersos e fragmentados pela divisão do trabalho encontram na organização familiar a base de solidificação moral necessária, mas não suficiente, das organizações modernas. A sociologia, enfim, é este "órgão do organismo social"(60) capaz de fazer compreender ao indivíduo seu pertencimento ao coletivo, a partir da elaboração científica da dualidade entre a natureza humana e suas condições sociais (61).

A fala do chefe de polícia intriga pela sua virulência narrativa: a linguagem descritiva e positiva aproxima-se de uma "cientificidade" própria ao século XIX, consciente das causas a que sua missão de autoridade lhe encarrega. Um "conhecedor", em suma, um organizador das carências nacionais.

A elaboração que faz, deste relato, o presidente da Província, afasta os dados para apontar a insignificância destes delitos, frente a outros países mais populosos: a falta, a carência, nos é positiva, nos redime da "má-formação", o que nos impele à correção da lei:

(60) E. DURKHEIM, La science sociale et l'action, Paris, PUF, 1970. Ver também, nos estudos de Le Play sobre os trabalhadores europeus, a classificação tipológica das famílias e sua instabilidade enquanto "forma primitiva de organização social" nos centros modernos; para o Brasil, a obra de Alberto SALES, de formação positivista, mesclando A. COMTE e SPENCER, mereceria estudos mais detalhados sobre a "sistematização científicista" dos estudos sociais. Ver L.W. VITA, Alberto sales, Ideólogo da República, SP, Cia. Editora Nacional, 1965.

(61) Veja-se a observação de M. Sylvia Carvalho FRANCO a respeito desta longa tra
(Continua...)

"Nota-se, quando muito, nas cidades mais populosas, para onde affluem de preferencia aquelles indivduos que não se destinam aos arduos labores do campo, insignificante augmento de delictos de caracter policial, os quaes, de ordinario, nos paizes de população mais ou menos densa, são sujeitos á acção de tribunaes e juizes correcionaes" (62).

A narrativa ultrapassa o diagnóstico, quando se trata de administrar a cidade. Reconhecendo os números e as estatísticas, mas sobretudo desolado com o "doloroso espetáculo" a que seu olhar não se habitua, o vereador adianta os estudos sobre o "estado social" e propõe a institucionalização do tratamento à pobreza:

"Sendo como é de grande necessidade publica a criação nesta Capital de um estabelecimento destinado a receber a pobreza desvalida que encontrando ahi todos os socorros necessarios á vida, deixa de prestar o triste e doloroso espetaculo de exhibir a prova de seo completo abandono, esmolando pelas ruas a caridade publica por não poder trabalhar, abandono esse tanto digno de lastima quanto é certo que também muito depoem contra os creditos de uma cidade civilizada como é esta capital" (63).

É curioso como uma certa estilização da linguagem não está afastada dos pareceres técnicos e administrativos. O "conhecimento" do social operado pela política alimenta e refaz o percurso narrati

(... continuação da nota 61)

dição no pensamento brasileiro: "a sociologia herdeira do Romantismo, teve os seus rumos inclinados para a opposição sistemática entre a comunidade harmoniosa, consubstancial ao espaço e organicamente íntegra, e a sociedade, fragmentada por contradições insolúveis, sujeita à destruição. Não será preciso insistir no quanto essa ideologia conservadora sustentou as representações - e sustenta ainda hoje - sobre a sociedade brasileira", "Linguagem e pensamento conservador em Aristóteles" in Revista USP, nº 3, set/out/nov 1989.

(62) RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Provincia, em 17 de janeiro de 1887.

(63) ATAS da Camara da Cidade, proposta apresentada pelo Sr. Portilho, vereador, na sessão de 20 de novembro de 1874.

vo e imagético da cidade de São Paulo no século XIX. Ao "legendar" as imagens paralisadas da cidade, movimentá-lhes o contorno, produzindo, por efeito, uma linguagem também instauradora da ordem, ou ao menos, pelo avesso, da denúncia da desordem (64).

A metáfora privilegiada será a da doença, do organismo viciado que, insidioso, se imiscui e penetra o corpo, a totalidade concebida como designação do social. Será preciso descobrir-lhe as partes, os menores elementos, portadores do mal e, numa perfeita e violenta cirurgia, extirpar-lhe o vírus (65). Daí que os párias não se serão apenas os excluídos mas, numa "dialética da inclusão / separação" (66), todos aqueles a quem se dirige uma "ortopedia do social" notá vel pela sua extensão. Não é dos técnicos, engenheiros, estatísticos, sociólogos, a função constrangedora mas, antes, dos políticos e da polícia - seu duplo - ao fazerem do perscrutínio dos habitantes, a tipologia organicista da cidade. Ao classificarem no "tipo das classes perigosas" os vadios e os gatunos, por exemplo, é uma espécie de moralidade repressiva que ordenam, de dentro da lei, numa clara vertente liberal, se não fazemos do liberalismo uma pura e abstrata teo

(64) Muito mais complexas são as relações entre imagem e linguagem. Anoto, apenas, sua aproximação estratégica quando do reconhecimento da cidade de São Paulo no século XIX. Algumas pistas neste sentido pude aproveitar da leitura de G. DIDI-HUBERMAN, Devant l'image (question posée aux fins d'une histoire de l'art), Paris, Les éditions de Minuit, 1990. Conforme sua introdução, o discurso proclamado como um saber sobre a arte apóia-se no desejo de transcender o visível, na impressão de que temos diante de nossos olhos, algo "escondido" por detrás da obra. Isto faz uma ciência, "une science fondée en dernier recours sur la certitude que la représentation fonctionne unitairement, qu'elle est un miroir exact ou une vitre transparente, et qu'au niveau immédiat ("naturel") ou bien transcendantal ("symbolique") elle aura su traduire tous les concepts en images, toutes les images en concepts. Qu'enfin tout colle parfaitement et tout coïncide dans le discours du savoir. Poser son regard sur une image de l'art devient alors savoir dénommer tout ce qu'on voit - en fait: tout ce qu'on lit dans le visible", p. 11.

(65) Susan SONTAG, A doença como metáfora, RJ, Graal, 1984.

(66) A expressão é de Klaus DÖRNER, Ciudadanos y Locos, Madrid, Taurus, 1974.

ria econômica (67).

Contra eles, os vadios, a autoridade deve

"encontrar na própria lei os meios energicos de que carece para garantir a sociedade contra esta lepra moral, que mais e mais a infesta" (68).

Subtraída à natureza, a História deverá comportar o anúncio da reforma operada nos corpos individuais como ramo necessário da intervenção sobre a cidade. Ainda uma vez, estranhamente, a fala política, sobrepõe-se ao discurso técnico, alicerçada nas representações provocadas - e produzidas - pelas imagens corrosivas das grandes cidades. Identificados os tipos humanos, é da presença da natureza na história que se interrogam os administradores da cidade. Espécie de selvageria, permanência da mesma barbárie entrevista também como presença insidiosa do arcaico, eis o diagnóstico que prevê a profilaxia e a inclusão da figura - ainda anônima - do anti-trabalhador, nomeada e vasculhada como perigosa (69).

O trabalho é "a vida e origem infallível de toda a evolução moral" (70), nos diz o periódico. Mas, dentro ou fora do trabalho - princípio ordenador e civilizatório - homens vivendo sob a sujeição da pobreza, e seu derivativo "natural", a doença, precisam ser incluídos pela profilaxia médica, esta vertente do conhecimento social. Estranha, repito, manifestação da natureza na civilização: ao abordar a chamada "questão social" no Brasil, os responsáveis pela

(67) P. BENICHO, Le temps des prophètes (doctrines de l'âge romantique), Paris, Gallimard, 1977.

(68) RELATORIO apresentado ao Presidente da Provincia em 1887, pelo Chefe de Policia Interino.

(69) "ce vagabond, développement 'naturel' et fatal de l'enfant trouvé, du braconnier, du clochard, du déserteur, de la prostituée, est alors un type idéal, médical et social", Jean Claude BEAUNE, "Images du mauvais pauvre" in Les sauvages dans la cité, Ed. du Champ Vallon, 1985.

(70) A Questão Social, nº 11, 15/2/1896.

política administrativa da cidade debruçam-se sobre a doença, a inequívoca imagem da pobreza. Tomadas, ambas, doença e pobreza, como os vírus que atingem o corpo social, minando-o em sua força constitutiva, é justamente das metáforas médicas que se apropria a descrição dos habitantes da cidade:

"Os morpheticos deixam apodrecer o corpo pela le
pra e o espirito pela depravação" (71).

As epidemias de varíola, maiores no ano de 1873 e as de cho
lera-morbus, de 1884 e estendidas durante a década de 90, provocavam rigorosas medidas de saneamento na cidade. Instituídas as comissões sanitárias em 1876 (e mantidas até 1882), organizava-se a cidade pa
ra o tratamento dos doentes, em contrapartida aos alojamentos provisó
rios e "enfermarias" particulares, verdadeiros focos de contágio e de proliferação da doença:

"São pequenas casas em ruas estreitas, mal ventila
das e sem pessoal habilitado, eis o que represen
tão essas enfermarias, grandes celleiros da morte"
(72).

As causas das epidemias eram localizadas seja no insuficien
te tratamento e canalização da água, como demonstra o parecer da câ
mara municipal:

"por ocasião do apparecimento de febres de máo ca
racter no bairro de Sta. Ephigenia e determinação da Repartição de Hygiene sobre entupimento de to
dos os poços allí existentes..." (73),

(71) RELATORIO apresentado ao Presidente da Provincia pelo Chefe de Policia, no ano de 1874.

(72) Idem, ibidem.

(73) RELATORIO do Presidente da Provincia do ano de 1863.

seja no contágio operado pelo aumento da corrente imigratória, obrigando a um "rigoroso cordão sanitário" na Hospedaria dos Imigrantes.

A aglomeração, a inexistência de instalações adequadas, provocadas pelo crescimento da cidade, eram denunciadas como as causas fundamentais das doenças:

"O crescimento da cidade, cuja população aumenta excedendo as previsões, e a corrente imigratoria que cada dia mais se avoluma, e as dificuldades da vida pela carestia dos generos e preços dos alugueis dos prédios, têm influido para que nesta capital se tenham desenvolvido de modo assustador os cortiços, habitações ocupadas em geral, pela classe proletaria (...) com mais de cem pessoas que ahi habitam na mais repulsiva promiscuidade, e com o desprezo completo dos cuidados hygienicos"(74).

A década de 60 propõe as ocupações dos terrenos paludosos para que se evitem as inundações e exalações de miasmas, sobretudo na Varzea do Carmo, "aformoseada" por fim pelo governo João Teodoro em 1875. A de 70, investe nas construções e limpeza das ruas. Mas as duas últimas décadas do século XIX em São Paulo são fartas de denúncias localizadas por bairros de ocupação popular. Transferir o matadouro municipal (na Vila Mariana), ocupar o centro de maneira ordenada, reconstruir o mercado municipal redimensionando seu uso, estabelecendo as regras de controle dos gêneros alimentícios, evitar e proibir a venda destes mesmos gêneros nas "casinhas", ou nas pontes, trazidos por tropeiros vindos de Santo Amaro ou de Pinheiros, fornecer água tratada, são medidas reiteradas da administração da cidade.

(74) RELATORIO apresentado pelo intendente da policia e higiene (depositos municipais, cortiços), 1896.

Exemplo é a proposta da câmara,

"que sendo de necessidade publica um chafariz de tres torneiras no largo do Rozario, como é reclama do pelos moradores daquela circumferencia, que muito se recentem da falta de agoa potavel para as necessidades da vida; indica que com preferencia a qualquer outro melhoramento do Municipio, esta Ca^mara satisfaça aquella urgente necessidade..."(75)

E o expediente do mesmo ano, exigindo a execução da postura municipal:

oficio do "eng^o Henrique Luiz de Azevedo Marques, fazendo sentir a necessidade de um zelador no cha^fariz Sete de Setembro por ter pessoas mal inten^cionadas e vadias deixando abertas as torneiras do dito chafariz em diversas noites" (76).

No entanto, é o Braz, na última década do século XIX, bair^ro populoso de imigrantes, quem concentra a atenção da imprensa:

"Il Braz!... Il Braz! È piu troppo vero questo gri^do, nai quartieri piú immondo, piú infette de ques^to, credo non esiste in tutto San Paolo. Aglomera^zione di tutte le infezioni, per mancanza di scoli d'acqua e fognature regolari, in tempo di pioggia, é ridotto un vero pantano, nei giorni di siccità, il polverio accieca e infetta le abitazione, quan^do queste non siano, como lo sono per la maggiore parte, vere cloache di sudiciume e immondizie. Assenza di pozzì neri viabili, alti si dicasi per gli scoli. E dire che la commissione d'igiene li^cenzió a suoi subalterni perché superfluo il nume^ro" (77).

(75) ATAS da camara da Cidade, proposta da sessão de 5/6/1874.

(76) ATAS da Camara da Cidade, expediente da sessão de 31/12/1874.

(77) Il Risveglio, 31/7/1898.

A crítica e a denúncia do jornal de 1898, reconhecidas como verdadeiras, um ano depois são consideradas resolvidas, pelo "belo aspecto" que apresenta o bairro:

"Não há muito que a maior parte de suas numerosas ruas, jaziam num estado deplorável, desprovidas inteiramente de calçamento, tornando-se na estação chuvosa quasi que intransitáveis, entremeiadas de enormes buracos, onde as águas permaneciam stagnadas até que o tempo os fizesse desaparecer, tornando um foco de terríveis molestias, devido às suas empestadas exalações; hoje, porém, que um distinto e illustrado vereador (...) ousou lançar um olhar de commiseração para este tão desprezado arrabalde, temos immenso prazer em contemplar o seu bello aspecto, com quasi todas as ruas calçadas e extirpadas muitas immundicies que por aqui existiam" (78).

A doença exigia o isolamento conforme prescrição da medicina moderna. A segregação dos doentes para evitar o contágio obedecia a critérios específicos da saúde pública no século XIX. Uma certa ritualização concernente às vítimas da doença protegia, separando-os, aos seus (79). O discurso que normatizava a conduta da administração pública, ao retirar do âmbito doméstico e privado o tratamento dos doentes, impunha um novo traçado e uma nova circulação à cidade ao mesmo tempo em que definia um rol de especialistas encarregados da prevenção e da cura.

"... as condições de completo isolamento indispensavel para obter-se o fim a que se destinão os lazaretos (...) Se pois o lazareto fosse collocado de modo que os corpos das victimas da variola tivesse de percorrer centros populosos para irem ao

(78) Folha do Braz, nº 84, 13/10/1899.

(79) A respeito do discurso teórico consagrado aos sentidos da percepção e do sistema de imagens correspondentes, nos séculos XVIII e XIX, consultar Alain CORBIN, Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX, SP, Cia. das Letras, 1987.

Cemiterio, não se conseguiria o fim a que o estabelecimento se destina, qual a extinção do mal pela segregação tanto das pessoas affectadas como dos corpos impregnados do virus" (80).

Corpos e pessoas: duas entidades passíveis de regulamentação. Tomadas isoladamente, constituem um campo de conhecimento sobre o qual debruçam-se médicos e administradores. Mais do que profilaxia dos centros urbanos, a higiene pública pauta-se por uma fala política norteada pelo tema da civilidade e da cidadania:

"A hygiene publica n'esta Provincia, senhores, está muito longe de attingir á altura a que tem direito a saúde do povo. Este importantissimo ramo do serviço, que tantas ligações tem com os principios preponderantes da sciencia moderna, de novissima physiologia, essencialmente sob o ponto de vista etimologico e pathogenico das molestias, ainda merece toda attenção pelas suas correlações e adherencias sociaes, porque é sua missão encarregar-se da grandeza physica e moral no movimento civilizador dos povos, está muito distanciado de seu verdadeiro desideratum". Há "afrouxamento, em grande parte, na execução do que lhe é commettido, ainda mais enfraquecido pela falta dos meios coercitivos, para nivelar, no cumprimento de seus deveres, a todos os cidadãos" (81).

Se a descrição de São Paulo no século XIX articula-se em torno de imagens da cidade sugeridas em grande parte pela literatura e pelos viajantes de passagem, é justamente através de uma narrativa política organizada simultaneamente que se institui sua historicidade.

(80) ATAS da Camara da Cidade, sessão de 14/3/1878 (grifos meus).

(81) RELATORIO com que o presidente da Provincia de São Paulo passou a administração ao 1º Vice-Presidente, em 18 de maio de 1885 (grifos meus).

O poder das imagens, ao provocar um mosaico sugestivo da cidade, um certo movimento que vai do sombrio ao iluminado, é sobreposto por uma organização do que é visível, do que é aparente, aludindo, sempre, ao fragmento. O sentido - uma compreensão ordenada deste movimento -, ao contrário das "primeiras impressões", não é conferido pelo olhar, que "discorre" de uma ponta a outra das fotografias.

Ao contrário, há uma narrativa que se desprende da história da cidade. É envolvida pelas conceitualizações da política, por uma determinada maneira de conduzir os diversos fragmentos da vida urbana que não prescinde e é simultânea à produção das imagens.

Duplamente simultânea: primeiro, ao contextualizar o "nascimento" da cidade, ou sua descrição, os produtores das palavras-chave da política do século XIX reafirmam, neste movimento, as imagens e as representações da grande cidade; segundo, são estas imagens que conferem verossimilhança também ao discurso político, ao fazer delas o material privilegiado sobre o qual organiza sua fala.

Mas, aqui, ainda, uma diferenciação. Esta narrativa política da cidade desdobra-se ao longo do século XIX e, ao fazê-lo, sugere uma dupla temporalidade às imagens: pertence ao tema da construção da cidadania e, neste caminho, faz uso de uma linguagem grandiloquente, emblemática e inaugural. Concebida eticamente, a política é a capacidade de introduzir a história no tempo da profecia e, assim, introduz-nos na modernidade, num jogo obscurecido pelas imagens da inclusão/exclusão. Que também sendo a recorrência das práticas administrativas no tratamento conferido à cidade, investe, pela constituição da "questão social" entendida como o combate à pobreza, e sua naturalização na doença, na formação de um objeto passível de esquadrinhamento. Neste caso, o vocabulário "técnico-científico" da poli

tica se acentua conferindo estatuto administrativo à história. Se dirigirá ao tempo-presente, ao aqui-e-agora da cidade. Constituirá seu objeto ao mesmo tempo em que definirá as normas de funcionamento da administração. Os "historiadores" são as mesmas autoridades que, ao falarem sobre a cidade, reconduzem a política - e a história - para o tempo do progresso.

Fazem uso da cronologia, no domínio do tempo e da natureza, referendam as datas. Para melhor contar a origem, o nascimento, o novo. Profecias dirigidas a um tempo da ficção que elabora o presente fazendo recurso à história passada.

Fala figurada, fantasmagoria da forma, produção da história que se aproxima de uma narração sublime do tempo. Mimetismo - do pictórico ao vocabular - que vasculha o ideal de cidade definindo um processo inclusivo/exclusivo de dentro dela mesma.

Para o século XIX, creio, tratar o tema da cidadania significou reconhecer as personagens da cidade - e defini-los - como as aproximações do sujeito histórico ao seu contexto. A cidade - experiência cívica, pólis ou civitas - é esta espécie de historicização original dos dois temas, que constitui o espaço privilegiado sobre o qual se organizam, simultaneamente, imagens dúplices e uma língua gem identificadora para a política.

VI

CIDADANIA PARA HOMENS POBRES

1. Uma pedagogia para homens simples

Há uma determinada maneira de representar a pobreza durante o século XIX. Uma maneira estética de designar os párias, os excluídos, os habitantes-ausentes da cidade. Uma representação que, ao mesmo tempo, conceitua - localizando a origem - e personifica a figura do pobre que ronda, sem espaço próprio, em sua condição de deserdado.

Uma maneira específica da escrita literária: a adjetivação excessiva forma, ao longo do texto, um arrazoado que é mesmo pitórico. Como não lembrar, no realismo de Zola, o tom vibrante com que descreve as habitações, as minas e a vila operária? Ou no romântico Victor HUGO de Os miseráveis o fascínio com que lemos e "vive mos" uma existência pelos subterrâneos de Paris? Ou em DICKENS, as aventuras da descoberta da infância na cidade inglesa?

A descrição é abusiva de informações que patenteiam a trama e constróem a personagem: o sujeito da poesia é nomeado, vasculhado, na origem, no tempo presente mas, sobretudo, na designação profética e apocalíptica do destino do pária. Imagens do errante, condenado e submetido às parcas possibilidades determinadas pela origem e pelo meio. O peso atribuído à experiência social do homem pobre é tão infimo que não o retira da condição imposta pela "natureza", submetido aos ciclos e à rusticidade.

Em São Paulo, é publicada uma poesia, na esteira de muitas outras chegadas de (ou via) Portugal, que nos dá mostra deste misto de violência e singeleza moral com que o tema foi tratado:

"Quando o vejo passar, quando vem vindo,
de jaqueta de brim, rôtos sapatos,
pelo chão das viellas... sujo e lindo!
de olhares petulantes... timoratos;

quando o vejo entre carros, n'uma praça,
os calções n'um farrapo,
atirar pedras sobre um cão que passa,
já atrevido e cruel, já ousado e guapo

quando o vejo a brincar pelas esquinas,
flôr sorrindo entre abrolhos
e penso que tem mãe nas officinas,
tem ermo o lar, o pae geme em ferrolho;

sinto uma angústia tal, por amor delle,
que digo: Neste mundo,
que esperas tu, que vaes perdido e imbelle,
sem apoio e sem guia, vagabundo?

garrulo rouxinol do ermo tugurio,
que serás aos 20 annos?

Vil, malandro, ladrão? (Que triste augurio!)

Herôe nos prelios do labor, insanos?

Trarás a honesta blusa do operario,
ou do forçado a blusa?

Hei de rever-te, no futuro vario,
no trabalho? no carcel? alma illusa!

Tambem no lucto eu chóro. Negra sina
fez-me a flor entre espinhos... Eu tambem
Vi minha mãe na faina da officina,
Soffri, chorei na dôr... quero-te bem!" (1)

O sentimento elevado que se desprende da descrição da personagem desta poesia está na sua própria história. Há uma localização claramente marcada pelo espaço da rua: "entre carros", "numa praça", "viellas", "esquina". A oposição a eles está no recolhimento ao doméstico, inexistente para o garoto: o "lar ermo". Assim como se descreve a indumentária da pobreza - "jaqueta de brim", "rôtos sapatos", "calções num farrapo" - também sua fisionomia: "sujo e lindo",

(1) Ada NEGRI, "O garoto das ruas", publicado no Almanaco Socialista del 1902, SP, Estabelecimento Graphico a vapor Riedel & Lemmi, 1902.

"olhares petulantes e timoratos", "atrevido e cruel", "ousado e guapo". Conta-nos a sua origem - a mãe na oficina, o pai na prisão - para adiantar-nos e justificar seu estado: perdido e vagabundo. Falta-lhe sobretudo agilidade, neste andar a esmo pela cidade que não o acolhe: débil e frágil, vai "imbele", sem abrigo.

Mas, ainda não foi provocada no leitor a identificação com uma infância sem guia. Apenas nas 6ª e 7ª estrofes conhecemos o tempo que é objeto da poesia: "que serás aos 20 annos?". Nestas nos é adiantado seu futuro - que já sabemos "triste": vil, malandro, herói. No trabalho ou na prisão, tanto faz, avessos espelhados da mesma história, sombria, "illusa". Para enfim, na 8ª e última estrofe produzir-se (no último verso, na 1ª pessoa do singular) o narrador/poeta: uma identificação abalizada pelo sentimento - "quero-te bem".

Há uma personagem fictícia no poema, representativa da personagem social. Mas o poeta é revelado nesta última estrofe como o sujeito que organiza a leitura. E é desta passagem que se adivinha a construção nobre e soberba do seu objeto. Não é o outro quem procuro reconhecer, mas também eu, identificados ambos pelo luto, pela sina, pela dor. A personagem-título é de grande perfeição moral, atribuída pelo poeta à sua história. Representação sublime da pobreza, isto é, inversão de todas as ausências: onde lhe falta brilho, se sobrepõe a majestade (petulante, lindo e guapo); onde a repetição, um certo encantamento (ousado, atrevido); onde a errância, um quê de extraordinário (flor entre abrolhos, cruel, timorato).

Tratar de maneira sublime a pobreza, permite constituir uma identidade de dentro da própria experiência do social, e mais especificamente de dentro da vivência do espaço de trabalho definida como monstruosa e aproximada à loucura ou à doença. Algum tempo depois da publicação desta poesia, uma outra descrição da pobreza - par

ticularizada, desta vez, no edificio da fábrica - enfatiza sua fisiono
mia amedrontadora e cruel:

"Era l'ora dell'uscita degli operai ed io me trov
vavo davanti alla porta di uno dei tanti ergasto
li della città bassa.

L'edificio, colle sue dimenzione mostruose cogli
enormi fumannoli che vomitavano dense nuvole di
fumo nero, era lá davanti ai miei occhi ed io cred
dero di vederne uscire degli uomini forti, robu
sti, anneriti e stanchi dalla fatica é vero, ma dai
muscoli prominenti che denotano lo sforzo fatto
nella produzione delle ricchezze sociali. Quale de
silusione però! Dal canallo spalancato a due batte
nti usciva invece un exercito, una infinitá di fanc
ciulli. Erano bambine pallide, d'una pallidezza
terrificante, co gli occhi infossati nelle orbi
te, sporche, con io capelli carichi di una polvere
bianca; erano teneri fanciulletti dalle membra
scarne, dall'occhio affiacchito, inebetiti da uno
stato di vita assassine. Sulle labra di questo
bimbi era un sorriso che pareva un ghigno di scherb
bo e correvano, correvano per aver tempo di ingiar
re, seduti sulla soglia di qualche porta, il mag
gro cibo chi avevano portato fin dalla mattina
involto nel piccolo fazzoletto... Tra mezz'ora
sorebbero rientrati a testa bassa, a passo lento
in quell'edificio mostruoso che s'incaricava di
corrodere poco a poco le loro adolescenti personc
ine" (2).

Poucas foram as vezes na imprensa deste período com que se
descreveu, com tanta firmeza das tintas, o espetáculo da pobreza. Imag
ens de tanta eloquência que traduziram a denúncia em obra pictóric
a, virulência na forma e na escolha das adjectivações. O trabalho,
elemento que aglutina a formação da identidade, igualizadas as difer
renças, é desmontado pela violência do seu contrário: a fábrica, edif
ficio monstruoso de onde surge, como fantasmas, um exército de criana

(2) "In giro per San Paolo", A Lucta Proletaria, 28/3/1908.

ças desfiguradas. Exemplar a construção do texto: a fábrica metamorfoseada em humanidade, viva e ritmada pelo movimento da chaminé, capaz de iludir o observador ao apresentar à sua experiência visual a outra face, animalizada e bruta do artifício. A palidez de fisionomias indiscerníveis, sombras que repetem um único movimento, a entrada e a saída da fábrica, denuncia, na imagem, o principal elemento da identificação: a doença, lenta e paulatinamente insidiosa no organismo de cada figura do quadro, representadas como "pigmeus fantoches" do mecanismo fabril (3). A inversão se completa personificando o monstro, sujeito portador de vontade e poder, objeto particularizado da descrição da cidade.

No fim do século XIX, Guerra JUNQUEIRO, ao propor a "exegese do povo", insiste na representação sublime e elevada dos "simples", submetidos aos designios da natureza e excluídos da civilização. Novamente, o tema privilegiado é o da doença, secreta penetração do natural em corpos desprovidos de existência social:

"Tossi, tossi, pulmões desfeitos,
Em vielas lóbregas sem ar!
Nos dormitórios faltam leitos...
Tossi, pulmões, nos magros peitos,
Tossi, que a Morte quer jantar!
(...)
Lepras e cancros dissolventes,
Apodrecei nos tremedaes...
Apodrecei, rangendo os dentes,
Medonhos monstros pestilentos,
Latrinas d'almas imortaes!" (4)

(3) A expressão é de outro artigo da imprensa datado de 1922, e também referido ao trabalho infantil: "De todas as ruas dos bairros onde existam fábricas, surgem bandos de crianças sizudas, circumspectas, como se nessa idade o peso das responsabilidades lhes arcassem aos ombros, sem essa garrulice trivial dos collegiaes ricos, - pygmeus fantoches desafiando com pasmosa heroicidade as garras aduncas da sociedade actual" O Trabalhador Graphico, nº 10, nov.1922.

(4) Guerra JUNQUEIRO, "Fallam os hospitaes", Os simples, Lisboa, Typographia Moderna-Minerva, 1893.

Mórbida descrição, lúgubre resultado da estética do sublime. O material poético pretende possuir majestade e nobreza nesta metáfora do social: organismos dissolvidos de dentro de sua própria formação, material oferecido divinamente à natureza, esquálidas fantasmagorias pervertidas em sua função. A pobreza é a produção de uma raça, desfeitas e desfiguradas suas formas humanas, reduzidas por um artifício perverso em ruínas da civilização (5). Daí, se opera uma outra identificação: a imagem do outro, do desigual, focalizada a partir de um prisma nivelador. A diferença dilui-se quando a pobreza é descoberta como singela existência dos "simples", na denúncia das condições desumanas de sua experiência histórica, na revelação de uma fisionomia e de uma profecia que pertence também ao sujeito da narração.

O mesmo Guerra JUNQUEIRO, em nota a uma sua peça teatral de 1892 anuncia sua arte como fruto de novas emoções:

"Quiz mentalmente viver a vida singela e primitiva de boas e santas criaturas, de vícios e de crimes, de fomes, de tormentos, de queixume para o destino"

É deste material "militante" - jornais, panfletos e poemas - que se identifica a existência social, num sistema organizado a partir da elaboração de um sujeito da história que é o objeto de poesia. Desaparece a personagem - "boas e santas criaturas" - para surgir o poeta, capaz de mimetizar a experiência da história. A condição de existência social - metaforizada pela doença - se transforma em naturalização violenta e terrível da vida.

(5) Ver o texto de L. MURARD e P. ZYLBERMAN, "Le petit travailleur infatigable: villes-usines, habitat et intimités au XIX^e siècle", Recherches, nº 28, Paris, 1976, 2^e édition.

"Fallam possilgas de operarios"

Alcool! Veneno que conforta,
 Monstro satanico e sublime!...
 Beber! beber... e a magoa é morta!
 Quem é que espreita á nossa porta?
 - O crime!

Doze annos já, e semínua!
 A mãe, que é d'ella?... o pae no officio...
 Corpo em botão, d'aurora e lua!
 Quem canta além n'aquella rua?
 - O vicio!

A fome e o frio, a dôr e a usura,
 O vicio e o crime... ignobil sorte!
 Oh vida negra! Oh vida dura!
 Deus! Quem consola a Desventura,
 - A morte!

Trata-se de um processo em que a capacidade de imitar a vida opera pelos parâmetros dos sinais exteriores capazes de identificar os semelhantes e excluir o desigual, a partir de uma mistura entre o sublime e o trágico que localiza personagens comuns da vida cotidiana como fontes da elaboração e da representação estética (6).

Não há, nos textos que citei, nenhum tratamento psicológico das personagens. Ao contrário, trata-se de retirá-las do domínio exclusivo do individual para enfeixá-las em uma existência social em pobrecida, violenta e desumanizada. Naturalmente, não é de um estilo propriamente literário que falo, ao tratar destes textos. Mas não deixam de representar uma concepção estética da pobreza, útil para a compreensão dos limites expostos pela história ao exercício da política.

(6) Ver em E. AUERBACH, op. cit., especialmente o capítulo "A ceia interrompida" apontando para a construção de formas estilísticas diferenciadas, modeladoras de uma ordem social e de uma técnica propagandística que perdurou até o século XIX.

. "A vigilância da polícia e a ação moralisadora do trabalho adoção dos costumes"

Há um tema sobre o qual, escritores e autoridades se debruçam com desenvoltura, ao localizarem os habitantes na cidade. Aí aparecem, nomeadas, as personagens de um relato marcadamente histórico: a categoria trabalho é a unidade temática que envolve os comentadores - uma compreensão empírica e um registro catalográfico de como vivem os moradores de São Paulo.

Em 1882, há ofícios e ocupações variadas: "médicos, sacerdotes, arquitetos, capitalistas, negociantes, músicos, pedreiros, sapateiros, alfaiates, latoeiros, jornaleiros e comerciantes ambulantes de flores, frutas, hortaliças, peixe fresco, camarões" (7).

Nos jornais, descrevem-se o trabalho fabril, o trabalho doméstico, as condições das oficinas, as amas-de-leite, os excluídos das "categorias profissionais", o inventariamento destas profissões, a vida nos cortiços (8).

São os jornais operários, justamente ao denunciarem as condições de trabalho nas oficinas, ao exigirem a contratação de "oficiais" para o trabalho especializado, ao apontarem os excluídos dos órgãos de ofício, que indicam, nomeadamente, os habitantes da cidade.

Criticam "a facilidade com que eram admittidos aprendizes

(7) Firmo de Albuquerque DINIZ (JUNIUS), op. cit.

(8) O inventário dos ofícios praticados na cidade de São Paulo é mais facilmente localizável no início do século XX, através dos jornais operários: trabalhadores gráficos, chapeleiros, trabalhadores em madeira, pedreiros, sapateiros, operários, pintores, costureiras de carregação, tiradores de areia, tecelões, metalúrgicos e ladrilheiros. FONTE: O Trabalhador Grafico (1905) e Lucta proletaria (1908).

em prejuízo dos officiaes e da arte" (9); nomeiam os furagreves:

"Apontamos ainda ao desprezo do publico os seguintes Krumiros e intrigantes: Ferruccio Soncini, Joaquim Augusto, João Baun, Carlos Edlinger, vulgo Borrachão, Benedicto Torres dos Santos, vulgo Caçapava, Gino de Toma e Julio Bellini" (10),

o que permite supor o contato estreito entre os trabalhadores do mesmo officio na cidade e adivinhar uma possível querela entre diferentes nacionalidades.

Os jornais partilham da concepção positiva do trabalho útil e produtivo, quando denunciam as condições em que se efetuam as contratações e o regime de trabalho:

"Atualmente tambem poderíamos trabalhar menos se não houvesse tanta gente que se ocupa em trabalhos inúteis: soldados, vendedores de bilhetes de loteria e tantos mais. Esta gente podia muito bem dedicar-se a um trabalho util à sociedade, indo trabalhar na officina: assim podia-se alcançar uma maior diminuição de horas de trabalho" (11).

No mesmo jornal, é a desumanização dos officios que assinalam, a incrível inversão a que estão submetidos os trabalhadores em brutecidos no exercício - fisicamente insuportavel - da profissão:

"os fabricantes de tijolos: esta classe de operários é, talvez a mais infeliz sob todos os aspectos. Quem assiste em uma olaria à fabricação de tijolos não pode deixar de perguntar a si mesmo

(9) O Trabalhador Graphico (organ da união dos trabalhadores graphicos), nº4, 14/4/1905 (sobre a greve no Fanfulla).

(10) idem, nº 3, 16/2/1905.

(11) A Lucta Proletaria, 25/1/1908.

se é possível resistir a um trabalho tão anti-higiênico, tão pesado como este. Submergidos na lama até a cintura, humidados de suor, sujos de barro até os cabelos, seria difícil reconhecer nesses operários os semblantes humanos, de tal modo são eles embrutecidos pelo trabalho a que se dedicam" (12).

Há uma descrição acentuadamente fisionômica dos trabalhadores. Uma leitura da aparência do homem submetido ao trabalho capaz de revelar sua condição desigual, marcada pelo embrutecimento, pela palidez, pela debilidade (13).

É esta categoria do trabalho - como forma de "ajuizar" o político - que parece imprimir autenticidade à maneira de organizar a compreensão do mundo social. Ou mais: é ela quem permite localizar a má-formação das "classes pobres brasileiras".

"Com relação às classes pobres brasileiras, o velho ditado de que orgulho e pobreza são primos-irmãos é demasiadamente verdadeira, pois que a descer a certas ocupações laboriosas e manuais, eles preferem mendigar, emprestar ou viver na privação e na sujeira" (14).

(12) Idem, 2/2/1908.

(13) A respeito da fisionomia e do estudo dos semblantes, consultar Claudine HARO CHE e J. Jacques COURTINE, "O homem desfigurado - semiologia e antropologia política da expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX" in Revista Brasileira de História, vol. 7, nº 13, SP, ANPUH/Marco Zero, set. 1986/fev. 1987, pp. 7-32: "quando se constitui do século XVII ao século XIX, a identidade do homem moderno, a observação de sua aparência é penetrada, por um lado, pelo projeto de uma história política e social - onde o corpo do soberano distingue-se pela aparência da massa dos corpos comuns, onde na comunidade dos rostos, as distâncias, as hierarquias, as aproximações e as evitações sociais vêm distinguir-se - e, por outro lado, pelo projeto de uma história natural - que observa e detalha a fisionomia e se esforça para decifrar, sob os sinais, as marcas, os traços, os sintomas que aí se inscrevem, paixões, caracteres, emoções, formações psíquicas" (p. 17).

(14) W. SCULLY, citado in Lucio KOWARICK, op. cit.

Tornado positivo pelo seu avesso - o anti-trabalho - os homens pobres vinculam-se à esfera ética através do exercício de uma atividade que lhes confira a dignidade própria aos homens de ação laboriosa. Não será preciso distinguir entre imigrantes e ex-escravos ao se tratar das origens e causas dos crimes cometidos na capital: estão, ambos, pervertendo a ordem da liberdade adquirida no e pelo trabalho. O aumento da população, o crescimento da cidade, se é motivo de inquietação para as autoridades, não é o ancoramento fundamental das causas dos crimes. Está, antes, na ausência, para uns e para outros, de uma esfera particularmente formativa da completude do indivíduo, o "trabalho honesto":

"os imigrantes, em parte, ainda que diminutos nos primeiros tempos de sua chegada, antes de tomarem uma ocupação qualquer - honesta, empregam-se ordinariamente no exercício de profissões reprovadas ou ilícitas. Os escravos manumittidos, para melhor gozo de sua liberdade, entregam-se, em geral, á verdadeira ociosidade, de sorte que mui raros são os que, no seu trabalho honesto, procuram meios para sua subsistencia" (15).

É sobre o homem pobre tomado individualmente, porém referido a um conjunto de constrações que os liga ao mundo social, tornando-os partes constitutivas do todo, que se debruçam as sugestões das autoridades, seja nas práticas de combate ao crime, na formulação dos pareceres sobre a instrução pública, na criação de instituições destinadas a atender aos menores desvalidos, nas considerações sobre o

(15) Relatorio do Presidente da Provincia, 1884. Em 1881, o relatório do presidente da Provincia sobre a instrução pública sugere transformar o Instituto de Educandos Artífices em escola agrícola ou colônia orfanológica. Em 1882, o vice-presidente da Provincia reitera o princípio da reclusão e da vigilância para este instituto: "é o curso (música) mais frequentado e que maior atenção tem merecido. A emulação que recebem os educandos da banda marcial pela concorrência a certos lugares publicos não influe pouco, mas esta vantagem podia ser obtida sem offensa da disciplina, que não póde ser rigorosa com o systema de sahir a banda para todas as funcções publicas ou particulares. (Continua...)

universo do trabalho. Sugerindo a criação de uma instituição de aprendizes menores para ensino de "offícios mechanicos e artes", o presidente da Província dirige-se à assembléia dos deputados lembrando-lhes seu papel instituinte da ordem, isto é, enfatizando, no combate aos vícios e aos crimes, a importância desta escola no combate à ociosidade:

"Criai uma em São Paulo, senhores, e sereis realmente bemfeitores da mocidade desvalida; e a sociedade, á quem dareis habeis officiaes de officio, e artistas peritos saberá agradecer-vos, e reconhecendo publicamente que fostes vós quem arrancastes à fome e à miséria, que destes meios de vida, e uma existencia honrosa e util a muitos que se não fôra vossas vistas perspicazes, vossas sabias providencias, talvez que vegetassem na miséria, ou se abandonassem aos vícios e crimes, que nascem infallivelmente da ociosidade" (16).

O trabalho aparece assim como uma instância que caminha da formação do indivíduo à defesa da sociedade, um elo capaz de multiplicar, fora do mundo público, pela soma dos interesses privados, dentro de sua própria forma um processo que tem por unidade elementar o indivíduo, desmoralizado e vicioso quando fora desta categoria. Espaço duplo da intervenção: sobre o político, entendido como o governo da população e a administração das coisas, e sobre a pessoa, ainda incompletamente formada no governo de si. O "social" adquire, pouco a pouco, no decorrer do século XIX no Brasil, o estatuto de uma esfera particular, base de ação da autoridade, exercício público dos poderes de intervenção e também penetração e forma dos corpos individuais.

(... continuação da nota 15)

Compromette o repouso dos menores; cria o gosto pela vida externa e o tédio pelo trabalho das officinas; pôde extenuar os que não forem bastante vigorosos e não ha vigilancia possível, sobretudo à noite", Relatorio do vice-presidente da Província, 1882.

(16) Relatorio do Presidente da Província, 1863.

O relatório detalhado e o regulamento severo do Instituto de Educandos Artífices em 1874 dão conta exatamente desta estratégia - disciplinar e repressiva - que supõe a ação eficaz e transparente do mando contra os meandros obscuros das almas desconhecidas e dos corações ocultos. Destinado a 60 meninos que deveriam entrar entre os 10 e os 14 anos e aí permanecer até os 20, filhos legítimos dos servidores da guerra do Paraguai, ou órfãos de pai, ou filhos de pais pobres, o Instituto pretende manter escolas e oficinas de trabalho e uma rígida disciplina no seu interior que se estende também ao comportamento fora do Instituto. Os internos, com permissão de visita à casa dos pais uma vez por mês, devem, também nestes dias usar o uniforme. Além disto, quando destas visitas, estarão proibidos de entrar em tavernas ou acompanhar qualquer elemento "suspeito". "Os educandos terão dentro e fóra da casa um regimen militar adaptado".

A intenção é combater a ignorância e os vícios, o modelo é o utilitarismo inglês, a resolução da "questão social" como introjeção de um valor moral em homens despojados de humanidade:

"Mais pungente espectáculo do que o corpo exangue por falta de alimentos, é soffrer a alma fome de luz (...) Sobe a estatística das escolas, decresce a estatística do pauperismo e do crime (...) os crimes de acção têm a sua raiz no coração e não na materialidade dos actos, como bem definia um criminalista.

Isto consegue-se onde se comprehende que na guerra feita á ignorancia cumpre pelejar ainda mesmo sem esperança de victoria; onde os esfarrapados, os vagabundos, os filhos dos ladrões, gente sem classe, encontram o ensino caridoso e benevolente, levado á altura do mais arduo e nobre sacrificio, qual o que se administra nas ragged schools"(17).

(17) Relatorio do Chefe de Policia, 1874.

O estabelecimento de um "mundo social" como uma esfera independente da política, sobre o qual, entretanto, deve ser elaborado um código de autoridade e legitimação, passa, no século XIX, por um meio caminho distintivo entre o mundo privado e o mundo público (18). Há uma definição da "época atual" em que se mesclam o tratamento dos problemas sociais, a formação de uma imprensa esclarecida, os interesses privados e os interesses nacionais. As questões econômicas, isto é, a liberdade aos interesses do capital, transformam-se em interesse geral, organizando, através da aplicação ao trabalho produtivo, a inauguração de um novo tempo, transparente em suas intenções de "progresso", pertinente em seu entusiasmo, que rejeita o tom sombrio com que se comemora, inutilmente, um passado que melhor seria abandonado em nome de celebrações futuras:

"As questões económicas, que parecem constituir a principal feição da época actual... todos estão já convencidos de que nas discussões pacíficas da tribuna, e da imprensa devidamente esclarecida e morigerada, e não nos campos ensanguentados do combate, é que se ha de achar a solução d'estes importantes problemas sociais.

Assim vemos, por exemplo, que os capitais nacionais e estrangeiros, que até a bem pouco tempo se occultavão receosos, vão já apparecendo, e procurão emprego em empresas lucrativas para elles, porém ainda mais uteis para o Paiz, que conhece, e applaude esta transferencia e, em lugar das lugubres commemorações de nossas passadas lutas, celebra hoje as alegres festas da industria, em que o talento e o trabalho recebem o premio devido as suas lucubrações e esforços" (19).

(18) O trabalho de M. Stella M. BRESCIANI, Liberalismo: ideologia e controle social (São Paulo, 1850-1910), USP, 1979, mimeo., indica-nos a preocupação com o estabelecimento da autoridade também no interior do mundo privado do fazendeiro.

(19) Relatorio do Presidente da Provincia, 1862.

É vasculhando o anti-social, os excluídos da esfera do mundo do trabalho, voltando a estes a ação policial, que se constitui o meio mais eficaz de combate à permanência da barbárie no interior da civilização. Pela sua definição, expressa em termos da lei, se constitui a própria definição do mundo social, este terreno penetrado no domínio do privado e remetido fortemente à configuração do espaço público como espaço da ordem e da estabilidade:

"São considerados vagabundos, pelo Artº 300 do regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842, os indivíduos que não têm domicilio certo nem profissão, ou officio, nem renda ou meio conhecido de subsistencia.

Não tem domicilio certo os que não mostrarem ter fixado em alguma parte do Imperio a sua habitação ordinaria e permanente, ou não estiverem assalariados, ou aggregados á alguma pessoa, ou familia.

O vagabundo, o desordeiro, o jogador, o bebado, o ratoneiro, a prostituta e os menores abandonados ao vicio e á especulação de creaturas dispresiveis, são os typos d'essas classes perigosas, e não pouco concorrem para o movimento da Penitenciaria. Como meio de reprimir taes excessos, conta a autoridade com os termos de bem viver e de segurança (...) (20).

É aqui, a pouca diferenciação entre os assalariados e os agregados, os livres e os dependentes. A exclusão da figura jurídica do escravo opera-se pela inclusão destes no espaço de sociabilidade pelo trabalho: em 1860, a camara regulamenta a utilização, no serviço público da cidade, de escravos condenados. No mesmo ano, o expediente da Camara rejeita esta possibilidade, exatamente em nome da ausência de civilidade e da violência no comportamento destes escravos:

(20) Relatório da Secretaria de Policia, 1879.

"que não sayão a serviço, em quanto houverem outros que não estejam nesta condição, como a policia anteriormente. sempre praticou, tendo em vista os factos q. hoje se reproduzem de insulto aos senhores, e á outras pessoas" (21).

Dez anos depois, a discussão continua sob o mesmo pressuposto, sugerindo a dificuldade em organizar um espaço de sociabilidade realmente moralizador fora do controle disciplinar imediato presente na figura do patrão-autoridade:

"tendo acerca d'um anno proposto á Camara que nos trabalhos das obras publicas feitos pela turma de trabalhadores só fossem admittidos pessoas livres, e attendendo presentemente a escassez que ha de trabalhadores livres... até nova deliberação da Camara fique suspensa a prohibição que ha de empregarem-se escravos na turma de trabalhadores da Camara" (22).

(21) ATAS da Camara da Cidade, expediente de 23/8/1860. Em 1862, a Camara anuncia proibição de utilização dos presos nos mesmos serviços públicos: "tendo observado as vadiações dos galés empregados nos trabalhos desta Camara e o nenhum caso que fazem das reprehensões dos fiscaes e guardas urbanos, tornando-se por isso quasi inutil os serviços por elles prestados: indico que esta Camara d'ora em diante não lhes mande dar os cem reis diarios que até aqui se tem dado como gratificação. Que sejam pagos somente os galés que se mostrarem diligentes no serviço segundo informação do fiscal". (Atas da Camara, expediente da sessão de 3/3/1862). Em 1863, são os mesmos reclamos do administrador do Jardim Publico, desta vez utilizando o trabalho de africanos livres: "Dissemos que quatro africanos, livres, não produzem o trabalho, que sem grande esforço, produz um só trabalhador á jornal. Algumas razões actuám para que este facto se reproduza constantemente, sem que a administração tenha os meios de removel-o, mas, parece-nos fóra de duvida ter elle por origem principal a falta de obediencia e discipliná d'este pessoal, e mais que tudo o tempo que os africanos livres perdem, saindo do estabelecimento quasi sempre seduzidos por interessados que lhes promettem vantajosos contractos para tratarem de obter completa liberdade" (Relatorio do Presidente da Provincia, 1863)..

(22) Atas da Camara, expediente da sessão de 19/5/1870.

O espaço preferencial para a inclusão de homens supostamente incompletos na sua humanidade está nitidamente associado ao mundo do trabalho e à sua capacidade formativa, base da "tranquilidade pública":

"não pouco contribue para este feliz resultado a tendência, que se vai manifestando em nosso país pelo aperfeiçoamento do trabalho e desenvolvimento dos grandes interesses industriais" (23).

A ordem se constrói pela aplicação ao trabalho. Mas, nos relatórios das autoridades, o trabalho constitui, antes que organização disciplinada de controle e vigilância, um valor ético propiciador da formação de consciências pacificadas e ordeiras:

"Com justo fundamento, tem a população paulistana créditos de pacífica e ordeira. Para que mereça essa honrosa nomeada, reúne-se à índole, que tanto a nobilita entre as que no império mais se distinguem pelo culto das virtudes cívicas, a aplicação ao trabalho (...) altamente moralizador e sempre fecundo em benéficos efeitos" (24).

Exercício das virtudes cívicas, o trabalho é de natureza formativa e a civilidade está definida a partir deste elemento introduzido na natureza do homem: sua moralidade interna e secreta conduz à criação de uma sociabilidade calcada não na participação e inclusão de homens submetidos à necessidade de prover sua subsistência no espaço propriamente político da cidade, nem na publicidade em que se manifestem sua vontade de trabalhadores, mas na intimidade profunda de suas almas, tornadas enobrecidas, honestas e adocicadas, quando constrangidas - pela ação da polícia - a abandonar o ócio, as ativida

(23) Relatório do Presidente da Província, 1863.

(24) Relatório do Presidente da Província, 1872.

dades ilícitas e a brutalidade daf advinda:

"A duas causas principaes se deve attribuir esse vantajoso resultado: a actividade e vigilancia da policia e porventura a acção naturalmente moralisadora do trabalho, maximé do trabalho agricola, a que cada vez mais animada se vota a população.

Adoção os costumes, o trabalho nobilita os animos; confia-se no resultado do esforço honesto e perseverante; contraem-se habitos de prudencia, de paz e de sociabilidade; aprecia-se a serenidade da vida no lar domestico e nos labores que assegurão o porvir da familia" (25).

Em relação ao trabalho, a dualidade da acção da autoridade é expressa com rigor e clareza. A uma politica regeneradora dos costumes, sobrepõe-se a coerção como medida legitima de controle:

"Nesta Provincia, e em geral no Brasil, só não en contra trabalho quem d'elle foge; é portanto indispensavel obrigar o vadio a subsistir à custa do suor do seu rosto, e não ser um oneroso, nem prejudicial aos outros (...). O trabalho é um dever; quem a elle se não sujeita de bom grado, seja com pellido por meios coercitivos, porem meios energicos" (26).

Seu pressuposto é o do desenvolvimento interiorizado em cada homem pelos termos de conduta estabelecidos pelo trabalho - actividade fisica que os retira do ócio à medida em que os submete ao cansaço enérgico e ao esgotamento do tempo.

Também às crianças cabe o aprendizado do trabalho disciplinado e constante como exercicio impeditivo da ociosidade. Não é apenas numa actividade propriamente productiva que se formarão nos hábi

(25) Relatorio do Presidente da Provincia, 1872.

(26) Relatorio da Repartição de Policia, 1871.

tos da sociabilidade. A disciplina militar é uma possibilidade de educar, proveitosamente, aqueles que, longe das vistas das famílias, percorrem em bando, sem rumo e sem ocupação, as ruas da cidade.

O chefe de polícia propõe a formação de uma companhia de menores que poderão compor, oportunamente, o Corpo Policial:

"Urge obstar que turmas de meninos vaguem pelas ruas, habituando-se á ociosidade e ao vício, e exercitando-se na pratica de ações torpes" (27).

Há uma "matemática moral" - na expressão de J. BENTHAM - impressa na concepção de que é possível introduzir o controle dos instintos e dos prazeres na configuração de um espaço social que é puro artifício, capaz - se bem calculado - de conferir uma segunda natureza ao corpo e à alma de homens despossuídos de razão, submetidos a uma natureza interior rude e bárbara (28)

É a esta racionalidade incompleta encontrada nos homens desumanizados pela pobreza que se dirige o complemento da apologia do trabalho regenerador. A ele se soma a educação religiosa, o poderoso de combater o crime e regenerar as consciências individuais:

(27) idem, ibidem.

(28) Ver o comentário introdutório ao texto de J. BENTHAM, "O Panótico", de M. Stella BRESCIANI: "As idéias de Bentham circularam suportadas pelo ideário liberal, dando subsídios a um amplo debate sobre as prisões e a punição dos crimes, sobre a reforma moral dos criminosos e sua recuperação para a sociedade (...) Apostou no trabalho e no incentivo da emulação competitiva de pequenos grupos como armas poderosas para a reforma de homens degradados pela indigência, pela ignorância e pelo crime. Apostou sobretudo na boa disposição dos espaços que, à semelhança de moldes, e somada à vigilância permanente, onipresente como Deus, fariam dos hábitos moralizados uma segunda natureza humana" Revista Brasileira de História, SP, ANPUH/Marco Zero, vol. 7, nº 14, março/agosto 1987, p. 197.

"uma longa serie de factos, mais ou menos apparentes e sensiveis, escrupulosamente observados no espaço de quasi 9 annos, sanciona esta minha convicção - a regeneração moral do homem criminoso tem tido aqui felizmente a expansão, e desenvolvimento mais favoraveis, que podião resultar do empego do systema adoptado, da sollicitude da Administração, e mais que tudo (o meio) sempre poderoso e efficaz da Religião" (29).

Os crimes cometidos dizem respeito à "segurança individual" mais do que os "attentados à propriedade". "Consistem em homicidios, ferimentos e espancamentos" (30) e a causa está na "falta de educação civil e religiosa" apontada pelas autoridades até as últimas décadas do século XIX.

Se na falta se localiza a causa da semi-moralização de "homens inferiores" pela incompletude de sua humanidade, no comprometimento da formação civil e religiosa também se aposta como meio mais eficaz de combate à indigência e à criminalidade. É esta a competência moral da religião: esclarecer e apaziguar a alma destes corpos instáveis e destas mentes ignorantes e embrutecidas.

"O augmento da população fluctuante havido n'estes ultimos annos, a ignorancia que lavra principalmente nas classes inferiores, a excessiva benignidade dos Tribunaes criminaes são as causas principaes da frequencia dos crimes entre nós. Para fazel-os de sapparecer da estatistica é seguramente o meio mais efficaz desenvolver e aperfeiçoar a educação civil, moral e religiosa" (31).

Responsável pelo domínio das almas e preparatória da moral pública, a religião precisa de sua exterioridade, tornar visível e

(29) Relatorio do Presidente da Provincia, 1862.

(30) Relatorio do Presidente da Provincia, 1860.

(31) Relatorio do Presidente da Provincia, 1864, grifos meus.

grandiloqüente sua ação, seus edificios e seu esplendor. Os homens ocupados em administrar a cidade reconhecem a utilidade da obra religiosa para a formação de homens excluídos da vida pública e propõem, com a mesma retórica dos tratados teológicos, destinar parte do orçamento da Provincia à manutenção das igrejas e de suas atividades (32):

"a religião, base da moral pública, e principal agente regenerador dos costumes, necessita manifestar-se por meio de seus actos e officios, e estes devem ser celebrados com a devida decencia e esplendor; o contrario é uma verdadeira profanação"(33).

Esta a tríade sobre a qual se assenta o princípio da inclusão para homens naturalmente excluídos da participação política pela sua inferioridade: a regeneração pelo trabalho, o desenvolvimento da instrução religiosa e o aprendizado paulatino das virtudes cívicas. Sustentando-a, a disciplina adocicada e convenientemente temperada pela severidade:

"O trabalho, a instrução religiosa convenientemente entretidas pelos dignos funcionarios d'ellas encarregados; o regimen disciplinar constantemente applicado com os adoçamentos compatíveis com a sua severidade, tem sido as causas efficientes de taes melhoramentos" (34).

A obra edificante operada pelo arrependimento dos criminosos, e pelo seu recolhimento às penitências religiosas associa-se, no mesmo método educativo, ao ensino industrial e ao silencioso exercício da leitura, solitários mecanismos constituintes de uma interioridade re-nascida do mundo semi-humano do delinquente. Forma e influencia uma moral, originalmente bruta, permite polir o material tosco com que é feito o homem pobre criminoso, mecanismo capaz de afastar

(32) Consultar R. ROMANO, Brasil: Igreja contra Estado, SP, Kairós, 1979.

(33) Relatorio do Presidente da Provincia, 1870.

(34) Relatorio do Diretor da Penitenciaria, 1864.

as sombras ocultas das consciências individuais, fazendo-as transpa-
recer no controle do mundo social, único espaço capaz de abrigar uma
pedagogia política dirigida aos dela excluídos. A penitenciária esta-
belece um programa que inclui leituras edificantes e a criação de
oficinas de trabalho (funileiro, sapateiro, alfaiate, ferreiro, enca-
dernador, chapeleiro e marceneiro). Com isto, diminui a estatística
dos crimes, corrige-se e prepara-se o delinquente para o retorno à
liberdade em atividades úteis e urbanas. Mas, ainda aqui, insiste o
relator:

"Entre as influencias moralizadoras que mais ener-
gica e fructuosamente têm contribuido para esse
feliz resultado, sobrepuja a que se deriva da re-
ligião" (35).

Mas o princípio que inclui indigentes, pobres e delinquen-
tes na prática política da profilaxia, da regeneração, da formação
através do delineamento de uma esfera social até então recolhida ao
mundo privado da autoridade do proprietário, é obrigado a reconhecer
também os limites desta prática na vida urbana. A "questão social",
originada na cidade, também desenvolve o risco do contágio pela cir-
culação ou pela presença quase inevitável dos homens semi-moraliza-
dos no centro da vida urbana. A técnica e a armadura da regeneração,
operando sobre corpos bárbaros, ainda não incluídos na ética da civi-
lidade e desconhecedores da polidez, maltrata a sensibilidade dos
frequentadores do que parece ser o único espaço passível de conheci-
mento e de sociabilidade: a rua e sua visão embelezada. Propõe-se a
transferência da cadeia, no Paço Municipal para fora das vistas dos
"homens de bem":

(35) Relatório sobre a Penitenciária do Presidente da Provincia, 1876.

"...collocada em uma das mais bellas praças, é um espectáculo triste que todos os dias se offerece aos nossos olhos; e ahí os presos, em constante contacto para a rua, commettem actos de immoralidade que cumpre evitar" (36).

No espaço da rua, fora do controle disciplinar e repressivo da prisão, convivem os ébrios, os escravos fugidos, os alienados e praticantes de diversos crimes ou infrações, recolhidos, quando flagrados, à "Estação de Urbanos" da capital. Ou criminosos nomeados, a título de exemplo, pelo chefe de polícia quando de seu relatório anual ao presidente da Provincia. Em 1884, esta autoridade considerou os seguintes crimes "notáveis" para serem relatados como prova do que se comete contra a "segurança individual" e a "tranquilidade pública":

"Na Consolação, um italiano recebeu um tiro de Francisco Perrote.

Em Santa Ephigenia foi gravemente ferido Francisco Litorff, pelo hespanhol Valentim Ribas,

o menor italiano Francisco Padine fez, com um canivete, um ferimento ao menor portuguez João de Almeida Costa.

Em um cortiço, o carroceiro Julio Marques de Oliveira foi gravemente ferido por um grupo de italianos.

Preso em flagrante o portuguez João Gomes de Gouvêa que espancava brutalmente sua mulher.

Assassinada no Braz, Joanna dos Santos pelo marido.

Escravo preso na estação central feriu gravemente ao holandês Jones, recolhido por ébrio, unicamente porque preferiu ficar detido a ir para o poder de sua senhora.

O cocheiro Justino matou com uma faca o negociante José Carrera, na rua 25 de março.

Em Santo Amaro, Joaquim Domingues do Prado matou a tiros de espingarda sua mulher Angelica, e sucidou-se" (37).

(36) Relatorio do Presidente da Provincia, 1870.

(37) Relatorio do Presidente da Provincia, 1884 (grifos meus).

Os relatórios das autoridades nomeiam, esclarecem a nacionalidade, localizam a origem dos moradores excluídos da categoria urbana, isto é, supõem a possibilidade de identificação como medida capaz de fazer conhecer também os "fora-da-lei", assim como os jornais operários apontaram os "fura-greves" de cada categoria como medida exemplar de reconhecimento do outro. Ao nomearem os excluídos da convivência social, estas autoridades legitimam a passagem de uma identificação particular (neste sentido, privada) a uma outra, pública.

A descrição da pobreza, irracional, bárbara e rude, opera uma divisão no interior do social: homens pobres fora do trabalho, atentatórios da segurança individual, e os homens assimilados por uma ocupação "honestas e laboriosa", portanto propensos à convivência no espaço compartilhado da cidade.

Ao mundo nômade e movimentado dos homens pobres que circulam em São Paulo, é preciso propor uma estratégia que signifique, ao mesmo tempo, o reconhecimento do desterro e a inclusão localizada na cidade, espaços restritos de convivência.

Ébrios e turbulentos são os homens recolhidos à "Estação de Urbanos" da capital. Há quatro destas estações, dividida a cidade em zonas de policiamento: Estação Central, Estação de Santa Efigênia, Estação do Braz e Estação da Consolação. Os delitos, na estatística das autoridades policiais, são compreendidos em quatro categorias, o que permite supor uma certa hierarquização dos detidos: ébrios, alienados, escravos fugidos e "outros".

Considere-se, por exemplo, as informações do ano de 1879:

Dos 1.549 detidos nas quatro estações, 828 o foram por ébrios, 35 alienados, 67 escravos fugidos e 620 acusados de "outros

delitos". Do total das prisões, 833 ocorreram na Estação Central, a mais "populosa", e 209 no Braz, a menos "frequentada", mas não muito distante das prisões efetuadas em Santa Ifigenia (276) e na Consolação (222). É em Santa Ifigenia, a maior incidência de detenção de escravos fugidos (23). Os detidos são também categorizados entre homens e mulheres, com notável predominância dos primeiros, seja por "categoria de delitos", seja por distrito e nada nos permite fazer supor - por estes documentos - o tipo de frequência feminina considerada ilícita nas ruas da capital.

Nestas estações,

"são recolhidos os embriagados e turbulentos; bem assim aquelles que, presos em flagrante, não podem ser apresentados immediatamente à auctoridade de competente" (38).

É flagrante a preocupação em tornar estável uma população de homens nômades. Por vezes, a simples coerção - pela fragilidade da lei, pela impunidade dos crimes, pela deficiência de meios das autoridades (39) - não basta. A inclusão é impossível para "vagabundos, jogadores e desordeiros", peregrinos desterrados de sua própria condição humana, anônimos e astutos burladores da ordem:

(38) Relatório da Secretaria de Policia, encaminhado ao Presidente da Provincia em 1879.

(39) Para a cidade de São Paulo, veja-se M. Sylvia Carvalho FRANCO, Homens livres na ordem escravocrata, SP, IEB/USP, 1969, cap. 3. Conforme as repetidas referências à "causa dos crimes" apontadas pelos relatórios dos chefes de policia, pelo menos no período que vai de 1850 a 1900, que cobre esta pesquisa. Frequente também no início do século XX, embora a tônica predominante do procedimento acusatório pareça insistir no "vírus exógeno anarquista". Veja-se, por exemplo, Rui BARBOSA: "Tem-se visto sempre que a anarquia não grassa com intensidade senão nos países menos bem governados, e que, na Rússia, na Espanha, na França, à agravação crescente das penalidades se vão seguindo ordinariamente atentados cada vez mais graves (...) Temos na espécie, pois, uma diátese social; e as diáteses não se curam cirurgicamente, abandonado o organismo à degenerescência, que os solapa. A dificuldade estará em distribuir
(Continua...)

"A ousadia tem chegado a ponto de atacarem os transeuntes á mão armada, nas ruas mais frequentadas, zombando da nossa legislação que não permite como as de França e Portugal a deportação dos es trangeiros, vagabundos e vadios. Certos de que, não sendo em flagrante, a prisão preventiva depende de prova de que resultem vehementes indícios de culpabilidade, e confiados na proverbial tolerancia dos Brazileiros, são tranquilos no crime esses hospedes de que fallo:

(...)

Isto explica a influencia malefica de uma horda de vagabundos em quasi todas as ciudades populosas desta provincia, servidas por estrada de ferro.

Com as vias ferreas que cortão a Provincia em di versas direcções facilitou-se o movimento da popu lação; augmentando o trabalho da autoridade sem que ella disponha de força proporcional.

Se procurão esta provincia, uma das primeiras do Imperio por seu clima e riqueza, milhares de es trangeiros laboriosos, apparecem outros e sobretu do Hespanhoes e Italianos que precisão estar sem pre sob as vistas da policia; commettendo assim mesmo por serem peritos no vicio, toda sorte de crimes pelos quaes não respondem porque conseguem escapar à acção da justiça (...)

Vagabundos, jogadores e desordeiros, chamão sem pre a attenção da policia, responsavel pela tran quilidade publica" (40).

Estrangeiros vadios, estrangeiros laboriosos e brasilei ros: o procedimento policial divide e classifica os habitantes das ciudades populosas, compostas de "milhares", permanentemente em movi mento, habitadas por uma horda viciosa e desordeira. Segregando e no meando os estigmatizados, justifica a exclusão dos homens pouco pro pensos à sedentarização operada seja pela familia, seja pelo traba

(... continuação da nota 39)

a repressão e a profilaxia num regimen ao mesmo tempo humano e severo, que as segure à ordem os seus direitos, sem esquecer os da justiça", "A Imprensa", 4/8/1900, Obras Seletas de Rui Barbosa, VIII, "Campanhas Jornalísticas", Repú blica, 3º volume, p. 355, Casa de Rui Barbosa, 1957.

(40) Relatorio da Secretaria de Policia de 1879 anexo ao Relatorio do Presidente da Provincia (grifos meus).

lho, seja pela religião. A pobreza "exige" e reforça o nomadismo, pela sua própria inserção numa "cidade aberta", de fácil circulação, que responde à necessidade da sobrevivência. A experiência da identificação unificadora mal define os sujeitos da cidade, à medida mesmo em que a categoria de estrangeiros é bipartida (vadios e laboriosos), e a identificação nacional é incerta (brasileiros, tolerantes ou indolentes). A ação da polícia é exemplar: ultrapassa a coerção, exige faro e pertinácia, relata os fatos num programa determinado pela razão prática. Afasta, assim, ao incluir em seus parâmetros de civilidade elementos algo aquém da nacionalidade, os párias, os vagabundos, os desordeiros, os inversores da ordem social. Ao "dar notícia", ao narrar os fatos e acontecimentos da cidade, é dela que se faz personagem, uma paisagem destituída de geografia, de contornos e limites que o artifício - as estradas de ferro - "corta em todas as direções". Para excluir, é preciso antes nomear, vasculhar, categorizar, reconhecer. Enfim, a história da exclusão da pobreza do espaço propriamente político significou a inclusão de indivíduos mal formados no mundo social delimitado, preferencialmente, pela polícia.

. O espaço letrado da opinião pública.

A apresentação do jornal paulistano, escolhida a forma "poética", dá conta deste emaranhado de feitos que percorrem a constituição de uma "vida pública" a partir dos acontecimentos privados, a partir da "revelação" que o faro policial "descobre", "documenta" e "publiciza":

"Do programma a razão tendo por dada,
Devo agora tractar, sem matizada,
Dos factos, dos heroes, e dos sucessos,

Que devem figurar nos meus processos,
E de tudo, por alto, dar noticia,
Que eu sou homem com faro de Policia" (41).

É justamente do tema da constituição de um sujeito político que trata a imprensa, neste período (42), no sentido da constituição de uma clivagem nítida entre homem e cidadão, esta invenção surgida da Ilustração e desenvolvida na modernidade, esta linguagem límpida dos princípios que informa a compreensão de habitantes duplamente moralizados na cidade. Duplamente, porque, primeiro, definem esta moralização como sujeição ao trabalho livre como apanágio de sociedades civilizadas e, segundo, porque remetem da formação do mercado de trabalho à gênese de constituição do mundo político, neste mesmo movimento moralizador e civilizatório (43). Mais que o papel atribuído a si própria pela imprensa, é a premissa, insistida pelas autoridades, da sua presença efetiva na formulação de um campo essencialmente político - o da participação cidadã - quem define a existência de um espaço letrado de formação da opinião pública:

"A voz da imprensa substitue, é certo, frequentemente o clamor dos offendidos, denunciando á acção da policia aquillo que o temor occulta ou apenas segreda em confidencia de amizade" (44).

- (41) O Polichinelo, SP, Anno I, nº 1, 16/4/1876. Parece ser frequente esta remissão à capacidade de ver para além do visível que só o procedimento policial "revela". Em B.CEPELLOS, esta aproximação é ainda referendada pela literatura naturalista: "...farejando o immenso phalansterio dos bairros operarios, visitando fabricas e acompanhando pelas ruas e pelos freges, com uma pertinacia canina individuos exquisitões, figuras lombrosianas. E os seus olhos, com o officio, iam adquirindo uma sagacidade policial no modo como, pelo simples aspecto exterior, sabia catalogar os instinctos humanos", O Vil Metal, op. cit., p. 130.
- (42) Ver, especificamente para o caso da imprensa liberal paulista, o trabalho de M.Helena CAPELATO, Os arautos do liberalismo (imprensa paulista, 1920-1945), Brasiliense, SP, 1989.
- (43) M. Stella BRESCIANI trata deste tema em Liberalismo: ideologia e controle social, citado. Ver também seu artigo "As voltas de um parafuso", citado, importante localização do debate sobre a ideologia liberal, entre nós.
- (44) Relatorio do Presidente da Provincia, 1872.

"Esquiva de paixões" é a imprensa quem prepara, de acordo com o mesmo relatório presidencial, à "prática das virtudes privadas, ao cumprimento dos deveres cívicos, ao exercício profficuo do trabalho industrial". Virtudes privadas, deveres cívicos e trabalho industrial: voltamos aos elementos formativos da experiência política. Qual a tônica predominante: o fortalecimento do indivíduo, fonte legítima da liberdade do próprio corpo, ou a família, a menor unidade do social, micro-organismo vivificante da vida pública?

Para o jornal paulista, a

"moralidade aprende-se na vida doméstica, que é a escola da vida pública" (45).

Formação de uma opinião pública ancorada não na constituição racional da política - ausentes as prerrogativas de homens bem-formados, ausente o aprendizado da fala - mas nos desígnios insondáveis e sacralizados da alma humana, incompleta e rude, dependente do juízo divino. Não é da verdade estabelecida no direito e na justiça que se nutre a opinião, antes valoração moral, definição do Bem:

"Com razão ou sem razão, com fundamento ou sem fundamento, a opinião pública é um juízo de Deus, que não se apresenta perante nenhum tribunal humano, que nenhuma autoridade legal confirma ou anula" (46).

Retirar deste domínio essencialmente íntimo do homem, extensão da religiosidade para a experiência pública, indivíduos submetidos ao rancor e aos instintos belicosos incontroláveis, desmedidos e violentos. Incluf-los numa outra contenda, a luta das idéias, estimuladora do espírito e do refinamento e sobretudo, responsável pela

(45) A Provincia de São Paulo, 10/1/1875.

(46) Robert AVE-LALLEMANT, op. cit.

eficácia de um temperamento harmonioso e cordial. Origem do "homem cordial", o equilíbrio sensato entre as paixões e a generosidade está na razoabilidade aprendida nos hábitos de trabalho, reconhecida nas instituições. É a partir da proliferação de idéias que se experimenta a história, civilizatório processo de integração, formadoras da razão compreendida como bom senso e desenvolvimento do "espírito público":

"A índole naturalmente pacífica dos Paulistas, o seu reconhecido bom senso, o seu incontestável amor às instituições públicas, os seus hábitos de trabalho, e o respeito que geralmente manifestão á autoridade são factos demonstrativos de que a ordem publica acha-se na Provincia assentada sobre bases solidas e duradouras... Honra pois ao povo brasileiro, honra aos Paulistas que souberão substituir as antigas lutas rancorosas, e muitas vezes sanguinolentas, pelas lutas, energicas embora, das idéias, unicas que constituem armas dignas de um povo civilisado" (47).

Esclarece-se o conceito de "povo", abstrata entidade de conotações tão efetivas e instituintes ao confrontar-se com a ação sobre as populações: aquele sujeito à propagação de idéias "novas" e estas, propensas à profilaxia policial quando da estratégia de redução da taxa de crimes. Justamente, porque os crimes são referidos às "pessoas" e não às "propriedades", é de homens incompletos que tratam as autoridades. Submergidos pelas "lutas rancorosas", instintos semi-bárbaros, porém passíveis de regeneração:

"...devemos esperar que, á medida que a civilização e as luzes se fôrem insinuando pelas mais baixas camadas sociaes... que a estatística criminal apresente um algarismo verdadeiramente satisfactorio" (48).

(47) Relatorio do Presidente da Provincia, 1870.

(48) Relatorio do Presidente da Provincia, 1870.

E é exatamente sobre a constituição de uma cidade mal-delimitada em suas fronteiras, incerta sobre sua diferenciação interna, fluída no conhecimento de sua "história", destinada a ser "nova" pela sua heterogeneidade, propensa à desordem impressa nos homens e nos edifícios, avesso da "artificialidade", que se descortina a "Cidade Ideal". São os resultados da prática da exclusão e da consolidação de uma cidade que não se "presentifica": alimenta virtudes privadas e experiências públicas, consolidação de uma ética abstrata e universalizante que não manifesta o uso político do espaço urbano.

Que profundos e inquietantes percursos, que sentimento de desenraizamento e vertigem experimentaram os homens excluídos desta construção? Quais as personagens que, por fim, não reconheciam a cidade e advertiam da inversão, laconica e desamparadamente, a seus interlocutores:

"Collegas, não vindes a São Paulo, onde vos esperam desilusões e miséria!" (49)

2. A figuração da pobreza

"Em nome do bem publico pede-se, á quem competir, a diminuição do numero de patrulhas nocturnas. Nossos assignantes já nem pôdem andar commodamente á noute, em razão da enfiada de soldados que patrulham as ruas da cidade, obstruindo a passagem das calçadas aos paizanos e acotovelando-os á cada passo. Neste andar, em pouco tempo o numero das patrulhas será superior ao numero de malfeitores, e bem se vê que isto é máo em todos os sentidos.

A segurança em demasia encommoda" (50).

(49) O Trabalhador Grafico, 12/6/1905.

(50) O Cabrião, nº 3, 14/10/1866.

Distinções intrigantes a do jornal de leitores restritos (51). O "bem público" não reconhece o policiamento excessivo da capital à noite. Parece referir-se ao direito de uso do espaço por cidadãos ("paizanos") completamente conscientes de suas virtualidades. O "passeio publico": quase um perfilar elegante contraposto à brutalidade das patrulhas excessivas e incômodas. Impressiona, na descrição, a presença dos habitantes paulistanos na rua. Estamos diante de uma cidade movimentada e frequentada, de "promeneurs" noturnos, acotovelando-se na passagem das calçadas. Mas, há "malfeitores", que a Companhia de Urbanos não consegue reprimir, em 1880. Ao contrário da avaliação do jornal, o presidente da Província considera a Cia. de 120 homens

"insuficiente para o policiamento da capital e arrabaldes, cujo rapido alargamento mal se pôde acompanhar" (52).

Havia certa dificuldade no recrutamento da força pública. As obras da Estrada de Ferro ofereciam séria concorrência, pelo engajamento de boa parte da população disponível ao trabalho. No entanto, pelo menos desde 1861, apesar destas dificuldades, os relatórios policiais anotam o aumento da força pública para a capital.

É justamente o crescimento deste mundo nômade que torna impotente a ação da autoridade. Há uma população, indiscernível, composta de etnias diferenciadas, politicamente incapacitadas, a quem se dirige o controle e o reconhecimento de suas particularidades. A criação de postos de guarda espalhados pela capital investe a autori

(51) A informação, da edição fac-similada, introdução, IMESP/DAESP, 1982, indica ser este o semanário humorístico mais conhecido nos anos de 1866/1867. Custava 500 réis e era caríssimo para a época, preço de uma passagem para Santos ou do aluguel de um quarto mobiliado do Restaurante Provincial.

(52) Relatorio do presidente da Província encaminhado á Assembleia Legislativa em 1880.

dade policial da capacidade ordenadora e vigilante, quando faltem outros meios de controle:

"É principalmente nos suburbios da Capital que agglomera-se a população menos morigerada, e sobre a qual mais vigilância deve exercer a polícia.

Quando ha uma desordem nos bairros longinquos, taes como Arouche, Consolação, etc... não é possível que dos quartéis centraes cheguem providencias a tempo de evitar o mal (...)

A esses postos pódem ser recolhidos os ébrios que forem encontrados a dormir nas ruas, ou as victimas de qualquer molestia (...)" (53).

Reprimir criminosos, recolher ébrios e vagabundos, atender aos doentes: múltiplas são as incumbências policiais. Entretanto, mais que isto, denunciam e localizam um espaço urbano invisível, os arredores da capital, os bairros longinquos, fora das vistas dos comentadores. Penetram, ao indicarem numa linguagem ativa as outras personagens da cidade, um espaço subterrâneo para o qual se dirige o olhar de descrição:

"uma grande corrente de emigração de italianos, que, em sua maxima parte, não vêm para esta provincia exercer uma industria util, uma profissão licita, andando sempre armado de revolveres, punhaes, etc..., explica grande numero de attentados contra a segurança e a propriedade" (54).

Visualizam a cidade sobrepondo mapas e camadas de sua ocupação. Descrevem os moradores, informam a estatística de crimes, discutem sua formação. Acusam o embrutecimento dos homens, a ausência

(53) Relatorio da Repartição de Policia anexo ao relatorio do presidente da Provincia de 1871.

(54) Relatorio da Secretaria de Policia de 1879, anexo ao Relatorio do presidente da Provincia de 1880.

de moralidade e de doutrinas incorporadoras, reforçam a disseminação da instrução pública e o exercício da força. Propõem-se a reformar o mundo social:

"Cuide-se seriamente da educação moral do povo, e não se consinta que continue elle a embrutecer-se ahí pelos sertões e a desmoralizar-se na grande cidade; occupe-se o Parocho em doutrinar o povo; derrame-se a instrucção por todas as camadas da sociedade, fortaleça-se o princípio da autoridade, e cerque-se a todos os agentes do poder público de prestígio e de consideração, e a estatística criminal não registrará tantos crimes" (55).

É da forma inclusiva da política que tratam as autoridades. Um espaço nitidamente marcado pela diferenciação entre o "social" e o "político" norteia a fala e a ação dos comentadores. Apelará ao genérico, às abstrações, às representações universalizantes para tratar de uma população, detalhadamente descrita em números, inquéritos e relatórios, não conformada como povo, sem identidade e infensa aos princípios liberais-democráticos. Esta "ausência" - corrente e vitoriosa na historiografia brasileira, espécie de dilema último a se debater nas considerações políticas, origem e resultado do autoritarismo e da prática conciliatória, descompasso com as formações nacionais paradigmáticas - recobre a história como uma "sombra espessa", avesso da civilização, trevas, concebidas como o outro lado da mesma medalha, contrasenso da formação política, falso contraposto da autoridade frente ao desenvolvimento das liberdades.

É o delineamento genérico de um espaço público cultuado como a formação moral do cidadão que autoriza os administradores a recorrerem a informações generalizantes sobre o homem "pacificado"

(55) Relatório da Repartição de Policia, 1873.

na instituição da escola (56). Incluir homens despossuídos da capacidade política e da capacidade de julgamento implicou a criação de um mundo social suficientemente fragmentado para conter a assimilação. Para manter a exclusão, reforça-se a assimilação e a domesticação em espaços públicos destituídos da fala política, isto é, inventariando officios, localização, crimes, moradias, famílias e instrução, reserva-se aos homens pobres o espaço social da cidade - nomeando-os também como atores históricos - contraponto necessário à sua liberdade, limitada pela reiterada referência à sua debilidade constitutiva.

O século XIX marca sua especificidade: tornado o império das mercadorias e das inversões inerentes à sua produção, concentra nas cidades o espaço de domínio igualizado de homens desiguais. Remete diretamente ao político, instância decisiva das transformações. Morte da Cidade, isto é, de sua natureza política e cidadã. A história das ausências, sobrepõe-se ativamente uma presença: o mundo social tornado o espaço público do exercício abstrato da política investe em personagens destituídas da palavra o peso de objeto de intervenções administrativas. Conferir humanidade a estes emudecidos da civilidade, incapacitados de opinião, é tarefa formativa, e que remete a princípios abstratos de paradigmas universais:

"a obrigatoriedade da instrução primaria foi re-
pellida como infensa aos princípios liberaes, en-
tretanto a illustração mais devotada ao regimen re-
publicano, um dos maiores vultos do seculo, ainda

(56) As discussões sobre a obrigatoriedade da instrução pública e sobre a formação do professor primário, são abundantes nos relatórios presidenciais, desde 1852. Consultar M. Stella M. BRESCIANI, Liberalismo: ideologia e controle social, citado. Não conheço nenhuma outra pesquisa que remeta a instituição escolar primária aos seus pressupostos liberais e desvende o significado do parecer do diretor da Instrução Publica: "O fim é constranger as familias para disseminar luzes". O tema é delicado. Consultar, para uma primeira aproximação, "Educations des sans-nom" in Les sauvages dans la cité (auto émancipation du peuple et instruction des prolétaires au XIXè siècle), Collection Millieux, dir. par Jean-Claude BEAUNE, Seyssel, Ed. du Champ Vallon, 1985.

ha pouco, no discurso de encerramento da sociedade propagadora da paz, compendiando os elementos vitais da democracia, compreendeu-a entre elles, a par da liberdade do ensino! Que autoridade pretende-se na questão mais competente e insuspeito que a de Victor Hugo? Nós, porém, ambicionamos instituições livres, e por não sei que respeito a abusos do patrio poder, somos panegiristas da sua faculdade de destinar a descendencia ás trevas de crassa ignorancia; visamos um contrasenso - o do império da opinião em povo de analfabetos" (57).

É este mesmo Victor HUGO, "panegirista das liberdades democráticas", quem recusa a cidade, lugar do vício, laboratório do crime:

"Les villes font des hommes féroces, parce qu'elles font des hommes corrompus. La montagne, la mer, la forêt, font des hommes sauvages. Elles développent le côté farouche, mais souvent sans détruire le côté humain" (58).

O selvagem - do reino da natureza - e o feroz, corrompido pelo artifício. O habitante da cidade desfaz-se na sua indeterminação. Daí a idéia de desordem, a doença, o crime. Formá-lo, eis novamente a intenção profilática e pedagógica.

Durante o século XIX, uma rede institucional é criada em São Paulo, sob os cuidados do Estado ou de irmandades religiosas, especificamente para o recolhimento de crianças órfãs ou abandonadas. Em 1879, o Seminario da Gloria abriga 87 alunos, o Instituto de Educandos, 94 e o Instituto Dona Anna Rosa, 97 (59). O presidente da Provincia determina as funções do Seminario da Gloria:

(57) Relatorio da Instrucção Publica encaminhado ao presidente da Provincia de São Paulo, 1870. Consultar H. ARENDT, Da revolução, SP, Atica, 1988.

(58) Victor HUGO, Les misérables, Paris, Librairie Générale Française, 1972, t. I, p. 88.

(59) Segundo os dados do Relatorio do presidente da Provincia encaminhado à Assembléa Legislativa em 1880.

"Eu desejava que o Seminário da Gloria pudesse receber centenas de orphãs desvalidas; serião ou tras tantas victimas arrancadas dos impiedosos braços da miseria que as arrasta ao abysmo da prostituição (...) o fim da instituição é amparar as meninas pobres e habilital-as à viver do trabalho" (60).

O parecer do Chefe de Policia - no item vagabundos - é indficio seguro da função entre profilática e repressiva da autoridade frente às "fraquezas da humanidade":

"Relativamente ás meretrises, que não estão comprehendidas no § 2º do Art. 12 do Codigo do Processo Criminal, é tempo de acudir aos reclamos da opinião publica (...)

Compete á Municipalidade, assim como á policia e á junta de hygiene interferencia directa n'este assumpto.

Urge pôr um paradeiro aos desmandos dos especuladores que affrontam a nossa civilisação com a exposição de infelizes mulheres nas ruas mais publicas.

Há quem estremeça diante da idéa de um regulamento sanitario-policia, para essa classe de mulheres, sob o futil pretexto de que si dá ao vicio o character de instituição. Futil pretexto, repito, porque quando as fraquesas da humanidade trazem imperiosamente tão tristes consequencias, o maior serviço não está no abandono, mas em refrear a devassidão" (61).

Alguns anos antes, a memória de um comentador da cidade não registrava nenhuma referência à prostituição. Ao contrário, comparava São Paulo, positivamente, a cidades "modelo" viciosas, consideradas portadoras, marginalmente, dos "detritos" sociais, podendo engendrar, delas mesmas, o mal:

(60) Relatorio do presidente da Provincia encaminhado à Assembléa Legislativa em 1876.

(61) Relatorio da Secretaria de Policia da Provincia, encaminhado ao presidente da Provincia em 1879.

"Desde que a noite cerra as claridades do horizonte nas suas ruas não há o trafico infame da prostituição (...) A sentina do vicio, o resíduo as queroso das imundicies está na côrte, está em Paris, está em Londres, (...) Aqui, não!" (62)

É que há um duplo sentido nas representações sobre a pobreza: imagem recolhida à natureza - ao sombrio, à selvageria - a sua presença na cidade inquieta pela virtual e sempre possível degenerescência. Homens sem nome, imorais e incompletos, a "vagabundagem" e a "doença" são seus correlatos imediatos. Educar ou sanear são atitudes inúteis, quando se trata justamente de dirigir-se aos destituídos de qualquer humanidade. Simplesmente reprimir a "vagabundagem" e afastar a barbárie das vistas delicadas da "aperfeiçoada civilização" é o melhor dos artifícios, contra uma natureza incultivável:

"Começamos applaudindo com as mãos ambas as medidas que o Dr. Chefe de Polícia está pondo em prática no sentido de reprimir a desavergonhada mendicidade em São Paulo. Ninguém mais podia dar um passo que não encontrasse a figura repelente de um esfarrapado a estender a mão, choramingante, a mão para implorar uma esmola.

(...)

Mendigo ou imigrante invalido, ninguém o sabe; mas o que é certo é que elle constituia a sombra espessa de nossa tão aperfeiçoada civilização e do nosso tão decantado progresso" (63).

Por outro lado, pode a pobreza se inscrever na própria história, desnaturalização de seus atributos, intervenção calculada sobre sua presença genérica. Importa, então, a nomenclatura especializada, instituições apropriadas a cada caso: à prostituta, ao mendigo, ao imigrante, ao vagabundo, ao desordeiro, ao ébrio, ao trabalhador

(62) Pessanha POVOA, Annos academicos, Typographia Perseverança, 1870.

(63) O Rebate, nº 67, 16/12/1898.

da estrada de ferro, ao escravo, ao trabalhador doméstico, ao empregado no serviço público, ao criminoso, ao sem-trabalho, ao órfão, ao inválido, às meninas abandonadas, ao doente.

Preocupa-se o presidente em relatar, do total de presos na Cadea da capital, suas "origens": em 1870, há 39 estrangeiros, 209 nacionais e 99 escravos. Trata-se "de uma escola de ensino e de moral", mas pede a transferência do prédio da prisão, para local que não ofendesse aos hábitos de civilidade da população identificada com a "moralidade publica":

"a transferencia dos presos de cadêa para um raio que se pôde accrescentar àquelle edificio seria um grande passo dado em favor da regeneração do delinquente e acabaria com a immoralidade e o escandalo que dão esses infelizes agglomerados em uma prisão immunda, ou então vagando cynicamente pelas mais frequentadas ruas da capital" (64).

Parece ser mais prosaico, seis anos depois, o motivo da transferência:

"Na propria Capital reconhecem-se os graves inconvenientes da Camara funcionar no pavimento superior da Cadêa; mais de uma vez as exhalações das prisões têm prejudicado a saude dos Vereadores ou jurados" (65).

Perigo social, humanidade incompleta, individuos ferozes. O nomadismo de homens arrancados violentamente às suas origens, excluidos do exercicio fundamental da politica que as cidades propiciam, reconhecidos como objetos da intervenção médica e policial, emudecidos virtual e efetivamente por uma linguagem ao mesmo tempo profilática

(63) O Rebate, nº 67, 16/12/1898.

(64) Relatorio do presidente da Provincia apresentado à Assembleia Legislativa em 1870.

ca e repressiva, oferece esta espécie de "epistemologia" própria, imagens coincidentes entre a natureza animalizada do indivíduo e o projeto de instituição de um corpo social homogêneo. Para isto, criação de uma "raça", o "pequeno trabalhador infatigável", na feliz expressão de L. MURARD e P. ZYLBERMAN (66), transformação súbita da cidade tornada o espaço das representações do homem novo (67).

Daf, a opacidade com que nos é revelada a cidade. A aproximação utópica da razão à cidade, espaço do convívio articulado e compreensivo, uma "mecânica social" impressa no organismo pulsante do mito da civilização moderna, espelha-se no seu próprio estranhamento: dentro dela, ao contrário do que criam as utopias, o grande de serdado do espetáculo racionalizado. Pantomima do Ideal, as cidades no século XIX revelaram a força da palavra persuasiva produzida sobre e através das imagens criativas que as tornaram verdadeiras protagonistas da separação fundamental entre o mundo social e a política. Intransigentes, as metáforas da ordenação do urbano esbarraram no seu "estrangeiro": de laboratório da civilização à criação do monstro, cidades diabólicas, manifestação histórica de um tempo corrosivo que não se submete à racionalidade (68).

Remissão à técnica política como arte da gerência de indivíduos a quem é preciso conter numa "forma", mais ação que "imitação" de qualquer ideal, conversão dos "simples" em personagens ativos na cidade que lhes recusa a palavra. Transformação dos princípios da ca

(66) L. MURARD e P. ZYLBERMAN, "Le petit travailleur infatigable" in Recherches, citado.

(67) Ver Jean-Claude BEAUNE, "Images du mauvais pauvre (antitravail et anti-éducation: la figure du vagabond au XIX^e siècle" in Les sauvages dans la cité, op. cit.: "...un darwinisme qui recrée au coeur de nos cités industrielles des hommes préhistoriques et des hottentos cannibales qui ont le mérite suprême de manger parfois à notre table", p. 186.

(68) Consultar M. Stella M. BRESCIANI, "Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)", Revista Brasileira de História, 5 (8/9), set. 1984/abr. 1985, pp. 35-68.

ridade pública em administração da multidão, agindo sobre indivíduos particulares, anônima, que elege o Estado como ordenador da pobreza crônica e ameaçadora. Duas proposições que não se excluem nos debates administrativos da cidade (69).

O seminário de Educandos na capital exhibe o ar austero e a construção pesada, pequenas celas compondo a fachada enorme, fabril. Meninos uniformizados posam em fila para a foto (70). O álbum documentário da construção da estrada de ferro (71), revela canteiros de obras, acampamentos de trabalhadores anônimos (sem legenda, as fotos permitem adivinhá-los: negros, portugueses, italianos, espanhóis, quando registrados nas ocorrências policiais), os trilhos, a mata Atlântica, o trem, as estações, engenheiros para a pose final da inauguração.

No Paço Municipal (junto à cadeia), crianças vestidas como adultos, posam para o registro do fotógrafo. Instantâneo, da cidade que guarda sua memória, de medalhões de patriarcas e senhoras (72), do passeio pelo Viaduto do Chá, de negros mercadores à porta de sobrados do centro da cidade.

A imagem fragmentada não é "irreal": demonstra os espaços da Cidade que administradores reconhecem como circulação desordenada, experiência da norma igualizada para "cidadãos" perfilados nas mesmas fotos:

- (69) Sobre a formação do Estado-Providência especificamente em sua relação com as cidades e as teorias da "degenerescência", ver Gareth Stedman JONES, Outcast London: a study in the Relationship between Classes in Victorian Society, Pègrine Books, 1976; e L. MURARD e P. ZYLBERMAN, "La cité eugénique", Recherches, (L'haleine des faubourgs), nº 29, dec. 1977.
- (70) São Paulo Antigo, álbum, 1860, sem referência de autor ou editora. Disponível no Arquivo do Estado de São Paulo, para consulta.
- (71) Vistas da Construção da Estrada de Ferro, 1865, sem autor e sem edição. Disponível na BMSP (Seção de Obras Raras).
- (72) O Retrato Brasileiro, (fotografias da coleção Francisco Rodrigues: 1840-1920), RJ, FUNARTE/Fundação Joaquim Nabuco, 1983.

"Art.5º: os individuos que proferirem nas praças e ruas publicas injurias e obscenidades contra a moral publica soffrerão a multa de 20\$000 reis e 3 dias de prizão. Sendo escravos a multa será substituida por 50 açoites" (73).

"Art.3º: os cocheiros que descerem das almofadas e largarem os animaes nos carros, sendo escravos, serão castigados com 50 açoites, sendo livres 8 dias de cadeia" (74).

Exclusão, é certo, pela simples presença da escravidão. O procedimento oculta penalidades distintas (conforme a condição de proprietário ou não de seu próprio corpo e bem) para faltas idênticas. No entanto, a administração dirige-se a habitantes igualizados na cidade, normatizados segundo a regra genérica da "urbanidade" e da circulação.

Recusada a política a homens desprovidos de civilidade - entre os crimes comuns, ainda são frequentes as "desordens derivadas de motivos eleitoraes" (75) - retirá-los da estreita e acanhada experiência cotidiana, apresentá-los a uma paisagem retocada, por oposição a um mundo sombrio porque submetido à perpetuação das necessidades, organizar um espaço social onde coubessem as desigualdades lado a lado, promove a distinção fundamental entre a vida privada "insalubre" e a vida pública regeneradora.

Espécie de Oasis harmonizado da convivência no passeio elegante,

"Os jardins publicos não são somente um embellezamento das cidades, o que aliás já autorisaria a sua construcção; são tambem uma especie de Oasis

(73) Atas da Camara da Cidade, projeto de postura da sessão de 19/7/1860.

(74) Atas da Camara da Cidade, indicação de postura da sessão de 25/5/1862.

(75) Relatorio do presidente da Provincia de 1861.

em que as pessoas mais favorecidas vão procurar distração, e em que a população pobre, além d' esta, a única que pôde ter, vai respirar um pouco de ar mais puro, que lhe falta no estreito ambito de ruas acanhadas, e as vezes, insalubres habitações" (76).

3. Os espaços da civilidade

Ordenar o espaço público - neste período, para São Paulo, definido por oposição ao espaço doméstico, acanhado e recluso - significou apostar no exercício da sociabilidade como índice manifesto das virtualidades civilizatórias da cidade.

A liberdade incompleta do homem pobre (77) submetido ao mundo do trabalho, sombrias alegorias de vidas restritas, acabrunhadas e melancólicas - excluía-o da política, à medida mesmo em que o incluía em um mundo social construído como público, dicotomia apresentada como legítima ordenadora da cidade. Se não se fizeram cidadãos no sentido radical do conceito (reconhecido contratante da política), incluí-los no espaço público da cidade construiu o projeto burguês no século XIX como um espelho cínico de sua própria dominação. Mimetizando o ideal moderno da cidade, é da ordenação do mundo social segundo os preceitos da civilidade que tratam as autoridades, recusando assim qualquer inversão radical do uso político do espaço.

Variados são os espaços de sociabilidade: as ruas onde, de acordo com os comentadores, deve estar livre a circulação, normalmen

(76) Relatório do presidente da Província, 1862.

(77) Consultar M. Stella M. BRESCIANI, O anjo da casa, UNICAMP, mar. 1990 (mimeo).

te coibida pela sua pouca largura, pela sujeira ou pela presença do comércio fora dos pontos de venda:

"Multe o presidente, multe o chefe de policia, multe o commandante de linha, multe os soldados, multe a carroça, multe o burro; mas livre a população daquela fedentina" (78).

Em 1860, a Camara sugere a transferência das casas de comissões e armazéns para fora do centro,

"que atrapalha a passagem do publico em ruas apertadas para os Largos de Bexiga, S. Franco., S. Bento, Collegio, Carmo', Cadêa" (79).

Um ano depois, apresenta-se a proposta de construção de uma praça comercial,

"(...) A realização de um tal estabelecimto, é coisa que cada vez se tem tornado mais necessaria para obviar os graves inconvenientes q.ordinariamente se dão nesta cidade pela accumulção e encontro de tropas de animaes e carros parados pelas ruas, o que alem de embaraçar o transito muitas vezes tem sido causa de desastres contra pessoas q. tranzitão" (80).

Em 1870, é apresentado à Camara

"abaixo assinado dos moradores na Barra Funda, districto de frega, de Santa Ifigenia, representando contra a pouca largura da rua" (81).

(78) O Polichinelo, nº 33, 26/1/1876.

(79) Atas da Camara da Cidade, expediente da sessão de 1/3/1860.

(80) Atas da Camara da Cidade, proposta da sessão de 18/4/1861.

(81) Atas da Camara da Cidade, sessão de 20/11/1870.

As multas mais frequentes, nas quatro últimas décadas do século XIX, por infração de posturas, são aquelas referentes ao uso considerado inadequado do espaço da rua: possuir armazém sem a licença correspondente, venda de gêneros "corruptos" nas pontes, não obedecer ao alinhamento das casas e pela sujeira das calçadas e limpeza das testadas das casas.

O chefe de policia do governo João Teodoro recomenda a observação rigorosa das posturas municipais:

"nas ruas não há asseio; vallas insalubres cortão a cidade, em alguns lugares, margeados por um vegetação que apodrece pela acção de aguas putridas e estagnadas, servindo o seu leito para despejo publico. A agglomeração de pessoas em casas sem ventilação, sobretudo nas quitandas, não é menos nociva" (82).

Sugere-se a instalação de mais 50 combustores no centro:

"Para quem attenta ao crescimento sorprendente da edificação e população n'esta capital - os bairros importantes que se formam como por encanto, e o movimento constante entre o centro e os arrabaldes, não pôde causar surpresa a exigencia de maior numero de combustores, cuja luz proteja o trafego licito á noite e sirva de embaraço aos que pedem às trevas auxilio para a pratica de crimes com pouco risco da acção da policia" (83).

E atenta-se para o bom uso da rua, evitando-se desordens e bebedeiras, nos dias de festas populares. O officio do chefe de policia encaminhado à Camara ordena

(82) Relatorio do Chefe de Policia, 1874.

(83) Relatorio do presidente da Provincia, 1881.

"activar os fiscaes para a boa execução do artº 48 das posturas municipais nos tres dias do entrudo" (84).

Também as festas e cerimônias religiosas devem ser ordenadas e são duramente reprimidas:

"Ficção prohibidos, na freguezia da Sé e Sta. Ifigenia, sob as penas de multa de 30\$000, e 3 dias de prisão, os dobres de sino por defuntos" (85).

Os jardins públicos, cercados e protegidos de "malfeitores" que desconhecem o uso do espaço:

"Para que (estes) estabelecimentos possam offerecer o aspectos que é próprio d'elles, força é que se guarde e exerça uma certa policia, que prive, e prohiba o goso indiscreto e injustificavel, á que certa gente julga ter direito, considerando propriedade sua quanto n'elles existe" (86).

Em 1863, pede-se a organização de uma policia no "jardim inglez".

No Jardim Público, único lugar de recreio,

"os muros que o cercão estão em alguns lugares de teriorados, e em mais de um ponto cahidos, dando ingresso a animaes damninhos que o estragão, e a malfeitores que á noite alli entrão e subtrahem as suas poucas e mais preciosas plantas" (87).

(84) Atas da Camara da Cidade, expediente da sessão ordinaria de 20/2/1874.

(85) Atas da Camara da Cidade, projeto de postura apresentado na sessão de 19/7/1862.

(86) Relatorio do presidente da Provincia, 1862.

(87) Relatorio do presidente da Provincia, 1870.

Os chafarizes e torneiras espalhados pela cidade, ainda que em número restrito, concentram parte de população - especialmente es cravos domésticos e mulheres - em torno de atividades cotidianas ou servem de ponto de encontro de tropeiros, como o chafariz do Piques ou o do Bexiga (88). Apesar da repetida falta de água, do uso das vertentes e ribeirinhos para abastecimento da população, de contami nação em algumas torneiras, dos constantes reparos nos chafarizes, das dificuldades para introdução de água encanada nas casas (89), as fon tes, torneiras e chafarizes da cidade constituem espaço não desprezível de convivência dos habitantes.

Em 1862, contrata-se a construção de mais 8 chafarizes na cidade, que deverão manter abertas suas torneiras das 5 às 10 da noi te: Cadea, Sé, São Bento, Carmo, São Francisco, Curros, Luz e Conso lação (90).

A Camara sugere, com certa frequência, a remoção de certos chafarizes para locais mais apropriados:

"... que a torneira d'agoa que está collocada jun to a Igreja do Rosario, seja transferida para ou tro ponto mais conveniente, por isso que no lugar onde se acha, não só estorva o transito pela por ta que dá ingresso a uma capella da mma. Igreja,

(88) Byron GASPAR, Fontes e chafarizes de São Paulo, bicos-de-pena de Paolo Ferreti, SP, Conselho Estadual de Cultura, s/d.

(89) Há referência a distúrbios provocados no Largo do Rosario, quando da retirada do chafariz ali existente, substituído pelo serviço de água encanada fornecida pela Cia. Cantareira de Aguas e Esgotos. Mais frequentes, porém, são as denúncias de desordens tanto nas Atas da camara Municipal quanto nos Relatorios de presidentes da Província, motivadas pela aglomeração dos moradores em torno dos chafarizes.

(90) Segundo Relatorio do presidente da Provincia do ano de 1863. Estas informações não são referendadas pela historiografia paulistana. Pode tratar-se apenas de projetos de construção. No geral, os mais antigos chafarizes - bicas de pedra e cal - foram demolidos (o primeiro é o de São Francisco) e outros construídos em seu lugar. Em relação a estes 8 citados, à exceção do Chafariz da Luz, os demais foram construídos, segundo os biógrafos da cidade, entre 1875 e 1882, e todos demolidos em 1893.

como tambem a vozeira e mesmo palavras obscenas dos escravos que ordinariamente ali se reu_uem, per_uturbão os sacrificios e mais actos religiosos que quotidianamente se celebrão naquelle templo"(91).

Justamente o chafariz do Rozario, quando de sua reconstru_ução na década de 70, é alvo da ironia do jornal paulistano:

"É das obras da cidade
A de mór celebridade
É chafariz de espavento,
Caprichado monumento,
Que ha de além da eternidade
Guindar a fama das bicas,
Enchendo pótes e pipas,
Alagando immensas tripas
Em honra da Edilidade" (92).

Os cafés, os cabarets, os botequins, os restaurantes, as tavernas. Todos locais de encontro para fora das vidas domésticas e retraídas dos habitantes da cidade, vitrines de exposição de suas ma_uzelas ou de suas virtualidades, "perigosos" ou "elegantes", "anima_udos" ou "viciosos", formadores todos de uma vivência coletiva e pú_ublica que inscreve seus frequentadores numa mundanidade entendida po_usitivamente:

"Neste São Paulo aonde tudo navega em um mar de cynismo, é obra de caridade indicar ao publico um ponto de palestra animada, e onde, além do mais, é facil molhar a palavra por quaesquer quatro vin_utens" (93).

(91) Atas da Camara da Cidade, indicação da sessão de 31/10/1861.

(92) O Polichinelo, nº 10, 18/6/1876. O chafariz do Rosario, construído por Henri_u que Luís de Azevedo Marques é inaugurado em 1874, foi dos mais deficientes em matéria de abastecimento e, segundo os comentadores, prova irrefutável de mau gosto arquetônico.

(93) O Cabrião, nº 11, 9/12/1866.

Referia-se o jornal ao Café Laurette, no "centro da cidade", um número depois de criticar os costumes paulistanos, reclusos e en-simesmados e anunciar o baile promovido na casa do Sr. Martinho Prado, na Consolação (94). Além deste café, pelo menos 3 outros estabelecimentos - com muito mais presença nas memórias da cidade - reúnem os moradores elegantes: O Cabaré do Sapo Morto, na rua de São João, desde a década de 50 frequentado pelos estudantes da Academia e mantido até, pelo menos, 1897; o Café Europeu, na rua da Imperatriz, inaugurado em 1876, possuidor de famoso "fumoir" junto a um luxuoso repuxo, frequentado pelas autoridades da cidade e fazendeiros de passagem e a Sereia Paulista, casa de banhos, localizada na rua de São Bento, frequente nos álbuns de fotografia, inaugurada na década de 60 e fechada em 1876, funcionando diariamente das 6 da manhã às 10 da noite:

"O estabelecimento, que tem seus ares de paraizo, funciona ha muito pelo lado dos banhos, mas agora, que o calor principia a fazer das suas, a sorveteira trabalha com affinco para refrescar os bons paulistas que sempre serão recebidos ali com especial contentamento do proprietario.

O Cabrião apoia a lembrança e recommenda aos quentes de corpo e de espirito a frequencia daquella casa refrigerante. Ali são recebidos, sem distincção, tanto protestantes como catholicos, jesuitas e atheus.

Todos são iguaes perante a tabella de preços"(95).

Anos depois, é a ausência de locais formadores deste refinamento do gosto, desta espécie de civilidade fundada na experiência pública cultivada pela música e pela literatura, que reclama o editor do jornal do Brás:

(94) Idem, nº 10, 2/12/1866.

(95) Idem, nº 12, 16/12/1866.

"No Braz, porém, a nesga populosa mais importante da capital, não ha os botequins de literatura nem cabarés; ha, entretanto, e em quantidade a corda epidemica dos cafés cantantes, frequentados na sua totalidade pela bohemia... desocupada e perigosa" (96).

Os chefes de policia recomendam aos fiscais da Camara Municipal que visitem tavernas e vendas, para coibir o alastramento da "terrível epidemia de bexiga", o jogo ilegal, a presença de vadios e desocupados e as atividades "ilícitas":

"chamamos a atenção da policia para uma taverna existente (no Braz) onde costumam reunir-se algumas meretrizes..." (97).

As tavernas, os restaurantes e os cafés são alvo permanente da ação administrativa: praticam-se vistorias, regulamentam-se os horários de funcionamento, impõem-se o uso do espaço comercial para dentro de suas fronteiras regulamentadas. Um vereador recusa as medidas que proíbem a abertura das casas de negócio aos domingos, considerando-as anti-progressistas e anti-sociais:

"um oceano de males q. essa meda. impoz a uma pop. inteira, que não deve soffrer aqlo. q. se oppoem as Leis Sociaes e do progresso, e q. a desdoira o conceito a q. tem todo o juz huma Capital ja tão civilizada" (98).

São frequentes os requerimentos enviados à Camara pedindo revogação da postura ou autorização particular de funcionamento:

(96) Folha do Braz, nº 73, 18/6/1899.

(97) Idem, nº 94, 23/12/1900.

(98) Atas da Camara da Cidade, proposta de sessão de 16/2/1860.

"Da viuva Roger pedindo autorização para ter o seu restaurante a rua do Commercio aberto todos os dias até a meia noite, pagando os respectivos impostos" (99).

Do mesmo modo, a sociabilidade recolhida ao interior das casas é alvo de preocupações e multas impostas pela Camara, e reclamadas pela população:

"De José Kaver, morador a Freguesia do Braz, reclamando contra a multa que injustamente lhe foi imposta pelos urbanos daquelle Destricto pelo facto de ter o supplicante, no dia 7 de julho deste anno, dado em sua casa um baile de sociedade particular" (100).

A cidade constituída como a organização de um espaço público supõe, no mesmo caminho de sua construção, a formação do gosto, um certo refinamento dos hábitos, um "gosto distinto, puro e exigente das cidades" (101). Neste sentido, apontar as obras, os edificios e as construções não é mera prestação de contas do presidente da Província. Em 1893, entre as obras públicas constam o Desinfectorio Central, o Instituto Vaccinogenico, o Necroterio e o Desinfectorio do Hospital dos Immigrantes. A lista pode ser menos mórbida: acrescentam-se o quartel de policia, a Escola Normal, O Gymnasio Escolar, secretarias de Estado, todos obra de Ramos de Azevedo. O projeto de construção do Grupo Escolar da Luz exemplifica bem o carácter civilizatório do edificio:

"será um edificio escolar digno de uma cidade civilisada, como são todos os projectados pelo architecto Ramos de Azevedo" (102).

(99) Atas da Camara da Cidade, sessão ordinária de 19/9/1878.

(100) Atas da Camara da Cidade, sessão de 19/9/1878.

(101) Michelle PERROT, "Os operários, a moradia e a cidade no século XIX" in Os excluídos da história, RJ, Paz e Terra, 1988.

(102) Relatorio apresentado ao presidente do Estado pelo Secretário dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 1893.

Assim concebida, a sociabilidade, organização sistemática progressiva e "civilizada" de um espaço considerado público, refaz o conceito de cidadania e, operando com os instrumentos de cisão entre o mundo social e o mundo político, produz a exclusão dos despossuídos, deslizando de uma fala mais apropriadamente política para uma técnica de administração e gerência que constrói uma esfera particularmente inclusiva da experiência urbana.

A cidade pode ser este espaço, a representação de uma dimensão política inequívoca, mas justo por conter esta virtuosidade formativa do cidadão, traduz-se em sua dimensão sensível como verdadeiro espetáculo de sua criação, palco e campo de experiências de civilidade.

Uma história complexa, a história da cidade confunde-se com a formulação política de um espaço urbano domesticado: campo de experimentações, laboratório das ciências sociais, objeto de intervenção administrativa, há uma "imagem material" que cola-se às representações da "Cidade Ideal". Permite viver, entre o assombro do presente e a localização da profecia, a cisão operada na própria história. A exclusão "naturalizada" do homem pobre destituído de atributos e qualidades políticas, permite, exatamente no campo das experiências urbanas, remetê-lo à esfera pública, inclui-lo como contratante de um pacto de civilidade, ao mesmo tempo formativo e excludente.

O mundo público, aqui, confunde-se com uma história dicotomizada em seus pressupostos, combinação de elementos justapostos, gênese de uma história dual repetida na historiografia política brasileira. Exclusão e desenraizamento são, certamente, fortes marcas da modernidade (103) articuladas, porém, por esta construção simbólica

(103) F. Foot HARDMAN, "Cidades errantes: representações do trabalho urbano-industrial nordestino do século XIX", Ciências Sociais hoje, SP, Vértice /ANPOCS, 1988, pp. 64-80.

da grande cidade guiada pelas representações políticas da integração e da assimilação.

O resultado será apontar a cidade de São Paulo imersa em um "estado de guerra" exposto nas ruas: uma cidade sitiada em sua própria conformação, espetáculo da barbárie e reino diabólico do desconhecido que coíbe a vicia as possibilidades da Cidade Ideal, inversão fantasmática de suas virtualidades:

"Aos sabbados, atravessar as ruas centraes da cidade era trabalho superior ao do rompimento de linhas inimigas em dia de encarniçado combate.

(...)

Uma cidade americana, jovem e opulenta, não podia assim apresentar o aspecto de um bairro "musulmano" (104).

Trabalhar pelo avesso, atravessar o outro lado do espelho: as imagens constitutivas da cidade moderna penetraram o "laboratório secreto" de produção de uma linguagem política estratégica que, por ser a linguagem da dominação, exclui os "estrangeiros" e identifica o "inimigo".

Até quando falamos da cidade sem conhecer o peso político de cada argumento da imagem dela produzida? Um ponto num mapa qual quer pode conter mil camadas indecifráveis, fragmentos incompletos que conduzem a narrativa, totalidade por excelência das identidades modernas.

Até onde nos leva a binomia romântica, a marca do sensível no tempo da história?

(104) O Rebate, nº 68, 18/1/1899.

CONCLUSÃO

No relato do viajante vindo do Rio de Janeiro e preocupado em descrever a "modesta e pacata cidadezinha", menor que Porto Alegre em 1885 (1), um ponto menor no espaço da geografia política, São Paulo constrói-se como campo específico da narrativa, objeto da atenção artilosa do observador, visitante passageiro e fortuito da história da cidade.

(no Brás) "não encontrei nada digno de nota" (2). Chegando a São Paulo pelo Brás, a Hospedaria dos Imigrantes e o enorme movimento de trabalhadores estrangeiros, o convívio de línguas e etnias diferenciadas, a presença dos intermediários contratantes de força-de-trabalho e de empregados do serviço de higiene e polícia a controlarem a entrada e a saída destes homens, certamente interessavam ao cronista (3). O Brás, no entanto, é o bairro onde não encontra nada digno de relato. Há algo de intrigante na afirmativa. Para além da descrição do viajante, o espaço que, relatado, não aparece dignificado é aquele onde ausentes os paradigmas da convivência social civilizada.

"Precisamos edificar hotéis, rasgar avenidas, construir theatros", afirma o jornalista-bacharel do romance de B. CEPellos (4) numa claríssima enumeração dos artefatos da correta civilidade.

(1) Em número de habitantes, pela informação de KOSERITZ, op. cit.. A receita da Câmara Municipal para São Paulo no ano de 1873, no entanto, já excedia a de Campinas: 52:542\$000 contra 49:650\$000 daquela "opulenta cidade", conforme o Almanach da Província de São Paulo, para 1873.

(2) Carl von KOSERITZ, op. cit.

(3) KOSERITZ anota, inclusive, a grandeza do edifício, suas proporções e usos.

(4) B. CEPellos, O Vil Metal, op. cit., p. 139.

Isto aqui, nos interessa: a mesma personagem do romance naturalista, no mesmo tom de indignação, afirma:

"nas chamadas rodas aristocráticas paulistanas o mais que a gente consegue é bestialisar-se elegantemente" (5).

A fantasia dos comentadores é insaciável como a atividade da imaginação. A passagem pelas imagens díspares da cidade parece remetê-los a um campo atormentado do registro: cultores do gosto refinado e elegante que as cidades propiciam, relatam-na pelo avesso, um espelho invertido de sua própria formação. Momento privilegiado da constituição da ordem burguesa, construir uma sociabilidade entendida como a conciliação de interesses apostos em projetos de formação civilizatória, é a maneira com que envolvem a cidade de São Paulo reconhecida como a sociedade de homens livres e dotados da capacidade de diálogo.

Próximos, talvez, ao que adverte Gabriel COHN em artigo sobre a dialética da cultura em T. ADORNO: a referência é a sociabilidade, "no limite, o convívio de salão, a conversa no seu sentido mais clássico" (6).

Devolver a cidade à pólis, espaço de convivência e diálogo, exercício da política na cidade, uma "reconciliação entre formas iluministas e aristocráticas" (7), obrigaria a uma revisão radical do conceito de cidade no século XIX, o século propício a refazer sua "hora histórica exata".

(5) B. CEPellos, idem, p. 39.

(6) Gabriel COHN, "Difícil reconciliação: Adorno e a dialética da cultura", Lua Nova (Revista de Cultura e Política), SP, maio 90, nº 20, Cultura e Modernidade, pp. (5-18).

(7) Idem, p. 15.

Perderam, os narradores da história da cidade, a oportunidade de constituir o campo privilegiado de uma política radicalmente transformada, uma historicização refletida do próprio conceito de cidadania, na hora em que discutiam o projeto de formação da República. Justamente porque - não é difícil adivinhar - o projeto republicano liberal (aqui, como nos países paradigmáticos, aposta na formação de uma ordem burguesa entre a convenção arbitrária e a rebelia do indivíduo), não produziu uma res-publica, porém etiquetas formais, paródias da política, ironias da cidadania, entre a emancipação e a integração, recurso às totalidades violentas ("raça", "povo" ou "nação"), ausência de civilidade (8).

Em São Paulo, "é só café e política, ou politiquice" (9).

A política se esvai, melancólica, em "politiquice" e interesse, numa alusão, tantas vezes reiterada pela historiografia, à incompletude da nossa modernidade, ornamento ou desvio.

Nem bestialidade, nem elegância na política: jogo instrumental dos interesses, a transposição de campos românticos inspirados em tão diversas matrizes, incapacita o juízo correto, confunde o exercício da civilidade com a etiqueta da sociabilidade restritiva e hierarquicamente excludente. Evita, num ardil tantas vezes demonstrado, a radicalização de um espaço público que pudesse ser totalmente feito.

(8) "O menosprezo à civilidade como ornamento superado, inútil e externo, apenas confirma o mais externo de tudo, uma vida de dominação direta. Que entretanto a supressão até dessa caricatura de civilidade na camaradagem dos encontrões, como escárnio à liberdade, torne a existência ainda mais insuportável é somente mais um indício de como se torna impossível a convivência dos homens nas condições presentes", citado de T. ADORNO, "Mínima Moralía" in G. GOHN, op. cit., p. 17.

(9) B. CEPellos, op. cit., idem, p. 41.

E é assim que referenciam a cidade de São Paulo, fantasma goria de aparição súbita, reconhecível quando embutida no número, na explicação totalizante e sociológica, na descrição empírica das ruas, praças e construções. Imersa nos símbolos é deles que se afasta a historiografia quando, motivada pelo surgimento de fontes documentais "contraditórias", recusa a concretude da forma para apostar num reverenciamento empírico da generalidade.

Pouca atenção é dispensada à afirmativa desesperada do viajante-missionário:

"Parecia que o contraste imperava por tudo"(10).

Como um jogo de espelhos no reconhecimento dos habitantes, é à duas humanidades que se dirige a estupefação: àquela que, rude e embrutecida pela necessidade de provar a subsistência, desconhece os parâmetros da urbanidade e à outra, embora senhora de sua própria produção, comporta-se como irreconhecível artífice da ordenação.

Mas não apenas da denúncia se ocupa o comentador, senão com a capacidade ilusória de seu próprio olhar. As cidades são esta experiência lucífera em todo o século XIX. É dos edifícios-símbolos que se nutre o imaginário - entre as representações sublimes da natureza (ou da história-naturalizada) ou trágicas da história (no sentido de imputar um destino humanizado aos artefatos tornados míticos):

(10) Daniel, P. KIDDER, Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do sul do Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo), Livraria Itatiaia/EDUSP, 1980, p. 221.

"E ao passo que o casario se alastrava, ora com pacto e alinhado, como um exército em marcha, ora solto e disperso como ovelhas errantes, as torres das igrejas e as chaminés das fabricas irrompiam gloriosamente para cima, pondo na transparencia do puro azul um forte eriçamento de flechas e torres. E, mediante as ondulações daquela formidável massa cinzenta, formada pelos tectos unidos, viam-se os fundamentos da primitiva villa de São Paulo do Campo, modestamente plasmada pelas mãos trêmulas do velho pe. José de Anchieta" (11).

Duas figuras dominavam o panorama entre as "quatro colinas" (o Carmo, o Collegio, S. Bento e S. Francisco): a torre do Sagrado Coração de Jesus e a torre da Estação Inglesa, a advertirem do

eterno duelo em que se debate a natureza do Homem: o desejo incontentável de ideal e de mysticismo em contraposição aos mundanarios appetites da carne peccadora..." (12).

O olho não se sacia de ver o que não é representação, por que anulado o próprio sujeito. Este, verdadeiro cristal, transparência absoluta, retoma os "blue devils" românticos na imagem da "massa cinzenta" dos edificios, contraposta ao "puro azul" da paisagem artificializada. O que vê é a metáfora mitificada dos símbolos, uma representação melancólica do sujeito, entre o ideal e a mundanidade.

É neste poder palimpsesto e panótico do olhar (13) que se instala uma dupla inscrição das cidades na política moderna.

(11) B. CEPellos, idem, p. 161 (grifos meus).

(12) Idem, ibidem, p. 163 (grifos meus).

(13) Utilizo as expressões de Christine BUCI-GLUCKSMANN, "L'oeil de la pensée: une mélancolie tragique", Figures de la Mélancolie, L'écrit du temps, nº 13, Paris, Les éditions de Minuit, printemps 1987, pp. 23-44. São retiradas do contexto, todavia, minhas citações. A proposição da autora, delicado esmiuçar do "olho melancólico", vai além da minha problemática: "C'est en tous cas à cette frontière du voir et du dire, de la parole poétique et du discours critique, que je souhaite dessiner cet 'oeil de la pensée' shakespearien" (pp. 25-26). A referência não é abusiva: siga sua pista de que há um "destino moderno da me

(Continua...)

19) A inscrição numa "teoria do conhecimento" oscilante entre o estatuto positivo da imagem e o desejo de ver o invisível. Daí que se possa representar São Paulo em temporalidades díspares: simulacros que se desprendem dos artefatos, as imagens da cidade são o acúmulo fragmentado, reunidas ao acaso, destas imagens. Podem soar fantasmagóricas ao século XIX cioso de segredar o não visto, de penetrar a aparência ilusionista.

Daí o ardil que nos envolve, herdeiros da totalidade romântica (a coincidência do objeto no olhar do sujeito) e da tirania subjetiva da modernidade: a pseudo-concreticidade dos paradigmas "cientificistas" nos atrai e recusamos a crítica racional, por demais tensionada, de práticas inversoras das experiências do olhar. As imagens, entretanto, requerem uma ordenação sistemática no campo da história. Recuam os comentadores da cidade, por este desvio, para a pretendida penetração das imagens e aí encontram "esclarecimento": a palavra, a narrativa histórica ilumina as sombras e produz o movimento mitificado da "modernidade". Conhecer é ver e ordenar sombras e luzes de maneira a fornecer um texto legível da cidade.

20) A inscrição numa "teoria política" dicotomizada, dúplice e dualista: não é do processo de constituição da cidade que falam os narradores políticos de São Paulo, mas da cristalização projetada da sua forma. Espécie de política ordenada a partir das contraposições binárias (história/natureza, civilização/barbárie), aí estabelece-se a violência de leituras que, ao suprimirem o movimento mesmo da constituição do espaço urbano, relevam o idêntico e a unidade forçada. São Paulo é uma só forma (aquela apontada nos números "reais" de

(... continuação da nota 13)

lançolia". "Voyeur, omnivoyeur et omnientendant, que regarde cet oeil mélancolique qui bien avant le panoptisme du XIX^e siècle cher à Foucault et Benjamin, veut 'tout voir et de toutes les manières', au point qu''être ce soit voir?" (p. 27).

sua "modernização": imigrantes, indústrias e população), "cristalização" e "ofuscamento" da história na camisa-de-força do procedimento a-crítico.

3

"Na Zona Temperada, 1º as casas são geralmente higienicas, mantendo as divisões da antiga edificação, apenas um pouco mais limpas, e apresentando como unico sinal de modernismo a substituição das rótulas pelas janelas de vidraça; poucos sobrados há ali, e raras são as construções de novos; 2º não há importantes estabelecimentos comerciais, não se vêem lojas de modas, cabeleireiros e alfaiates de fama, não se encontram bons restaurantes, nem grandes hotéis; 3º o movimento do comercio é quase nulo, e parece sê-lo também a atividade e progresso intelectual; não há livrarias, à exceção da pequena de Dolivaes, e nem jornais; 4º o aspecto geral daquela zona é melancólico, a fisionomia dos habitantes tem um não sei quê de tristeza; a gente que ali nasceu, e tem permanecido sob aquela temperatura, mantém os mesmos hábitos e costumes antigos: ouve missa cedo, almoça às 8 horas, janta às 2, ceia às 7 e em seguida reza o terço, às 8 vai dormir; não frequenta teatros e outros divertimentos públicos; suas reuniões fazem-se por ocasião das festas de S. Antonio, S. João e S. Pedro, ou para as rezas em algumas noites no cemiterio à rua da Gloria, ou para as festas de Sta. Cruz ou nos lados da estrada Vergueiro.

Na Zona Torrida, as casas têm aspecto alegre; a antiga fisionomia desta parte da cidade desapareceu; há imensas construções novas e de bom gosto e constantemente se fazem outras; ali se encontram importantes estabelecimentos comerciais, um sem numero de lojas de moda ou de bom tom, ótimos hotéis, excelentes restaurantes. A população revela grande atividade; os habitantes parecem sempre

contentes, passeiam, divertem-se, frequentam os cafés e confeitarias; são coloristas, não mantêm uniformidade sombria nos fatos; usam toaletes de feitios variados, de cores claras; não se vêem dois iguais. Quem, principalmente à noite percorrer as duas zonas, há de observar a notável diferença entre ambas: na parte da cidade sita na temperada encontrará silêncio e uns ares de velhas vilas ou atrasadas localidades do interior da província, na outra, grande animação, muito movimento de transeuntes e de comércio, variada expansão de atividade, um quê de festivo, a contrastar com as melancolias da outra zona, um bulício constante e tantas coisas mais que dão a esta parte da cidade, sita na tórrida, os foros de praça civilizada" (14).

A descrição por zonas de uma cidade civilizada: numa, apatia e descarnamento; na outra, os tons coloridos e movimentados de uma cidade que se festeja. Voltamos à figura da melancolia, eloqüente por oposição à "praça civilizada". Doença impressa na "loucura de tudo ver" que provoca a aparição de fantasmas e de sombras, iludindo o olhar.

Ora, a melancolia é obra do sujeito que vê ou inversão provocada pela desfiguração do objeto? Situamo-nos na configuração "realista" de uma cidade dúplice e sem identidade, ou na crítica do sujeito totalizante, capaz de decifrar aquilo que vê, mesmo quando a tessitura da explicação não ultrapassa o visível.

Arriscamo-nos: uma grande utopia visual, curiosa manifestação do pensamento invertido, opera articulando contrários. Zona Temperada/Zona Tórrida, tristeza/alegria, velho/novo, silêncio/algaravia, paralisação/movimento, doença/animação, religiosidade/mundanidade, igrejas/cafés, cores sombrias/cores claras, casario baixo/sobrados, re

(14) Firmo de Albuquerque DINIZ (JUNIUS), Notas de Viagem, Coleção paulística, vol. V, SP, 1978, pp. 98-99.

colhimento/civilidade, mesmice/heterogeneidade, tradição/civilização. A lista poderia ser infundável. A ressaltar o procedimento dualista da explicação da cidade, reviver cíclico de uma origem sempre retomada. O "flâneur" se perderia: não há o que registrar na sensibilidade que não esteja já definido em zonas, disparidades que o próprio espaço do passeio define.

O último desses pares revela todos os outros, tradição/civilização. As múltiplas "máscaras", travestimentos camaleônicos de um olhar que não se permite movimento, mas reiteração de formas já "conhecidas" estão contidas nesta contraposição. A forma, a figura da civilização só é discernível, no emaranhado sombreado e opaco de formulações generalizantes e pouco rigorosas, pela parêntese de outra figura: constrói-se, ao mesmo tempo rejeitando e recorrendo aos sinais da tradição. O procedimento é exemplar. Recusa a crítica para converter-se em texto definitivo da cidade, espécie de desenho lógico de sua ocupação. Ao fazê-lo, insiste na forma forte das imagens como apêndice referendador do conhecimento "empírico". Muito antes que ao final do século XIX se anotasse em números a "estatística do crescimento", já a sensibilidade romântica cristalizada na imagem do caos remetia à idéia de começo, de ruptura com o antigo, passando pela sua comemoração (15).

Ver a substância, desejo maior de todos os melancólicos narradores da cidade de São Paulo, ansiosos por atravessar as superfícies, mas instalando-se de um ponto do espaço que lhes esconde o espelho. Esta a astúcia maior: pretender o conhecimento e mimetizar as formas, o Ideal de cidade. São Paulo pode ser descrita como um espetáculo a ser encenado, espaço criativo da cena e das personagens. O comentário e a classificação segundo o clima, de JUNIUS, abarca num

(15) Paule LEVERT, L'idée de commencement, Paris, Aubier, 1961.

só golpe da escrita, "população e território". Pretendendo corresponder à "ciência moderna", descritiva e metódica, o viajante reduz seus objetos a uma inconciliável aparição de coisas e pessoas, "fantasmas" provocados pelo olhar pouco rigoroso, mas ávido e cobiçoso (16).

Ora, a melancolia é própria também do gênio criador, conforme a insistência romântica. Poderia ser a cidade de São Paulo esta dupla manifestação do conhecimento criativo e da destruição, pervertida cidade onde provocar sua identificação supôs reconhecer diferenças notáveis, ali onde elas aparecem como mero exercício estético de representação?

O risco aumenta: o paradoxo maior deste olhar melancólico sobre a cidade, sabendo-se translúcido, conciliação quase divina entre aparência e onipotência da visão, está em desaparecer sob o peso do próprio objeto. Ver a cidade atravessando sua própria forma, penetrar um subterrâneo secreto da história de São Paulo, remete a imagem ao texto.

Como em Fritz Lang de Metrópolis, o jogo de claros/escuros traduz uma luta moral entre o Bem e o Mal; mas não se trata, ainda, da cultura moderna da imagem: precisamos esperar Blade Runner para saber que a cidade - e seus subterrâneos imundos e nebulosos - é um arrazoado de citações vulgares, lugares-comuns da moral, amontoadas num texto pobre, porém expressivamente forte. O mundo é um livro, a cidade é um texto. Do olho à palavra, as imagens exigem um nome.

(16) R. SENNETT, citando Balzac fala numa "gastronomia do olhar"; C.BUCI-GLUCKS MANN em "canibalismo visual", ambas expressões significativas do estatuto da imagem para a cultura moderna, entre um momento criador e seu contrário, destrutivo.

Por que a cidade é o local privilegiado da política moderna? Também o seria São Paulo, no século XIX?

São "questões-problemáticas": fio-condutor, leit-motiv da pesquisa sem que, necessariamente, se tenha esclarecido, ao longo dos capítulos, sua presença.

Para o projeto republicano-liberal, o campo de formulação e especialização da política não é exatamente a cidade, mas a "sociedade". Em todo o século XIX brasileiro, e mais nitidamente na sua segunda metade, a ênfase liberal recaiu sobre a constituição nacional de uma sociedade cuja ordenação política vislumbrasse, progressivamente, uma pedagogia civilizatória fundada no trabalho livre, a partir da figura do imigrante. Não se menospreza, no entanto, a divisão administrativa (município, estado, país) para a prática da autoridade: exercitados nos poderes locais, os contratantes e legisladores da ordem pública, experimentam-se para a "grande política", não mais circunscrita a interesses imediatos e regionais, mas atentos e paulatinamente formados para as decisões nacionais (17).

Justamente porque engajados na perspectiva ampla de formulação de uma ordem burguesa, o liberalismo não se preocupou em diferenciar "cidade" e "sociedade". São Paulo é a "nova pátria" para imigrantes desenraizados, isto é, para o comentário da autoridade provincial, desde que aqui chegados, os trabalhadores moralizados no local de origem converteriam o "novo" espaço - e seus habitantes - em progressivo controle do tempo, útil, ordenado e legítimo.

(17) M. Stella M. BRESCIANI, Liberalismo: ideologia e controle social, op. cit.

Sobretudo, seriam capazes de se contrapor ao mando arbitrário, acostumado à "sova e ao tronco" de senhores também submetidos à experiência embrutecedora da escravidão. A dominação atingiria a racionalidade desejada da lei, reconhecimento justo do contrato entre os homens de bem. Assim, esclarece um vereador em 1862 que

"a lei é filha da justiça e da razão e não obra da arbitrariedade de um feitor. (é o caso do presidente da provincia) cuja inteligência parece não poder comportar senão frivolidades, ocupado com os lampiões dos corredores do palacio, com o livro do ponto dos empregados da Secretaria, com soldados, que por descuido deixão de fazer-lhe continência em sua passagem à paisana, com rapazes que tranquillos brincão pelas ruas, com as visitas às torres das Igrejas..." (18).

É das "frivolidades mundanas" que se ocupa o presidente. É da administração da cidade que fala o vereador. Entre um e outro, um "continuum" de expectativas. Entre "cidade" e "sociedade", um "continuum" de intervenções.

Se a pedagogia civilizatória endereça-se sobretudo ao campo, para onde são recrutadas as novas personagens do mundo do trabalho, é a cidade o lugar privilegiado onde se igualizam - através da compra e venda da força de trabalho - relações sociais. Uma questão de mercado, portanto. A produção de mercadorias remete, contudo, ao mundo especular e fantasmagórico - porque invertidas suas condições concretas de realização - das representações. A cidade aparece como campo onde a relação entre o tempo corrosivo da produção mercantil e o espaço estabilizador de reprodução das relações se concretiza.

Não é retomar velha querela sobre o "real" que pretendo aqui. Mas a aproximação entre a constituição do espaço urbano e a p

(18) ATAS da Camara da Cidade de São Paulo, sessão de 30/7/1862.

lítica confere á cidade um instigante campo de reflexão sobre a cultura da modernidade.

Retomando anotações dos capítulos anteriores, não é a convivência de uma estratégia estetizante para a formulação de um campo específico da intervenção aliada à derrocada ética da política transformada em "arte da gerência e da administração" quem conduz as formulações sobre a cidade moderna? Não é a formação de um espaço estabilizador, ordenado e includente - o "mundo social" - quem origina (a partir do relato sempre mítico de um passado que não é tradição, de um "começo" postergado a uma utopia "histórica") o tratamento quase sublime da política - uma "pantomima" - pautada pela exclusão?

Retirar a "convivencialidade" do campo soberano da ética política e "inventar" uma cidade cuja modernidade é justo a domesticação das diferenças, absorvidas na rede intrincada de instituições, práticas e discursos que circulam absorvendo campos conceituais às vezes divergentes e quase sempre emaranhados não é um dos resultados mais violentos e um dos significados mais inquietantes da degradação da cultura e da política "modernas"?

Há um relato imagético e narrativo da cidade. Falar por metáforas é a forma mais forte da retórica. Nem por isso, "enganadora". Uma apologética do olhar que não prescinde do texto, aproximou as imagens da cidade à linguagem da política, no movimento concreto de constituição da modernidade. Esmiuçá-las na sua gênese é tarefa do historiador. Não fazê-lo é repetir, ao infinito, o ornamento, ironizando a construção da civilidade na res publica:

"quem come espargos com faca e garfo é capaz de comer a Republica com colher para devoral-a mais depressa" (19).

(19) O Rebate, nº 48, 11/11/1897.

Confundidos, portamo-nos como "contempladores de palavras e ouvintes de ação". Quem, e como, nos devolverá o "juízo correto"?

BIBLIOGRAFIAARQUIVOS E BIBLIOTECAS PESQUISADOS

- . Arquivo do Estado de São Paulo
- . Arquivo Municipal de São Paulo
- . Arquivo de História Social "Edgard Leuenroth" (UNICAMP)
- . Biblioteca Pública Municipal de São Paulo (Seção de Obras Raras)
- . Biblioteca do Deptº de Ciências Sociais (USP)
- . Biblioteca do Deptº de História (USP)
- . Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UNICAMP)
- . Biblioteca da Faculdade de Economia e Administração (USP)
- . Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem (UNICAMP)
- . Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (USP)
- . Biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo
- . Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
- . Biblioteca do Centro de Documentação de História (USP)

I. Documentos Officiais

- . RELATÓRIO com que o illustrissimo e excelentissimo Senhor Senador José Joaquim Fernandes Torres, presidente da provincia de São Paulo, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no anno de 1860.
- . RELATÓRIO do Chefe de Policia, Bernardo Avelino Gavião Peixoto, para o anno de 1859, anexo ao Relatório do Presidente da Provincia do anno de 1860.
- . RELATORIO do Administrador da Penitenciaria, Francisco Antonio de Oliveira ao Presidente da Provincia, de 5 de janeiro de 1860.
- . RELATORIO do estado do Seminario dos Educandos de Sant'Anna de 17 de janeiro de 1860, anexo ao Relatorio do Presidente da Provincia do mesmo anno.
- . RELATORIO da Instrucção Publica, encaminhado ao Presidente da Provincia em 31 de dezembro de 1859.
- . RELATORIO com que o illustrissimo e excelentissimo Senhor Conselheiro Antonio José Henriques, presidente da Provincia de São Paulo, instruiu o relatorio da abertura da Assembleia Legislativa Provincial no anno de 1861.
- . RELATORIO do delegado de Policia, Pedro Taques de Almeida Alvim, ao presidente da Provincia, no anno de 1861.
- . RELATORIO do Seminario Episcopal, anexo ao Relatorio do Presidente da Provincia do anno de 1861.

- . RELATORIO do Inspector Geral da Instrucção Publica e do Administrador da Penitenciaria, anexo ao Relatório do Presidente da Provincia de 1861.

- . RELATORIO com que o Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, vice-presidente da Provincia de São Paulo, entregou a administração da mesma provincia ao Dr. João Jacyntho de Mendonça, no dia 8 de junho de 1861.

- . RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia de São Paulo na 1ª Sessão da 14ª Legislatura pelo presidente Dr. João Jacyntho de Mendonça, no anno de 1862.

- . RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Conselheiro Dr. Vicente Pires da Motta, presidente da Provincia, no dia 2 de fevereiro de 1863.

- . RELATORIO do Inspector da Instrucção Publica, anexo ao Relatório do Presidente da Provincia de 1863.

- . RELATORIO por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de fevereiro de 1864, apresentado por Vicente Pires da Motta, presidente da Provincia.

- . RELATORIO do Chefe de Policia ao Presidente da Provincia no ano de 1864.

- . RELATORIO do Diretor da Penitenciaria ao Presidente da Provincia no ano de 1864.

- . RELATORIO com que F. Homem de Mello entregou a presidência ao Cel. Joaquim Floriano de Toledo em 24 de outubro de 1864.

- . RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Provincia Dr. Antonio Candido da Rocha no dia 2 de fevereiro de 1870.
- . RELATORIO do Chefe de Policia, Vicente Ferreira da Silva Bueno em 10 de janeiro de 1870.
- . RELATORIO sobre o estado da Instrucção Publica da provincia de São Paulo no anno de 1870, apresentado ao presidente da Provincia pelo Inspector Geral Diogo de Mendonça Pinto.
- . RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Provincia o exmo. Sr.Dr. José Fernandes da Costa Pereira Jr., em 2 de fevereiro de 1872.
- . RELATORIO da Repartição da Policia da Provincia de São Paulo encaminhado ao presidente da Provincia do ano de 1871.
- . RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial pelo exmo. Sr. Dr. João Theodoro Xavier, presidente da Provincia, no dia 5 de fevereiro de 1873.
- . RELATORIO da Policia de 15 de janeiro de 1873, anexo ao Relatorio do Presidente da Provincia de 1873.
- . RELATORIO sobre o estado da Instrucção Publica na Provincia de São Paulo no ano de 1872, encaminhado ao Presidente da Provincia.
- . RELATORIO do Inspector Geral das Obras Publicas, no ano de 1872, anexo ao Relatorio do Presidente da Provincia de 1873.
- . RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial pelo presidente da Provincia Dr. João Theodoro Xavier, em 5 de fevereiro de 1874.

- RELATORIO apresentado ao presidente da Provincia pelo Chefe de Policia, Joaquim José do Amaral, no ano de 1874.
- ANEXO ao Relatorio do Presidente da Provincia do ano de 1874: Regulamento do Instituto de Educandos Artífices.
- RELATORIO apresentado pelo Exmo. Dr. Sebastião José Pereira, presidente da Provincia, a Assembléa Legislativa Provincial, no dia 27 de junho de 1875, por occasião da abertura da sua Reunião Extraordinária.
- RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Provincia, Dr. Sebastião Pereira, em 2 de fevereiro de 1876.
- RELATORIO da Inspectoria da Instrucção Publica de São Paulo para o ano de 1879, anexo ao Relatorio do Presidente da Provincia do ano de 1880.
- RELATORIO da Secretaria de Policia da Provincia de São Paulo do ano de 1879, anexo ao Relatorio do Presidente da Provincia de 1880.
- RELATORIO apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, pelo presidente da Provincia Laurindo Abelardo de Brito no dia 5 de fevereiro de 1880.
- PROJETO para o levantamento da Carta Corographica da Provincia de São Paulo, apresentado ao Presidente da Provincia pelos Eng^o A.F. de Paula Souza, Adolpho A. Pinto e J. P. Gonçalves, no ano de 1880.
- RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Provincia, Laurindo Abelardo de Brito, no dia 13 de fevereiro de 1881.

- RELATORIO sobre o estado da Instrucção Publica na Provincia de São Paulo no anno de 1880, anexo ao Relatorio do Presidente da Provincia de 1881.
- RELATORIO do Chefe de Policia, João Augusto de Padua Fleury, apresentado ao Presidente da Provincia no ano de 1881.
- RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo 1º Vice-Presidente da Provincia, Conde Três Rios, em 1882.
- FALLA dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo, na abertura da 2ª Sessão da 24ª Legislatura em 10 de janeiro de 1883, pelo presidente Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão.
- FALLA dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo na abertura da 1ª Sessão da 25ª Legislatura em 16 de janeiro de 1884, pelo presidente da Provincia, Barão de Guajará.
- FALLA dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo na abertura da 2ª Sessão da 26ª Legislatura em 10 de janeiro de 1885, pelo presidente da Provincia, Dr. José Luiz de Almeida Couto.
- RELATORIO com que o Exmo. Sr. Dr. José Luiz de Almeida Couto, presidente da Provincia de São Paulo, passou a administração ao 1º Vice-Presidente, Exmo. Sr. Dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho, em 18 de maio de 1885.
- RELATORIO com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz Fº, vice-presidente da Provincia, passou a administração a Elias Antonio Pacheco e Chaves, no mesmo ano.
- RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Provincia, Barão de Parnahyba, no dia 17 de janeiro de 1887.

- . RELATORIO apresentado ao Presidente da Provincia em 1887, pelo Dr. Chefe de Policia Interino.
- . RELATORIO Annual apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Jorge Tibiriça, Secretário dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 1893.
- . RELATORIO sobre o Liceu de Artes e Offícios apresentado ao Dr. Ceza^urio Motta Junior, digno Secretario do Interior, pelo Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, presidente em exercício, a 1^o de dezembro de 1894.
- . REGISTRO Geral da Câmara de São Paulo, vols. XXXVII, XXXVIII, para os anos de 1860, 1861, 1862 e 1863.
- . ATAS DA CÂMARA da Cidade de São Paulo, para os anos de 1860, 1861, 1862, 1870, 1871, 1874, 1878, 1883, 1884, 1885, 1887, 1888, em da^utas esparsas.
- . BOLETIM do Departamento Estadual do Trabalho, Anno XIII, nº 48 e 49, 3^o e 4^o trimestres de 1923, Secretaria da Agricultura, Commer^ucio e Obras Publicas do Estado de São Paulo.
- . BOLETIM do Departamento Estadual do Trabalho, Anno X, nº 38 e 39, 1^o e 2^o trimestres de 1921, Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo.
- . RELATORIO apresentado pelo Intendente da Policia e Higiene (depósi^utos municipaes, cortiços) em 1896 à Camara Municipal de São Paulo.

II. Memorialistas, Viajantes e Literatos

ANDRADE, Mario de. Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, BH, Ed. Itatiaia Ltda., 1986, 22ª edição.

_____. "Amor e medo" in Aspectos da Literatura Brasileira, SP, Martins, 1972, 4ª edição.

ANDRADE, Oswald de. Marco Zero (1. A Revolução Melancólica; 2.0 Chão) RJ, Civilização Brasileira, 1971, 2ª edição.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858), BH/SP, Ed. Itatiaia/EDUSP, Coleção Reconquista do Brasil (nova série), v. 18, 1981.

AZEVEDO, Alvares de. Macario, RJ, Fco. Alves Editora, 1982, 2ª edição.

_____. Poemas Malditos, RJ, Fco. Alves Editora, 1982, 2ª edição.

_____. Noite na Taverna, RJ, Fco. Alves Editora, 1982, 2ª edição.

BELLI, B.. Memoria sulla condizione dei coloni italiani nella Provincia di San Paolo (Brasile), SP, Tipografia Italiana, 1888.

BRANDT, V. Caldeira. Memorias d'um estudante (1885-1906), RJ, Península, 1906.

CEPELLOS, Baptista. Os Bandeirantes, SP, Estabelecimento Typographico da Fanfulla, 1906, prefácio de Olavo Bilac.

_____. O Vil Metal, RJ, Livraria Cruz Coutinho, 1910.

DINIZ, Firmo de Albuquerque-JUNIUS. Notas de Viagem, SP, Col. Paulística, v. V, 1978 (1ª edição: 1882).

GODOY, Joaquim Floriano de. A Província de São Paulo (trabalho estatístico, histórico e noticioso), SP, Col. Paulística, v. 12, 2ª edição fac-similada (1ª edição: Typ. do Diario do Rio de Janeiro, 1875).

GROSSI, Vincenzo. Uomini e cose del Brasile, SP, Bulletino dei Consoli, 1909.

JUNQUEIRO, Guerra. Finis patriae, Ed. Typographia Moderna-Minerva, Lisboa, 1893.

_____. Os simples (peça de teatro), Ed. Typographia Moderna-Minerva, Lisboa, 1893.

KIDDER, Daniel Parish. Reminiscências de viagens e permanências nas Províncias do Sul do Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo, BH/SP, Itatiaia/EDUSP, Col. Reconquista do Brasil, nova série, v. 15 (1ª edição: Londres e Filadelfia, 1845).

KOSERITZ, Carl von. Imagens do Brasil, SP, Livraria Martins Editora, Col. Biblioteca Histórica Brasileira, v. 13, 1941 (1ª edição: 1885).

PEDROSO, Braulio. Paulicéia Moderna, SP, Brasiliense, 1976.

PINTO, Alfredo Moreira. A cidade de São Paulo em 1900, SP, Col. Paulística, v. 14, 1979, 2ª edição fac-similada (1ª edição: RJ, Imprensa Nacional, 1900).

PÓVOA, Pessanha. Annos Academicos: São Paulo (1860-1864), RJ, Typ. Perseverança, 1870.

PRADO, Eduardo. A Ilusão Americana, Paris, A. Collin & Ed., 1895, 2ª edição (1ª edição, RJ, 1895 - confiscada).

SCHMIDT, Afonso. A Marcha: romance da abolição, SP, Brasiliense, 1981.

TSCHUDI, Johann Jakob von. Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo (1860), BH/SP, Itatiaia/EDUSP, Col. Reconquista do Brasil, nova série, v. 14, 1980.

VARELLA, Fagundes. Obras Completas, 3 v., RJ, B. L. Garnier Livreiro Editor, 1892, edição organizada e revista por Visconti Coaracy.

ZALUAR, Augusto Emílio. Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861), RJ, TYP. Perseverança, 1870.

III. Albuns e Almanques

Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1876, publicado por José Maria Lisboa, 1876.

Almanaco Socialista de 1902, SP, Estabelecimento Graphico a vapor Riedel & Lemmi. Introdução de Enrico Ferri, 1901.

Almanak da Provincia de São Paulo para 1873. Organizado e publicado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca, 1873, SP, Imprensa Oficial do Estado, edição fac-similada, 1985.

AZEVEDO, Militão Augusto de. Album comparativo da cidade de São Paulo (1862-1887), SP, Prefeitura do Município de São Paulo, Deptº Patrimônio Histórico, 1981 (1ª edição: 1887).

São Paulo em três tempos (1862-1887-1914), SP, Secretaria da Cultura, Imprensa Oficial do Estado, 1982.

FERREZ, Gilberto. A fotografia no Brasil: 1840-1900, RJ, FUNARTE, 1985, 2ª edição.

Guilherme Gaensly, Kosmos Editora, 1989. Introdução, notas e apresentação de Boris Kossoy.

Lembrança de São Paulo, SP, Ed. Rothschild & Cia., s/d.

Memorial Paulistano para o anno de 1863, SP, Typographia Imparcial de J.R. de Azevedo Marques, 1862.

O retrato Brasileiro (fotografias da coleção Francisco Rodrigues: 1840-1920), RJ, FUNARTE/Fundação Joaquim Nabuco, 1983.

RODRIGUES, José Wash. Documentário Arquitetônico, SP, EDUSP/Livraria Martins Editora, 1975.

São Paulo Antigo (1860), Album de fotos, s/d., s/editor.

Vistas da estrada de Ferro de São Paulo em 1865.

IV . Periódicos

L'ASINO UMANO (ragliata settimanale), SP, Brasile, marzo, 1894.

L'AVVENIRE, São Paulo, Anno I, 1894.

O CABRIAÇÃO, Semanario humoristico editado por Angelo Agostini, Americo de Campos e Antonio Manoel dos Reis, SP, 1866/1867 (há edição fac-similada, IMESP/DAESP, 1982).

FOLHA DO BRAZ, SP, 1899/1901, Ed. E. Leuenronth e outros.

O IMPROVISO, periodico litterario e critico, mensal, SP, Anno II, 1907, colaborador: Affonso Schmidt.

JORNAL OPERARIO - organ defensor das classes trabalhadoras, SP, 1905.

A LUCTA PROLETARIA (órgão da Federação Operária do Estado de São Paulo), SP, 1908.

O POLICHINELO, Jornal semanal, SP, 1876, editor: P.P. Carneiro (Luis Gama); há edição fac-similada, SP, IMESP/DAESP, 1981.

A PROVINCIA DE SÃO PAULO (Associação Commanditaria). Redatores: Americo de Campos e F. Rangel Pestana, SP, 1875-1889.

A QUESTÃO SOCIAL (organ do centro socialista), Santos, 1895/1896 - publicação quinzenal. Diretores: Silverio Fontes e Soter de Araújo.

O REBATE (semanario republicano independente), SP, 1897-1899. Ed.: Julio Ribeiro e João da Cruz Soares.

REVISTA MÉDICA DE SÃO PAULO, Jornal pratico de medicina, cirurgia e hygiene. Director-proprietario: Dr. Victor Godinho, SP, 1903-1908.

IL RISVEGLIO, SP, 1898.

O TRABALHADOR GRAPHICO (orgam da união dos trabalhadores graphics), SP, publicação mensal, números esparsos de 1905 a 1922.

V. Panfletos e Opúsculos

AROLDI, Dottrine Positiviste, Milano, Biblioteca Universale, 1903.

BARBOSA, Rui. "Campanhas Jornalísticas", A Imprensa, (4/8/1900) in Obras Completas, RJ, Casa de Rui Barbosa.

_____. "A Igreja e o Estado" (folheto), conferência realizada no "Grande Oriente Unido do Brasil" em 21/7/1876.

"Bolsas de Trabalho" - o ideal moderno, Biblioteca Popular de Orientação Socialista, 1898.

DUNOYER, Carlos e SENEUIL, J. B. Courcelle. "A liberdade profissional e os privilégios escolares e technicos", RJ, Apostolado Pozitivista do Brasil, 1899, prefácio de Miguel Lemos.

FERRI, Enrico. "Dal Microbio all'Uomo", conferência pronunciada em São Paulo, 1907, publicada por "Il Secolo", Typ. H. Rossi, 1907.

_____. "As Maravilhas do século XIX", conferência pronunciada no teatro Polytheama, SP, 1908, publicada pela redação do Livre Pensador, em folheto, 30/11/1908.

GLADIATOR. "A questão social no Brasil", Ed. Liga Operaria de Campinas, 1921.

"O imperio brasileiro e a republica brasileira perante a regeneração social", Igreja e Apostolado Positivista do Brazil, RJ, Sede Central da Igreja Positivista do Brazil, set. 1913.

LEMOS, Miguel. "A propósito da agitação republicana", Igreja e Apostolado Positivista do Brazil, 1888.

LIDIA, Palmiro de. "El ideal del siglo XX", Biblioteca Juventud Libertaria, v. X, Barcelona, Imprensa La Activa, 1903.

MORAES, Evaristo de. "Enrico Ferri (algumas notas ligeiras acerca da sua vida e da sua obra)", RJ, s/ed., 1910.

O Primeiro de Maio - o ideal moderno (1898), Folheto da Biblioteca Popular de Orientação Socialista. Diretores: Magalhães Lima/Teixeira Bastos, Lisboa, Cia. Nacional Editora, 1898.

ROMERO, Sylvio. O Brazil Social, RJ, Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C., 1907.

ZALUAR, Augusto Emílio. Exposição Nacional Brasileira de 1875, RJ, Typographia do Globo, 1875.

VI - História de São Paulo

AMARAL, Edmundo. Rotulas e mantilhas (evocações do passado paulista). Ilustrações de Belmonte, RJ, Cia. Brasileira Editora, 1932.

ARAÚJO, Vicente de Paula. Salões, Circos e Cinemas de São Paulo, SP, Ed. Perspectiva, 1981.

BARROS, Gilberto Leite de. A cidade e o planalto (processo de dominação da cidade de São Paulo), v. 1 e v. 2, SP, Livraria Martins Editora, 1967.

BRUNO, Ernani da Silva. Histórias e Tradições da Cidade de São Paulo, 3 v., SP, Ed. HUCITEC/Secretaria Municipal de Cultura, 1984, 3ª edição, prefácio de Gilberto Freyre (1ª Edição: 1953, RJ, J.Olympio).

CARVALHO, Afonso José de. "São Paulo antigo (1882-1886)", IHGSP, Imprensa Oficial do Estado, 1944.

CARVALHO, M. Alice Rezende de. Cidade e fábrica: a construção do mundo do trabalho na sociedade brasileira, dissertação de Mestrado, História IFCH/UNICAMP, 1983, mimeo.

COSTA, Wilma Peres. Ferrovias e Trabalho Assalariado em São Paulo, dissertação de Mestrado, Sociologia, IFCH/UNICAMP, mimeo, 1976.

CUNHA, Luis Antonio. "O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus", Revista Forum Educacional, RJ, 3(3), 1979.

DIAS, M. Odila Leite da Silva. Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX, SP, Brasiliense, 1984.

- FAUSTO, Boris. "Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924)" in P. Sergio Pinheiro (org.) Crime, Violência e Poder, SP, Brasiliense, 1983.
- FERNANDES, Florestan. "Do escravo ao cidadão" in Bastide, R. e Fernandes, F., Branços e negros em São Paulo, SP, Cia. Editora Nacional, 1971; 3ª edição, Col. Brasiliense, v. 305, cap. 1.
- FERREIRA, Tito Livio. História de São Paulo, SP, Grafica Biblos Ltda. Editora, s/d., 2 v.
- GASPAR, Byron. Fontes e chafarizes de São Paulo, bico-de-pena de Paulo Ferretti, SP, Conselho Estadual de Cultura, s/d.
- GITAHY, M. Lucia, Trabalhadores urbanos e ensino profissional, Campinas, Ed. UNICAMP, 1986.
- GODOY, Joaquim Floriano de. A Província de São Paulo (trabalho estatístico, histórico e noticioso), Col. Paulística, v. XII, 2ª edição fac-similada, SP, 1978), 1ª edição: RJ, 1875.
- KOWARICK, Lucio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil, SP, Brasiliense, 1987. Tese Livre Docência: "Escravos, Párias e Proletários", FFLCH, USP, 1981 (mimeo).
- LEMO, Carlos A.C.. Alvenaria Burguesa, SP, Nobel, 1985.
- _____. São Paulo, sua arquitetura: colônia e império, Cia. Editora Nacional, 1979, 2ª edição.
- LESSA, Orígenes. "São Paulo de 1868 (retrato de uma cidade através de anúncios de jornal)", separata de Anhembi, nº 28, v.X, ano III, março 1953, SP.
- MARQUES, José de Azevedo. Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo, t. 1, Publicação do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

- MENEZES, Raimundo de. Histórias da História de São Paulo, SP, Ed. Melhoramentos, 1954.
- MILANO, Miguel. Os fantasmas da São Paulo antiga (estudo histórico-literário da cidade de São Paulo), SP, Editora Saraiva, 1949.
- MORSE, Richard. De comunidade à metrópole: biografia de São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- MOURA, Paulo Cursino de. São Paulo de outrora (evocações da metrópole), BH/SP, Itatiaia/EDUSP, Col. Reconquista do Brasil, nova série, v. 25, 1980.
- PRADO, A. de Almeida. Crônica de outrora, SP, Brasiliense, 1963.
- REALE, EBE. Brás, Pinheiros, Jardins: três bairros, três mundos, SP, Pioneira/EDUSP, 1982.
- RIBEIRO, M. Conceição M. A vida urbana paulistana vista pela administração municipal: 1562-1822, tese de doutoramento, História, FFLCH, USP, 1972 (mimeo).
- SAMARA, Eni de Mesquita. A família na sociedade paulista do século XIX (1800-1860), tese de doutoramento, História, FFLCH, USP, 1980 (mimeo).
- SANT'ANNA, Nuto. São Paulo histórico (aspectos, lendas e costumes), v. IV, v. V e v. VI, SP, Deptº Cultura, v. XXX, 1944.
- SILVA, Janice Theodoro da. São Paulo (1554-1880): discurso ideológico e organização espacial, SP, Ed. Moderna, 1984.

XAVIER, Maria Gilka Pinto. A formação profissional da classe operária, Mestrado em Política, IFCH/UNICAMP, 1984 (mimeo).

VII - Historiografia

ADORNO, Sergio. Os aprendizes do poder (o bacharelismo liberal na política brasileira), RJ, Paz e Terra, 1988.

BEAUNE, Jean-Claude (dir.). Les sauvages dans la cité (auto-émancipation du peuple et instruction des prolétaires au XIX^o siècle), Seysel, Ed. du Champ Vallon, 1985. Avant-propos de Jacques Derrida, présentation de Jean Borreil, collection Milieux.

BRESCIANI, M. Stella M. Liberalismo: ideologia e controle social (um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910), SP, USP, 1976 (mimeo).

_____. "As voltas de um parafuso" in Cadernos de Pesquisa, SP, AUPHIB/Brasiliense (2), 1978, pp. 7-20.

_____. "Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)", Revista Brasileira de História, 5 (8/9), set. 1984/abr. 1985, SP, Marco Zero/ANPUH, pp. 35-68.

_____. "Lógica e dissonância: lei, ciência e resistência operária" in Revista Brasileira de História, SP, Marco Zero/ANPUH, vol. 6, nº 11, set. 1985/fev. 1986, pp. 7-44.

_____. "Século XIX: a elaboração de um mito literário", História: questões & debates, Revista da Associação Paranaense de História, ano 7, nº 13, dezembro 1986.

BRESCIANI, M. Stella M.. Introdução ao texto de J. Bentham, "O Panóti-
co", Revista Brasileira de História, vol. 7, nº 14, ANPUH/Marco Ze-
ro, março/agosto 1987.

_____. "Carlyle: a revolução Francesa e o engendra-
mento dos Tempos modernos", Primeira Versão, Campinas, IFCH, UNICAMP,
nº 11, 1990.

_____. O anjo da casa, UNICAMP, mar. 1990 (mimeo)

_____. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo
da pobreza, SP, Brasiliense, 1982.

CAPELATO, M. Helena. O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal
"O Estado de São Paulo", SP, Alfa-Omega, 1980.

_____. Os arautos do liberalismo (imprensa paulista,
1920-1945), SP, Brasiliense, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. "Entre a liberdade dos antigos e a dos mo-
dernos: a República no Brasil", Dados, Revista de Ciências Sociais,
RJ, IUPERJ, vol. 32, nº 3, 1989, pp. 265-280.

CARVALHO, M. Alice Rezende de. "República brasileira: viagem ao mesmo
lugar" in Dados, Revista de Ciências Sociais, RJ, IUPERJ, vol. 32,
nº 3, 1989, pp. 303-321.

CHEVALIER, L.. Classes laborieuses et classes dangereuses, Paris, Li-
brairie Générale Française, 1978.

CORBIN, Alain. Le miasme et la jonquille: l'odorat et l'imaginaire so-
cial, XVIII^e - XIX^e siècles, Paris, Ed. Aubier-Montaigne, 1982; tra-
dução em português por L. Watanabe Saberes e odores: o olfato e o
imaginário social nos séculos XVIII e XIX, SP, Cia. das Letras,
1987.

COSTA, Emilia Viotti da. Da monarquia à República: momentos decisivos, SP, Brasiliense, 1985, 3ª edição.

DARNTON, Robert. O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa, RJ, Graal, 1986. Trad. S. Coutinho.

_____. Boemia Literária e Revolução: o submundo das Letras no Antigo Regime, SP, Cia. das Letras, 1987. Trad.: Luis Carlos Borges.

FRANCO, M. Sylvania de Carvalho. Homens Livres na ordem escravocrata, SP, IEB/USP, 1969.

_____. "As idéias estão no lugar", in Cadernos de Debate, SP, Brasiliense (1), 1976.

_____. "Organização social do trabalho no período colonial" in P. S. Pinheiro (org.), Trabalho escravo, Economia e Sociedade, RJ, Paz e Terra, 1984, pp. 143-192.

FURET, François. Penser la Révolution française, Paris, Gallimard, 1978.

HARDMAN, Francisco Foot. "Técnica e Sociedade: maquinismo como espetáculo no Brasil pré-industrial", in Remate de Males, revista do Deptº de Teoria Literária, IEL/UNICAMP, nº 7, Campinas, 1987, pp. 157-166.

_____. "Cidades errantes: representações do trabalho urbano-industrial nordestino do século XIX", Ciências Sociais Hoje, anuário de antropologia, política e sociologia, SP, Vertice, ANPOCS, 1988, pp. 64-80.

HARDMAN, Francisco Foot. "Engenheiros, Anarquistas, Literatos: sinais da Modernidade no Brasil", Sobre o pré-modernismo, RJ, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

_____. Trem fantasma: a modernidade na selva, SP, Cia. das Letras, 1988.

HAROCHE, Claudine e COURTINE, J. Jacques. "O homem desfigurado - semiologia e antropologia política da expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX", Revista Brasileira de História, vol. 7, nº 3, SP, ANPUH/Marco Zero, set. 1986/fev. 1987, pp. 7-32.

HOBSBAWM, Eric. Os mundos do trabalho (novos estudos sobre história operária), RJ, Paz e Terra, 1987. Trad. de Waldea Barcellos e Sandra Bedran.

LENHARO, Alcir. "Luzes da cidade", Oculum, Revista de Arquitetura, nº 1, agosto 1985, pp. 50-55.

_____. Sacralização da Política, Campinas, Papyrus/UNICAMP, 1986.

MARSON, Izabel. O império do progresso (a revolução praieira em Pernambuco, 1842-1855), SP, Brasiliense, 1987.

MAYER, Arno J. A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848-1914, SP, Cia. das Letras, 1987. Trad. Denise Bottmann.

MURARD, I. e ZYLBERMAN, P. "La cité eugénique", Recherches, nº 29, Paris, 1977.

- MURARD, L. e ZYLBERMAN, P.. "Le petit travailleur infatigable: villes-usines, habitat et intimités au XIX^e Siècle", Recherches, nº 28, Paris, 1976, 2^a edition.
- NASCIMENTO, José Leonardo do. "Culture et Politique: Positivisme et darwinisme Social: généalogie d'une sensibilité brésilienne (1870-1930)", Paris, Nanterre, Thèse Doctorat ès Histoire, 1989 (mimeo).
- PERROT, Michelle. "Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros", RJ, Paz e Terra, 1988. Trad. Denise Bottmann, seleção de textos e introdução de Stella Bresciani.
- PRADO, Paulo. Província & Nação, RJ, Livraria José Olympio Editora, Col. Documentos Brasileiros, v. 152, 1972.
- ROMANO, Roberto. Brasil: Igreja contra Estado, SP, Kayrós, 1979.
- SCHAMA, Simon. Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa, SP, Cia. das Letras, 1989. Trad. Hildegard Feist.
- SCHWARZ, Roberto. "As idéias fora do lugar" in Estudos CEBRAP (3), jan. 1973.
- STEDMAN-JONES, Gareth. Outcast London: a study in the relationship between classes in Victorian Society, London, Peregrine Books, 1976.
- SUSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui (o narrador, a viagem), SP, Cia. das Letras, 1990.
- THOMPSON, E.P.. A formação da classe operária inglesa, RJ, Paz e Terra, 1987. Trad. Denise Bottmann.
- VIANNA, Luis Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil, RJ, Paz e Terra, 1976.

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade, na história e na literatura, SP, Cia. das Letras, 1989. Trad. Paulo Henrique Britto.

VIII - Teoria e Política

. Livros

ABENSOUR, Miguel. O novo espírito utópico, Campinas, Ed. UNICAMP, 1990.

ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. Dialética do Esclarecimento (fragmentos filosóficos), RJ, Zahar, 1985. Tradução: Guido A. de Almeida.

ARANTES, Paulo E. Hegel: a ordem do tempo, SP, Polis, 1981.

ARENDT, Hannah. Da Revolução, SP, Ática, 1988. Trad.: F. D. Vieira.

ARON, Raymond. Études politiques, Paris, Gallimard, 1972.

BACZKO, B. Lumières de l'Utopie, Paris, Payot, 1978.

BENICHOU, Paul. Le temps des prophètes: doctrines de l'âge romantique, Paris, Gallimard, 1977.

BENJAMIN, Walter. Sens unique (précédé de Enfance Berlinoise), Paris, Les Lettres Nouvelles, Ed. Denoël, 1978.

_____. Oeuvres. II. Poésie et Révolution, Paris, Les Lettres Nouvelles, Ed. Denoël, 1971.

_____. A Modernidade e os Modernos, RJ, Tempo Brasileiro, 1975. Biblioteca Tempo Universitário, v. 41. Trad. Heindrun Krieger Mendes da Silva.

- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar (a aventura da modernidade), SP, Cia. das Letras, 1986. Trad.: Carlos F. Moisés e Ana Maria L. Ioriatti.
- BURY, John B.. La idea del progreso, Madri, Alianza, 1971.
- CERRONI, Umberto. La libertad de los modernos, Barcelona, Ed. Martinez Roca, 1972.
- COLLINGWOOD, R.G.. A idéia de História, Lisboa, Editorial Presença/Martins Fontes, 1978, 4ª edição.
- DÖRNER, Klaus. Ciudadanos y Locos: historia social de la psiquiatria, Madrid, Taurus Ediciones, 1974.
- FAYE, Jean Pierre. Théorie du Récit, Paris, Hermann, 1972.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder, RJ, Ed. Graal, 1979, Org. e traduzido por Roberto Machado.
- _____. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas, SP, Martins Fontes, 1985, 3ª edição. Tradução Salma T. Muchail.
- FURET, François. A Oficina da História (1ª vol.), Lisboa, Gradiva, s/d.
- GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas, SP, Cia. das Letras, 1987. Tradução: M. Lucia Machado.
- GOFFMAN, Erving. Estigma (la identidad deteriorada), Buenos Aires, Amorrortu Editoras, 1970.

GOFFMAN, Erving. Ritual de la interacción, Buenos Aires, Editorial Tiempo Contemporáneo, 1970.

_____. A representação do eu na vida cotidiana, Petrópolis, Vozes, 1989 - 4ª edição. Trad. M. Célia Santos Raposo.

GOMES, Nelson Gonçalves (org.). Hegel: um seminário na Universidade de Brasília, Ed. UnB, 1981.

HABERMAS, Jürgen. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico, SP, Brasiliense, 1983. Trad.: Carlos Nelson Coutinho.

_____. El discurso filosofico de la modernidad (doce lecciones), Madrid, Taurus, 1989.

_____. Ensayos politicos, Barcelona, Ed. Peninsula, 1988.

HORKHEIMER, Max. Origens da Filosofia Burguesa da História, Lisboa, Editorial Presença, 1970.

KOLAKOWSKI, Leszek. El hombre sin alternativa, Madrid, Alianza Editorial, 1970.

_____. A presença do mito, Brasília, Ed. UnB, 1981, Trad. José Viegas Filho.

LEBRUN, Gérard. Passeios ao Léu, SP, Brasiliense, 1983.

LEFEBVRE, Henri. Introdução à modernidade (prelúdios), RJ, Paz e Terra, 1969. Tradução: Jehovanira C. de Souza.

LEVERT, Paule. L'idée de commencement, Paris, Aubier, 1961.

MATOS, Olgaria C.F.. Os arcanos do inteiramente outro (a escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução), SP, Brasiliense, 1989.

PEIXOTO, Nelson Brissac. A Sedução da Barbárie (o marxismo na modernidade), SP, Brasiliense, 1982.

POLANYI, Karl. La grande transformation (aux origines politiques et économiques de notre temps), Paris, Gallimard, 1983. Préface de Louis Dumont.

ROMANO, Roberto. Conservadorismo Romântico: origem do totalitarismo, SP, Brasiliense, 1981.

_____. Corpo e Cristal: Marx romântico, RJ, Editora Guanabara Dois, 1985.

ROUANET, Sergio Paulo. As razões do iluminismo, SP, Cia. das Letras, 1987.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Tempo de Ensaio, SP, Cia. das Letras, 1989.

SCHLANGER, Judith E. Les métaphores de l'organisme, Paris, Vrin, 1971.

SENNETT, Richard. Les tyrannies de l'intimité, Paris, Seuil, 1979. (O declínio do homem público, SP, Cia. das Letras, 1988).

STAROBINSKI, Jean. La transparence et l'obstacle (suivi de Sept essais sur Rousseau), Paris, Gallimard, s/d.

_____. 1789: Les emblèmes de la raison, Paris, Flammarion, 1979. (1789: os emblemas da razão, SP, Cia. das Letras, 1988).

STAROBINSKI, Jean. L'oeil vivant, Paris, Gallimard, 1961.

SUBIRATS, Eduardo. Paisagens da Solidão (ensaios sobre filosofia e cultura), SP, Livraria Duas Cidades, 1986.

. **Artigos**

BACZKO, B.. "L'utopie et l'idée de l'histoire-progrès", Revue des Sciences Humaines, nº 155, juillet/sept. 1974, pp. 473-491.

BECQ, Annie. "La métaphore de la machine dans le discours esthétique de l'âge classique", Revue des Sciences Humaines, Paris, nº 186-187, pp. 269-278.

BOLLE, Willi. "Walter Benjamin: Infância berlinense por volta de 1900" in A.A. ARANTES (org.), Produzindo o Passado, pp. 11-22.

_____. "Walter Benjamin: fisionomista da metrópole moderna", Oculum, Revista de Arquitetura, Arte e Cultura, Campinas, Ano II, nº 1, ago. 1985.

_____. "O centro da cidade como personagem de ficção" in Espaço & Debates (Revista de Estudos Regionais e Urbanos), Ano VI, nº 17, 1986, SP, Neru, pp. 130-133.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. "L'oeil de la pensée: une mélancolie tragique", L'écrit du temps, nº 13, Paris, Les éditions de Minuit, printemps, 1987, pp. 23-44.

CLARK, Roger. "La cité mécanique: topographies de l'imaginaire utopique", Revue des Sciences Humaines, Paris, nº 186-187, avril/octobre 1982, pp. 231-239.

- COHN, Gabriel. "Difficil reconciliação: Adorno e a dialética da cultura", Lua Nova (Revista de Cultura e Política), SP, maio 90, nº 20, Cultura e Modernidade, pp. 5-18.
- "Figures de la mélancolie", L'écrit du temps, Paris, Les éditions de minuit, printemps, 1987.
- DUBY, G.. "O historiador, hoje" in História e Nova História, Lisboa, Teorema, 1986.
- FRANCO, M. Sylvia de Carvalho. "Linguagem e Pensamento Conservador em Aristóteles", Revista USP, nº 3, set/out/nov 1989, pp. 113-142.
- GIANOTTI, José Arthur. "A sociedade como técnica da razão: um ensaio sobre Durkheim", Seleções CEBRAP 2, SP, Brasiliense/CEBRAP, 1975.
- LEFORT, Claude. "Pensar a Revolução na Revolução Francesa" in História: questões e debates, Curitiba, 1985.
- OZOUF, Mona. "A festa: sob a Revolução Francesa" in Jacques LE GOFF e Pierre NORA, História: novos objetos, RJ, Francisco Alves, 1976. Trad. Terezinha Marinho.
- Revue des Sciences Humaines, "La machine dans l'imaginaire (1650-1800)", nº 186-187, avril-octobre 1982, Paris.
- RIEU, Alain-Marc. "La machine, un tableau et la nature: Claude Lorain et la rationalité des Lumières", Revue des Sciences Humaines, Paris, nº 186-187, avril/oct. 1982, pp. 279-292.
- ROMANO, Roberto. "A Tirania do Olhar", Revista UNESP, O pensamento em crise e as artimanhas do poder (org.) J. Castilho Marques NETO e Milton LAHUERTA, SP, Ed. UNESP, 1988, pp. 35-44.
- SUCHAUT, Michel. "L'économie sociale ou comment se débarrasser de la question ouvrière" in Milieus, nº 9, février-mai 1982, pp. 54-58.

IX - Teoria e Literatura

- AUERBACH, Erich. Mimesis (a representação da realidade na literatura ocidental), SP, Perspectiva, 1976.
- BAUDELAIRE, Charles. As Flores do Mal, RJ, Nova Fronteira, 1985. Edição bilingüe, tradução de Ivan Junqueira.
- BRADBURY, Malcolm e McFARLANE, James (org.). Modernismo: guia geral 1890-1930, SP, Cia. das Letras, 1989. Trad. Denise Bottmann.
- CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos, BH/SP, Itatiaia/EDUSP, 2 v., 1975, 5ª edição.
- _____. A Educação pela noite e outros ensaios, SP, Ática, 1987.
- _____. Na sala de aula: caderno de análise literária, SP, Ática, 3ª edição.
- CARONE, Modesto. "Álvares de Azevedo, um poeta urbano", Remate de males, Rev. do Deptº de Teoria Literária, IEL, UNICAMP, nº 7, 1987.
- FRANCHETTI, Paulo. "O sexo dos anjos" in Folhetim, abril 1988.
- GUINSBURG, J. (org.). O Romantismo, SP, Ed. Perspectiva, 1978, 2ª edição 1985.
- HUGO, Víctor. Les Misérables, Paris, Librairie Générale Française, 1972, 2 T., préface de Ch. Baudelaire.

HUGO, Victor. Notre-Dame de Paris, Paris, Bibl. Lattès, 1989.

_____. Quatrevingt-treize, Paris, Garnier, 1963. Edition illustrée. Introduction, notes, choix de variantes, bibliographie par Jean Boudout, d'après l'édition de 1874.

MALLARMÉ, Stéphane. Poésies, Paris, Librairie Générale Française, 1977.

NOVALIS, Hinos à Noite/Hymnen an die Nacht, SP, Esfinge, 1987. Edição Bilingüe. Tradução, seleção, introdução e notas de Nilton N. Okamoto e Paulo Allegrini.

RIMBAUD, Arthur. Oeuvres Complètes, Paris, Lattès, 1987.

ROMERO, Sylvio. Historia da Literatura Brasileira (contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira), RJ, Livraria José Olympio Editora, 1953. 1ª edição: maio 1888.

SCHORSKE, Carl E. Viena fin de siècle, política e cultura, SP, Cia. das Letras, 1988. Tradução: Denise Bottmann.

TODOROV, T.. As estruturas narrativas, SP, Perspectiva, 1979. Tradução de Leyla Ferrone-Moisés.

VERLAINE, Paul. Oeuvres, Paris, Lattès, 1985.

X - Obras de Referência

- BACHELARD, Gaston. A poética do espaço, RJ, Eldorado, s/d. Tradução Antonio Leal e Lídia S. Leal.
- BARTHES, Roland. A Camara Clara (nota sobre a fotografia), RJ, Nova Fronteira, 1984. Tradução: Júlio C. Guimarães.
- BENEVOLO, Leonardo. História da Cidade, SP, Perspectiva, 1983. Tradução: Sílvia Mazza.
- CHOAY, Françoise. L'urbanisme: utopies et réalités (une anthologie), Paris, Ed. du Seuil, 1965.
- COMTE, Auguste. Oeuvres choisies, Paris, Aubier, s/d. Introduction Henri Gouthier.
- DIDEROT, Denis. Paradoxe sur le comédien, Paris, Flammarion, 1981. Chronologie et préface: Raymond Laubreaux.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. Devant l'image (question posée aux fins d'une histoire de l'art), Paris, Les éditions de Minuit, 1990.
- DUBY, Georges. O tempo das catedrais (a arte e a sociedade): 980-1420, Lisboa, Editorial Estampa, 1979.
- DUPRAT, Gérard. "La résistance de la cité" in DUPRAT, Gérard (org.) Connaissance du Politique, Paris, PUF, 1990.
- DURKHEIM, Emile. La Science Sociale et l'action, Paris, PUF, 1970. In tradução de J. C. Filloux.
- _____ . De la division du travail social, Paris, Quadrige/ PUF, 1986.

- ELIADE, Mircea. Mito e Realidade, SP, Perspectiva, 1986, 2ª edição.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Benjamin, os cacos da história, SP, Brasiliense, 1982, Col. Encanto Radical.
- HOBBS, Thomas. Leviatã (ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil), SP, Abril Cultural, Col. "Os Pensadores", 1974. Trad.: J. Paulo Monteiro e M. Beatriz Nizza da Silva.
- HORACIO. Art Poétique, Paris, Hachette, 1868.
- KAUFMANN, P.. "Imaginaire et Imagination" in Encyclopaedia Universalis, Paris, 1968, vol. VIII, pp. 776-783.
- KOSSOY, Boris. Origens e expansão da fotografia no Brasil: século XIX, RJ, FUNARTE, 1980.
- LE GOFF, Jacques. Enciclopédia EINAUDI, v. 1 - Memória/História, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.
- LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil (9 vols.), RJ, Instituto Nacional do Livro, 1949.
- LE PLAY, P. G. Frédéric. Textes choisis et préfaciés pour Louis Baudin, Paris, Dalloz, 1947.
- MACHADO, Arlindo. A ilusão especular: introdução à fotografia, SP, Brasiliense, 1984, Col. Primeiros Vãos.
- MARX, Karl. Le Capital, Oeuvres-Economie (2 vls.), Paris, Gallimard, 1965, Biblio. La Pléiade.
- _____. A Ideologia Alemã in Escritos de Juventud, Caracas, Universidade Central de Venezuela, 1965. Antologias del Pensamiento Político, vol. 5.

MUMFORD, Lewis. A cidade na história, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1965. Tradução: Neil da Silva.

PAZ, Octavio. O labirinto da solidão e post-scriptum, RJ, Paz e Terra, 1984, 2ª edição. Trad.: Eliane Zagury.

_____. "Falo sobre a cidade", Folhetim, SP, 12 dez. 1988.

PEIXOTO, Nelson Brissac e SALLES, José Murillo. América: Imagens e Depoimentos, SP, Cia. das Letras e RJ, Videofilmes, 1989.

ROUSSEAU, J. Jacques. Lettre a M. D' Alembert, Paris, Garnier - Flammarion, 1967. Chronologie et introduction: Michel Launay.

SONTAG, Susan. Ensaio sobre a Fotografia, RJ, Arbor, 1983, 2ª edição.

_____. A doença como metáfora, RJ, Graal, 1984. Tradução: Marcio Ramalho.

_____. Sob o signo de Saturno (ensaios), Porto Alegre, L&PM Editores Ltda., 1986. Trad.: Ana Maria Capovilla e Albino Poli Jr.

SPINOZA, Baruch de. Oeuvres (IV) - Traité politique/Lettres, Paris, Garnier Flammarion, 1966.

TOCQUEVILLE, Alexis de. L'ancien régime et la révolution, Paris, Flammarion, 1988.

VERNANT, J. Pierre. Mythe et pensée chez les grecs (2 v.), Paris, petite collection MASPERO, 1981.

VITA, Luis Washington. Alberto Sales, ideólogo da República, SP, Cia. Editora nacional, 1965, Col. Brasileira, v. 327.